

## Sumário dêste número

**EDITORIAL:** Cooperação Cultural — VIRGÍLIO CORREIA FILHO (pág. 977).

**COMENTÁRIO:** A Exposição Geográfica — Prof. DELGADO DE CARVALHO (pág. 981).

**TRANSCRIÇÕES:** Ensaio de Divisões Regionais e Estudo de uma Civilização Pioneira — O Estado do Espírito Santo — PIERRE DEFFONTAINES (pág. 985). — Geografia Cultural do Brasil — IV — Dr. B. BRANDT (pág. 999).

**RESENHA E OPINIÕES:** O fundamento político da autonomia amazonense (pág. 1009). — Problemas demográficos (pág. 1010). — Congressos de Geografia (pág. 1012). — Sal gema (pág. 1012). — X Congresso Brasileiro de Geografia (pág. 1015). — Honduras (pág. 1016).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Território de Fernando de Noronha — Prof. LÚCIO DE CASTRO SOARES (pág. 1019).

**TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Septuagésima sexta tertúlia, realizada a 8 de agosto de 1944 (pág. 1 036). — Septuagésima sétima tertúlia, realizada a 5 de setembro de 1944 (pág. 1 042). — Septuagésima oitava tertúlia, realizada a 19 de setembro de 1944 (pág. 1 049). — Septuagésima nona tertúlia, realizada a 26 de setembro de 1944 (pág. 1 055).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1 066). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 1 068). — Ministério da Aeronáutica (pág. 1 068). — Ministério da Agricultura (pág. 1 068). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1 070). — Ministério da Fazenda (pág. 1 072). — Ministério da Guerra (pág. 1 072). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 1 072). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 1 072). — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (pág. 1 072). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1 072). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Ciências (pág. 1 073). — Clube Naval (pág. 1 074). — Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (pág. 1 074). — Instituto Nacional de Ciência Política (pág. 1 074). — Liceu Literário Português (pág. 1 074). — Rotary Clube (pág. 1 074). — Sociedade Brasileira de Cultura Positivista (pág. 1 075). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 1 075). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 1 075). — Touring Clube do Brasil (pág. 1 075). — CERTAMES — Centenário do Barão do Rio Branco (pág. 1 076). — X Congresso Brasileiro de Esperanto (pág. 1 077). — X Congresso Brasileiro de Geografia (pág. 1 077). — UNIDADES FEDERADAS — Amazonas (pág. 1 079). — Bahia (pág. 1 079). — Espírito Santo (pág. 1 080). — Maranhão (pág. 1 080). — Mato Grosso (pág. 1 080). — Minas Gerais (pág. 1 080). — Paraíba (pág. 1 081). — Piauí, (pág. 1 082). — Santa Catarina (pág. 1 082). — São Paulo (pág. 1 083). — Território de Ponta Porá (pág. 1 085). — MUNICÍPIOS — Barra do São Francisco (pág. 1 085). — Belém (pág. 1 085). — Cachoeiras (pág. 1 086). — Corumbá (pág. 1 086). — Feira de Santana (pág. 1 086). — Goiânia (pág. 1 086). — Livramento (pág. 1 086). — Manaus (pág. 1 087). — Mirassol (pág. 1 087). — Petrópolis (pág. 1 087). — Ponta Grossa (pág. 1 087). — Porto Alegre (pág. 1 087). — Recife (pág. 1 087). — Salvador (pág. 1 087). — São Tomás de Aquino (pág. 1 089). — Uberlândia (pág. 1 089). — Una (pág. 1 089). — Uruguaiana (pág. 1 090).

**BIBLIOGRAFIA:** APONTAMENTOS BIO-BIBLIOGRÁFICOS — Brás Dias de Aguiar (pág. 1 091). — REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 1 091). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Achegas para uma bibliografia sôbre Fernando de Noronha (pág. 1 096).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** — LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de setembro de 1944 (pág. 1 099). — Íntegra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 1 103). — Decretos (pág. 1 106). — Atos diversos (pág. 1 107). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1 110). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — Íntegra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1940 (pág. 1 112). — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Diretório Central — Íntegra das Resoluções ns. 131 a 135 (pág. 1 119). — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Santa Catarina — Íntegra das Resoluções ns. 19 e 20 (pág. 1 123).

# Boletim Geográfico

Ano II

OUTUBRO, 1944

N.º 19

## Editorial

### Cooperação Cultural

O espírito inovador que presidiu à formação do Conselho Nacional de Geografia evidenciou-se não somente pela estruturação fundamental, semelhante apenas à do Conselho Nacional de Estatística, também dotado de equivalentes peculiaridades funcionais, com o qual se irmanou para constituírem ambos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas ainda pela relevância atribuída à prática da cooperação ampla.

É o princípio inspirador de todas as suas atividades, que se dilatam pelo território nacional, de um extremo ao oposto, mediante a colaboração de órgãos regionais, adrede criados para atuarem harmônicamente articulados em sistemática rede facilitadora da permuta de informações.

Não há município algum brasileiro, por mais afastado ou de menores posses, a que não preste a sua assistência metódica, em troca de resultados de pesquisas locais.

De mais a mais, estabelece fecunda coordenação entre os órgãos federais e estaduais consagrados à especialização, por maneira que os trabalhos de um aproveitem a todos, multiplicando-lhes assim a utilização.

Para ampliar a aplicação de tão sadios intuitos, a Assembléia Geral elaborou a Resolução n.º 9, de 15 de julho de 1937, cujo artigo primeiro prescreveu: "qualquer organização particular, cultural ou técnica, que desenvolver no Brasil atividade de caráter geográfico, poderá integrar-se no Conselho Nacional de Geografia, observadas as condições da presente Resolução".

Dispensadas as formalidades regimentais, por homenagem às cinco primeiras associações, que se aproximaram do Conselho, em reunião especial da Assembléia, não se demorou esta em assinalar a promissora ocorrência de modo memorável, ao decretar a 18 de julho do ano seguinte: "fica aprovada, com calorosos aplausos, e enaltecida, a integração do Instituto Histórico e

*Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Ciências, do Clube de Engenharia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no sistema geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

*Art. 2.º — A integração conjunta dessas magnas instituições fica reconhecida como sendo para o Conselho Nacional de Geografia um acontecimento notável, ocorrido durante a segunda sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho, e, como tal, inserto nos Anais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”.*

*Decorridos alguns meses, requereu a sua integração a Sociedade Mineira de Engenheiros e, mais tarde, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que tem a sede, como aquela, em Belo Horizonte.*

*Ambos êsses atos mereceram homologação do Diretório Central, a 4 de setembro de 1939, quanto ao primeiro, e 3 de maio seguinte, no tocante ao último.*

*A cerimônia altamente significativa, mediante a qual as associações culturais mais relacionadas com os assuntos geográficos patentearam resolutamente a sua entusiástica solidariedade aos propósitos de cooperação patrocinados pelo Conselho, não se destinaria apenas a expressar declaração protocolar, inoperante na realidade.*

*Ao revés, cada uma delas, correspondendo com afinco aos intuitos orientadores da mencionada Resolução, não tardaria em manifestar de público a decisão de executar a missão que lhe competisse, de harmonia com os seus próprios estatutos.*

*Assim foi que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro se apressou em conjugar os seus esforços com os do Conselho para, sem maior perda de tempo, além do longo silêncio decorrido, reencetar a série de Congressos de Geografia, que as circunstâncias adversas tinham interrompido desde 1926, quando se encerrou o oitavo, na capital do Espírito Santo.*

*E a aliança, estabelecida em bases promissoras, conseguia sem tardança tornar exequível o plano mais de uma vez adiado por mingua de elementos garantidores de êxito.*

*A realização do Nono Congresso em Florianópolis, já em 1939, para cuja organização contribuíram, embebidas de iguais aspirações, as duas entidades*

*perfeitamente irmanadas por empolgante idealismo, constituiu prova pública e eloqüente da perfeita cooperação iniciada entre o Conselho Nacional de Geografia e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.*

*É recente a prova imediata da continuação da série, que permitiu a reunião do Décimo Congresso nesta capital, depois de verificada a impossibilidade, decorrente das circunstâncias de momento, de promover-lhe a execução em Belém, como fôra planeado.*

*A mudança da sede em nada prejudicou o brilho do certame, se é que não lhe alteou a significação, logo após a conferência dos delegados das Américas, também convocados para deliberação em comum acêrca de problemas que lhes interessam grandemente.*

*Também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja anciandade, prestigiada pela magnitude dos trabalhos abnegadamente concluídos em prol do engrandecimento do Brasil, se espelham luminosas tradições de cultura, não tardou em patentear a sua boa vontade e ativa disposição de manter com o Conselho a mais estreita e eficiente colaboração.*

*Solicitado a opinar em matéria de suma relevância, que importava à própria existência dos municípios brasileiros, como unidades capazes de atos de civismo expressivo, não demorou em apresentar normas apropriadas, consoante as quais tôdas as sedes municipais, no primeiro dia do ano em que deveria vigorar a nova divisão territorial instituída pelo Decreto-lei n.º 311, promoveriam, a hora certa, a mesma cerimônia, de acentuado alcance educativo.*

*Ainda recentemente o seu concurso precioso mereceu os mais rasgados gabos de ambas as assembléias, da Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, tanto como do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, aos quais proporcionou acolhimento amistoso em sua veneranda sede, além do concurso apreciável de muitos dos seus elementos, a começar do insigne presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que ambas elegeram para lhes dirigir os trabalhos, ultimados com êxito cabal.*

*Os debates a que deram causa, as conclusões em que se enfeixaram conceitos derivados de acuradas investigações, tornaram-se possíveis, em ambiente sereno, embebido de tradições inspiradoras de harmonia, graças à cooperação prestada do mais que centenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

*As ocorrências que atestam o entrelaçamento das atividades do Conselho Nacional de Geografia e das duas mencionadas associações poderiam ainda ser aumentadas com as que tocam às outras instituições integradas, conjuntamente ou por meio de atos especiais, caso houvesse mister de enumerar mais abundantes provas do acerto da Assembléia Geral ao elaborar a Resolução n.º 9, que firmou normas racionais de trabalho intelectual em cooperação, respeitadas as características estatutárias de cada entidade admitida no sistema geográfico.*

**VIRGÍLIO CORREIA FILHO**  
Chefe da Secção de Documentação do  
Serviço de Geografia e Cartografia



## A Exposição Geográfica \*

Prof. DELGADO DE CARVALHO  
Membro do Diretório Central do Conselho  
Nacional de Geografia

O objetivo do Curso de Geografia Geral e do Brasil, que ora inicio, é trazer a meus colegas, professores secundários e aos estudiosos dos assuntos geográficos, uma contribuição metodológica principalmente.

A minha ambição seria poder, em poucas palavras, estabelecer claramente qual o meu conceito de *geografia moderna* e quais os meios que se recomendam à nossa atenção para obter os *resultados pedagógicos* visados pelo ensino da matéria.

Eu poderia iniciar aqui, desde já, uma dissertação sôbre o aludido conceito, emitir uma série de considerações filosóficas acêrca do assunto.

Acredito, entretanto, que não é isso que nos convém. Prefiro alguma coisa de mais prático, de mais claro e conciso também.

Façamos como recomendam as modernas teorias pedagógicas em educação: antes da teoria, entremos na prática. Vejamos exemplos concretos. Quando êstes nos tiverem impressionado, procuraremos as razões do que nêles notamos, os "porquês" dos contrastes salientados.

Escolhi, para começar, um ponto que poderá parecer um tanto estravagante ou pelo menos inesperado... Escolhi uma exposição geográfica da Cochinchina. Porque escolhi eu a Cochinchina? e não o Recôncavo baiano, a Zona da Mata ou o rio Jacuí?

Exatamente porque tenho impressão que meus colegas não possuem sôbre a Cochinchina os conhecimentos circunstanciados e as informações de primeira mão que têm sôbre êstes pontos regionais brasileiros.

A perspectiva é, pois, mais fácil de estabelecer.

Fica bem entendido, aliás, que o que vou dizer a respeito da Cochinchina não tem aplicação entre nós. É apenas um exemplo, escolhido fora de nossas cogitações, para servir de "pau de cabeleira" a uma série de observações metodológicas.

Passo pois a fazer sucessivamente duas exposições geográficas que chamarei de exposição A e exposição B nos comentários posteriores. A primeira é de tipo comum não sendo melhor, nem pior do que se costuma encontrar nos compêndios. A segunda é de Busson, Fèrre e Hauser na sua Geografia da "Classe de Première — equivalente à nossa IV Série. Representa a interpretação francesa de Vidal de La-Blache.

### EXPOSIÇÕES GEOGRÁFICAS

#### *Exposição A*

A *Cochinchina* é colônia francesa desde 1862 e faz parte da península indochinesa. Estende-se sôbre 56 900 quilômetros quadrados entre os 8° 35' e 11° 44' de latitude norte. É limitada pelo *Anam* e pelo *Cambodge*, e ao norte, pelo *mar da China* e o *gôlgo de Sião*, ao sul.

\* N. R.: — Aula inaugural de um Curso de Geografia dado pelo autor, ao microfone da Rádio Nacional, na Universidade do Ar.

A população é de 4 615 000 almas das quais 15 000 *franceses* e 170 000 *chineses*. O país é constituído por planícies inundáveis atravessadas pelo rio *Mekong* que forma delta e se divide em vários braços: o canal de *Rachgia* leva as suas águas à baía do mesmo nome. Os dois rios *Vaico*, também unem os seus deltas ao do Mekong. O rio *Donai* é tributário da chamada *Revière de Saigon*. As costas são baixas e alagadas, no extremo sul, termina a Cochinchina o cabo *Caman*, fechando a pequena baía de *Cua-Lon*.

O clima é quente e as culturas são tropicais, destacando-se o *arroz*, o *milho*, o *amendoim*, a *cana* e certas *frutas*.

*Saigon*, pôrto fluvial, é capital e conta 110 000 habitantes. *Cholon*, cidade industrial próxima tem 145 000 almas. São cidades principais *Vin-Long*, *Mytho*, *Bien-hora*, *Bario*, *Charidoc*, etc.

### Exposição B

A maior parte do território da Cochinchina é formada dos deltas vizinhos dos rios *Mekong* e *Donai* que limitam a leste os últimos contrafortes da cordilheira anamita. Estas ricas terras de aluvião têm uma população muito densa, mais de quatro milhões, ocupada principalmente na *cultura do arroz*. A presença todavia, de vastos territórios incultos e das *florestas inundadas* de *Caman*, na região sul, impediu, até agora a extensão desta cultura a todo o solo cochinchinês.

A regularidade das *chuvas de monção* dá à Cochinchina uma grande superioridade sobre o baixo Tonkim. Apesar de só permitir uma colheita anual de arroz, quando outras regiões do Tonkim e do Anam admitem duas a produção do arroz da Cochinchina não só nutre a população como fornece grande excedente para a exportação. A Cochinchina é um dos principais celeiros de arroz do Extremo Oriente.

Situada apenas a dez graus do equador, a Cochinchina possui um clima tropical, quase uniformemente quente e úmido. A temperatura cai apenas a 19° C. algumas vezes, em dezembro e janeiro; de abril a junho o termómetro se mantém entre 30° e 34°. Os europeus estranham semelhante clima, e vão frequentemente procurar a brisa marinha no cabo Saint-Jacques (a 65 quilómetros de Saigon).

Os franceses conseguiram entretanto, criar na Cochinchina uma cidade de carácter absolutamente europeu, *Saigon*, com seus 100 000 habitantes, tem ruas longas, iluminadas a luz elétrica, arborizadas com jardins, monumentos e passeios. É a mais atraente das residências coloniais do Extremo Oriente, dotada de estradas de ferro e canais.

A 5 quilómetros, *Cholon* é cidade de casebres de tijolos, de barcos atracados, choças onde vivem cerca de 145 mil chineses e anamitas. Além de seu comércio indígena, Cholon possui usinas, descasca arroz e beneficia o produto. Uma grande atividade fluvial une as duas cidades. Saigon já exporta mais arroz do que Bangkok, menos porém do que Rangum.

As cidades cochinchinesas devem sua importância à sua situação fluvial.

*Bien-hora*, com 20 000 almas se acha entre matas e plantações de cana, servida pelo rio Donai e estradas de ferro. *Mytho* agradável cidadezinha do delta é ligada a Saigon pelo chamado "arroio do Correio" *Vin-Long* se acha na junção dos quatro braços do Mekong.

É pois ativíssimo o comércio fluvial entre os diferentes centros situados em braços do Mekong, em canais e rios tributários. Os transatlânticos sobem a *Revière de Saigon* até a capital. O Mekong, de seu lado, é o vestíbulo de acesso para o Cambodge e o Laos.

Estudemos agora estas duas exposições geográficas e comparemos os seus elementos. As comparações, são odiosas, eu sei, porque sempre um dos dois há de levar na cabeça. Mas aqui a Cochinchina, que escolhemos arbitrariamente, não fica mal.

Quando falo em Cochinchina sempre hei de me lembrar do caso do aluno que voltou para casa depois de uma retenção. A tia velha que lhe perguntou porque tinha sido castigado respondeu: "Eu não sabia onde estava a Cochinchina". — "Bem feito, disse a tia, a próxima vez lembrará onde deixou seus brinquedos".

No *primeiro exemplo*, que podemos nós notar ?

1. — Há uma evidente preocupação de trazer algarismos, quilometragens, latitudes, populações. São úteis, porque dão o sentido das proporções; mas não têm importância suficiente para serem retidos todos. Os algarismos servem quando eles se impõem como pontos de referência e de comparação. Em vez de falar em superfície de 56 000 quilômetros quadrados seria talvez preferível dizer que a Cochinchina tem a extensão territorial do Estado da Paraíba e a população da Bahia.

2. — Não há interesse em conhecer a data de 1862, se na explicação não se acha ligada a circunstâncias históricas do regime imperial em França e de sua expansão colonial.

3. — No trecho há muita nomenclatura de nomes próprios, poucas descrições e nenhuma explicação. De que servem tantos canais, cabos, baías (Caman, Cua-Lon, Rachgia...) se nada os recomenda à nossa atenção ?

4. — A lista de cidades, no fim omite o fator principal que lhes dá importância e vida: os braços de rios e canais, em que se acham.

Passemos ao *segundo exemplo*.

1. — Notamos que os autores entram em matéria diretamente sem fornecer dados de posição que podem facilmente ser lidos no mapa: chamam, entretanto, a atenção para a proximidade da cordilheira anamita.

2. — A exposição faz da produção do arroz a parte central do estudo, o eixo da questão, trazendo até detalhes sobre o seu rendimento e seu valor para a população. O arroz é o *leit-motif* da peça.

3. — Supõe um conhecimento satisfatório do clima de monções. A descrição climatológica tem minúcias que dão idéias das possibilidades de aclimação na região.

4. — A descrição de Saigon é destinada a contrastar com a de Cholon.

5. — É salientada a importância capital das vias fluviais na vida econômico-social das cidades da Cochinchina.

6. — Em suma, o quadro geográfico é tentado numa *descrição* larga em que as feições principais, são objeto de *explicações*, servidas por um mínimo de *nomenclatura*.

Quais as conclusões, prezados ouvintes, que parecem assim se impor à nossa atenção ?

De um lado, temos uma exposição geográfica incolor, anódina, que repete muito do que refere o atlas. É correta e exata, mas não é suficiente para os nossos propósitos educativos, porque é sem vida. Uma descrição geográfica deve refletir como que uma experiência vivida de viagem e trazer explicações suas dos fatos capitais.

Do outro lado, temos uma exposição e quase a conversa de alguém que viu as cousas, por isso, salienta algumas, deixa outras na penumbra; explica, escolhe, é pessoal e reflete um pensamento.

Não são, pois, os dois exemplos igualmente bons e de valor equivalente.

Dizem que "sinônimo" é a palavra que se escolhe quando não se sabe a ortografia da outra.

Aqui temos um exemplo: quando um autor não tem bases para oferecer um quadro — descritivo-explicativo que leve a impressão forte de sua personalidade, êle se limita às enumerações polidas do sucedâneo... é o seu sinônimo salvador.

Dizem os psicólogos que cada momento traz uma experiência que incorporamos a nossos hábitos, tornando-nos melhores ou piores do que éramos antes. Faço votos para que os momentos de atenção dispensados a essa palestra pelos meus ouvintes, se não os tornaram melhores, pelo menos não os tenham tornado piores.

 **AOS EDITORES:** Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

# Ensaio de Divisões Regionais e Estudo de Uma Civilização Pioneira \*

## O Estado do Espírito Santo

PIERRE DEFFONTAINES

Professor da Universidade do Distrito  
Federal e das Faculdades Católicas de Lille

### Comparação entre o Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Espírito Santo pertence à mesma família que o Estado do Rio de Janeiro ambos relativamente pequenos quanto à superfície — 42 500 quilômetros quadrados para o Rio de Janeiro e 45 000 para o Espírito Santo;<sup>1</sup> ambos de forma alongada pelo litoral do Atlântico. São Estados de fachada atlântica, excepcionais no Brasil onde os Estados têm vastas extensões pelo *hinterland*. O Espírito Santo tem 350 quilômetros de comprimento de costa e apenas 130 de profundidade média. Como o do Rio de Janeiro, pertence inteiramente à zona de escarpas montanhosas, mais ou menos recortadas, que bordam a riba brasileira desde o sul da Bahia até o Rio Grande do Sul e a qual se aplica o nome genérico de serra do Mar. Não possui dêstes vastos planaltos interiores, que descem aos poucos para oeste, a partir dos altos da serra, como é o caso nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

É pois, um Estado montanhoso e cheio de serras. É também um Estado florestal, pelo menos na sua origem. Como o Rio de Janeiro, está inteiramente compreendido na grande zona florestal do litoral que começa na Bahia e segue para o sul até o Rio Grande.

É mesmo na latitude do Espírito Santo que essa faixa florestal atinge à sua largura máxima, transbordando para oeste para cobrir quase toda a vasta bacia do rio Doce, na região do Estado de Minas Gerais, chamada, com precisão, Zona da Mata. A importância da floresta patenteia-se, nas construções rurais do Espírito Santo num grande número de casas armadas sobre mourões de madeira e cobertas de tabuinhas ou pranchetas de madeira lascada.

O Estado é atravessado por um grande rio, o rio Doce, que abriu passagem larga através das elevações da serra do Mar, estando porém as suas nascentes situadas muito longe, fora do Estado. É isto ainda uma analogia com o Estado do Rio de Janeiro, cujo principal rio — o Paraíba — desce de São Paulo, cortando diversos degraus da mesma serra do Mar.

Êsses dois rios, embora vindos do interior, não serviram muito nas comunicações com o sertão: principalmente o rio Doce que, proveniente da zona mineira e tendo as suas cabeceiras próximas de Ouro Preto, a antiga cidade do ouro, nunca foi utilizado no transporte de metais preciosos. Apesar das dificuldades dos caminhos terrestres para os portos do Rio de Janeiro, sempre foram êles preferidos aos caminhos por água, muito recortados de cachoeiras e rasos. Cousa semelhante sucedeu ao longo do Paraíba.

\* A tradução para o vernáculo foi feita pelo Sr. Almeida Cousin.

<sup>1</sup> A superfície exata não pode ser fixada ainda, dada a imprecisão da fronteira com o Estado de Minas, ao norte do rio Doce.

Podemos prosseguir, comparando os dois rios: suas embocaduras são análogas. Ambos depositaram uma grande planície deltaica, do lado do mar, por feixes paralelos de cordões litorâneos e no meio dessa grande planície aluvional prenderam vastos lagos, mais ou menos engastados numa antiga camada terciária: lagoa Feia, lagoa de Cima, no Paraíba; lagoas Juparanã, Juparanã Mirim, Aguiar etc., em tôrno do baixo rio Doce.

Os bordos da baixa planície litorânea no Espírito Santo são semeados, como no Estado do Rio, de maciços cristalinos (gnaisse, formando como que ilhas entre pântanos e lagunas) e ligados à terra pelas *restingas* ou cordões litorâneos arenosos. Frequentemente os portos se formaram junto a êsses maciços, que têm a vantagem de fornecer uma costa rochosa mais profunda. É o caso do Rio de Janeiro e também, exatamente, o de Vitória, cuja baía lembra miniatualmente a de Guanabara. Esta é também a situação de Piúma, ao pé do morro do Agá; a de Guarapari, junto da serra do Paredão e mais ao norte já no Estado da Bahia, a razão do pórtio de Ilhéus. Os maciços gnáissicos do litoral produziram os portos.

No interior, as montanhas, cristalinas, apresentam aspectos análogos no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Por tôda parte os maciços se decompõem em cimos arredondados. Os mais altos têm paredes rochosas absolutamente abruptas — paredões — apresentando o aspecto de “pães de açúcar” ou de dedos levantados: tais são os rochedos de Itabira e do Frade junto do Itapemirim; de Jucutuquara, na ilha de Vitória e outros. A êsse tipo de montanhas, chamam *pontões* e há mesmo uma serra dos Pontões, a oeste de Itaguaçu. Outros domos arredondados, menos elevados e impérvios, são recobertos de terra de decomposição, vermelha e coloidal, que resiste bem à erosão, conservando a forma de cúpulas. Por isso, chamam-lhes *meias-laranjas*. São abundantes ao redor de Vitória como do Rio. Quando estão completamente achatados, em calota, são chamados *cascos de tartaruga*. Essas diversas formas parecem constituir os graus sucessivos da decomposição dos rochedos cristalinos sob o clima dessas regiões.

Assim, o viajante que passa do Rio de Janeiro ao Espírito Santo por estrada de ferro e, principalmente, por avião, não percebe oposições sensíveis de paisagem: é a mesma região geográfica.

Há, entretanto, diferenças entre os dois Estados e elas provêm menos do seu aspecto geral que das suas divisões geográficas. O Rio de Janeiro tem mais compartimentos, descobrindo-se nêle um mosaico complexo de pequenas regiões naturais, cujo relêvo e estudo estamos preparando juntamente com o professor Fróis Abreu. Mas essa variedade de aspectos, oculta certa uniformidade de fundo: o Rio de Janeiro pertence a um só domínio geográfico.

Não assim, o Espírito Santo. Observam-se aí duas regiões, baseadas ao mesmo tempo em diferença de relêvo e diferença climática. Aí, como afinal por todo o Brasil, essas regiões naturais não receberam ainda os seus nomes genéricos. É necessário um longo e estável contacto do homem com a natureza para fazer nascer dêsses nomes aplicados a conjuntos de paisagens. Seremos, pois forçados, como já o fizemos em pesquisas análogas efetuadas no Estado de São Paulo, a dar-lhes uma nomenclatura arbitrária e nova.

### O terraço litorâneo

O primeiro dêsses grandes domínios geográficos no Espírito Santo, compõe-se de um grande terraço litorâneo, de 40 a 50 metros de altitude, extremamente plano, formando um *tabuleiro* ou uma mesa, que contrasta com o relêvo de inumeráveis domos da região serrana. Êsse terraço se eleva brandamente para o norte e para o interior, onde pode atingir de 70 a 80 metros e abaixa-se, ao contrário, para o sul, não passando de 20 metros em Guarapari e elevando-se ainda menos entre as embocaduras do Itapemirim e Itabapoana.

Compõem-se de terrenos sedimentários, arenosos, intercalados de bancos ferruginosos. Parece ser terciário, neógeno, mas, como não se encontram aí fósseis, será difícil precisá-lo. Alguns autores pretendem explicá-lo por ações construtoras eólicas.

Esses *tabuleiros*, formam às vèzes escarpas ou barreiras sôbre o mar. O ataque das vagas desprende os bancos ferruginosos, que desenham estranhos recifes do mineral. É o caso do cabo do Tubarão, ao norte de Vitória. Na base dessas areias encontram-se ricos depósitos monazíticos, que se começa a explorar, principalmente junto de Guarapari e Meaipe.<sup>2</sup>

Esse terraço terciário, plano, estreita-se para o sul, onde não ocupa mais que uma estreita faixa entre a costa e a região *serrana*. Desce para o Estado do Rio, onde é encontrado em volta do baixo Paraíba. É, porém, ao norte de Vitória que vai tomando tôda a sua amplitude, em largura. Forma um largo platô (*tabuleiro*) entre Linhares e Santa Cruz; alarga-se ainda mais entre Linhares e São Mateus; prolonga-se, amplificando-se, no Estado da Bahia e ainda para lá. É, pois, no Espírito Santo que começam verdadeiramente as paisagens de platôs terciários litorâneos que se estendem por todo o litoral nordestino.

Esse terraço arenoso empobrecido ainda pelas queimadas repetidas, encerra uma vegetação desolada e sêca, caracterizada pelo *cambará*.

Entretanto, ao norte do rio Doce, no fundo da lagoa Juparanã, ao longo do rio São Mateus e do rio Itaúnas, a floresta, quase virgem ainda, pompeia magnífica, sem dúvida por causa dos solos de decomposição cristalina, provenientes dos pontões e dos morros disseminados nesses terrenos sedimentários.

### O planalto

Tôda essa zona de *tabuleiros* contrasta, pela sua horizontalidade, com a zona *serrana* ou montanhosa. Entretanto, vista de longe ou de avião, a montanha parece assaz nivelada; tem o aspecto de um planalto de 650 a 700 metros de altitude média, de perfil bastante regular. Parece um peneplano de erosão. Mas quando se penetra nesse planalto, o aspecto muda: por tôda parte, vales profundos recortaram-no em veios ramificados. Os vales são escavados e descem por degraus ou mesmo por cascatas, das altas regiões onde as cabeças dos regatos ocupam depressões mais largas e suaves. A penetração do planalto fez-se sempre por verdadeiras gargantas ou grotões. O traçado da estrada de ferro de Araguaia a Viana estira-se entre *canions* imponentes. Do mesmo modo, o rio Jucu escava um vale selvagem para atingir o platô alto de Domingos Martins e o rio Benevente, precipitando-se do planalto para Alfredo Chaves e para o mar, atira-se em cascatas e corredeiras contínuas.

Ao contrário do que se observa na serra do Mar, do Estado de São Paulo, onde a erosão, a partir dos bordos do mar não abriu senão curtas torrentes que não dilaceram o planalto, no Espírito Santo os cursos de água atlânticos penetram longe no interior, não se encontrando aqui dèsses vales extensos dos altos platôs, que descem lentamente para oeste, como nos regatos da alta bacia do Tietê. A serra do Mar não é mais, aqui, uma simples escarpa, um rebordo vertical do platô tombando sôbre o leste: o ataque de regatos numerosos acabou por transformá-lo numa verdadeira zona de montanhas recortadas.

A erosão especial, devida ao clima, desnudou núcleos de gnaisses mais resistentes, produzindo essas estranhas formas de *pontões* que abundam principalmente sôbre os rebordos do planalto, em picos destacados como vanguardas, principalmente entre Cachoeiro do Itapemirim e Guimar, ou na serra da Baunilha, ou no Muchoara, perto de Vitória.

Ao norte do rio Doce, as serras estão ainda mal conhecidas. Observações feitas pelo professor Almeida Cousin testemunham a existência de uma serra assaz importante entre as cabeceiras do braço sul do rio São Mateus e do rio São José e o rio Itambacuri, que desce para Minas. Sôbre as ribas do rio Doce, entre Colatina e Linhares, vê-se elevarem-se na margem setentrional grandes morros graníticos: serra do Batatal, serra Terra Alta, etc....

Algumas dessas serras estão completamente transformadas em *pontões*, como seria essa misteriosa serra dos Aimorés ao norte do rio Doce, que se encontra em algumas cartas não se encontrando em outras. Na realidade, não

<sup>2</sup> Consultar o estudo, notável, de S. Fróis Abreu: — *O Titânio na Costa do Espírito Santo* — Ministério da Agricultura — 1935 — 65 págs.

existe na região uma cadeia, mas um conjunto disperso de picos, estendendo-se por um grande espaço em tôdas as direções, o que, em todo o caso, não poderia servir de fronteira precisa entre o Estado do Espírito Santo e Minas Gerais, como se pretende.

O planalto é composto de terrenos em grande parte cristalinos, sobretudo de gnaiss, muito plissado. Mas nas suas dobras se conservaram xistos e mesmo calcáreo mais ou menos marmorizado, como o de Monte Libano, perto do Itapemirim, explorado numa importante fábrica de cimento; o de Virginia, onde se extrai belo mármore e o dos arredores de Castelo, onde existem grutas, formando uma paisagem verdadeiramente cárstica. O ouro é freqüente nessas zonas, como em Minas, sendo explorado principalmente perto de Rio Novo e Campinho.

### Oposição climática

Esta divisão hipsométrica entre uma *zona serrana*, alta, e uma zona baixa, de tabuleiros é confirmada pelas condições climáticas.

Na zona baixa e plana que, verdadeiramente não se alarga em vasto domínio senão a partir do rio Doce, reina um regime pluviométrico que lembra o da Bahia. Não há essa oposição nítida, que caracteriza todo o Brasil central, entre uma estação fria e seca e uma estação quente e chuvosa. Na Bahia, em realidade, já não se observa mais uma estação seca. As precipitações atmosféricas passam por dois máximos: um de maio a junho, correspondendo à estação fria, com chuvas grandes e regulares; o outro, mais fraco, de novembro a fevereiro, na estação quente, em que desabam as tempestades de verão. No rio Doce, em Linhares, o máximo de chuvas produz-se de setembro a novembro, em relação com os ventos do sul, que são alíseos já, e os meses mais secos são na estação quente (janeiro, fevereiro, março). Assim sucede ainda em Santa Cruz e mesmo em Vitória.

Mais ao sul, aparece um outro regime, que ocupa todo o planalto e o interior, até Colatina, bem como a Zona da Mata, de Minas. As chuvas são menos abundantes: 1,50 a 2 metros, ao passo que excedem sempre de 2 metros em Linhares e Regência, sobre o rio Doce. Além disso, elas caem como no Rio de Janeiro, na estação quente: em Matilde, por exemplo, os meses mais chuvosos são de dezembro a março.

A bacia do rio Doce tem tôda a sua secção ocidental, a partir de Colatina, sob o regime das chuvas de verão ao passo que a sua parte baixa, por Linhares e Regência tem o máximo de chuvas no inverno. As enchentes do rio, portanto, produzidas pelas chuvas das cabeceiras altas ocorrem no verão, e inundam a parte baixa nos meses mais secos dessa região, de maneira que a umidade é então trazida não pelas chuvas, mas pela enchente.

As maiores inundações produzem-se em dezembro. Em Colatina, em dezembro de 1934, a enchente produzida por trombas d'água em Minas, subiu de repente 6 metros, inundando a cidade. Abaixo de Colatina, o perigo das inundações é muito menor, por causa da largura do rio e dos lagos comunicantes, laterais.

A oposição climática entre o *planalto* e os *tabuleiros* não é somente pluviométrica: também o é térmica, como simples consequência das diferenças de altitude. De Viana, na planície, para Matilde, no planalto, a menos de 50 quilômetros de distância, a diferença térmica é pelo menos de 5 a 6 graus. Esta diferença é bastante sensível para ser consignada nas designações populares: o planalto chama-se *zona fria* e a região baixa, *zona quente*.

O planalto, malgrado a existência de uma estação seca está ou pelo menos esteve coberto de uma floresta mais maciça e composta de árvores mais robustas e variadas do que os *tabuleiros*. Isto é devido, certamente ao solo de decomposição de granitos e gnaiss, muito mais rico em potassa, e também às chuvas da estação quente. Existem ainda maciços florestais quase virgens, especialmente na serra da Moribeca e para os lados de Castelo.

### O limite entre as duas zonas

Essa grande divisão em duas zonas é, naturalmente uma simplificação, uma estilização. A realidade é mais complexa e a demarcação não é uma linha nítida. É preciso considerar, primeiramente, a existência, no *planalto* ou *zona fria*, de grandes vales baixos e quentes não raro divididos em compartimentos por maciços cristalinos, produzindo estrangulamentos e quedas rápidas. E o que se observa no vale do Itapemirim ao redor de Cachoeiro e perto de Alegre: no vale do Itabapoana perto de Ponte do Itabapoana, ou ainda no vale do Guandu perto de Afonso Cláudio.

Esses vales, um pouco fechados, são mesmo especialmente tórridos.

Ao contrário, na zona plana, das barreiras e tabuleiros, as intromissões da zona serrana desenham cabos proeminentes, como a serra da Baunilha e a serra do Guarapari. Numerosas serras cristalinas elevam-se também frequentemente, em ilhas mais ou menos levantadas, no meio dos sedimentos terciários: tais o Mestre Alvo, atingindo a quase 900 metros, o Macuratá, o Gamelas, a Santa Rosa e tôda a pequena serra que rodeia Vitória (Fradinhos, etc.) precedida junto ao mar pela elevação da Penha. Alguns desses cumes isolados elevam-se mesmo de dentro do mar, como as ilhas de Guarapari e a ilha da Escalvada, como o seu farol.

Ao norte do rio Doce, o *planalto* não existe mais assim compacto, mas parece decomposto em numerosos *pontões* dominando o grande terraço terciário, que se torna mais extenso (serras Terra Alta, Batatal e também, certamente, serras do Cunha, Sapucaia, tôdas ainda mal conhecidas). Alguns desses domos cristalinos apenas se alteiam dos tabuleiros. Assim, no meio da lagoa Juparanã, eleva-se a pequena ilha do Imperador, que é um *morro* de mica-xisto muito replissado, cuja altitude é inferior à do platô das margens do lago. Ela foi, portanto, destacada, depois de uma imersão terciária, pela-erosão fluvial que cavou o leito ocupado hoje pelo lago.

### Os altos cumes

É ainda necessário ajuntar a cada uma dessas duas zonas atrás descritas, mais duas subdivisões. No *planalto*, aparecem acima dos níveis médios de 700 metros outros cumes, muito mais elevados, sem dúvida restos-testemunhas de antigas superfícies de erosão, compostas, aliás, das mesmas rochas cristalinas. Entre Domingos Martins e Castelo, eleva-se a serra do Castelo, que vista de aeroplano, parece-nos culminar a 400 ou 500 metros acima do *planalto* para atingir aproximadamente 1 200 metros. Porém o mais importante desses maciços é o do Caparaó, formando o pilar de fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais e cujo ápice atinge 2 884 metros, constituindo assim o mais alto cume do Brasil central.

Esta alta região forma um domínio vegetal especial. A floresta reduz-se aos 1 800 metros, substituída progressivamente por campos maninhos análogos aos que se encontram nos cumes do Itatiaia, na serra da Mantiqueira.

### As baixadas

Uma outra subdivisão pode ser facilmente notada, abaixo da zona dos tabuleiros: a baixada. Em consequência de um abaixamento do nível do mar, os cursos d'água talharam nos terraços terciários largos sulcos, transformados nas embocaduras em vastos deltas, pelas aluviões trazidas; o mar construiu cordões litorâneos arenosos. (restingas) que encerram no interior numerosas lagunas ou brejos, em comunicação mais ou menos contínua com o oceano. Às vêzes, os habitantes precisam mesmo de abrir uma brecha na restinga, para promover a drenagem das águas. Assim fazem os habitantes ribeirinhos à lagoa de Meaípe.

As marés sobem intermitentemente nesse complexo de embocaduras e lagos, dando águas mais salgadas favoráveis ao desenvolvimento dos paletúvios ou rizofóreas, chamadas *plantas de mangues*. Isto se nota na embocadura dos rios Santa Maria e Marinho, ao redor de Vitória, onde se encontram vastos brejos de *mangue*, assim como nas embocaduras do Piraquê, em Santa Cruz, do rio Benavente, no Rio Novo.

Ao norte da foz do rio Doce, um rosário de lagos litorâneos estende-se desde êsse grande rio até a cabeceira do São Mateus — lagos limitados do lado do mar pelos cordões arenosos e engolfando-se pelo lado da terra por entre as dobras do terraço terciário. Todos êsses lagos são reunidos uns aos outros por uma escavação natural, o rio Mariricu, que muda a direção do seu escoamento, conforme as variações da altura dos lagos, em relação com as inundações dos rios. Frequentemente as comunicações se abrem ou fecham.

Ao sul de Vitória, a lagoa de Araçatiba esteve outrora em comunicação com o rio Jucu, ao qual servia de lago divisor, na planície baixa. Hoje porém, está separada dêle pelo depósito de aluviões nas cristas marginais do rio. O lago assim privado de alimentação, está invadido por abundante vegetação herbácea, que o cobre completamente e que em breve o encherá de todo.

### Os deltas

Assim, ao pé dos *tabuleiros* terciários, formaram-se baixadas pantanosas, assaz descontínuas. Nas embocaduras dos principais rios — Jucu, Itapemirim, São Mateus e principalmente rio Doce — a baixada toma um aspecto bastante diferente. Êsses caudais de água, descendo do planalto por degraus sucessivos, têm uma grande potência de erosão e são grandes transportadores de materiais principalmente areias, com que constroem vastos cones de dejeção, sôbre os quais êles correm desenhando aneurismas instáveis. Os afluentes que atingem por aí ao rio principal, encontram-se barrados pelos depósitos das cristas marginais ao rio maior e assim se forma um rosário de lagos ribeirinhos, inundando os vales dos afluentes laterais.

No baixo rio Doce, onde o cone de dejeção é considerável e começa a subida das últimas serras (serras da Terra Alta e da Baunilha) os lagos de bargagem são sem número. Alguns são pequenos como a lagoa do Óleo, suspensa a 12 metros acima do rio, e separada do seu leito por um simples cordão litorâneo: uma *restinga* fluvial. Outras, como a Juparanã, junto à foz do São José, são muito mais vastas. Esta tem 18 quilômetros de extensão maior, atingindo às vêzes 20 metros de profundidade. Está bordada por um terraço de tabuleiros, que atingem 70 metros de altitude. O seu fluxo efetua-se nas épocas de estiagem por um rio sinuoso, de uns 15 quilômetros, o rio Pequeno, que nas enchentes do rio Doce, pode correr em sentido contrário, permitindo a passagem das águas do rio Doce para o lago. Frequentemente, aliás, a foz do rio Pequeno, aberta através dos depósitos arenosos do rio Doce, sofre deslocamentos importantes seguindo as grandes inundações. Pode até obstruir-se transitóriamente, abrindo o rio uma nova passagem.

Fenômenos do mesmo gênero existem ao longo do rio Paraíba, perto de Campos, com a lagoa Feia, a lagoa de Cima, que servem também de deversores ao rio por ocasião das cheias.

A foz de tais rios é muito instável. A carga de aluviões ao mar é depositada pelas correntes marinhas em cordões perpendiculares ao rio e paralelos entre si. Êsses cordões tendem a barrar a saída e obrigam as águas fluviais a desembocar por passagens em *crochet*, muito difíceis e mutáveis. A sucessão dêsses cordões constitui ao longo dessas margens de cones de dejeção, uma estranha paisagem de sulcos paralelos, muito próximos, que se encontram na embocadura dos rios Doce, São Mateus, Jucu, Itapemirim, como na do Paraíba, no Estado do Rio. Nesses rios o declive é bastante forte sôbre os cones de dejeção; as marés não podem subir, nem podem desenvolver-se as plantas de *mangue*.

Assim, duas paisagens da baixada sucedem-se alternativamente ao longo das costas do Espírito Santo: baixada de água salobra, de pântano e *mangue* e baixada fluvial, de areia, onde cresce uma vegetação especial, nos cômodos

cheios de pitangueiras, aroeiras e cajueiros. Aí se encontram também algumas ilhas de coqueiros. O limite meridional dos coqueiros passa pelo Espírito Santo e corresponde aproximadamente também ao limite entre as zonas de chuvas de verão e chuvas de inverno, isto é: à extensão meridional dos ventos alíseos.<sup>3</sup>

O Espírito Santo encontra-se pois sobre os dois domínios geográficos do Brasil e é esta dualidade que constitui a diferença essencial que tem no Estado do Rio de Janeiro, mais variado nos detalhes, porém mais monótono no conjunto.

### Antiguidade da ocupação humana sobre o litoral

Neste quadro de geografia física, vão-se instalar os homens, os espíritos-santenses, também chamados *capixabas*. A grande variedade de origem e data da ocupação humana, introduzirá novas casas de diferenciação que se somarão às distinções baseadas no meio natural.

A costa do Espírito Santo foi uma das regiões primeiro reconhecidas do Brasil. Foi no Estado da Bahia, porém próximo das fronteiras do Espírito Santo, em Pôrto Seguro, que se fez o descobrimento do Brasil em 1500. Os portugueses instalaram-se no Espírito Santo desde 1503<sup>4</sup> e um dos portos do Estado chama-se Anchieta, nome do primeiro missionário jesuíta que começou a evangelização e que ali morreu. Essa ancianidade de colonização pareceria predestinar o Espírito Santo a um rápido povoamento europeu. Assim não foi. Entre a Bahia e o Rio de Janeiro, muito antiga e relativamente povoados, o Espírito Santo permaneceu por muito tempo quase vazio de homens. Em 1872, não contava mais do que 82 137 habitantes, ou 2 habitantes por quilômetro, enquanto a província do Rio de Janeiro já tinha perto de 20

O povoamento do Espírito Santo começou cedo mas parou estagnando-se longamente. A primeira região colonizada foi o litoral, onde os primeiros colonos se estabeleceram em Vitória (Vila Velha) e depois dêles os jesuítas estabeleceram uma linha de portos nas fozes dos rios, os quais conservaram ou avançaram nas épocas seguintes para o interior até onde o permitia a navegação nos curso de água. São Mateus, Conceição da Barra, Linhares, Santa Cruz, Nova Almeida, Araçatiba, Guarapari, Benevente (Anchieta), Piúma, Vila do Itapemirim, foram pequenos portos que se transformaram em velhos povoados. O caráter comum de toda essa orla do litoral é a decadência: nenhuma atividade econômica, ruas inteiras abandonadas, belas igrejas, às vezes tombando em ruínas (Nova Almeida, Araçatiba) e a vaza invadindo os velhos cais onde não abordam mais as embarcações.

Como explicar tal apagamento quase completo dessa zona, a mais antigamente povoada?

A costa com os seus pântanos litorâneos é às vezes pouco salubre;<sup>5</sup> a região vizinha é pobre formada do grês arenoso dos tabuleiros terciários e os métodos agrícolas degradaram completamente o solo, que se povoa apenas dessa pobre vegetação chamada *cambará*. As únicas produções ainda vivazes são os mandiocais e os canaviais. No sul dessa zona encontram-se as duas usinas de açúcar mais importantes do Estado: uma em Paineiras, no baixo Itapemirim, e a outra em Jabaquara, perto de Anchieta, que aliás está parada.

Além destas, uma cultura cafeeira já foi tentada desde há muito, seguindo métodos completamente diferentes dos usuais nas zonas mais meridionais do café no Brasil (Estados de São Paulo e Rio de Janeiro). Uma outra varie-

<sup>3</sup> Encontram-se todavia colônias isoladas de coqueiros mais meridionais, notadamente na pequena ilha de Paquetá, no meio da baía do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> De 1503 deve datar o primeiro contacto dos portugueses com a terra do Espírito Santo, provavelmente pela expedição de Gonçalo Coelho. A colonização porém, só começou a ser tentada seriamente com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, em 1536 — (Nota do tradutor).

<sup>5</sup> Ver "Notas sobre uma viagem ao Espírito Santo", artigo de Geraldo H. de Paula Sousa — *Geografia* — Ano I, n.º 2 — págs. 191 e segs.

dade de café aí se desenvolveu o café "capitania", que não cresce ao sol, porém protegido pelas sombras das árvores (café de sombra) formando curiosos ca-fêzais quase invisíveis sob o frondejar que os cobre. São encontrados ao norte de Vitória, junto de Serra, Santa Cruz, Pau Gigante, dando aliás um produto muito apreciado. Ao contrário, no norte, ao longo do rio São Mateus, sob outro clima, o café não encontra mais o seu verdadeiro domínio e o produto da região é considerado o pior do Estado. Mas tôdas essas produções da zona litorânea permanecem relativamente de pouca importância.

Por detrás dessa zona dos tabuleiros que foi por muito tempo a única explorada elevam-se as montanhas, de acesso difícil com seus vales em gargantas e seus numerosos declives, cobertos de florestas maciças. Estas permaneceram até o século XIX, regiões quase inacessíveis e desconhecidas, deixadas às tribos selvagens, notadamente os Crenaques. Assim o Espírito Santo permaneceu por mais de dois séculos com uma simples orla de povoamento costeiro, vivendo cada vez mais pobremente com a exaustão rápida das terras magras de perto, numa vida fechada e sem trocas.

A pesca constituiu, é verdade, para essa zona em vias de regressão econômica, um recurso acessório, mas não chegou a tornar-se um elemento de comércio. Alguma velha povoação de pescadores se engrena em cabanas isoladas ao longo da praia nas enseadas mais abrigadas. Aí vai vivendo uma das populações mais atrasadas do Estado — os *maratimbas* — pescadores mais ou menos mestiços de índio análogos aos *caigaras* de São Paulo.

Há alguns anos constituiu-se uma grande aldeia de pescadores, por agrupamentos espontâneos em Ubu, onde a abundância de lagostas e camarões, cada vez mais procurados e a organização de compras pelos mareantes portugueses da praia do Suã, para o mercado de Vitória atraiu progressivamente os pescadores, vivendo ainda há pouco isoladamente, em *habitat* muito disseminado.

### Colonização do planalto ocidental. Mineiros e fluminenses

A orla litorânea, a região de colonização mais antiga do Espírito Santo, parece hoje tomada de letargia. É um canto do Brasil que se despoeva e morre.

A exploração do interior montanhoso, não começou, em geral, pela costa, vindo porém do interior: do sul, fluminense, ou do oeste mineiro.

As florestas da Zona da Mata (Minas) e de Muriaé (Estado do Rio) iam sendo pouco a pouco derrubadas pelas fazendas de café. Desde 1830 essas derrubadas transbordaram para as serras do Espírito Santo, cujas encostas, clima de altitude e riqueza do solo de decomposição cristalina e húmus florestal tão bem se acomodavam à cultura do café Bourbon (café de sol). O povoamento começou, pois pelos altos dos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, descendo progressivamente no Estado: curiosa marcha de colonização, caminhando às avessas, não do exterior, porém do interior. Alegre, perto da fronteira de Minas, é uma velha povoação do alto Itapemirim, hoje um dos municípios mais populosos do Estado (54 000 habitantes), como o de Cachoeiro do Itapemirim (52 000). Do mesmo modo, sôbre o Itabapoana, os dois primeiros municípios foram os de Calçado e São Pedro de Itabapoana (35 000) na região alta.

Os fazendeiros que começaram as derrubadas nessas regiões vinham, na sua maioria, dos municípios vizinhos, Itaperuna, no Rio de Janeiro ou Carangola, em Minas. A vaga de exploração vinda da Zona da Mata, assenhoreou-se do solo por meio de propriedades relativamente grandes: algumas centenas de *alqueires*, segundo o padrão habitual da propriedade brasileira. É ainda hoje, a região do Espírito Santo onde se encontram os maiores domínios territoriais. Também é a região que mais produz café e o município que se coloca à frente dessa produção é João Pessoa (Mimoso).

## A imigração européia para o planalto oriental

Entretanto, restava uma grande zona vazia entre a franja do litoral, salpicada de velhas aglomerações e essa penetração pelos cafêzais, que chegava do oeste. Foi a imigração estrangeira que se espalhou nessa zona intermedíaria.

Austriacos e alemães foram os primeiros a chegar. Desembarcaram desde 1840, estabelecendo-se a princípio sôbre o planalto, onde mais se aproximavam da costa: Tirolezes, em Rio Novo; alemães em Campinho, em Santa Leopoldina e até em Santa Teresa. Estes colonos ganharam depois o interior, desbravando alguns vales, notadamente o do rio Guandu, até à atual Afonso Cláudio.

Eram êsses alemães de diversas origens, sendo uns católicos e outros luteranos e os municípios que colonizaram conservam ainda hoje os seus templos ou as suas igrejas, em geral belos edifícios de estilo romano germânico.

A colonização italiana começou um pouco mais tardiamente, aí por 1875, porém trouxe contingente muito maior. As chegadas dos alemães são avaliadas em 35 000, contra 65 000 italianos. Estes últimos ocuparam o *planalto* mais meridional. Partindo de Rio Novo e Alfredo Chaves, subiram aos vales do altiplano e povoaram os centros de Guimar, Matilde, Araguaia misturando-se, para o norte com os alemães em roda de Santa Teresa e principalmente no famoso vale de Canaã, cujo início de colonização nos é recontado pelo romancista brasileiro Graça Aranha, em livro notável.

Mais tarde ainda, chegaram os contingentes poloneses, que obtiveram terras devolutas para o norte, em volta de Santo Antônio, Pau Gigante e Serra da Baunilha, que tomou o nome de Serra Polska, na sua parte junto da Alta Baunilha.

Essa colonização estrangeira fêz-se por meio de pequenas propriedades. Os imigrantes não eram, como os colonos de São Paulo, introduzidos para serem trabalhadores agrícolas nas grandes fazendas de café, onde constituíram um proletariado rural muito instável. No Espírito Santo, êles foram verdadeiros colonos, recebendo do Estado uma porção de terra não apropriada ou *devoluta*. Tratava-se em geral, de um lote relativamente pequeno: 20 alqueires (cêrca de 60 hectares) e, por isto, uma das características do Espírito Santo é justamente a multiplicidade das pequenas propriedades, contando-se hoje 70 000 proprietários, sôbre 850 000 habitantes.

Isto lembra a colonização da parte setentrional do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina. Nesses diversos Estados constituiu-se uma classe independente, de colonos remediados, o que é raro no Brasil. Aliás êsse fenômeno está ligado à montanha, tanto no Espírito Santo como nos Estados do sul.

No Espírito Santo, contrariamente ao que se faz no Brasil meridional, os colonos se instalaram no fundo dos vales onde construíram a sua habitação não longe do talvegue junto ao qual construíram o seu pequeno moinho ou roda d'água utilizada para vários trabalhos: prensagem de mandioca; pilagem de arroz ou de café, moagem de milho para fubá, etc. Os lotes foram distribuídos em bandas paralelas, partindo do fundo do vale, sôbre uma fachada dando para o rio ou regato. As derribadas começavam de baixo e iam ganhando os altos, ficando os cumes, em geral, ainda cobertos de floresta. Loteavam-se as propriedades partindo do fundo dos vales e estendendo-se para os cumes "até quem de direito", segundo a expressão brasileira; isto é: até ser encontrado um outro direito de propriedade.

A paisagem é particularmente característica no vale de Canaã colonizado, metade por italianos, metade por alemães. As casas e os moinhos se seguem no fundo do vale, a uns 200 metros de distância, acompanhando a estrada, que, aliás segue o curso de água que serve às habitações. Nos Estados do sul do Brasil, nota-se o contrário: as estradas seguem as cristas ou o *espigão* e é pelos altos que se começam as derribadas; os fundos dos vales são conservados em floresta e as comunicações como o povoamento permanecem associados à linha divisória das vertentes. A paisagem torna-se completamente diferente.

O regime agrícola seguido pelos colonos foge às monoculturas em grande extensão. Sem dúvida, o café é cultivado como principal produto, mas não há mares de cafeeiros como no Estado de São Paulo e apenas se vêem os cafezais em pequenos lotes. Cada proprietário conserva um quadro de floresta e plantou os produtos necessários à sua subsistência. Em resumo, encontra-se um regime de policultura, tendendo às vezes para a economia fechada.

Para diminuir o isolamento dessas colônias da montanha, construiu-se uma ferrovia de traçado muito difícil, de Vitória a Matilde, servindo às colônias italianas da zona serrana: Araguaia, Marechal Floriano, Matilde.

Hoje, as culturas de exportação multiplicam-se: o algodão parece de futuro no vale do baixo Guandu; a laranja desenvolve-se perto de Santa Leopoldina; o arroz, em roda de Cachoeiro do Itapemirim; o tabaco em torno de Rio Pardo; na zona mais alta, entre Guiomar e Araguaia, a vinha aparece como uma cultura de montanha; em Vargem-Alta e perto de Alfredo Chaves, começa-se a plantação de amoreiras.

Esta colonização aumentou rapidamente em número, graças a uma natalidade elevada e à salubridade desses lugares altos. Infelizmente, as terras esgotam-se depressa, com os métodos primitivos de cultivar, que se empregam. Já se assiste a uma evolução análoga à que se nota na Zona da Mata, em Minas: exaustão das terras de cultura, transformadas em pastagens e aumento do pastoreio. Mas essa transformação emprega menos braços e torna-se necessário que uma parte da população procure outras zonas de povoamento. Assim, mau grado a pequena propriedade e a colonização independente, encontra-se ainda aqui — é verdade que em menor grau — essa instabilidade de povoamento que é tão geral no Brasil.

### Colonização do planalto central

Os colonos tiveram que enxamear. Progrediram para oeste, sobre o planalto ainda virgem, ganhando a linha que separava a colonização brasileira, vinda do interior, da estrangeira, vinda de fora pelos portos da costa e que caminharam uma para a outra, diminuindo progressivamente a faixa inexplorada. A oeste e nordeste de Vitória, já os movimentos se encontraram e todo o planalto está mais ou menos densamente ocupado.

Mas para sudoeste, notadamente por Muniz Freire, Rio Pardo e zonas da serra do Castelo, restam ainda terras virgens. Recentemente, criou-se o município de Castelo.

Mais ao sul, a colonização progride rapidamente na serra da Moribeca. Partindo de João Pessoa (outrora Mimoso), de Muqui, de São Filipe, ela se apossa da montanha. Esses centros, servidos pela linha férrea de Vitória ao Rio, estão em plena efervescência, pela chegada de novos habitantes. No meio da serra uma aglomeração cresceu provavelmente ao grau de município: São José das Tôrres. Daqui a poucos anos, todo o planalto estará ocupado e em via de desflorestamento. Assim, as grandes famílias de colonos montanheses terão de procurar alhures outras terras livres, e como já não há quase mais terras de montanha a ocupar, será preciso voltarem-se para as terras da zona baixa, dos *tabuleiros*.

### Nova colonização ao sul de Linhares

Ensaio de colonização estrangeira já aí tinham sido tentados. Por 1890, a chegada em massa, de italianos fez orientar algumas famílias para zona diferente da serrana. Cederam-se lotes nos *platôs* baixos entre Santa Cruz e Linhares; outros na floresta ao norte de Linhares e outros, enfim, ainda mais ao norte no vale do rio São Mateus, junto de Nova Venécia.

A exceção desta última, essas diversas colonizações sobre os tabuleiros terciários, tiveram insucesso quase total. A mortalidade nas famílias dos colonos foi considerável, causada pelo calor mais elevado, pela umidade do clima, abundância de parasitos (bicho do pé) e, principalmente falta de assistência médica.

É para essas terras, apenas abertas que se orienta hoje o excesso de colonos do planalto. Desde 1925 uma nova colonização de terras baixas se organiza, dirigindo-se em duas direções. A primeira procede a uma reocupação dos antigos terrenos para onde viera a primitiva colonização italiana, entre Santa Cruz e Linhares. São principalmente descendentes de italianos da região de Santa Leopoldina e Santa Teresa, que vêm abrir a floresta. Só no município de Santa Cruz, 800 famílias fixaram-se desde 1930, em lotes novos. Por tôda parte, mede-se e delimita-se. A rodovia nova, entre Linhares e Santa Cruz, apenas terminada, já está margeada de florestas salpicadamente devastadas e calcinadas. As plantações de cana de açúcar e de café "capitania" desenvolvem-se e pequenos centros aparecem, onde se vão instalar primeiro os farmacêuticos, que lhes permitem obter os remédios necessários.

Aliás a mortalidade já não apresenta mais nenhuma cifra anormal. Os colonos não são mais novatos porém produto de uma longa aclimatação. Além disso, as grandes derrubadas de conjunto contribuem para sanear a região, criando um meio biológico menos hostil ao homem.

#### Nova colonização ao norte de Colatina

A segunda zona pioneira atual do Espírito Santo, encontra-se além do rio Doce, ao norte de Colatina. Essa região era, ainda há poucos anos pouco conhecida, e os mapas que a representam são, mais ou menos fantasistas. Isto explica a imprecisão que continua a reinar, quanto à serra dos Aimorés. Aliás, a própria fronteira com o Estado de Minas não foi fixada, estendendo-se aí uma zona imprecisa. Gente de Minas e do norte do Espírito Santo aproveitou-se disto, infiltrando-se em plena floresta, abrindo brechas isoladas e vivendo em economia completamente fechada, por algum tempo, longe de toda a civilização. Chamam-lhes *invasores*.

Havia-se delimitado também uma zona para os índios Crenaques que se conservaram nessas zonas retiradas. Ultimamente aumentou-se-lhes mesmo o número, aí introduzindo-se grupos de índios Guaranis trazidos do Rio Grande do Sul. Infelizmente, a mudança de clima e de meio atingiu muito a esses últimos que desapareceram literalmente. Restam hoje uns 200 índios, adidos a êste aldeamento.

Essa zona só se abriu realmente quando se terminou a construção da grande ponte de Colatina, sobre o rio Doce (1928) dando-se então uma verdadeira corrida para as terras virgens, não apropriadas e sendo a floresta, por toda a parte, delimitada, derrubada e queimada, para plantio.

O rio Pancas, que desce do norte e deságua no rio Doce perto de Colatina, serve de direção a essa penetração de pioneiros. A leste desse rio são principalmente descendentes de italianos, que compram lotes. Estes vêm de Santa Teresa, do vale do Canaã e mesmo de muito mais longe, no sul do Estado: de Rio Novo, Iconha e lugares onde as terras começam a estar exaustas. Ao oeste do Pancas, encontram-se mais alemães, vindos do rio Guandu e município de Afonso Cláudio.

O governo polonês obteve uma grande concessão, longe, no interior, em Água Branca, onde uma centena de famílias polacas foram instaladas, esperando-se outras. Será entretanto, necessário deslocá-los: os *invasores* infiltraram-se nas terras da concessão, não sendo possível expeli-los, visto que a ocupação do solo na zona pioneira é ainda o mais sólido título de propriedade. A concessão polonesa será, sem dúvida, estirada para leste, na direção de Nova Venécia.

Através dessa zona pioneira, abrem-se caminhos — caminhos de acaso e bem maus nessas regiões, onde não existe uma verdadeira estação seca. Entretanto, nas estradas melhores, caminhões ousam circular. Nas encruzilhadas, formam-se pequenos centros: o patrimônio de Lajinha já tem umas 30 casas e aí se constrói uma capela: Santa Luzia, outro patrimônio, é mais importante: terá umas 80 casas, uma capela, diversos armazéns, mais para o noroeste, encontra-se ainda Vila Verde, e São Francisco, sendo esta última povoação já no município de São Mateus.

Desde 1935 uma nova zona abriu-se em torno de Marilândia, com o estabelecimento de uma nova estrada. Colatina serve de ponto de partida dessa atividade colonizadora e a cidade se transforma. Erigida há poucos anos em município, já é, pela sua atividade econômica, a quarta cidade do Estado. Mas esta vaga para as terras virgens do norte começa a transbordar de Colatina e já outros pontos de partida para a penetração dessa vida pioneira começaram a penetrar na riba setentrional do rio, tais como o desembarcadouro da fazenda Boa Esperança, donde parte uma estrada de uns 20 quilômetros para o interior, já bordada de concessões em vias de cultivo.

### Colonização pelo cacau no delta do rio Doce

Descendo-se o rio, para o mar, perto de Linhares chega-se a uma nova zona de colonização. Não se trata mais do *platô* de *tabuleiros*, mas de uma *baixada*, instalada sobre o largo cone arenoso de dejeções do rio. Aí aparece outro tipo de vida pioneira, em que o elemento de atração é a cultura do cacau, que constitui como se sabe, o principal produto de exploração da Bahia, onde é cultivado ao largo do litoral, nos vales dos rios, desde o Mucuri.

A zona deltaica do rio Doce apresenta condições favoráveis ao cacau: chuvas abundantes, caindo principalmente no inverno; verão mais seco, porém contando com tempestades chuvosas, aliás na época das cheias do rio Doce, que se encarregam de regar as plantações ribeirinhas, sendo essas inundações sem perigo, como dissemos, por causa do grande número de lagos reguladores da região. Assim, as cheias são apenas fertilizantes, pela vaza que trazem e depositam.

Há cerca de quinze anos, a região era ainda quase floresta e vazia de habitantes, apenas mostrando pequenas roças de pescadores ao longo das margens. A iniciativa, ou pelo menos, uma grande impulsão ao povoamento dessa zona coube a um fazendeiro de cacau da região de Belmonte, na Bahia, o Sr. Filogônio Peixoto, que chamarei "o Pai do Cacau". Nas margens e ilhas do rio Doce, ele abriu uma fazenda cacauzeira — a Fazenda Maria Bonita — fazendo vir trabalhadores baianos para as fainas agrícolas e empregando métodos cujo sucesso acarretou numerosos imitadores.

Dêste modo, hoje, as ilhas e taludes marginais estão apropriadas e em começo de exploração, sucedendo-se as fazendas ao longo do rio, servidas a barco. Os trabalhadores vêm quase todos da Bahia, em turmas de alugados, sendo encontrados lá facilmente pois o desaparecimento infeliz, progressivo, da pequena propriedade na zona do cacau, baiana, provoca a emigração de gente pobre que procura terras livres.<sup>6</sup>

Eles chegam a pé com as suas famílias, palmilhando a costa e alugam-se aos fazendeiros do rio Doce. Logo que podem estabelecem-se por conta própria abrindo pequenas roças na floresta, para lá das ribas do rio Doce, já apropriadas pelos grandes fazendeiros. Assim a região se povoa rapidamente.

Aliás, as plantações de cacau são aqui pouco visíveis, pois ao contrário do que se faz na Bahia, são elas conservadas na sombra, depois de simples derrubada do mato baixo, respeitando-se as grandes árvores, que se fazem morrer aos poucos — método feliz, devido ao Sr. Filogônio Peixoto.

<sup>6</sup> P. Monbeig — "Colonisation, Peuplement et Plantation de Cacao dans le Sud de l'Etat de Bahia" — *Annales de Geog.*, 15 mai, 1937 — pág. 291.

Hoje, o baixo rio Doce constitui o limite meridional da cultura do cacau. Dá sementes um pouco mais amargas, mas que são muito procuradas para misturas com o cacau doce das regiões mais quentes.

Começou-se também a plantação de colateiros, que já dão excelentes resultados, parecendo uma produção de futuro. A colheita da cola, de dezembro a março, vem depois da do cacau — de maio a dezembro — e preenche útilmente um vazio na curva das ocupações.

Assim, o delta do rio Doce sai da floresta monótona tornando-se uma pequena região natural, delimitada de produção, pela colonização cacauera.

### As regiões florestais do norte

Ao contrário, extensas regiões ao norte do rio, permanecem quase sem exploração e praticamente florestais, salvo na zona arenosa do litoral e sobre certos *tabuleiros*, de solo pobre, onde se expandem ruínas pastagens naturais.

A exploração que penetra mais essas regiões virgens é a da madeira. No fundo da lagoa Juparanã há um pequeno porto de embarque para os troncos de árvores (perobas principalmente), trazidas até aí por caminhos florestais, que formam a primeira rede por onde penetrará a exploração pioneira. Muita madeira chega ainda ao lago Juparanã também por água e ao longo do rio São José há uma população de madeiros e jangadeiros, conduzindo balsas de madeiras. Uma serraria importante existia outrora na embocadura do rio Doce, em Regência, mas hoje está parada, pelas condições cada vez mais difíceis da barra, impedindo o acesso das lanchas.

Sobre o rio São Mateus, a exploração da madeira é a principal atividade. Aí uma empresa construiu uma pequena estrada de ferro, de São Mateus a Nova Venécia, que pertence agora ao Estado e faz desenvolver uma delimitada região agrícola nessas terras do norte, onde medrou bem a colonização italiana.

Mais ao norte, a madeira é também exportada pelo rio Itaúnas. Abriu-se mesmo uma estrada a partir de Império, onde a navegabilidade termina, até Cajubi, na fronteira da Bahia, e a região se povoa de madeiros.<sup>7</sup>

Mas tôdas essas explorações são assaz efêmeras e a região permanece virgem em certos trechos, principalmente sobre o braço do norte do rio São Mateus, e não se sabe que povoamento a atingirá e nem qual paisagem a recobrirá, encontrando-se ela adiante da franja pioneira.

Nessas regiões projeta-se reservar parques nacionais. Já entre Santa Cruz e Ribeirão constituiu-se uma pequena reserva, de uns 50 hectares para proteger um dos últimos redutos desse pau brasil que deu o seu nome à grande república sulamericana. Sobre o rio São José, ao norte da Juparanã, pensa-se em reservar um grande parque de 10 000 hectares.

### Começos de uma economia pastoril

Outra região ainda, tem permanecido aproximadamente vazia: os altos da serra do Caparaó. Nos altos domos achatados vizinhos ao Pico da Bandeira, cobertos, a partir de 2 000 metros, de pastagens naturais desenvolveu-se apenas uma espécie de criação de gado quase selvagem, com desenvolvimento natural, sem intervenção do homem. Entretanto, a zona alta, da montanha espiritosantense, começa a orientar-se no sentido de uma pecuária mais aperfeiçoada. O município, novo de Siqueira Campos, sobre o rio Veado, fornece laticínios — leite e queijo — para a região populosa de Alegre e Cachoeira. Fornece também alguns animais, de corte, mas o Espírito Santo recebe ainda de Minas a maior parte do seu gado de açougue trazido em *boiadas* ou pela estrada de ferro, dos altos campos mineiros (Barbacena, Figueira, etc.).

<sup>7</sup> Região da concessão à Cia. Industrial de Madeiras Barra de São Mateus. Com sede no Rio de Janeiro e mantendo uma serraria em Conceição da Barra, cujo porto liga a navegação do Itaúnas por uma pequena estrada de ferro de 6 quilômetros. (Nota do tradutor).

Para o Espírito Santo, Minas constitui ainda a região fornecedora de gado, entretanto, êsse caráter complementar de regiões florestais e de plantação, do litoral, em oposição às zonas de criação, dos campos do interior está em vias de desaparecer. Hoje, nas terras do planalto, esgotadas por mal orientadas práticas agrícolas, as pastagens se multiplicam em volta de Santa Tereza, Matilde, Muqui, estende-se cada vez mais uma região de prados, fornecendo já uma parte importante da carne de consumo do Estado.

### As regiões naturais do Espírito Santo

Assim, o Espírito Santo nos apareceu com duas grandes divisões naturais; o planalto e o platô baixo — nas quais a instalação da vida humana fêz aparecerem outras subdivisões menores.

No planalto, as zonas de Oeste e Sudeste trazem a marca da sua colonização de origem mineira e fluminense, com fazendas relativamente grandes e povoamento já antigo, de densidade relativamente elevada. A zona de Leste, colonizada por estrangeiros de diversas origens, conservou o seu aspecto de loteamento em pequenas propriedades. Bem que todos êstes colonos estejam hoje totalmente abasileirados, conservam ainda algumas lembranças dos seus países de origem: aí se encontra a grande carroça de quatro rodas, germânica ou polonesa; o hábito das sociedades e reuniões peculiares aos alemães; as igrejas de estilo renano, etc. Entre essas duas zonas, uma faixa central, outrora vazia, está atualmente em plena colonização.

Na zona dos platôs baixos ou *tabuleiros* é preciso distinguir a faixa litorânea, com os seus antigos portos em decadência. Para o norte de Vitória, uma velha zona de cana de açúcar e café "capitania" começada ao redor de Viana e Serra, prolonga-se por uma região de colonização recente em terra quase virgem.

Quanto ao delta do rio Doce, êste vai conquistando a sua individualidade pelo desenvolvimento das fazendas de cacau, com imigração baiana. Para o interior, partindo de Colatina, uma colonização recentíssima vai enchendo a floresta virgem do norte do rio Doce de múltiplas clareiras de cultura.

### Vitória

A capital, Vitória, está colocada no ponto principal em que os platôs de *tabuleiros* se estrangulam bruscamente para o sul. A montanha destaca uma vanguarda de maciços isolados, que serviam de suporte à ilha, onde se encontra abrigada a cidade em posição de defesa e lhe deram a sua baía larga e profunda. Vitória é pois, uma cidade marginal entre a zona dos baixos platôs e a do planalto e entre as regiões de chuvas máximas do inverno e chuvas máximas no verão. Tem, portanto, uma posição bem de capital, isto é: de centro de ligação, eclipsando por isto, progressivamente, todos os outros pequenos portos. As estradas de ferro, cujas rêdes se articulam em Vitória, contribuem ainda para essa concentração comercial na capital. Mesmo junto ao rio Doce, os transportes abandonam cada vez mais a via fluvial pelo caminho de ferro. Assim, para os carregadores de cacau, de preferência a arriscá-los aos perigos da barra de Regência, prefere-se fazê-lo subir o rio até Colatina, trazendo-o a Vitória pela estrada de ferro, até que uma estrada conveniente os encaminhe diretamente de Linhares, por meio de caminhões.

Também o aspecto de Vitória tem-se transformado completamente. Constrói grandes docas onde as escalas de navios grandes se têm multiplicado. Está muito embelezada, tomando uma aparência digna de capital. Atinge a 35 000 habitantes, só na ilha, e a sua população cresce rapidamente. Conserva alguns velhos quarteirões e antigos monumentos que lembram ainda a sua vida letárgica de outrora, porém cada vez mais os edifícios modernos, de cimento armado, os bancos, os institutos, os grandes armazéns e lojas bordam as suas ruas. Possui um excelente aeroporto, servido pelos aviões da Panair e da Condor.

Está destinada a ser um dos grande escoadouros de Minas Gerais ocidental. O minério de ferro de Itabira, sairá, talvez, em breve pela estrada de ferro, que desce o rio Doce e então a cidade de Vitória adquirirá, sem dúvida, uma função industrial, facilitada pela abundância de energia hidro-elétrica proveniente das montanhas circundantes. Já tem fornecimento de eletricidade, suficiente, produzida pelas barragens das quedas do rio Jucu.

Tal cidade é bem a imagem de uma região que esteve muito tempo adormecida, como tantas outras do Nordeste brasileiro, mas que, desde meio século, encontra-se em pleno despertar e progresso. Em cinqüenta anos, o efetivo humano foi multiplicado por 10 — tinha 82 000 habitantes em 1872, e contava 821 770 em 1934. A densidade de população passou de 2 a 18 habitantes por quilômetro quadrado. Este rápido crescimento é devido, ao mesmo tempo, a uma natalidade elevada e a uma ativa imigração. Calcula-se em menos de 40 % a parte da população atual, adulta, nascida no próprio Estado.

Graças à existência de uma classe de lavradores com pequenas propriedades, os perigos da monocultura puderam ser evitados e uma estabilidade maior de população e de produção pôde ser obtida — o que, aliás é testemunhado pelos orçamentos do Estado. O Espírito Santo é uma das raras unidades brasileiras que tem podido fazer face a todos os seus compromissos, saldando-os. Sua balança comercial fornece também um ativo de exportações.\* Sem dúvida, é pela extensão um dos pequenos Estados do Brasil, porém um dos grandes pelas lições que fornece.

---

\* Em 1935 o Espírito Santo exportou 222 000:000\$000 e importou 106 000:000\$000.

# Geografia Cultural do Brasil

*Kulturgeographie von Brasilien*

von

Dr. B. Brandt, 1926, Stuttgart

Verlag von J. Engelhorn's Nachf.

Dr. B. BRANDT

## CAPÍTULO IV \*

### A ECONOMIA

#### O espaço econômico

Comparado com o trópico africano, goza o trópico sulamericano de um regime fluvial mais abundante e mais bem distribuído. Sua superfície útil é, por isso, maior, como mostra o predomínio das florestas em um, o das savanas e estepes no outro. Isto se observa especialmente no Brasil, que apresenta territórios secos menos aproveitáveis, apenas em superfície limitada, no nordeste. Em consequência dessa situação extremamente favorável entre área total e área útil, e em virtude de sua enorme extensão, ocupa o Brasil uma parte considerável do total útil da faixa tropical do planeta e, já por isso, uma posição de destaque na economia mundial.

A distribuição em faixas e regiões climáticas, resultante da extensão em latitude e da diversidade de altitude, condiciona uma rica variedade da área econômica. Ao lado de produtos tropicais, colhem-se também, dentro de espaços consideráveis, as produções da flora e fauna sub-tropicais e da zona temperada. Abundantes riquezas minerais implica a posse de um antigo maciço montanhoso cheio de dobras e de âmbito continental, e de uma série de camadas que vai do paleozóico até as formações mais recentes.

Aos depósitos carboníferos se junta, como importante fonte de energia, a "hulha branca" depositada em numerosos rios de montanha, a qual — mais outro dom — se apresenta em importante extensão.

Em tudo e por tudo, a natureza do Brasil oferece ao homem, em tôdas as regiões do país e abundantemente, as matérias do sustento, da vestidura, da habitação e da indústria, necessárias para um viver folgado — superioridade perante a América do Sul espanhola e muitos territórios tropicais africanos —, não lhe possibilita apenas uma economia independente (autárquica) em grande escala, mas obsequia-o, além disso, com um saldo de produtos de exportação, que confere à nação prestígio mundial, riqueza e participação nos mais altos bens culturais.

#### As bases da atividade econômica

Como procede o espaço com respeito ao trabalho necessário à exploração dessas grandes riquezas e que obstáculos opõe à sua utilização? Cabe distinguir entre os obstáculos relativos, removíveis pelo esforço humano, e aqueles que desafiam o mesmo, traçando-lhe limites intransponíveis. Dos primeiros, um, a pequena densidade demográfica, já foi referido. Outros, especialmente as dificuldades do primeiro arroteamento e as distâncias excessivas, serão estudados mais adiante. Entre os intransponíveis ocupa o clima o primeiro lugar. As limitações que o clima impõe à colonização, à permanência duradoura, atingem em escala ainda maior o trabalho. A capacidade de executar trabalho físico diminui para o branco do sul do Brasil, na direção equatorial, mais rapidamente que a possibilidade de permanência duradoura, como se verifica pela coexistência de colônias agrícolas mal sucedidas e colônias urbanas florescentes, no Estado de Minas. Perda de força de trabalho comparável sofrem os habi-

\* N.R.: Os três primeiros capítulos foram publicados no *B. G.* — ano II — ns. 16, 17 e 18.

tantes do planalto tropical quando deslocados para a planície equatorial. Se não houvesse diferença, quanto à possibilidade de trabalho, entre êsses dois espaços, certamente os negros e os mestiços mais claros se teriam estabelecido na planície, os cearenses haveriam trocado suas terras que as secas e fomes assolam pelas margens do Amazonas, que só procuram passageiramente, a fértil planície ter-se-ia elevado ao mesmo grau de cultura que as partes vizinhas do planalto. O atraso patente do próprio vale inferior do Amazonas não é a consequência da pouca valia econômica dêsse território, mas uma prova de que sérios obstáculos se antepõem à fixação da própria força de trabalho acostumada aos trópicos. A cada uma das faixas de povoamento corresponde, assim, uma faixa de força de trabalho especial e, com isso — sem considerar a variação latitudinal das produções —, uma zona econômica.

No sul subtropical - temperado, no território de povoamento branco, a forma econômica que se impõe é a agricultura com força de trabalho branca, a pequena exploração autônoma, a colonização campesina; no planalto tropical, na faixa de povoamento negra e mestiça, a grande fazenda — com exceções que serão logo registradas. Na planície equatorial, porém, domina com o indígena sua economia, apropriação simples, destruidora e devastadora. Em outras palavras, a natureza divide o Brasil em três setores econômicos, o sulino, de economia européia, o médio, de economia colonial, e o reservatório de matérias primas do norte. É menos a modalidade dos produtos — sob êste aspecto são os limites mais inseguros — que a forma econômica, que condiciona o caráter salteadamente diferente dos portos, o que leva o comércio mundial à divisão prática em Brasil meridional, Brasil central e Brasil setentrional.<sup>1</sup>

Os insucessos já referidos da colonização na zona marginal entre o Brasil meridional e o Brasil central explicam-se, abstraindo-se dos erros na escolha dos locais quanto ao clima, pela não consideração dos limites naturais do trabalho. Êstes, mesmo em comparação dos resultados da colonização na América do Norte e do Sul, deviam ser levados mais em conta do que sucede geralmente. Não se haveria de então atribuir as diferenças apenas às antiteses de raça das massas colonizadoras — ali germânicas, aqui latinas — e o Brasil seria julgado mais favoravelmente.

A diferenciação das zonas culturais em um setor de força de trabalho branca e outro de força de trabalho de côr é de importância decisiva para a economia. O homem branco trabalha com mais inteligência e segurança que o de côr; por outro lado, seu nível de vida requer meios mais consideráveis, seu trabalho, portanto, maiores salários. Além disso, os vários ramos da agricultura impõem mui diversas tarefas aos trabalhadores, umas de execução fácil, podendo, sem inconveniência, ser entregues aos homens de côr, outras, que exigem maior atenção, dando mais resultado com o emprêgo da mão de obra branca. Como o empresário explora a força de trabalho mais rendosa, portanto, na cultura extensiva emprega o trabalhador de côr, na mais adiantada, a força de trabalho branca, mais cara e mais rendosa, êle procurará atrair os homens de côr, onde se apresentarem, para o sul do Brasil e, inversamente, empregará brancos no Brasil central, sempre que houver dêles mister. Para o primeiro caso, as possibilidades são ilimitadas, para o segundo, bastante restritas. Donde se deduz que as culturas mais exigentes, na faixa tropical, durante muito tempo trabalharão com meios rudimentares, que elas não poderão, em muitos casos, ser levadas à perfeição e, por isso, não serão capazes de enfrentar a concorrência de outras terras mais favorecidas quanto à força de trabalho. Ver-se-á no capítulo sobre a produção que somente mantêm sua posição no mercado mundial os produtos dos trópicos de todo exploráveis pela força de trabalho de côr, e que, para os outros, a capacidade de concorrência decai sempre que aparece um parceiro com melhores condições de produção. O melhor exemplo disso, no sentido positivo, é o cacau, no negativo, o açúcar.

Daí se segue também — e assim voltamos às exceções precitadas — que a distribuição das formas — pequena exploração, no sul, fazenda, no Brasil central — não pode ser tomada ao pé da letra. Onde a produção exige, empregam-se também os brancos em grandes explorações, mesmo na zona da colonização campesina. É o que se observa, sobretudo, com o café de São Paulo, que requer cuidadoso tratamento e só dá resultado com a grande exploração.

<sup>1</sup> Do Rio Grande do Sul até Paranaguá; de Santos a Cabedelo; de Natal ao Pará.

### O desenvolvimento do espaço econômico

Quando os portugueses pisaram pela primeira vez o solo do Brasil é possível que, dadas suas experiências e sucessos na Índia, não o acharam merecedor do seu interesse. Encontraram uma terra quase virgem e uma população que, em comparação com os habitantes das costas do Índico, muito pouco havia feito pela exploração dos recursos naturais e apresentava aos forasteiros pouco mais que algumas curiosidades, com exceção da madeira que deu o nome ao país. A passagem da apropriação, possível na Índia, dos cobiçados produtos vegetais dos trópicos para o cultivo próprio aqui necessário, ainda não preocupava os portugueses, então entregues aos descobrimentos, e assim se compreende como a metrópole viu na nova terra uma conquista mais política que econômica e deixou o Brasil inaproveitado durante toda uma geração.

Não obstante, já nesse tempo, dá-se o primeiro passo para a futura economia, justamente por aqueles aventureiros que, precedendo a colonização propriamente dita, penetraram no Brasil antes de 1531. Só contando com os próprios recursos, tiveram que aprender dos indígenas a satisfação das necessidades vitais mais elementares, aproveitando-se de suas experiências econômicas. Entre os bens recebidos dos índios ocupa o primeiro lugar a mandioca, a euforbiácea que, inteligentemente privada do seu veneno e transformada em farinha, no amplo espaço fora da zona de cultivo do trigo, mesmo em todo o Brasil, constitui o alimento diário do europeu. Das primeiras aquisições da nova colônia é também o algodão indígena, cuja elaboração os portugueses viram pela primeira vez no Brasil e na Índia. Com a substituição da simples colheita pelo cultivo, o algodão tornou-se mais tarde um dos produtos brasileiros da maior importância.

Com a verdadeira colonização começou uma segunda etapa do desenvolvimento econômico. No primeiro meio século de contacto com os trópicos, os portugueses acumularam experiências na agricultura tropical, especialmente das plantas índicas, que puderam então aplicar no Brasil. Paralelamente com o conhecimento e utilização das plantas úteis americanas, o milho, o tabaco, o cacau, etc., operou-se progressivamente a transplantação das espécies tropicais do Velho Mundo, a cana-de-açúcar, o arroz, o anil, o ananás, a banana, a manga e outras, da Índia. O coqueiro foi possivelmente trazido da África, do mesmo modo que o café, este por intermédio da colônia holandesa de Surinã. Transformando o trópico brasileiro primitivamente pouco proveitoso em província econômica rival da Índia, os portugueses realizaram uma grande obra cultural, tanto mais louvável quanto eles, no caso, vanguardavam os demais povos colonizadores.

Simultaneamente com as plantas tropicais, eles introduziam as espécies das outras zonas que lhes eram acessíveis, a vide, as plantas cítricas, a oliveira, o melão, etc., da bacia mediterrânea, os cereais e árvores frutíferas europeus, posteriormente, plantas pônticas e orientais, o trigo sarraceno, a luzerna e o tremoço. Mau grado não ter ainda terminado a transplantação que apenas esboçamos, pode-se considerar, no essencial, terminada a tarefa condicionada pela natureza do país.

No que se relaciona com o aproveitamento das plantas silvestres, é permitido distinguir três períodos. Primeiro, como já foi mostrado, aproveitou-se a experiência do indígena. Dêle aprendeu o europeu totalmente ignorante da natureza brasileira a utilidade de numerosas matérias primas de emprêgo diuturno, as quais, ainda hoje, especialmente nas regiões remotas, são indispensáveis. A esta classe pertencem as plantas utilizadas no entrançado e na fiação, madeiras, etc. Em segundo lugar, o refinamento do consumo doméstico e a atividade industrial levam à procura de novas matérias primas. Sobretudo as palmeiras, tão onimodamente úteis, forneciam matérias que, sem valor para o índio, são de grande préstimo para o colono: assim a cera da carnaubeira, empregada no fabrico de velas, o duro pericarpo da piaçaba, procurado pelos torneiros, e suas fibras com que se fazem escóvas e vassouras. Finalmente, o impulso para a maior utilização encontra-se no estrangeiro, na procura crescente dos países industriais, como se observou com a borracha.

## O desenvolvimento do trabalho

O desenvolvimento gradativo da exploração dos recursos do Brasil pressupõe um emprêgo sempre crescente de trabalho. Para o aproveitamento das possibilidades oferecidas pelo espaço econômico é necessário, além disso, que o trabalho seja empregado em correspondência com elas e dentro dos limites dados. Ao preenchimento da primeira condição, a dotação do país com força de trabalho, serviu a mobilização do elemento indígena, pela sua escravização, o envio renovado de colonos portugueses, a importação do negro, e, finalmente, o franqueamento às correntes imigratórias européas. O estado atual dessa tarefa e as conseqüências advindas para a população — sua composição étnica, o enfraquecimento do lusismo, a questão negra — já foram estudados no capítulo terceiro.

Na sucessão do emprêgo da força de trabalho indígena, preta e branca, refletem-se — e assim chegamos à segunda tarefa — um apuramento e uma intensificação crescente do trabalho. O indígena é, física e espiritualmente, menos adequado ao trabalho agrícola que o negro. Com êle a economia podia estender-se, sem se aperfeiçoar. Sua fácil obtenção por caçadas e seu preço mínimo ocasionavam ainda a exploração imoderada de sua força de trabalho; não era necessário poupá-lo e sacrificavam-no a uma vantagem do momento. Isto se opunha a uma economia inteligente. O primeiro período, caracterizado pela escravidão do indígena, foi, como se depreende das notícias dos missionários, uma época de dissipação da força de trabalho e de miopia econômica.

Em 1574 \* começou a importação do escravo negro sob todo aspecto mais adequado e capaz, mas muito mais caro, em conseqüência do alto custo de sua obtenção. <sup>2</sup> Sua introdução prova que se sentia a necessidade da intensificação da economia. A admissão de um custo de produção tão alto, condicionado pelo preço da força de trabalho, é, porém, uma prova de que se tinha aprendido a agir mais racionalmente. A duração ininterrupta da importação do negro, até o meado do século XIX, juntamente com o retrocesso simultâneo e a cessação, já na segunda metade do século XVIII, da escravidão vermelha, é um sintoma do desenvolvimento crescente da economia do Brasil.

Naturalmente, a relação entre a procura e a oferta da força de trabalho negra sofria oscilações inevitáveis. É o que se observa na expansão do negro no planalto de Minas e na ascensão econômica do mesmo território. Os valiosos produtos da mineração, primitivamente a única riqueza explorada, tornaram rendosa a importação do negro, até que a baixa da produção dos depósitos auríferos e diamantíferos superficialmente tratados ocasionou um excesso de força de trabalho negra, que, pela sua coincidente superabundância nos estabelecimentos rurais da zona costeira, não pôde ser absorvido nêles. A conseqüência foi a permanência do negro em Minas e a passagem da mineração para a agricultura.

Com a diminuição do lucro se agravou consideravelmente a condição dos escravos das minas; êles foram sacrificados pelo prolongamento do tempo de trabalho, pela introdução do trabalho dominical, tal como o haviam sido os índios. Na verdade, o tratamento dos escravos negros é um espelho da conjuntura econômica, devendo ser julgado sob êsse prisma, e não sob o ponto de vista da moral. Se seu trabalho rendia bastante, o senhor interessava-se pela conservação do seu vigor e pelo bom tratamento; em caso contrário, para infortúnio do escravo, preocupava-o apenas o resultado imediato. Sempre que se trata de maior vexação do escravo e de suas decorrências, fugas, motins, quilombós, a causa deve ser procurada mais na situação desfavorável da economia do que na brutalidade dos costumes.

Se a introdução do escravo negro significou a passagem da economia destrutiva para a economia colonial organizada, com o começo da imigração européia, ao iniciar-se o século XIX, fica aberto o caminho para a economia européia. As tarefas e destinos que aguardavam o imigrante europeu no Brasil eram, a princí-

\* V. a 5.<sup>a</sup> nota em asterisco do cap. III.

<sup>2</sup> Enquanto um lote de quinze índios equivalia de 35 a 45 bois, um só escravo africano não custava menos de 47 bois.

pio, totalmente diversos daqueles que se ofereciam ao imigrante na América do Norte. Lá se tratava da rápida conquista de imensos espaços, intactos e desconhecidos, mas semelhantes aos da velha pátria; no Brasil, havia que deslocar a passo a fronteira cultural em terras cuja natureza tão diversa da pátria já era do conhecimento do colono. Ele gozava de muito mais autonomia na América do Norte que no Brasil, onde devia amoldar-se às instituições de uma colonização tricentenária. Entre eles e o solo a ocupar se interpunha o empresário que lhe ditava a tarefa. A colonização do Brasil falta, por isso, aquele pioneirismo heróico que tanto distingue a América do Norte, apressando o caldeamento dos novos elementos e influndo profundamente no caráter do povo.

Das instâncias que se ocupavam com os colonos só uma parte mirava à grande finalidade, o preenchimento com brancos de todo o espaço apropriado; eram principalmente as unidades administrativas, inclusive os municípios. Os outros interessados agiam utilitariamente. O fazendeiro, ameaçado pela abolição que se anunciava, procurava substituir a força de trabalho negra pela branca.<sup>3</sup> As sociedades de colonização viam no colono um objeto de negócio. Interessavam-nas mais as "gratificações por cabeça" e os lucros do transporte que a prosperidade das novas colônias. Últimamente, as companhias ferroviárias e as empresas territoriais também se dedicam à colonização, preocupadas sobretudo com a rápida valorização de seus terrenos.

É patente que uma tal pluralidade de interesses se opõe não raro ao bem do país e do colono. Daí resultou uma série de abusos: engajamento fraudulento de gente imprestável, ludíbrio do imigrante mediante contratos capciosos, dívidas do colono resultantes do adiamento das passagens e um grau de sujeição próximo da escravidão, o que provocou as medidas de defesa dos países de emigração<sup>4</sup> e a má fama de todo o sistema de colonização. Lentamente, a administração procurou remover êsses males e, sobretudo, a dependência opressiva. A abolição desta, que ainda subsiste no "sistema de peonagem" de vários países hispano-americanos, foi conseguida graças à rápida penetração das idéias americanas sobre a valia do trabalho. Não obstante, o emigrante ainda não está livre hoje em dia de desilusões, de perda de patrimônio e da saúde, razão por que persistem a desconfiança contra a colonização e a insegurança quanto às condições de imigração.<sup>5</sup> De grande importância é o fato de se dispor a administração a excluir o mais possível a colonização particular e encarregar-se ela própria de todo o serviço. É o que se observa com as numerosas colônias estatais ultimamente criadas e com o direito de inspeção sobre uma parte das grandes colônias particulares, em troca da concessão de auxílio. É de esperar então que os riscos do imigrante se limitem, cada vez mais, à sua própria incapacidade, apesar de que a experiência ainda insuficiente da colonização estatal, a já mencionada inconstância brasileira na execução dos grandes planos e, principalmente, a precária situação financeira limitem de certo modo essa possibilidade.

Da maior relevância para o imigrante em todos os tempos foi o seu equipamento. Se não dispõe de meios e lhe falta a ajuda estatal, só lhe resta geralmente o emprego em uma grande exploração. No caso contrário, será um

<sup>3</sup> Deixando de lado a fertilidade de seu solo, São Paulo deve seu grandioso desenvolvimento à previdência dos seus fazendeiros e ao seu pronto reconhecimento de que o trabalho branco rende mais que o negro. A abolição, fatal ao Brasil central, não atingiu São Paulo e foi por ele facilitada. Na diversidade de situação entre São Paulo e o Brasil central, no que se refere à questão da escravidão, reflete-se o antagonismo entre o sul e o norte. Em conexão com isto, a superioridade crescente do sul explica o deslocamento do centro de gravidade da federação.

<sup>4</sup> Por exemplo, o decreto de Heydtsch, na Prússia, em 1859.

<sup>5</sup> Convém lembrar o que se passou na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em que trabalharam homens de todos os quadrantes. O engajamento foi feito inescrupulosamente, não se procedeu a uma seleção de acordo com o clima, a saúde, os predicações físicas, nem mesmo com a idade. O trabalho ia ser executado na planície tórrida, num ponto remoto do Brasil. Cuidou-se deficientemente do alojamento, da alimentação, das medidas sanitárias e da assistência médica. Foi enorme o número dos doentes e mortos. Ao béri-béri, doença de carência alimentar, atribuiu-se a maior quota das vítimas. Os navios que desciam o Amazonas, quando as empresas de transporte não recusavam os enfermos, pareciam lazaretos e davam a impressão de que se tinham travado lutas sangrentas nas florestas equatoriais. Se há exagero no dito então em voga, "cada dormente representa um morto", contudo ele caracteriza a levandade da companhia construtora. — Muitas falhas, que se julgavam definitivamente corrigidas, parece terem revivido depois da grande guerra, aumentando consideravelmente a insegurança do imigrante.

colono livre. Será, portanto, pequeno agricultor ou trabalhador rural. Como a colonização campestre e a grande exploração agrícola, o cultivo autônomo e a fazenda são formas econômicas de duas regiões diferentes, os meios disponíveis determinam o destino do imigrante, o sul temperado ou o planalto tropical, isto é, sua faixa sul que permite o trabalho branco.

Para libertar os colonos pobres dessa dura contingência e atrair novos imigrantes, tentou-se, tanto no passado quanto recentemente, uma solução intermédica, que, sem exigir despesas, assegura-lhes uma relativa autonomia, e promete torná-la completa. Esse compromisso entre o interesse do imigrante e o do empresário foi estabelecido primeiramente com o contrato de parceria (também meação).<sup>6</sup> O empresário financiava as passagens e gastos iniciais, concedia uma habitação e um lote de terreno, e entregava uma parte de sua plantação. Em paga, reservava-se a metade da produção, ficando-lhe assegurada a preferência na compra do restante. O colono obrigava-se a trabalhar sob essas condições até o pagamento de suas dívidas. Muitos imigrantes prosperaram sob esse regime; mas, por outro lado, abusos e inconveniências resultaram repetidamente dele.

O tipo aqui analisado representa apenas uma forma daquele numeroso grupo de colônias similares que se encontra na bibliografia da época. Todo esse grupo, constituído das várias modalidades do auxílio e da convenção, não tem significação geográfica especial. Contudo, no seu conjunto, as colônias de parceria apresentam uma unidade geográfica: elas são a forma típica da cinta de transição subtropical — tropical e da borda meridional da faixa tropical da grande exploração que ainda permite o emprêgo da força de trabalho branca.

Com a adoção da concepção moderna do direito, que, com a república, se encorporou na legislação do trabalho, todos esses tipos de colonização se desprestigiaram. Eles cederam lugar às colônias de trabalhadores. A completa liberdade contratual, as boas possibilidades de salário nas fazendas de café, o barateamento do transporte e o estabelecimento de uma verdadeira imigração estacional entre o sul da Europa (Itália, Espanha, Portugal) e a América do Sul tornaram mas fácil a decisão de tentar a sorte no Brasil e deixaram parecer menos urgente a necessidade de uma solução intermédica do problema da colonização. Contudo, a administração não a despreza, quando possibilita ao imigrante pobre, pelo seu trabalho nas colônias do Estado, os meios de aquisição de um lote.

As antigas colônias livres, até 1870 — a partir daí começa o Estado, na previsão da próxima carência de trabalhadores, a olhar mais atentamente para a colonização — formavam, quanto ao empresário, ao financiamento e à constituição, um grupo não menos variegado que as colônias de parceria. Caracterizavam-se tôdas pela finalidade precípua de sua fundação, atrair os imigrantes. Com tolerância de colônias, mesmo de distritos, de uma só nacionalidade, julgou-se tornar possível o enraizamento do imigrante na nova terra. Pela mesma razão, não talvez para desenvolvê-lo de acôrdo com sua natureza e encorporá-lo no conjunto da economia nacional, como ao província especial — para isso faltava a experiência, alcançada somente após tentativas repetidas — foi preferido o território do sul. A única diferença econômica entre essa região e o planalto tropical consistia em não predominar nela a grande exploração agrícola. Em pequena escala, cultivavam-se nas colônias as plantas tropicais, a cana-de-açúcar, o café e outros gêneros. Não se intentou uma distribuição das colônias em uma grande extensão territorial. Fundamental para a sua localização era apenas a possibilidade de escoamento da produção e a ligação, com os centros costeiros. Em correspondência com os meios de comunicação da época, elas se situavam a pouca distância do litoral.

A colonização atual, principalmente a do Estado, comparada com a anterior, regista progressos notáveis.<sup>7</sup> A finalidade político-demográfica, o povoamento do país, ainda ocupa o primeiro plano; além disto, porém, observa-se a preocupação da dosagem cuidadosa da imigração, para evitar a constituição de regiões coloniais de uma só nacionalidade.

<sup>6</sup> A fonte mais completa para o que segue, como para a colonização no passado, é o livro de von Tschudi, tantas vezes citado.

<sup>7</sup> V. as informações contidas no *Annuaire Économique du Brésil*, 1913, pág. 330 e seguintes.

Agora se cuida sistematicamente da divisão territorial do trabalho entre o Brasil meridional e o Brasil central. As colônias do Estado devem praticar principalmente a agricultura européia e produzir trigo, cevada, batata, centeio, etc., exercendo uma atividade complementar das grandes explorações.

A colonização não se opera mais em trechos isolados; toma-se por base um espaço julgado adequado, o qual é coberto por uma rede de pontos de cristalização, os "núcleos coloniais".<sup>8</sup> Com tal plano, é patente que se intenta o aproveitamento de todas as possibilidades, procurando-se, assim, alcançar os limites equatoriais do cultivo das plantas extra-tropicais e da zona do trabalho branco. Ademais, os progressos dos transportes tornam possível o aproveitamento das terras distanciadas da costa.

### A influência do exterior

Enquanto Portugal pôde manter o monopólio dos gêneros da Índia, seus planos referentes ao Brasil terão sido modestos, justamente porque a colônia primitivamente pouco aproveitável requeria muito tempo para se transformar em fonte abundante para a metrópole. Por outro lado, as lutas defensivas contra os ingleses, holandeses e franceses não favoreceram seu rápido aproveitamento. A economia metropolitana só alcançou um resultado significativo quando, depois de consolidada sua posse, adveio uma certa tranqüilidade e seqüência do desenvolvimento, não antes da primeira metade do século XVII. Como, na mesma época, no Índico, a luta pela hegemonia começou a decidir-se em favor dos mesmos concorrentes, o centro de gravidade do império colonial português deslocou-se naturalmente para o Brasil.

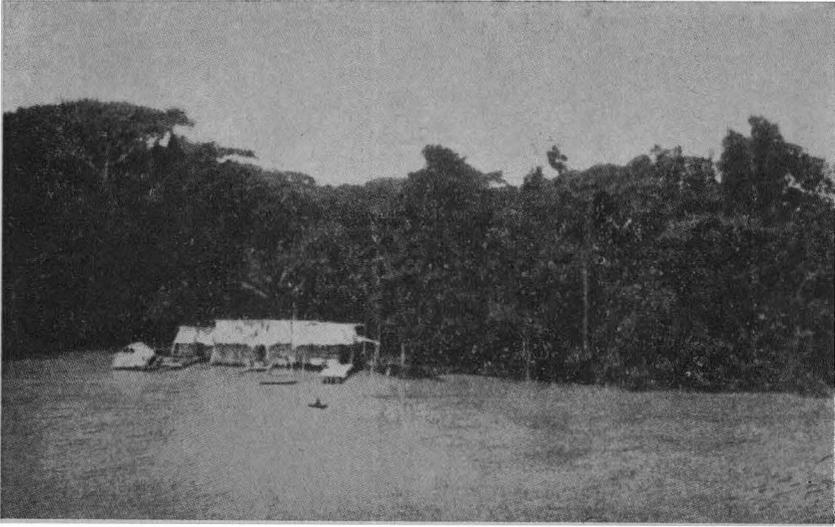
Com o tempo, dentre os produtos tropicais passaram a interessar o consumo europeu menos as especiarias, tão procuradas no fim da Idade Média e na época dos descobrimentos, que aqueles gêneros que representavam uma melhoria essencial dos suprimentos das necessidades comuns. Tal é o caso do açúcar, que substituiu o mel de uso tão comum antes do descobrimento. Pode-se afirmar, assim, que o açúcar bruto foi o principal produto de exportação, ao consolidar-se o domínio português no Brasil, e que a ascensão econômica, verificável pela ininterrupta importação de escravos, foi devida sobretudo a esse produto. De grande valia foi a seguir o algodão, fornecido antes só pela Índia, já elaborado, o qual se produzia no século XVIII em tal quantidade que o Brasil passou a ser seu maior fornecedor.<sup>9</sup> Se é provável que o primeiro desses dois produtos abastecia não só a metrópole, mas também, em concorrência com as demais potências coloniais, os países privados de colônias tropicais, nenhuma dúvida cabe quanto ao segundo, com o que se afirma encontrar-se, o Brasil colonial já enlaçado com o mercado mundial.

Sua influência nesse mercado não deve ser, contudo, exagerada. A interposição de Portugal assemelhava-se a uma barreira, dentro da qual a colônia, que trabalhava com meios deficientes para o consumo próprio e o consumo reduzido do pequeno reino, pobre e, após breve apogeu, em decadência fatalmente acentuada, se aproximava cada vez mais da estagnação.

Quando essa barreira foi removida pela independência, o mundo encontrava-se em fermentação, tanto no setor da economia quanto no da política. No fim do século XVIII se havia iniciado aquele período de incessantes invenções, em cujo ponto culminante nos encontramos agora. A técnica deu novas aplicações às matérias primas já existentes e ensinou o emprêgo de outras até então ignoradas. No mesmo sentido resultaram os progressos da agricultura baseada nos ensinamentos da ciência. Com a constante obtenção de novos meios avultaram as necessidades da população, cujo crescimento foi extraordinário e paralelo a essa ascensão e que, sob a influência do individualismo introduzido pela Revolução Francesa, se tornou cada vez mais exigente.

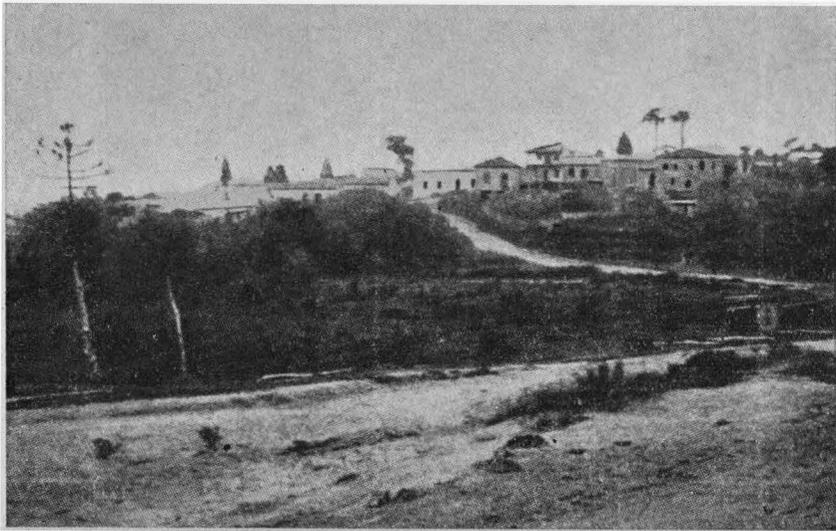
<sup>8</sup> Planta indicando a posição dos núcleos coloniais fundados pela Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, 1910.

<sup>9</sup> Mc Cutcheon Mc Bride, Cotton Growing in South America. *Geogr. Review*, New York, 1920, pág. 43.



*Estabelecimento isolado nos estreitos canais entre o baixo Amazonas e o estuário do Pará. Comparar a figura 9. A cabana pertence a uma família de índios civilizados. Moradas menos primitivas são feitas de pranchões e tábuas e dotadas de sólidas pontes de desembarque*

(Fotografia B. Brandt).



*Rio Grande, colônia do tipo povoado, no planalto de São Paulo*

Na orla da zona tórrida, em que se misturam as palmeiras e as araucárias, e situado a algumas centenas de metros acima do nível do mar, o planalto paulista possui um clima subtropical semelhante ao mediterrâneo. Daí a grande participação dos italianos na população de São Paulo, daí também a feição pronunciadamente mediterrânea da cultura. Rio Grande, situado perto de um riacho, moradia de italianos ocupados nas pedreiras e florestas da vizinhança, dá a impressão de um trecho de paisagem do sul da Europa. — Junto ao riacho, um carro de bois do tipo mais primitivo

(Fotografia B. Brandt).

A independência e a pretensão que o mercado mundial fez então valer junto à sua maior província tropical resultaram em vigorosos movimentos de compensação entre os dois setores tão heterogêneos, movimentos que, dada a ascensão sempre impetuosa da economia mundial, demoraram em atingir um ponto de equilíbrio. Por isso, a economia do Brasil, durante todo o século XIX, encontra-se em estado de subversão, no qual a herança colonial se desfaz, ora precipitadamente, ora lentamente, operando-se a adaptação ao mercado mundial com o mesmo ritmo alternado. Só recentemente alcançou o processo uma direção que permite esboçar com segurança a tendência da economia futura.

A única transição direta, se bem que difícil, foi a que se observou no domínio da força de trabalho. O trabalho escravo, que exigia um custo mínimo, foi substituído pelo trabalho livre mais caro, o qual, no último decênio, sob a influência das idéias norteamericanas a respeito, encareceu, ainda mais.<sup>10</sup>

O desnível entre o Brasil deficientemente equipado e os países progressistas fez com que toda nova invenção e aperfeiçoamento da indústria acarretasse a diminuição da capacidade de concorrência do primeiro. Assim, a economia algodoeira, que antes pesava no mercado mundial sofreu um rude golpe com a invenção da máquina de descarregar na América do Norte. O Brasil cedeu a esta sua predominância.

Outras perdas, na verdade inevitáveis, decorreram da obtenção de novos recursos no estrangeiro. No caso, ocupa o primeiro lugar o desenvolvimento da indústria beterrabeira, que tornou independente do açúcar de cana uma extensão sempre crescente da Europa.

Por outro lado, deve-se registrar, como fator positivo de importação, a aparição de novas necessidades no plano mundial, as quais nenhum país tropical podia satisfazer mais vantajosamente que o Brasil. É o que se deu com o café, primitivamente gênero de luxo, no correr do último século bem de consumo indispensável às massas, e com a borracha, que, ainda quase uma curiosidade ao tempo de Bates, passou a ser uma das matérias primas mais valiosas.

Na fácil possibilidade de substituir um bem de exportação por outro, de contrapor a toda perda no mercado mundial um ganho, e no fato de ter podido o Brasil reconstituir sua economia em meio a um desenvolvimento tempestuoso, manifesta-se o dom de seu espaço econômico incomparavelmente rico. Sobre bases inseguras, ao inverso, assenta a riqueza de outros países sulamericanos, a qual se apóia em um único produto, durando e desaparecendo com o seu monopólio.<sup>11</sup>

Essa facilidade de substituição tem contudo, uma inconveniência que, também no Brasil, se fez sentir fatalmente. Em vez de desenvolver simetricamente sua produção, o Brasil, repetidamente, deixou-se seduzir pelo cultivo exclusivo do gênero mais procurado em cada época pelo mercado mundial. O resultado da produção indefinidamente aumentada foi a saturação da procura, que demorou tanto menos em se fazer sentir, quanto os outros países produtores seguiam o mesmo caminho. A fases curtas de altos lucros sucediam, necessariamente, profundas depressões. A última e a mais considerável foi a do café, em 1900. Sua causa remota foi a abolição do trabalho escravo. Para compensar as perdas decorrentes da iminente privação da força de trabalho barata, o rendoso cultivo do café, desde 1885, foi alargado de modo tal que os gêneros alimentícios e as forragens do gado tiveram que ser importados. Em 1897 estava o mercado mundial abarrotado, os preços começaram a baixar e chegou-se à situação absurda de contar com as más colheitas como perspectiva favorável e procurar influir nos preços mediante a destruição parcial das mesmas. Alívio passageiro

<sup>10</sup> A vida no Brasil tornou-se por isso muito cara. Nas grandes cidades os preços atingem os mesmos níveis que nas norteamericanas. As povoações afastadas, porém, oferecem condições de preço semelhantes às do sul da Europa ou dos países americanos menos desenvolvidos, o Peru, por exemplo. No interior remoto na bacia amazônica, especialmente no Acre, a importação eleva os preços dos gêneros mais necessários a um nível comparável ao da Europa de após-guerra.

<sup>11</sup> É o caso do Peru, que se despojou sucessivamente de suas fontes de riqueza, sem poder suprir a perda de cada uma delas. Seu açúcar de cana foi desbancado pelo de beterraba; o guano sucumbiu à exploração inconsiderada; o salitre foi-lhe arrebatado em consequência da infeliz guerra do Pacífico.

foi alcançado com uma operação financeira, a chamada valorização do café; o restabelecimento virá da reestruturação da economia brasileira, cujo processo se iniciou naqueles anos.

Fenômeno semelhante observou-se com a exploração da borracha na bacia amazônica, a qual começou na foz e, subindo as águas, foi avassalando rio após rio, até que, após breve "boom", se reduziu consideravelmente. Atualmente, a exploração localiza-se nas fronteiras, nos afluentes do alto Amazonas e especialmente no Território do Acre, que atravessa agora sua grande fase e é por isso muito falado. A grande praça da "borracha do Pará" não é mais Belém, na foz do rio, mas Manaus, situada no centro da bacia.

O grande abalo que em virtude da crise do café golpeou não só São Paulo, o grande centro produtor, mas todo o Brasil, tornou finalmente claro que a economia conjuntural até então seguida não se coadunava com a prosperidade ordenada do Estado. Após as primeiras sugestões particulares<sup>13</sup> e do próprio Estado de São Paulo, iniciou a União um grande plano de reforma. A finalidade principal devia ser a remoção das raízes de todo o mal, a monocultura, e sua substituição por uma policultura acorde com a riqueza do país. Para alcançá-la, as produções até então desprezadas deviam ser capacitadas para a concorrência, isto é, deviam ser conduzidas com meios adequados ao seu barateamento, racionalizadas. Para isso urgia o estabelecimento das bases científicas e a divulgação das experiências obtidas entre a população dos campos. Ao lado das colônias do Estado, nas quais êsses planos, mais rapidamente e em ligação com o novo regime da imigração, podiam ser executados em escala que influísse na economia, distribuiu-se por todo o país uma rede de estações experimentais, fazendas modelos, estabelecimentos de ensino e análogos, tal como se dava com as colônias, em todo o sul e em parte do centro do Brasil. A passagem do plano para a ação foi feita, com notável rapidez, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então criado, de modo que, juntamente com as modificações impostas sob a pressão da necessidade, não se venceu apenas a última crise, mas também se conseguiu um avanço considerável.

Com essa reforma foi conseguido, em princípio, o alinhamento econômico com os países vanguardeiros e ficou inaugurado um novo período da história econômica do Brasil.

<sup>13</sup> *Annuaire*, 1913, págs. 291 e seguintes.

## Resenha e Opiniões

### **O fundamento político da autonomia amazonense**

A cinco de setembro de 1850, um ato de S. Majestade o Imperador Pedro II elevou à categoria de Província a antiga comarca do Alto Amazonas, satisfazendo os anseios de seus habitantes e executando uma das providências de maior alcance político, no campo da segurança nacional, até então decretadas desde a fundação do Império.

A primeira vista, a providência vinha consultar apenas desejos de um grupo de brasileiros que elevam suas vozes para beneficiar-se do ato. Bem examinada a situação, balanceadas as razões históricas, o sentido objetivo, atual e imperativo que conduziam os estadistas nacionais àquele passo, verificava-se que ele vinha realmente completar o equipamento administrativo do país preparando-o em setores quase abandonados para as dúvidas do futuro.

Com a penetração dos sertanistas e missionários que tomaram a direção oeste do vale, a hinterlândia amazônica fôra sendo reconhecida e integrada no patrimônio territorial do império lusiada sulamericano. O esforço do estrangeiro vizinho fôra infrutífero. A marcha da fronteira, de que os norte-americanos se valem para caracterizar sua história político, territorial, muito antes do episódio de que se orgulhariam nossos irmãos do norte, constituía, no vale amazônico, uma das pintas mais fortes do processo histórico regional. A fronteira empurrada, todavia, criara o grave problema de um espaço gigantesco, que precisava ser ocupado, policiado, defendido e explorado. A visão dos homens de estado luso-brasileiros de logo o percebeu. E ante a necessidade de enfrentá-lo condignamente, moveu-se em uma série de atos que redundaram no estabelecimento de dezenas de núcleos humanos, fortificações balizando os extremos da colônia, trabalho agrícola ou exploração da matéria prima local e, por fim, a instalação do poder estatal que garantisse a ordem, assistisse o colono e sertanista nas suas dúvidas e dificuldades e pudesse, com a rapidez neces-

sária, solucionar os problemas que se fôsem propondo à inteligência dos governantes.

A criação da Capitania de São José do Rio Negro em 3 de março de 1755 refletiu o ânimo de acertar dos administradores do vale como delegados dos governantes lisboetas e constituiu o arcabouço estatal que o momento impôs.

Essa Capitania, instalada em 9 de maio de 1758 em Barcelos, no rio Negro, estendeu-se ao Javari, ao vale do rio Branco, às proximidades do Cassiquiari, ao Nhamundá e aos extremos do Madeira. Teve uma vida inquietada pela vizinhança do espanhol. Seu papel na história brasileira é idêntico ao que Mato Grosso e São Pedro do Rio Grande do Sul representaram nos idos tempos coloniais e posteriormente. Como naqueles distritos, os colonos eram sempre homens prontos para pegar em armas para repelir o atrevimento do invasor vizinho. Seus trabalhos para criar a riqueza na terra concedida e onde organizar o lar com a filha das selvas, sob amparo legislativo e impulsivamentos das autoridades, de um momento para outro podiam ser destruídos ante a agressão do estrangeiro, sempre disposto a vir pelas armas, ajustar contas com os que descendiam dos vencedores de Aljubarrota.

Um estado de alarme permanente envolveu o Amazonas no ciclo colonial. Nas suas fronteiras, nos fortins que se ergueram para balizar essas fronteiras, as guarnições estavam sempre aguardando a hora do entrevero. Um governador colonial, Manuel da Gama Lôbo-d'Álmada, com a visão enérgica e total que possuía das coisas e dos homens regionais, visão que se fundava na observação e na experiência de suas décadas de serviços no vale, certa ocasião propôs-se mesmo encerrar as dúvidas que pairavam sobre a Capitania, realizando um incursivamento violento e decisivo sobre os estabelecimentos espanhóis do Cassiquiari-Orinoco e Maranon até o Napo. A vitória pela acometida drástica e pela segurança do golpe, asseguraria a superioridade das forças regionais, levaria aos vi-

zinhos a compreensão de que era perigoso experimentar o valor dos soldados amazônicos e traria para a Capitania limites mais naturais, mais históricos ao mesmo tempo que lhe possibilitava a posse de espaços negociáveis quando em perigo os interesses territoriais e políticos de Portugal no Novo Mundo.

Com o estabelecimento da independência, a antiga Capitania que ainda por ocasião dos acontecimentos militares que encerraram o domínio espanhol no Peru e na Venezuela fôra solicitada, pelos rebeldes hispano-americanos, a com eles se declarar pela imediata proclamação de um sistema liberal na América do Sul amazônica, foi rebaixada à condição de simples comarca da Província do Pará. Suas condições existenciais seguramente não eram das mais prósperas, mas a sua condição particular de zona de fronteira, zona nevrálgica como Mato Grosso e Rio Grande, exigia que outra tivesse sido a orientação política dos homens que começavam a nortear os primeiros passos políticos do Império.

Essa situação determinou um estado de coação constante na região. Os amazonenses que seguramente compreendiam a importância da situação geográfica de sua Capitania e possuíam consciência perfeita do que tinham realizado na construção da nacionalidade nas horas que antecederam ao Sete de Setembro, não se conformaram com o novo estado de coisas. E reclamaram, em memoriais, em pronunciamentos que foi mesmo ao extremo de uma solicitação às armas. Sacerdotes, soldados e civis, numa comunhão interessante de vontades a serviço de um ideal, separaram violentamente a Comarca, proclamando-a Província do Império. Era o ano de 1832. Entre outros, que se manifestaram pelos anseios autonomistas amazonenses, inscreveu seu nome com um acervo de serviços que ainda não foi suficientemente esclarecido, o sacerdote paraense frei Alexandre da Purificação, que pegara em armas por ocasião da Confederação do Equador e por isso recebera como castigo sua deportação para o Alto Amazonas.

Um presidente do Pará, o barão de Bagé, estadista que compreendeu o problema amazônico com uma visão imediata e futura magnífica, numa exposição ao governo imperial já requerera atenção particular para o Amazonas, que estava impondo, por uma série de motivos impressionantes

que assinalou, a providência salutar da sua elevação à categoria de Província. Parlamentares como o marquês de Santa Cruz, Tenreiro Aranha, João Cândido de Deus e Silva, paraense que se distinguira como um dos mais ardentes campeadores da liberdade no Piauí e fôra o primeiro exegeta brasileiro do sistema liberal, em considerações e argumentos impressivos apelaram para idêntica providência. Um projeto levado ao Parlamento nacional em 1828, mandando decretar a criação da Província do Amazonas, encalhado na Câmara, por fim veio a ser votado com certa pressurosidade. E' que ao ministro do Exterior, Sousa Franco, eminentíssimo homem público que trazia um ativo de serviços à nação desde as horas duvidosas das refregas militares para a independência no extremo-norte, sugerira essa pressurosidade. A fronteira brasileira, numa extensão gigantesca. Estava ao deus dará. Sua defesa, como nos idos coloniais, estava indicando, como preliminar, a medida simplíssima da criação da Província. O fundamento político da defesa nacional voltava a surgir, como no passado. E a cinco de Setembro de 1850, S. Majestade satisfazia a vontade de seus súditos do Amazonas e promovia a providência memorável do primeiro passo para resguardar a sua orla litorânea numa faixa que podia permitir, àqueles dias, incertezas, diferenças com as democracias vizinhas, democracias que ainda se não haviam ajustado perfeitamente ao clima que os doutrinadores civis haviam proclamado e as baionetas dos caudilhos e das quarteladas orientavam por entre experiências dramáticas e sangrentas. *Artur César Ferreira Reis.*

★

### Problemas demográficos

A história da humanidade é uma sucessão de problemas. O progresso é uma linha evolucionar, para o melhor. Progresso, em última análise, é um superar dos problemas antigos, com a criação de outros novos. Viram-se as páginas dos dias nesse livro do tempo, desenvolvem-se os recursos técnicos, as pesquisas científicas, sem atingirmos nunca, porém, aquêlo equilíbrio, aquela estabilidade, únicas finalidades capazes de justificarem a atividade incessante dos homens, na marcha para o futuro.

O trabalho que nos preocupa aqui, assinado pelo Prof. Giorgio Mortara para *Fôlha Carioca* de 30-3-44 focaliza um assunto de palpitante interesse universal. Fala do aumento das populações e das conseqüências naturais dêste fato nas esferas social, politica e econômica.

Vejamos como se expressa o Sr. Mortara:

“O progresso das ciências e das artes sanitárias nos últimos 150 anos representa quase um milagre, insuficientemente percebido, porque a sua manifestação é gradual e não brusca, e inadequadamente apreciado pelos povos, porque os seus resultados não se concretizam em aquisições visíveis, como a máquina a vapor ou o avião, e sim se medem em perdas evitadas: vidas salvas e doenças eliminadas ou nitigadas.

Mas, refletindo, entende-se bem que o progresso das ciências da vida é muito mais importante para a humanidade do que o desenvolvimento — que tanto nos impressiona — das ciências da matéria, pois que, enquanto êste modifica apenas as condições exteriores da existência, aquêlê amplia as que pareciam medidas inalteráveis dessa própria existência, prolongando o prazo fixado para a nossa viagem terrena e diminuindo os acidentes no curso desta.

O testemunho objetivo das estatísticas mostra os efeitos revolucionários do progresso das artes sanitárias sobre a duração da vida humana.

Medem os demógrafos essa duração distribuindo, idealmente, em partes iguais, entre os componentes de uma geração, o total dos anos por êles vividos. Se 1 000 pessoas viverem em conjunto 30 000 anos, a vida média individual foi de 30 anos. O método é muito simples, e estamos acostumados a usá-lo na prática diária, como quando, sabendo que 1 000 operários recebem, em total, 30 000 cruzeiros de salários, dizemos que o salário médio é de 30 cruzeiros.

Deve-se advertir, por escrúpulo de precisão, que, quando se fala em vida média de dada população em determinado período, entende-se designar a vida média que teria uma geração que encontrasse em cada idade uma mortalidade igual à verificada na mesma idade, durante o período de observação na população considerada. A referê-1-

cia a essa geração hipotética é o método mais satisfatório para as comparações da mortalidade através do tempo e do espaço.”

Focalizando uma outra face interessante do problema, escreveu:

“Em países atrasados na defesa da saúde pública, a vida média é, ainda hoje, inferior a 30 anos; por exemplo, na Índia, está próxima de 27 anos, conforme a mortalidade do período 1921-30.

Aliás, mesmo para os povos presentemente mais adiantados, há poucos decênios o cálculo da vida média dava cifras muito baixas: 31 anos na Holanda, em 1841-50; 37 na Alemanha, em 1871-80; 41 na Inglaterra, em 1838-54.

Em breve curso de tempo mudou profundamente a situação nos países em que a assistência médica e a organização higiênica tiveram maior desenvolvimento e operaram com maior eficácia. Nos anos próximos de 1930, a vida média nestes países chegou a exceder de 60 anos, alcançando o máximo de 66 na Nova Zelândia e na Holanda. Além dêstes pequenos países, que se poderiam supor favorecidos pelo encontro de condições excepcionalmente favoráveis, grandes países, como a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos, e outros menores, como a Suíça, os três Estados escandinavos e a Austrália, apresentavam, na época referida, durações da vida média superiores a 60 anos.

E no Brasil? Faltam ainda cálculos para o período posterior a 1920, mas se pode estimar a vida média, conforme a mortalidade atual, em 40-42 anos. É êsse o nível que se encontrava na Suécia há 100 anos, na Alemanha há 50, na Itália há 40; e assim como progrediram êsses países, pode e deve progredir, em poucos decênios, o Brasil.

Prolongamento da vida média significa diminuição da freqüência dos óbitos. Dobrando-se a vida média — como aconteceu em muitos países — tende a reduzir-se à metade essa freqüência. Esta enorme diminuição do tributo pago à morte tende a acelerar fortemente o crescimento da população, e esta aceleração, por sua vez, tem amplas e profundas repercussões na vida social.

A diminuição da mortalidade é, em ordem lógica e cronológica, o primeiro fator da revolução demográfica dos últimos cem anos”. — encerra o articulista.

### Congresso brasileiro de Geografia

A propósito da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia e do X Congresso Brasileiro de Geografia, o *Correio Paulistano*, em sua edição de 1 de setembro transato, publicou o seguinte comentário, assinado pelo Sr. Nogueira Ramos:

“Como tem sido amplamente noticiado pela imprensa, está se realizando presentemente no Rio de Janeiro a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, tendo os seus delegados visitado São Paulo nos dois últimos dias. Naturalmente ainda é cedo para se ter conhecimento de todas as deliberações e resoluções tomadas pelos ilustres congressistas que nos visitam, mas podemos perfeitamente aventar o que de prático poderá resultar de tão importante reunião. Certamente novos rumos e novas diretrizes serão estudados para os trabalhos de levantamento cartográfico dos países americanos, dos quais o Brasil, entre outras causas pela sua enormidade territorial, não tem estado na vanguarda, como seria de desejar-se. Deve ser lembrado, todavia, que de alguns anos para cá verdadeira revolução geográfica e cartográfica vem se processando no país, graças à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Conselho Nacional de Geografia e à remodelação e melhor aparelhamento de algumas entidades estaduais, como é o caso do Instituto Geológico e Geográfico de São Paulo. Bastariam para fazer jus à criação desses órgãos recentes a publicação de numerosos trabalhos geográficos e a atualização, em andamento, da carta do Brasil ao milionésimo, editada em 1922 pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Ainda o prosseguimento duma longa série de congressos de geografia interrompida em 1926 e continuada em 1940 com a realização do nono congresso em Florianópolis e com a breve realização do décimo na própria Capital Federal, é outra realização que bem testemunha o interesse que ora se percebe no país todo em prol do melhor conhecimento da geografia nacional.

Do ponto de vista pedagógico tais reuniões são sempre férteis de interesse. O congresso de Florianópolis, por exemplo, deu motivo a numerosas atividades diretamente ligadas ao ensino da geografia e o mesmo, por certo, acontecerá com o do Rio de Janeiro, a instalar-se no próximo dia 7 de setembro. Tere-

mos ainda oportunidade de comentar os seus trabalhos em notas futuras. Por hoje, queremos apenas chamar a atenção de todos os que se interessam pela Geografia, para esses dois congressos, um em plena realização e outro a realizar-se brevemente. Este último, o X Congresso Brasileiro de Geografia, deverá contar com a colaboração de todos para que realmente possa ser o que esperamos que seja, como já o foi o congresso anterior: mais um passo, e um grande passo, para o maior desenvolvimento e o melhor conhecimento da geografia brasileira. Pela geografia conheceremos o Brasil e este conhecimento nos dará a perfeita consciência da pátria. O lema adotado para os congressos de Geografia é bastante feliz: *Pro conjunctione inter se Brasiliensium*”.

★

### Sal-Gema

A pesquisa do solo é sempre proveitosa, mesmo quando não dá os resultados almejados. O engenho humano é tão capaz, que de resultados diferentes do seu desejo, ele sabe muitas vezes tirar vantagens ainda maiores.

Nos Estados Unidos, procurando sal-gema descobriu-se o primeiro lençol de petróleo e o fato gerou a maior fonte de riqueza do país. No Brasil deu-se o contrário: procurando petróleo, descobriu-se sal-gema. Perguntamos — o fato não poderá ter também uma grande repercussão na economia nacional?

Sem que houvesse a menor suspeita ou a mais vaga indicação superficial, a sonda do Conselho Nacional do Petróleo perfurando em Maceió, a profundidades superiores a 891 metros, atravessou camadas possantes de sal-gema. Entidades brasileiras requereram concessões de pesquisa que andam em curso, de colaboração com as Indústrias Químicas Brasileiras Duperial S. A., no sentido de dar um aproveitamento adequado àquela importante jazida.

Pouco tempo depois, no mesmo ano de 1940 a Companhia Itatig descobriu sal-gema na sua sondagem de Socorro, encontrando a profundidades superiores a 1 000 metros camadas de espessuras também consideráveis.

Outra sondagem efetuada pela mesma companhia a regular distância da primeira encontrou ainda a mesma jazida de sal e permitiu como generalização admitir um jazida da ordem de alguns milhões de toneladas baseando-

se em probabilidades da forma do depósito. Não obstante a pobreza de dados de que se dispõe ainda sobre o sal-gema do Nordeste, é deveras promissor o panorama que se depara e já se justifica o dispêndio de energias e capitais para a criação da indústria do sal puro e da soda, fundada nessas recentes descobertas. A grande pureza das possantes camadas já conhecidas deixa prever o sucesso de uma concorrência ao sal marinho, contaminado por outros sais e menos apto a quase todos os fins.

Sem termos ainda base para discutir o valor real das novas jazidas de sal-gema, queremos apenas pôr em foco um aspecto que sem dúvida é muito importante: são depósitos de sal puro, de fáceis condições de exploração e praticamente situados na costa, portanto sem os ônus pesados dos transportes até o litoral.

Sabida a importância dos álcalis ninguém desconhecerá o papel que representam essas descobertas no cômputo das condições fundamentais para o nosso desenvolvimento industrial. De incalculáveis conseqüências seria o encontro também de petróleo e enxôfre nos sedimentos da costa do Nordeste, como acontece na costa do gôlfo do México. Pesquisando petróleo, a Companhia Itatig encontrou pequenas camadas de folhelho intercaladas no sal e impregnadas de óleo, como nós mesmos tivemos ocasião de examinar. Também o Conselho de Petróleo, encontrou além do sal pequenos horizontes de óleo na costa de Alagoas.

\*  
\* \* \*

Perspectivas de tal relevância para o Brasil, em pontos tão necessitados de novas fontes de renda e situados em condições de distribuir facilmente os produtos a todos os setores da costa e enviá-los eventualmente ao estrangeiro, já por si só incitam à continuação das pesquisas iniciadas com tanto sucesso e atualmente paralisadas. O mundo em que vivemos, já o disse Paul Janet, na realidade é composto de dois mundos distintos: o mundo da Matéria e o mundo da Energia. A obra da civilização do Homem nada mais é que a aplicação da Energia à transformação da Matéria, de jeito a produzir tudo quanto êle idealiza. Daí, poder-se avaliar a capacidade de progresso duma nação pelas fontes de energia que ela possui e pelas disponibilidades de matéria que

ela tem. Sem isso nenhum povo pode criar uma obra estável de civilização — a que é baseada no aproveitamento do seu solo e na utilização do seu espaço ecumênico. Por isso é que devotamos simpatia especial aos trabalhos de pesquisa que procuram desvendar reservas de matéria ou de energia concentrada pondo-as ao alcance dos que dispõem de recursos para transformá-las e utilizá-las à feição do momento.

As modalidades de energia utilizadas numa região traduzem bem o seu estado de civilização. Nas longínquas ilhas da Oceânia, o transporte é feito quase só à custa do vento e no interior da África o combustível empregado é quase só a lenha. A medida que vem chegando o progresso, o barco a vela vai cedendo lugar à lancha e ao navio; a lenha vai sendo substituída pelo carvão, pelo petróleo e pela eletricidade.

Vemos aqui no Brasil a mesma série de fenômenos; uma motorização crescente e um maior consumo de carvão mineral. Entretanto a lenha ainda é o combustível mais empregado no país porque é o que se encontra em todo lugar e por preço acolhedor. Mas à medida que formos progredindo, a lenha irá perdendo cada vez mais o seu prestígio, não obstante ter ainda a seu favor o custo mais baixo da caloria.

É interessante analisar a proporção das formas de energia utilizadas numa grande nação, como os Estados Unidos. Segundo os dados de Henry Peyret, publicados em 1935, a energia utilizada naquele país se distribuía na proporção seguinte:

Carvão mineral .....	58,4 %
Petróleo .....	21,4 %
Gás natural .....	5,8 %
Energia hidráulica ...	6,3 %
Lenha .....	5,5 %
Energia animal .....	2,5 %
Vento .....	0,1 %
	<hr/>
	100,0 %

Como se vê, o carvão ainda ocupa papel preponderante não obstante ser aquêle país o *leader* na produção petrolífera. Note-se o contingente do gás natural, quase do mesmo porte que a energia hidráulica e a madeira.

Procurando avaliar as proporções relativas das principais fontes de energia utilizadas no Brasil chegamos aos algarismos que se seguem.

### COMBUSTÍVEIS E ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	Toneladas	Calorias	Bilhões de calorias
Lenha: 102 477 000 m <sup>3</sup> ou....	40 700 000	4 000	162 800
Carvão nacional.....	1 336 000	5 300	7 348
Carvão estrangeiro.....	1 209 000	8 900	9 672
Gasolina.....	368 000	11 000	4 048
Óleo diesel e "Fuel Oil"....	694 000	10 500	7 287
Álcool motor.....	37 230	7 000	261
Petróleo nacional.....	5 000	10 500	52
Óleo de arenito.....	1 000	10 000	10
Carvão vegetal.....	230 000	7 000	1 610
Energia hidro-elétrica 1 000 000 kW fator de carga 33,33 % 2 920 000 000 kWh por ano	—	861	2 514
			195 602

(Equivalente em carvão nacional 474 000 t apenas)

#### PROPORÇÃO CENTESIMAL:

Lenha .....	83,2 %
Carvão nacional .....	3,7 %
Carvão estrangeiro ...	5,0 %
Gasolina .....	2,1 %
Óleo diesel e "Fuel Oil"	3,8 %
Álcool .....	0,1 %
Petróleo nacional ....	0,03 %
Óleo de arenito .....	0,01 %
Carvão vegetal .....	0,82 %
Energia hidro-elétrica	1,28 %
	100,0 %

A falta de estatísticas alguns dados resultam de cômputo indireto. Assim o carvão de madeira foi calculado baseando-se na produção de ferro gusa e mais um acréscimo referente ao uso doméstico.<sup>1</sup> Para energia hidro-elétrica tomamos para base de avaliação o fator de carga de 33,3 %.

Não foi computada a reserva potencial de gás natural do campo de Aratu, cujos dados ainda não são do domínio público.

Não se computou nem a energia do vento aliás muito pouco utilizada, nem a energia animal, embora mais importante que aquela, difícil de ser avaliada e sem grande significação para as nossas discussões.

O que se nota do exame da composição centesimal, é que nos Estados Uni-

dos predomina uma atividade industrial baseada no consumo de carvão e de petróleo e seus gases, que atinge a 85,6 % do total. No Brasil predomina a lenha como fornecedora de energia, só ela entrando com 83,2 % do total. O carvão nacional figura apenas com 3,7 % e o nosso petróleo apenas com 0,03 %!

Esses dados permitem fazer-se uma idéia precisa do modo por que o Brasil se move e trabalha, e levam a conclusões de grande valia na organização dum programa de estudos.

Vimos, pelos números que o Brasil está caracterizado por uma civilização de lenha, feição própria às nações que não entraram numa fase de industrialização intensa. A destruição da floresta e a utilização generalizada da madeira caracterizam uma fase primitiva de civilização que antecede ao uso generalizado dos metais e dos combustíveis minerais.<sup>2</sup>

De outro lado, estamos vendo o Brasil passar por uma profunda modificação material com o desenvolvimento das indústrias minerais, químicas e metalúrgicas. Basta relancear os números brutos da produção para sentirmos esse surto inigualável. A exportação de minério de ferro, nula e quase considerada crime de lesa Pátria em 1924, atualmente é da ordem de 20 milhões, a exportação de manganês está na casa dos 50 milhões de cruzeiros, a do ouro em 100 milhões e das pedras preciosas em 168 milhões, a dos minerais do Nordeste em 50 milhões, a do quartzo em 244 milhões.

Nessas condições urge dotar o país de disponibilidades de energia mais de acordo com a feição industrial que ora se esboça. Dado o caráter de combustível pobre, na lenha não se poderá basear um grande surto industrial, já pela dificuldade crescente do seu abastecimento aos centros populosos, já por ser uma fonte de energia em forma pouco concentrada e de raio de ação muito limitado.

Pensamos que os problemas do carvão e do petróleo são os que mais sollicitam o engenheiro investigador dos nossos homens. Urge descobrir carvão em áreas da faixa permo-carbonífera mais próximas aos centros civilizados cuja exploração estará livre dos ônus pesados de longos transportes; Paraná e

<sup>1</sup> Atualmente o consumo tem crescido muito com a expansão do uso de gasogênios nos automóveis.

<sup>2</sup> A Suécia com uma indústria siderúrgica especializada, a carvão de madeira, constitui um caso excepcional.

São Paulo são regiões que reclamam investigações mais acuradas. Mesmo assim o combustível do Sul dificilmente será um grande fomentador do progresso do Norte.

A lenha tem tanto emprêgo no Brasil pelo fato de ser um combustível produzido *in loco*; seu raio de ação é pequeno e não suporta o transporte de uma centena de quilômetros. O carvão nacional pelo elevado teor de cinzas e pelo baixo poder calorífico também não pode concorrer economicamente com os combustíveis estrangeiros no Norte do país, nem com a lenha, de produção local e barata. Daí a necessidade de se congregarem esforços para criar novas fontes de combustível no Norte do Brasil. Só assim essas regiões poderão se desenvolver satisfatoriamente, como deve ser a aspiração de todos os brasileiros. *O carvão possível no Meio Norte* é um grande problema em aberto.

Não é apenas um problema de pesquisa de jazidas minerais — é um grande problema de civilização no Norte do Brasil.

Do mesmo modo, o petróleo para ser barato deverá ser produzido no Norte e no Sul. A nossa área produtora está em equilíbrio de distâncias entre o Norte e o Sul, mas talvez não possa satisfazer às necessidades do grande mercado nacional, senão depois de larga expansão. Nesses 5 anos de exploração o progresso tem sido lento, de modo que a produção tem apenas um caráter regional. Pesquisas de petróleo no Acre, no alto e baixo Amazonas, na costa do Nordeste e no planalto meridional são imensos programas, mais propriamente da alçada da atividade particular, circunscrevendo o progresso do Brasil ao legítimo interesse privado.

Estimular a técnica especializada e fomentar a aplicação de capitais arrojados deve ser uma atitude generalizada nessa época febril que atravessamos.

É preciso que os homens capazes dêem sua contribuição a esses problemas fundamentais, indispensáveis ao progresso do país, complementando os esforços do Governo sempre empenhado em melhorar o padrão de vida e assegurar Paz, Justiça e Liberdade a todos os brasileiros. — *Silvio Fróis Abreu.*

## X Congresso de Geografia

O X Congresso de Geografia que se encerrou recentemente, no Rio, debateu questões do maior interesse para o progresso dos conhecimentos geográficos no país, ao mesmo tempo que considerou teses e monografias de muita valia, reportando-se algumas à descrição de municípios ou regiões do país, cujas características físicas e econômicas são descritas minudente e precisamente.

De qualquer maneira, ficou evidente que a ciência geográfica tem feito sensíveis progressos no Brasil.

Deve-se isso em boa parte aos anteriores congressos que, agitando problemas e debatendo idéias, concorreram para chamar a atenção dos estudiosos para a terra brasileira e para o exame de suas peculiaridades.

Mas deve-se também ao interesse que o poder público tem revelado por tudo quanto se refere à geografia. Basta considerar a obra grandiosa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de criação governamental, e as novas diretrizes do ensino da especialidade nos cursos primários e secundários do país, tão completa e exaustivamente descritos pelo Sr. ministro da Educação na sua brilhante exposição perante o Congresso.

Os nossos programas dão à matéria a maior amplitude, colocando-a entre as disciplinas básicas das novas humanidades. Resta aigo a fazer e disso está cogitando o governo.

É por exemplo, o que se refere à preparação completa dos professores de geografia, dos cartógrafos, de outras categorias imprescindíveis a que alcançemos na especialidade as melhores conquistas.

Os programas do ensino de Geografia deverão focalizar o estudo físico como base de Geografia Humana, mas dar-se-á à parte econômica um maior desenvolvimento. Convirá que o ensino se torne menos preso ao que se poderia chamar europeísmo, o que, pela própria formação dos professores e pela origem dos compêndios, durante muito tempo dominou as atividades didáticas na matéria, afirma um comentário inserto na edição de 21 de setembro último, de *A União*, do Estado da Paraíba.

## Honduras

A República de Honduras confina ao norte com o mar das Antilhas, a leste com o mesmo mar e com a Nicarágua, ao sul com esta última República e com o Oceano Pacífico, ao sudoeste com El Salvador, e ao oeste com este mesmo país e com a Guatemala. A superfície do território hondurense é calculada aproximadamente em 120 000 quilômetros quadrados e a sua população é de 962 685 habitantes.

### *Resenha histórica*

Cristóvão Colombo chegou durante a sua última viagem às costas do território chamado hoje Honduras, sendo ele o primeiro europeu que pisou terra hondurense. Ocorreu isto em agosto de 1502. Transcorreram, porém, vários lustros antes que os espanhóis estabelecessem a primeira colônia no país. Este acontecimento teve lugar em 1524, ano em que Cristóbal de Olid tomou posse do território em nome da Espanha. Nessa época achava-se no México Hernán Cortés, o qual, impellido pelos rumores que circulavam sobre as grandes riquezas dessa região, e ansioso por descobrir um caminho que conduzisse ao ocidente, partindo do mar das Antilhas, mandou Olid para explorar esse território. Pouco tempo depois de se estabelecer a colônia, começaram a suscitar-se numerosas controvérsias a respeito do domínio da mesma. Em vista de tão difícil situação, Hernán Cortés resolveu marchar por terra até Honduras. Durante essa penosa viagem, o conquistador do México fundou Puerto Cortés na costa setentrional do país.

O movimento revolucionário que agitou toda a América espanhola em começo do século XIX, conseguiu o seu objetivo na América Central em 1821, ano esse em que as cinco províncias (hoje as cinco repúblicas) que compunham a Capitania Geral de Guatemala, declararam a sua independência sem que se derramasse uma só gota de sangue. Honduras, assim como os outros Estados, uniu-se à Federação Centro-Americana, a qual um ano mais tarde se incorporou por um curto período ao império mexicano de Iturbide. Desmoronado este, restabeleceu-se a Federação em 1823, mantendo-se até 1839, ano esse em que se dissolveu por se haverem declarado livres e independentes as cinco províncias. No dia 1 de janeiro de 1841, Francisco Ferreras assumiu

a presidência da República de Honduras, como seu primeiro presidente constitucional.

Durante os anos decorridos desde o estabelecimento da independência, tem sido iniciados vários movimentos em prol da sonhada união dos Estados centro-americanos, sendo Honduras a República que com maior entusiasmo tem advogado essa causa; Francisco Morazán, herói da independência, foi um dos seus mais denodados defensores.

### *Constituição e governo*

O sincero anelo do povo hondurense para que se restabeleça a Federação Centro-Americana é refletido no artigo 1.º da sua atual Constituição, promulgada em 1924, que diz o seguinte:

“Honduras é um Estado desagregado da República da América Central. Em consequência, reconhece como uma necessidade primordial volver à União, com as demais seções da República dissolvida. Para esse fim, fica autorizado o Poder Legislativo para ratificar definitivamente os tratados que tendam a realizá-la com um ou mais Estados da antiga Federação”.

O governo de Honduras é republicano, democrático e representativo, sendo exercido por três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Executivo é exercido pelo presidente, e, na incapacidade deste, pelo vice-presidente. Ambos esses funcionários são eleitos popular e diretamente por um período de quatro anos.

Nos casos em que a eleição não resultar em maioria absoluta para nenhum dos candidatos, a Legislatura está autorizada a intervir.

O Poder Legislativo reside no Congresso de Deputados, o qual se renova cada dois anos na metade dos seus membros. São eleitos um deputado e um suplente por 10 000 habitantes e pelo prazo de quatro anos. Os deputados são reelegíveis.

O Poder Judiciário é exercido pela Corte Suprema da Justiça, composta de cinco membros e três suplentes, e pelos tribunais e juizes inferiores que a lei estabelecer. O termo dos magistrados da Corte Suprema é de quatro anos. A Corte Suprema nomeia os magistrados das côrtes de apelação e os juizes departamentais e seccionais. Os juizes de paz são nomeados pelos juizes departamentais.

### *Topografia e clima*

A República de Honduras é o país mais montanhoso da América Central. A cordilheira dos Andes, com as suas múltiplas ramificações, cruza o território hondurense do noroeste ao sudeste. Entre as serras principais figura a de Merendón, na fronteira com a Guatemala, e a de Celaque, situada ao oriente da de Merendón, cujos picos chegam a elevar-se a mais de 3 000 metros acima do nível do mar.

Entre as múltiplas cordilheiras que atravessam o país formam-se extensos e férteis vales tais como planície de Comayagua, que corta quase em ângulo reto o eixo do sistema orográfico do país.

Ao norte das regiões montanhosas de Honduras, e ao longo do Caribe, encontra-se a região baixa da costa, de clima quente e úmido, cujas bananas e demais produtos tropicais constituem a fonte principal da riqueza do país. Nas regiões montanhosas o clima é mais temperado e sadio. E nessas regiões que se estendem os férteis vales que são propícios para a criação de gado e para a cultura de produtos agrícolas das zonas temperada e sub-tropical.

O sistema fluvial de Honduras corresponde a duas vertentes principais, a do Atlântico e a do Pacífico. Os rios mais caudalosos e de maior importância para a agricultura e para a indústria deságuam no mar das Antilhas. Sobressaem entre esses rios o Ulua e o Chamelecón que deságuam perto de Puerto Cortés; e o Leán, o Aguán e o Tinto.

### *Produtos, indústrias e recursos naturais*

Os produtos mais importantes de Honduras podem dividir-se em duas classes: os que se destinam à exportação e os que se consomem dentro do país. Na primeira classe estão incluídas as bananas, o ouro e a prata, o açúcar, os côcos, o acaju, e o fumo. O café é também exportado, embora em muito pequena escala. As bananas, o ouro e a prata são os produtos mais importantes da exportação de Honduras, representando aproximadamente 90 por cento do valor total dessa exportação.

Honduras possui ricas jazidas minerais e em seu território abundam as minas de ouro, prata e ferro. A produ-

ção do ouro e da prata está quase exclusivamente nas mãos de uma vasta empresa de mineração com sede em San Juancito, Departamento de Tegucigalpa. Grande parte do ouro hondurense é arrastado em forma de areias por muitos rios da vertente atlântica.

A criação de gado é uma indústria que tem alcançado considerável desenvolvimento no país. Os férteis vales que existem entre as diversas cordilheiras que atravessam o território hondurense, são muito adequados para a pecuária.

Depois da mineração e da agricultura, a fonte de riqueza mais importante é talvez a indústria madeireira, figurando em primeiro lugar, entre as madeiras exportáveis, o acaju. Esta madeira abunda precisamente nas regiões mais inacessíveis do país, não sendo, por conseguinte, possível aproveitá-la em grande escala enquanto não forem aperfeiçoados os meios de transporte.

Além dos produtos de exportação, Honduras produz várias colheitas para o consumo interno, sendo a principal a do milho, que cresce em abundância e que constitui a base da alimentação popular.

Honduras possui grandes riquezas hidráulicas nas correntes de água que se precipitam das suas escarpadas montanhas. No entanto, ainda não se empreendeu a construção de grandes obras que permitam o desenvolvimento deste recurso natural.

### *Cidades principais*

*Tegucigalpa*, a capital da República de Honduras, está situada em um planalto a 975 metros acima do nível do mar, e tem cerca de 40 000 habitantes. Foi fundada em 1622 e é a capital de Honduras desde 1880, tendo sido precedida por Comayagua, situada a 120 quilômetros ao noroeste de Tegucigalpa. A atual capital de Honduras é a única na América Latina que não é servida por estrada de ferro. Uma rodovia moderna, cuja construção representa uma maravilha de engenharia, liga no entanto Tegucigalpa com o porto menor de San Lorenzo, na costa do Pacífico.

Entre os edifícios notáveis de Tegucigalpa, deve mencionar-se em primeiro lugar a Casa Presidencial, de ampla e sólida construção; o Palácio Nacional, o Palácio da Justiça, a Universidade, o Teatro Nacional, a Casa da

Moeda, o Edifício do Banco de Honduras, o Hospital San Felipe e a Catedral, verdadeira obra de arte, construída nos tempos coloniais. Entre os monumentos dignos de menção, figura em primeiro lugar a estátua equestre do herói nacional, Francisco Morazán.

Outras importantes cidades de Honduras, são: *San Pedro Sula*, centro da indústria bananeira que tem também grande importância como ponto de distribuição comercial no interior das regiões norte e nordeste do país; *Puerto Cortés*, situada perto da foz do rio Ulua, cujo porto é o principal na costa atlântica e serve de ponto terminal da linha férrea que atravessa uma região agrícola; *La Ceiba*, *Tela*, *Puerto Castilla* e *Trujillo*, portos importantes da costa setentrional; *Comayagua*, com a sua histórica catedral, edifício que é verdadeiro tesouro de arquitetura colonial, e *Juticalpa* e *Danli*, que são cidades do interior; e finalmente, *Amapala*, porto principal da costa do Pacífico e *Santa Rosa de Copán*, que é o centro da indústria do fumo.

Perto de Santa Rosa encontram-se as ruínas de um importante centro da civilização pré-colombiana. Estas ruínas provam a existência de uma civilização muito avançada e as extensas escavações nelas realizadas têm fornecido dados preciosos aos arqueólogos. Em Tenampua, a cerca de 30 quilômetros ao sudeste de Comayagua, também foram descobertas várias ruínas de antiquíssimas habitações aborígenes.

#### Vias de comunicação

Segundo se disse anteriormente, a costa setentrional de Honduras está ligada com Tegucigalpa e com a região meridional em parte por rodovias e em parte por água. A esses meios de transporte foi acrescentada recentemente uma linha aérea que funciona entre Tela, na costa setentrional, e Tegucigalpa. Além disso, Honduras está ligada por via aérea com todas as outras Repúblicas americanas.

As estradas de ferro de Honduras estão concentradas na região setentrio-

nal do país. Uma delas vai de Puerto Cortés até Potrerillos, com um percurso de cerca de cem quilômetros, ao passo que as cinco restantes são propriedade de companhias particulares e servem principalmente para o transporte de bananas e outros produtos entre os portos da costa setentrional e as plantações. A extensão total das linhas férreas hondurenses atinge a uns 600 quilômetros.

As comunicações fluviais da República são utilizadas em grau considerável no comércio do interior. O lago Yojoa oferece também facilidades para o transporte de passageiros. A construção de rodovias está recebendo maior impulso cada ano. A maior parte das comunicações viárias encontram-se na parte meridional do país, com exceção da rodovia chamada inter-oceânica que liga Tegucigalpa com San Pedro Sula, por via do lago Yojoa.

#### Educação

O sistema educativo de Honduras está sob a direção geral do ministro da Educação, existindo um Conselho de Educação com funções consultivas. A instrução primária é gratuita e obrigatória para todas as crianças dos sete aos dezesseis anos de idade. As escolas primárias passam de 1 000 e contam com 1 350 professores e cerca de 100 000 alunos.

Uma vez terminado o curso de cinco anos da escola primária, o aluno pode ingressar nas escolas secundárias, as quais oferecem também um curso de cinco anos. Durante os dois últimos anos da escola secundária o aluno pode especializar-se em estudos preparatórios para a universidade. Duas escolas normais em Tegucigalpa e os departamentos normais de onze escolas secundárias preparam os jovens de um e outro sexo que desejam exercer o magistério.

A educação superior é ministrada na Universidade Central de Tegucigalpa, a qual tem faculdades de direito, engenharia, medicina e farmácia.





# Território de Fernando de Noronha

(Síntese geográfica)

Prof. LÚCIO DE CASTRO SOARES \*  
Encarregado de Estudos Geográficos da Secção  
de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e  
Cartografia

O arquipélago de Fernando de Noronha, os rochedos de São Pedro e São Paulo, o atol das Rocas, as ilhas de Trindade e Martin Vaz, constituem, pelo considerável afastamento que guardam da costa, as chamadas ilhas oceânicas brasileiras. Dentre estas a ilha de Fernando de Noronha se destaca, sobretudo, tanto pela sua inestimável importância na defesa nacional — dada a sua posição estratégica especial no Atlântico sul — como pelo papel relevante que pode desempenhar nas comunicações transatlânticas.

**Posição e área** Fernando de Noronha é a ilha maior do arquipélago do mesmo nome. Este é formado por seis ilhas maiores: a de Fernando de Noronha, a Rata, a do Meio, a do Lucena, a Sela Gineta e a Rasa e mais quatroze rochedos quase inacessíveis.



Fig. 1 — Esquema da posição e distância do arquipélago de Fernando de Noronha, em relação ao Brasil e à África

\* Deixo aqui registado o meu agradecimento ao artista Percy Lau pelo oferecimento espontâneo destes seus desenhos inéditos para ilustrar o presente trabalho, os quais ele executou no local quando da sua excursão a Fernando de Noronha, em agosto de 1936. — O autor.

Todo o arquipélago perfaz uma área de, aproximadamente, 19 quilômetros quadrados; o Território de Fernando de Noronha é assim a menor Unidade Federada do Brasil.

Dista cerca de 360 quilômetros da costa brasileira (Rio Grande do Norte), estando situado a nordeste do cabo de São Roque; está a 145 quilômetros do atol das Rocas e a 625 dos rochedos de São Pedro e São Paulo e a 525 de Recife. Sua menor distância da costa africana (Libéria) é, aproximadamente, 2 600 quilômetros (Fig. 1).

A ilha de Fernando de Noronha está orientada na direção nordeste-sudoeste e o seu eixo maior mede cerca de 18 quilômetros; tem 6 quilômetros de largura máxima. (Fig. 2).

São as seguintes as coordenadas geográficas de Fernando de Noronha (Pôsto Meteorológico): 3° 50' 27", Lat. S e 32° 24' 52", 2 Long. W Gr.

**Descobrimto e ocupação** O arquipélago foi um dos pontos do nosso país que primeiro foram conhecidos, pois dois anos após o descobrimento do Brasil, a ilha de Fernando de Noronha já figurava nos portulanos com o nome de *Quaresma*.

A denominação pela qual é atualmente conhecida — um nome próprio — data de mais de 4 séculos e tem relação com a mais remota atividade econômica da Terra de Santa Cruz: a exploração do pau-brasil. Com efeito, rezam as crônicas ter sido a ilha “oficialmente” descoberta em 1503 por um arrendatário da preciosa tintorea, o cristão-novo Fernão de Noronha, numa de suas viagens anuais ao Brasil. A ilha foi doada no ano seguinte ao seu “descobridor”, por D. Manuel, o Venturoso, sendo por conseguinte, a mais antiga capitania hereditária da novel colônia de Portugal.

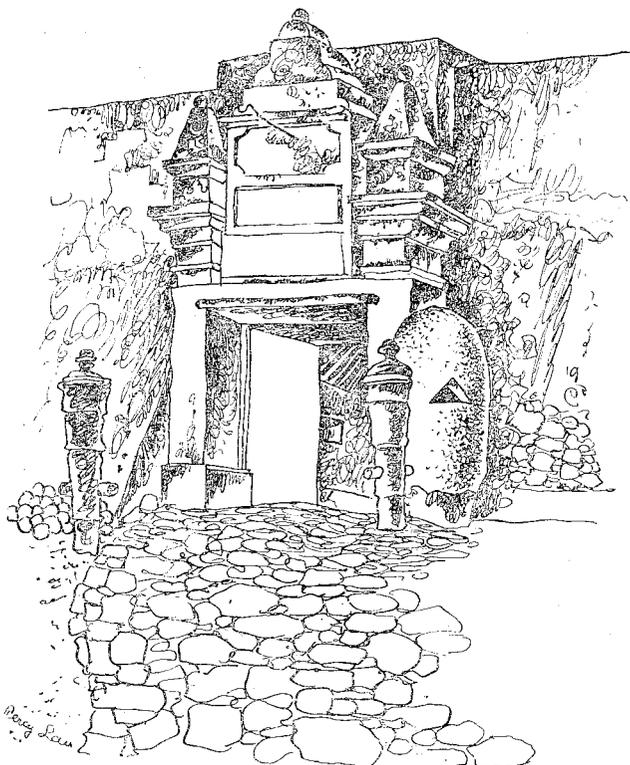


Fig. 3 — Entrada da fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, no estado em que a encontrou o artista Percy Lau, em 1936.

Da condição de capitania à categoria de território federal, o arquipélago de Fernando de Noronha foi, sucessivamente: parte integrante da Capitania de Pernambuco a partir de 1770; território subordinado diretamente às administrações dos Ministério da Guerra, logo após a proclamação da Independência, e da Justiça, de 1887 a 1891; com o advento da República, passou novamente para o domínio de Pernambuco — tornado então Estado da Federação — sendo a ilha utilizada como colônia correcional do Estado, até 1938; a partir desse ano, o arquipélago passou para a administração federal, servindo de presidio político, até que em 9 de janeiro de 1942 foi tornado território federal pelo Decreto-lei n.º 4 102.

Pela sua particular posição no Atlântico, Fernando de Noronha foi bastante disputado a Portugal pelas potências marítimas dos séculos XVII e XVIII: os holandeses e os franceses chegaram a nela se estabelecer, os primeiros de 1635 a 1654, e, os últimos em 1736.

Daí existirem em Fernando de Noronha, até os dias que correm, ruínas de fortalezas construídas naquela época pelos portugueses para defendê-la da cobiça estrangeira (Fig. 3).

A mais importante destas fortificações (em número de 10, entre fortes e redutos) é a dos Remédios, construída em 1738, e com ótima situação estratégica (Fig. 4).

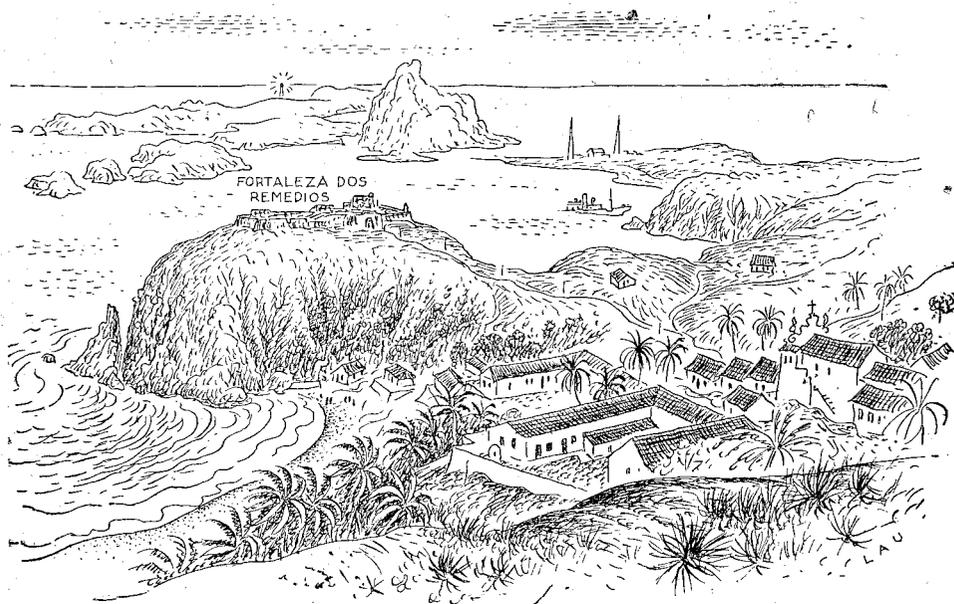


Fig. 4 — Vista do forte dos Remédios, construído pelos portugueses no século XVIII para defender a ilha da cobiça das potências marítimas da época. Ótimamente instalado num promontório da ilha, este baluarte domina o seu único ponto de abordagem mais praticável, defendendo, do alto, a vila dos Remédios, que se vê no primeiro plano, em frente a praia do Cachorro

(Desenho feito no local por Percy Lau, em 1936).

O seu afastamento da costa brasileira e as suas condições de vida um tanto difíceis (em virtude da falta d'água durante grande parte do ano), muito contribuíram para que a ilha — não podendo ser ocupada proveitosamente pelo homem, sob o ponto de vista econômico — fôsse, desde meados do século XVIII, utilizada como eficiente presidio.

**Origem e geologia** As características do arquipélago de Fernando de Noronha são bem interessantes, principalmente quanto à sua origem, à forma do seu relevo e ao seu clima.

A origem do arquipélago de Fernando de Noronha é vulcânica, a julgar pelas rochas eruptivas que o constituem (basaltos, traquitos, fonolitos, etc.) e pelos vestígios de crateras existentes na ilha principal. Esta, bem como as 20 ilhotas e rochedos que se aglomeram em seu derredor, seriam, assim, restos dos cumes de antigos vulcões submarinos, há muito extintos.

Está fora de dúvida a origem vulcânica do arquipélago de Fernando de Noronha; a época, porém, em que teve lugar a atividade vulcânica, é que é discutida, pois a erupção do magma alcalino se fez no Brasil em épocas diversas, e as ilhas do arquipélago são constituídas de diferentes tipos de rochas efusivas nefelínicas.

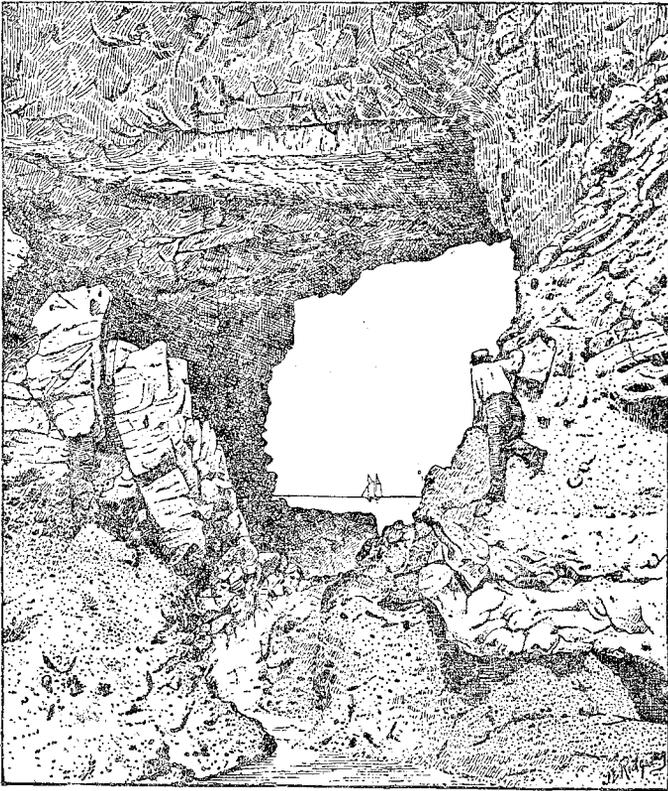


Fig. 5 — O Portão Grande — túnel com 12 metros de largura, aberto pelas ondas nos tufo basálticos da extremidade sudoeste de Fernando de Noronha

(Branner, 1889).

O arquipélago teria começado a se formar desde os fins da era primária e começos da secundária (rochas permo-triássicas), e terminado no terciário. Sua origem parece estar ligada à dos rochedos São Pedro e São Paulo e de outras ilhas vulcânicas do Atlântico.

Eis como se referem à formação e origem de Fernando de Noronha, na página 492 da sua *Geologia do Brasil*, 2.<sup>a</sup> edição, 1943, os engenheiros Avelino Inácio de Oliveira e Óton Henry Leonardos:

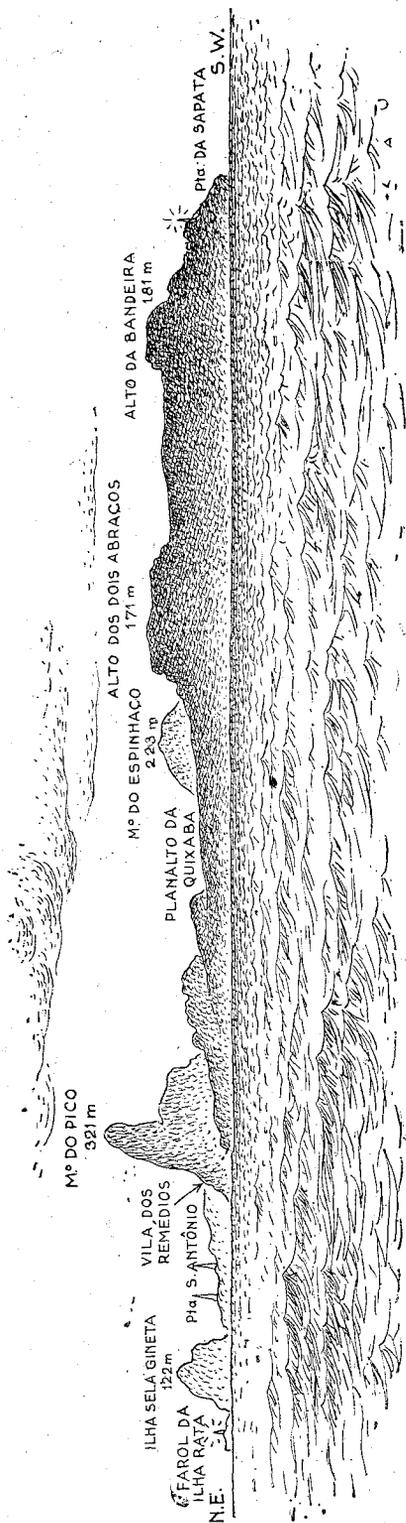


Fig. 6 — Perfil da ilha de Fernando de Noronha, vista de oeste

(Desenho feito por Percy Lau, de bordo do cargueiro "Tietê", em 1936).

“É constituído (o arquipélago de Fernando de Noronha) quase inteiramente de um maciço de rochas nefelinicas como os rochedos de São Pedro e São Paulo e as ilhas Açores, Madeira, Cabo Verde e Trindade. A princípio se supunha que era simplesmente a ponta nordeste do continente sul-americano, separado do cabo São Roque por um canal raso. Mas as sondagens praticadas pela expedição do “Challenger” de 1873-1876, provaram a existência de um mar profundo em tôrno das ilhas, tendo 3 965 metros de profundidade no canal entre o arquipélago e o cabo São Roque e 4 270 metros entre Fernando de Noronha e as rochas São Pedro e São Paulo.

A ilha principal levanta-se bruscamente do oceano (Fig. 6) e não apresenta manto sedimentar, além de um arenito calcáreo cuja exposição Branner verificou ao longo das praias. Esse arenito cobre um terço da ilha Rata, parte da São José, pequenas áreas na ilha principal, próximas de Lancha, Atalaia Grande e baía de Sueste e forma as ilhas do Meio e Rasa. Os seus afloramentos elevam-se a cerca de 12 metros na Rasa e Rata e atingem 30 metros do lado sul de Atalaia Grande. Os grãos são fragmentos de conchas, corais, foraminíferos, etc. Na ilha existem pequenos depósitos de terras fosfatadas, oriundas de excrementos de aves.

Djalma Guimarães admitiu, para a atividade vulcânica de rochas alcalinas no Brasil, a idade permo-triássica, porque as intrusões cortavam sedimentos até então considerados triássicos e não atingiram formações reconhecidas como cretáceas. Posteriormente verificou um magma basáltico cortando formações turonianas (cretáceo) no Nordeste, equivalente ao de Abrolhos e Cururupe, Bahia”.

Ainda na *Geologia do Brasil*, agora à página 622, encontramos: “A propósito das rochas alcalinas no Brasil convém registrar que Djalma Guimarães, estudando amostras das ilhas de São Pedro e São Paulo, deduziu que a sua atividade vulcânica se tivesse passado do terciário para cá. Do

mesmo modo, relacionando o vulcanismo de São Pedro e São Paulo ao de Fernando de Noronha, se pode concluir que a atividade vulcânica desta ilha é também do terciário para cá”.

**Relêvo** Seu relêvo é montanhoso nas duas extremidades NE e SW, onde se encontram dois maciços de altitude média igual a 160 metros e separados por um planalto central — o planalto da Quixaba — de 40 metros de altitude, aproximadamente.

No maciço de NE, acham-se as maiores altitudes, como o Pico (321 metros), ponto culminante da ilha situado na costa norte, e o morro do Espinhaço, com 223 metros na costa sueste. O alto dos Dois Abraços, com 171 metros de altitude, domina o relêvo da extremidade SW da ilha; o morro do Pico é um verdadeiro monolito vulcânico, que, com suas paredes escarpadas e de rocha viva, lembra pela sua forma um gigantesco obelisco (Fig. 7). O morro do Francês, bem como o da Atalaia Grande e o de Santo Antônio, são considerados cones de extintos vulcões.

Examinando o jazimento, na ilha Rata, dos depósitos de fosfato de cálcio sobre rochas coralígenas, Orville Derby admitiu uma emersão daquela ilha e, por consequência, de todo o arquipélago de Fernando de Noronha. Essa emersão teria pôsto a descoberto os bancos de coral sobre os quais se encontram os referidos depósitos fosfáticos.

Escreveu Derby:<sup>1</sup> “O fato de encontrar a 35 metros acima do nível do mar, no cume de uma colina, rocha coralífera, que só pode formar-se debaixo d’água do mar, prova que, em época relativamente moderna, sofreu a ilha

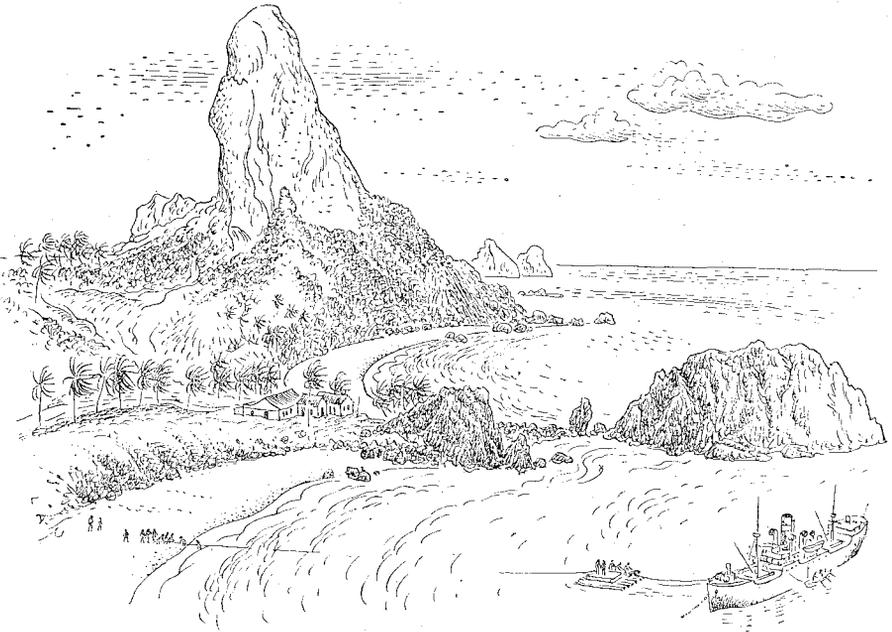


Fig. 7 — Aspecto do litoral norte de Fernando de Noronha, vendo-se dominando a paisagem o morro do Pico, ponto culminante da ilha (321 metros), na base do qual se estende a praia da Conceição. Ao fundo os rochedos Dois Irmãos, e, no primeiro plano, a praia do Cachorro vendo-se a típica cena de desembarque referida no texto

(Desenho do natural, da autoria de Percy Lau, em 1936).

<sup>1</sup> Derby, Orville A. — Relatório da comissão encarregada do exame dos depósitos de fosfato existente na ilha Rata (Fernando de Noronha) 1881, transcrito por Lorena Guaraciaba, in *Fernando Noronha — História, Lendas e Possibilidades Econômicas e Estratégicas*, artigo, 1940.

(Rata) forte movimento de sublevação, que não só lhe aumentou a altura mas também a área. A existência de fragmentos de rocha calcárea em Fernando (de Noronha), prova que esta ilha também participou do movimento”.

Tal fato nos permite formular a hipótese de que originariamente os morros mais altos da ilha de Fernando de Noronha deveriam ter constituído, “em época relativamente recente”, um verdadeiro arquipélago, com dois grupos de ilhas: um a nordeste (o Pico, e os morros de Santo Antônio (Fig. 11), do Curral, do Francês, do Espinhaço e do Madeira) e outro a sudoeste (o alto dos Dois Abraços e o alto da Bandeira) (Fig. 6).

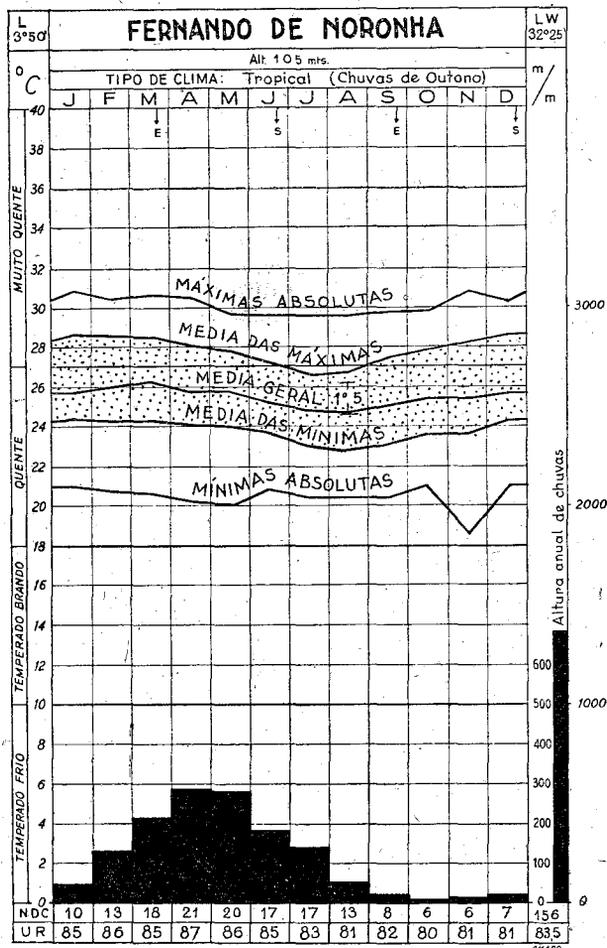


Fig. 8 — Gráfico das temperaturas e chuvas de Fernando de Noronha (Normais de 25 anos: 1911-1935)

NDC — Número de dias de chuva.

UR — Umidade relativa.

Tal emersão teria pôsto a descoberto o fundo raso situado entre os dois referidos “arquipélagos” e constituído por bancos de coral e rochas eruptivas. Este fundo uma vez emerso viria a constituir, mais tarde, o planalto da Quixaba, cuja altitude média varia entre 30 e 40 metros (Fig. 6).

As montanhas rochosas da ilha caem por vèzes diretamente para o mar, abruptamente formando altas e escarpadas penedias que, juntamente com a

permanente agitação do mar, tornam a ilha de difícil abordagem. Poucas e pequenas são as praias existentes, nas suas costas ásperas, onde a abrasão cavou inúmeras grutas e túneis como o célebre "Portão" (Fig. 5), na península da Sapata e o túnel da Ponta do Cupim-Açu.

Dentre as ilhas do arquipélago, destaca-se pelo seu relêvo abrupto e elevado (122 metros) a Sela Gínetá, cujo nome provém da sua forma bizarra (Fig. 12).

O arquipélago de Fernando de Noronha é quase que inteiramente circundado por recifes coralígenos. Nas suas águas rasas e limpidas se desenvolvem grandes bancos de corais, sendo que na enseada da Caieira, ponta de Santo Antônio e baía de Sueste, tais formações de polipos estão emersas, franjando a linha da costa com o seu aspecto áspero e irregular.

**Clima** O clima de Fernando de Noronha é tropical do tipo do litoral nordestino. Caracteriza-se por apresentar uma temperatura tropical, uma regular umidade relativa, e, principalmente, quanto à queda de chuva, por apresentar duas estações bem marcadas: uma chuvosa e outra de estiagem, a qual por vèzes é mais prolongada.

O período sêco ali vai de agôsto a janeiro, período êsse em que a queda de chuva se reduz a 7 milímetros (em outubro, que é o mês mais sêco) em contraste com o período chuvoso (fevereiro a julho), quando caem fortes aguaceiros sôbre a ilha (278 milímetros em abril que é o mês mais chuvoso).

A umidade relativa média anual é de 83.5 %.

A temperatura máxima absoluta não atinge 31° C e a mínima absoluta nunca chega abaixo de 18° C. Março é o mês mais quente, tendo uma temperatura média de 26°,1 C. e agôsto o mais fresco com 24°,6 C. Apesar da temperatura média anual de Fernando de Noronha ser de 25°,4 C, o seu clima é amenizado por uma viração constante proporcionada pelos alíseos de SE (Fig. 8).

Os ventos de Fernando de Noronha sopram predominantemente das direcões E e SE, como nos mostra o quadro das direcões predominantes dos ventos — segundo as observações feitas de 1938 a 1941 — e o gráfico da frequência dos ventos nesse período (Fig. 9).

## TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA

### Regime dos ventos

#### *Direcões predominantes 1938-1941*

MESES	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>
Janeiro.....	SE	E
Fevereiro.....	SE	E
Março.....	E	SE
Abril.....	E	SE
Maió.....	E	SE
Junho.....	E	SE
Julho.....	E	SE
Agôsto.....	E	SE
Setembro.....	E	SE
Outubro.....	E	SE
Novembro.....	E	SE
Dezembro.....	E	SE
ANO.....	E	SE

Além dos ventos de E e de SE, merece ser citado o vento do S, que embora seja muito menos freqüente distingue-se dos demais pela sua velocidade média que em geral é superior à dos ventos predominantes da ilha.

Quanto às calmarias verifica-se que são raríssimas na região.

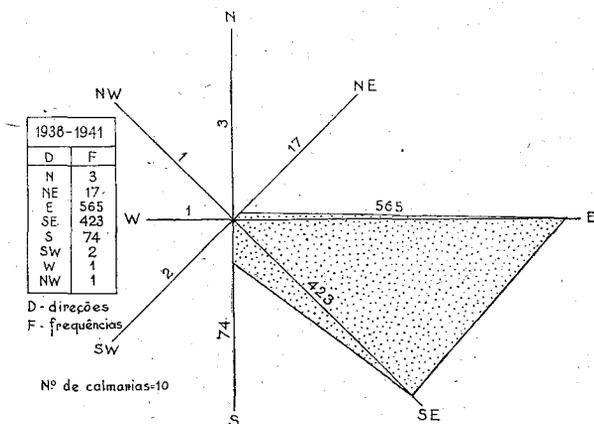


Fig. 9 — Gráfico da freqüência dos ventos no Território de Fernando de Noronha segundo as direções, no período de 1938-1941

**Vegetação** A ilha de Fernando de Noronha apresenta três tipos principais de vegetação: mata, macega e campo.

Os campos e a macega recobrem a maior parte da ilha. O revestimento gramináceo é encontrado notadamente sobre o solo pedregoso e raso, constituindo pastagens naturais.

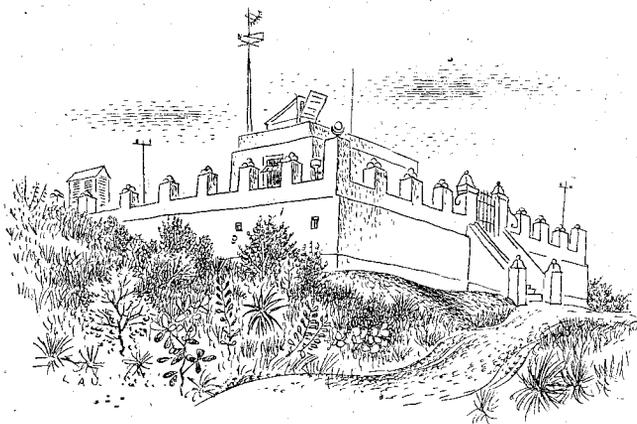


Fig. 10 — Aspecto do Pôsto Meteorológico de Fernando de Noronha, situado no alto do morro de Santo Antônio, próximo da vila dos Remédios

(Desenho feito no local por Percy Lau, em 1936).

As condições do solo pedregoso e pouco profundo, apresentando freqüentes afloramentos rochosos e, sobretudo, a longa estiagem, contribuem para o aspecto baixo e rarefeito da vegetação de Fernando de Noronha. A ilha não apresenta, em suma, vegetação de grande porte. A chamada *mata* de Fernan-

do de Noronha é uma vegetação cujo aspecto varia de arbustivo a arbóreo, e é encontrada principalmente nas encostas dos morros onde a camada de terra decomposta é mais profunda e úmida. Poder-se-ia denominá-la, com mais acerto, mata-rala com abundância de palmeiras.

A violência dos ventos (particularmente do impetuoso vento sul) castiga grandemente a vegetação arbórea, impedindo o seu desenvolvimento em altura.

Outrora devem ter existido matas mais extensas em Fernando de Noronha, pois descrevendo a ilha (quando lá esteve em 1862, mandado pelo governo imperial para estudar as possibilidades da instalação, na mesma, de uma penitenciária agrícola), Beaurepaire Rohan referiu-se às “suas florestas”. Estas matas, porém não apresentavam muitas variedades vegetais, sendo às vezes tão ralas, com pouca folhagem e de aparência tão ressequida, que o brigadeiro Rohan a comparou à caatinga nordestina.

A propósito escrevia aquêle militar: “Nunca vi cousa mais monótona do que o aspecto botânico daquela ilha. Por mais que multiplicasse as minhas evoluções pelo interior de suas matas, sempre se me apresentavam as mesmas espécies. Verdade é que tendo me demorado pouco ali, e isto na estação seca, pôde mui bem ter acontecido que muitas plantas ánuas não vegetassem então, o que contribuía, sem dúvida, para me parecer ainda mais pobre o quadro que tinha diante dos olhos. Como quer que seja Fernando de Noronha pela sua enrugada vegetação, assemelha-se a essas matas do interior, a que os naturais chamam *caatinga*”.

Teria sido mais acertado se Beaurepaire Rohan tivesse comparado a vegetação de Fernando de Noronha ao *agreste* nordestino, de vez que na sua mata não há o predomínio de plantas xerófilas.

Apesar desta pobreza vegetal, o brigadeiro informava que lá se encontravam uma variedade de peroba, guaiabinha e outras madeiras de lei, não aproveitadas para contrução por não adquirirem ali grandes dimensões. Como se vê, a estiagem impede o crescimento da vegetação, reduzindo-lhe o porte e afinando-lhe o tronco.

As derrubadas, principalmente para a obtenção de lenha, muito contribuem para a redução da área florestal da ilha e para a formação de campos secundários, agravando por um lado a pobreza d'água dos seus mananciais temporários.

Os campos nativos e secundários da ilha constituem pastagens que podem manter um grande rebanho, principalmente bovino e caprino.



Fig. 11 — O morro de Santo Antônio, vendo-se no seu cume (101 metros) o Pôsto Meteorológico da ilha

(Desenho do natural por Percy Lau, em 1936).

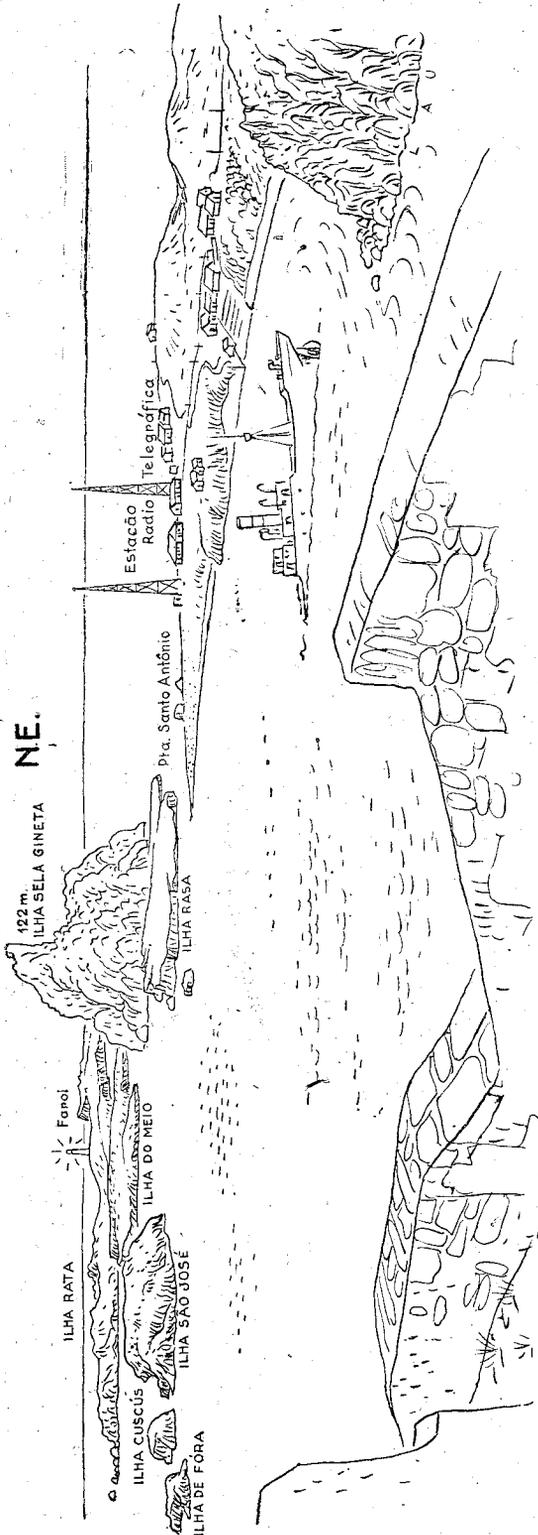


Fig. 12 — Extremidade NE do arquipélago de Fernando de Noronha, vista do forte dos Remédios. Meio submerso vê-se na baía de Santo Antônio o casco do navio grego "Eleuti Statratrus", encalhado em 1929

(Desenho de Percy Lau, feito no local em 1936).

**Hidrografia** Fernando de Noronha não possui cursos d'água perenes. Como os rios do Nordeste, os seus rios e riachos são de regime torrencial, secando todos os anos na época da estiagem. Com efeito, a estiagem, que geralmente dura 6 meses e às vezes prolonga-se por 9 meses, faz com que os poucos riachos da ilha "cortem" durante longo período.

Na época das chuvas ou "inverno", os abundantes aguaceiros enchem os seus leitos secos com tal rapidez e impetuosidade que em poucas horas a torrente transborda, alagando as margens e as várzeas.

Os principais cursos d'água da ilha são os riachos Boldró, Macieió e Mulungu, dos quais somente o último consegue às vezes manter certa umidade na estiagem.

**Condições de vida** A não-perenidade dos

rios de Fernando de Noronha determina condições de vida difíceis na ilha, pela impossibilidade de uma agricultura permanente.

**Falta d'água** — A água potável, para a subsistência do homem e dos animais, é obtida na época da estiagem, parcamente, de duas maneiras: recolhendo-se em cisternas a água das chuvas ou retirando-se o precioso líquido do fundo de poços cavados nas depressões do terreno.

Os poços perenes fornecem uma água alcalina, fortemente salobra; os de água potável boa, são infelizmente, periódicos.

*Agricultura* — Não obstante o solo de Fernando de Noronha ser muito fértil não só pelo fato de ser de origem vulcânica como por encerrar muito fosfato de cálcio — a agricultura é praticada com muita dificuldade e em escala muito reduzida, não dando para atender ao consumo da população local. Isso devido à falta de água, conseqüência, como já foi dito, da costumeira estiagem de fim de ano, bem como, da diminuta capacidade do solo de Fernando de Noronha em reter a água das copiosas chuvas que lá caem, perdulâriamente, no outono e no inverno.

A lavoura é praticada somente na estação chuvosa, quando se cultivam plantas hortensens e se plantam principalmente milho, mandioca e feijão. Acabada, porém, a estação benfazeja, cessa o plantio, e, feita a colheita e consumido o seu produto, passa a ilha a depender, como sempre, do abastecimento vindo do continente. As vezes, nem na época pluviosa o lavrador consegue um bom rendimento, pois o escasso das chuvas prejudica muito as já reduzidas lavouras.

A agricultura em Fernando de Noronha parece ter que se restringir somente à lavoura da *estação das águas*, visto que a ausência d'água durante o resto do ano (mesmo da água da chuva, cuja queda escassa torna-a praticamente nula em certos meses) impossibilita um cultivo de irrigação. Não obstante a pouca umidade do solo de Fernando de Noronha, podem ser praticadas na ilha as culturas de cana de açúcar, milho, mandioca, algodão e fumo,<sup>1</sup> porém com pouco rendimento. Por ser planta de clima semi-árido, o algodão cresce bem em Fernando de Noronha.

O abastecimento regular da ilha é feito por navios que levam de Recife para lá gêneros de primeira necessidade e outros víveres, bem como tecidos, roupas e produtos manufaturados.

Não possuindo praticamente agricultura regular, a população de Fernando de Noronha alimenta-se deficientemente, constituindo de peixe, charque, farinha de mandioca, feijão e conservas, a sua alimentação básica.

Em virtude da impossibilidade de um cultivo permanente de legumes, a alimentação dos habitantes de Fernando de Noronha é muito pobre em vitaminas; em conseqüência de avitaminose registou-se na ilha, em 1933, um forte surto de béri-béri, aliás a única epidemia de que se tem notícia em Fernando de Noronha, pois o seu clima é célebre pela salubridade.

Afim de suprir a falta de alimentos vegetais frescos, o Ministério da Guerra — sob cuja administração acha-se agora a ilha — custeia três viagens semanais de aviões da "Cruzeiro do Sul", que levam do continente verduras e frutas.

Apesar, pois, da extraordinária abundância de peixe nas águas costeiras de Fernando de Noronha e do gado vacum e caprino criado nas pastagens da ilha, o problema da subsistência é muito importante, no que diz respeito aos produtos agrícolas básicos para a alimentação.

**Povoamento e população** Fernando de Noronha nunca constituiu um foco de atração para o povoamento, não só pelo seu grande afastamento do continente, como também pelas suas condições naturais, que dificultam de certo modo a vida. Seu povoamento, poder-se-ia dizer, foi forçado, devido à sua função de colônia correccional.

Tal espécie de povoamento teve início, verdadeiramente, logo após à proclamação da República, quando a ilha, tornada então colônia correccional, recebeu os primeiros sentenciados por crimes comuns. Estes condenados freqüentemente obtinham permissão para levarem consigo para a ilha suas famílias, e assim, lá chegando, construíram as suas habitações e, enquanto cumpriam a pena, faziam sua pequena lavoura, ocupando desta maneira a ilha, lenta e precariamente.

Dada a sua condição de presídio, Fernando de Noronha teve sempre uma população flutuante.

O Recenseamento de 1940 apurou em Fernando de Noronha uma população de 1 065 habitantes, o que dá para o Território uma densidade de 56 habitantes por quilômetro quadrado.

<sup>2</sup> Beaurepaire Rohan — Op. citada, pág. 197.

Quase tôda a sua população está concentrada na vila dos Remédios (pois há algumas casas espalhadas pela ilha) e é constituída principalmente por expressidiários e suas famílias, que vivem pescando ou trabalhando como criados do pessoal da administração.

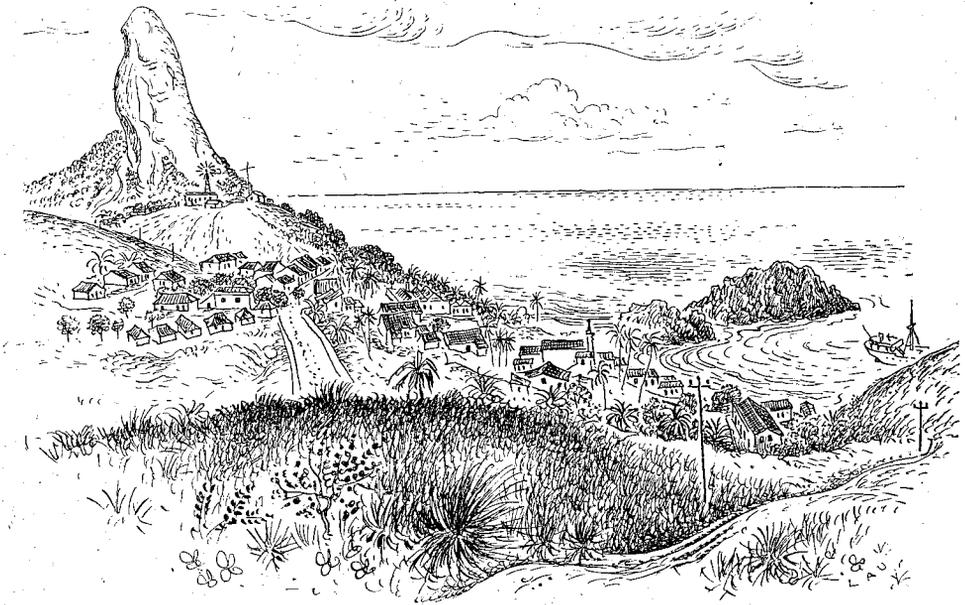


Fig. 13 — A vila de N. S. dos Remédios vista da encosta do morro de Santo Antônio. Ao fundo e à esquerda o morro do Pico

(Desenho feito no local por Percy Lau, em 1936).

Todo o arquipélago conta com um único núcleo urbano — a citada vila dos Remédios (Fig. 13). Esta fica situada na encosta que desce para a praia do Cachorro, e possui cerca de 400 prédios, entre casas de pedra e cal e cobertas de telhas e outras habitações mais rústicas. Tem dois templos católicos, num dos quais se venera a Virgem dos Remédios, construído em 1772.

Suas ruas e praças principais são calçadas com pedras irregulares. É iluminada a luz elétrica fornecida por uma usina movida a óleo cru. O seu pequeno comércio constitui em revender artigos importados do continente. Apesar de não ser sede de distrito, o povoadado de N. S. dos Remédios é chamado vila.

Desde a entrada do Brasil na guerra atual (1942) fazem parte da população da ilha os contingentes militares que a defendem.

**Comunicações** Fernando de Noronha está em contacto com o Brasil e o resto do mundo pela navegação marítima, pela navegação aérea e pela radio-comunicação.

Há uma linha de navegação entre a cidade do Recife e a vila dos Remédios e um navio do Lóide realiza 2 viagens mensais entre a ilha e o continente.

As praias foram aproveitadas para o desembarque na ilha, o qual é feito por meio de grandes balsas de madeira leve, chamadas "jangadas de palanque", que vão ter ao navio, que fica fundeado a 400 metros da linha de arrebentação das ondas, guiadas por cabos de vai-e-vem fixos em terras e em uma bóia ou no navio.

Dois são os portos de desembarque da ilha: a praia do Cachorro, durante certos meses, e a baía de Santo Antônio, nos outros, devido às correntes e aos ventos que variam de direção e impetuosidade conforme a época do ano.

Pela sua posição Fernando de Noronha é uma excelente base aérea comercial e militar; o seu aeroporto já foi aproveitado como ponto de escala dos aviões da Cia. Air France, durante muito tempo.

A ilha possui um moderno campo de pouso localizado no planalto da Quixaba (na parte central), pois o mar, pelo seu permanente estado de agitação, não permite a amerissagem de hidro-aviões.

Este campo foi construído pelo extinto Departamento da Aeronáutica Civil e, além de apresentar as características de um moderno aeroporto, tem 900 metros de comprimento e uma pista de cimento armado com 80 metros de largura.

A ilha possui cerca de 15 quilômetros de estradas de rodagem, construídas pelos presidiários. Tais estradas ligam a vila dos Remédios e o aeroporto a certos lugares como Quixaba, Maceló e Vargem Grande.

Situada na esquina oriental do continente sul-americano, ou melhor, no ângulo de divergência das costas E e N do Brasil, constitui um ótimo posto de transmissão rádio-telegráfica.

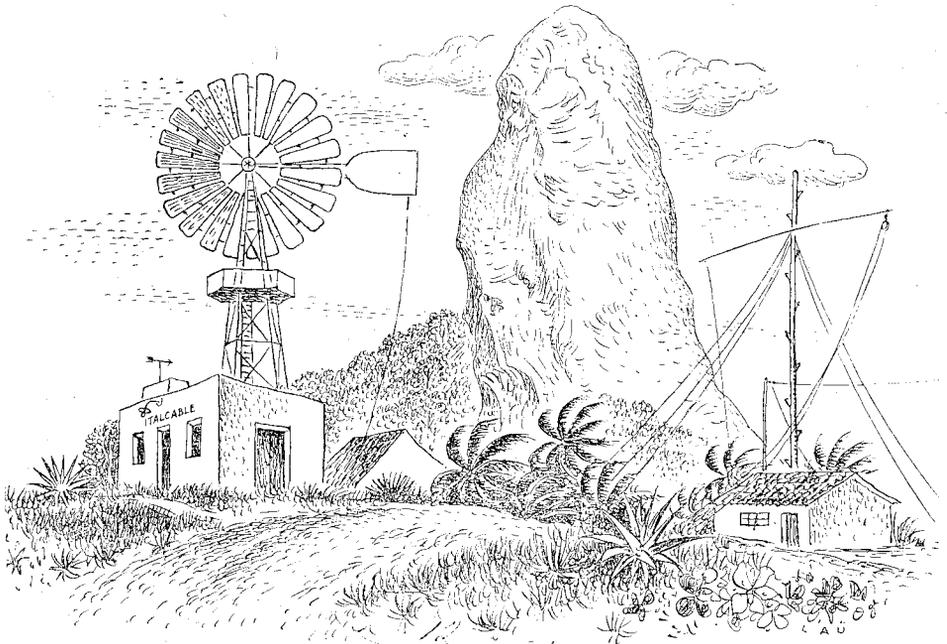


Fig. 14 — Estação da companhia de cabos-submarinos "Italcable", no Alto da Floresta. À direita o posto semafórico e ao fundo a massa eruptiva do Pico

(Desenho feito no local por Percy Lau, em 1936).

Assim, não só serve de apoio para dois cabos submarinos, um francês e outro italiano (Italcable) (Fig. 14), que a põem em contacto com a Europa e África, como, também nela se acha instalada potente estação de radiotelegrafia.

**Recursos econômicos** Os principais recursos econômicos do Território estão nos reinos animal e mineral: são as suas jazidas de fosfato e carbonato de cálcio e a pesca.

A riqueza natural que explorada virá a ser de grande expressão econômica para a ilha, são as suas extensas jazidas de fosfato de cálcio, de origem animal (proveniente de dejetos de aves marinhas, abundantes na ilha) encontradas formando depósitos maiores na ilha Rata.

Assim explica Branner a origem dos depósitos fosfáticos de Fernando de Noronha: "Os excrementos dos pássaros e de outros animais algumas vezes

acumulam-se em quantidade tal que formam depósitos de importância geológica. De tal origem são os depósitos fosfáticos na ilha Rata em Fernando de Noronha e os célebres depósitos de guano na costa do Peru. Em muitas outras partes do mundo existem depósitos fosfáticos que podem-se ter originado de modo semelhante.

São mais abundantes em regiões áridas onde não há muita chuva”<sup>3</sup>

A quantidade de fosfato do arquipélago de Fernando de Noronha foi estimada por Orville Derby, em 1881. Em seu citado *Relatório* informa o grande geólogo norte-americano: “A sondagem dos depósitos verificou que em alguns pontos da parte oriental da ilha Rata, desce o fosfato a uma profundidade de três metros; a comissão limitou-se a assegurar, que tanto quanto pode avaliar-se atualmente, não será exagerado admitir a espessura média de um metro em toda a ilha, salvo os dois longos e estreitos promontórios rochosos situados um a oriente e outro a ocidente, que formam uma espécie de espinhaço, de estrutura diferente da do resto da ilha. É impossível determinar, ainda que aproximadamente, a quantidade de fosfato existente na ilha Rata. Contudo, a comissão avalia o depósito em “um milhão de toneladas (1 000 000) métricas, nos 360 000 metros quadrados de superfície da ilha, sem contar os promontórios, cujos depósitos pequenos fornecem guano de infima qualidade. As ilhas do Meio e Rasa, com uma área de cerca de 50 000 (cinquenta mil) metros quadrados, possuem depósitos calculados em 139 000 (cento e trinta e nove mil) toneladas métricas”<sup>4</sup>

Outras riquezas naturais da ilha começam a ser exploradas, estando já em funcionamento uma fábrica de cal (obtido pela calcinação de conchas marinhas encontradas em grandes bancos) produzindo uma média de 100 toneladas mensais. Uma salina foi construída em 1940 e já apresenta uma produção de uma e meia toneladas de sal por mês.

A fauna marinha é variadíssima, sendo digna de nota a existência nas praias e rochedos a beira-mar de grandes caranguejos como o guajá, o aratu-de-pedra e o graussa, os conhecidos e apreciados “caranguejos de Fernando de Noronha”, cuja matança desordenada para a alimentação, já ameaça a extinção dos mesmos, cada vez menos numerosos. Uma espécie de tartaruga, vulgarmente chamada aruanã, é pescada no começo da estação chuvosa. A lista dos peixes que se encontram nas águas de Fernando de Noronha, é interminável, tal a extraordinária abundância dos mesmos. As águas da ilha são infestadas por enormes tubarões, que, atraídos pela grande quantidade de peixes nas águas rasas dos recifes costeiros, aproximam-se bastante da praia podendo ser mortos de terra, a tiros de fuzil.

Uma colônia de pesca foi fundada em 1940, afim de aproveitar de maneira mais econômica o pescado, abundante em suas águas, abastecendo a ilha com regularidade e promovendo a sua industrialização.

Não há em Fernando de Noronha nenhuma mamífero originário da ilha. Tal fato já tinha sido observado há quase um século por Beaurepaire Rohan. Os animais desta classe que lá existem ou constituem criação ou acompanharam o homem. Alguns, como os ratos que infestam a ilha, constituem praga permanente. Dado o seu grande número, estes vorazes roedores causam grande dano à lavoura, tudo destruindo por vezes.

A fauna alada da ilha, é, no entanto, numerosa e bastante variada, sendo constituída na maioria por aves marinhas, das quais o *mumbebo* é o mais abundante. Habitam, juntamente com os alcatrazes, viúvas, rabos-de-junco e outros palmípedes marinhos, os alcantilados rochedos de todo o arquipélago.

Dentre os sáurios destacam-se grandes lagartos das pedreiras.

Floresce com exuberância na praia e encosta do Pico um grande coqueiral (cerca de 900 pés), bem como no lugar chamado Maceió. Dentre as frutas cultivadas na ilha, se destacam a banana e o mamão. Nos pomares encontram-se umas poucas mangueiras, laranjeiras e cajueiros.

A pequena lavoura de mandioca faz movimentar uma usina de farinha, e, da pouca cana cultivada é feito açúcar bruto e rapadura.

<sup>3</sup> Branner, J. C. — *Geologia Elementar*, pág. 203.

<sup>4</sup> Derby, O. A. — Op. cit., transcrição de Lorena Guaraciaba.

### O futuro do Território

Com a sua elevação à categoria de Território o arquipélago passou a desempenhar uma função mais nobre: a de servir de sentinela avançada da nossa soberania.

Terminada a guerra Fernando de Noronha será, sem dúvida, aproveitada novamente como presidio.

Várias providências já foram tomadas pelo governo da União no sentido da melhora das suas condições de vida e do aproveitamento dos seus recursos naturais.

Faz parte do programa de realizações deste gênero a construção de uma grande e moderna penitenciária agrícola modelo. A idéia da construção de uma colônia agrícola em Fernando de Noronha é muito antiga; desde 1789 o governo português já cogitava disso. Este estabelecimento terá, além da sua função correcional, o objetivo de fomentar com métodos modernos, a agricultura em Fernando de Noronha, aproveitando, assim, a notável fertilidade do seu solo. Faz também parte do plano, o desenvolvimento da pecuária nas pastagens da ilha, havendo já um pequeno rebanho bovino (400 cabeças) e caprino (500 cabeças) que atende em parte às necessidades da alimentação local.

Estes são os característicos gerais do arquipélago que o governo da União elevou à categoria de Território Federal e aparelhou militarmente — devido à sua privilegiada posição estratégica para a defesa do nosso país e do continente sul-americano — em face do atual conflito mundial em que fomos envolvidos.

★

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Avelino Inácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos — *Geologia do Brasil*, publicação do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 2.<sup>a</sup> Edição (Refundida e atualizada), Rio de Janeiro, 1943.
- Branner, John Casper — *Resumo da geologia do Brasil para acompanhar o Mapa Geológico do Brasil*, trad. pelo autor do "Bulletin of the Geological Society of America", vol. 30, ps. 189 - 338, chapas 7 - 10. Rio de Janeiro, 1919.
- Branner, J. C. — *Geologia Elementar*, preparada com referência especial aos estudantes brasileiros e à geologia do Brasil, 2.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, 1915.
- Beaurepaire Rohan, Henrique de — *A ilha de Fernando de Noronha*, considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia agrícola penitenciária (Relatório), 1805. In *Arquivos*, publicação da Prefeitura Municipal do Recife, Pernambuco, n.º 1, 1942, ps. 155 - 203.
- Diretoria de Navegação — *Roteiro* — 1943 — Ministério da Marinha.
- Lorena Guaraciaba — *Fernando de Noronha* — História, Lendas e Possibilidades Econômicas e Estratégicas, in *Revista do Arquivo Público*, vol. LXXII, 1940, publicação do Dep. de Cultura da P. M. de São Paulo, São Paulo, p. 50.
- Rodrigues, Lísias Augusto — *Fernando de Noronha* (Conferência) in *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XXXVIII, 1941, ps. 291 - 297, Recife, Pernambuco.

N.R.: Na sua secção competente, este número do *Boletim*, publica "Achegas para a bibliografia sobre Fernando Noronha", para onde remetemos o leitor interessado.



Se precisar de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá pronta e satisfatoriamente.

## Tertúlias geográficas semanais

SEPTUAGÉSIMA SEXTA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 8 DE AGOSTO DE 1944

COMPLEMENTOS DA COMUNICAÇÃO SOBRE O GIRAU. CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE. AS EXCURSÕES AO PICO DA CONCEIÇÃO E A FAZENDA DE BETÂNIA, PELA STA. LISIA CAVALCANTE. CRISTAS MONOCLINAIS E A PENEPLÂNCIE. O CONTACTO. REJUVENESCIMENTO DOS RIOS. SITUAÇÃO DA FAZENDA DE BETÂNIA, SUAS POSSIBILIDADES. DEBATES: A INFLUÊNCIA DA NATUREZA DAS ROCHAS SOBRE O RELEVO E SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA REGIÃO DE ITABIRA

Presidindo a sessão, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães anunciou o prosseguimento das comunicações sobre o vale do rio Doce, com a apresentação do relatório geral da excursão ao pico da Conceição e à fazenda de Betânia, pela Srta. Lísia Maria Cavalcante e ainda a Prof.<sup>a</sup> Luci G. de Abreu completaria sua comunicação sobre o Girau.

Tomou primeiramente a palavra a Prof.<sup>a</sup> Luci G. de Abreu que daria a conhecer as informações complementares prestadas pelo Sr. José Luís Osório de Almeida, antigo proprietário do Girau. Apontaria, então, os erros que cometera na comunicação anterior.

A fazenda do Girau foi construída no século XIX pelo major Paulo José de Sousa, baseando-se nos desenhos de um viajante que percorreu antes essa região. Seu último proprietário foi Luís Camilo que em 1912 a vendeu à Itabira Iron; portanto, não era arrendada, conforme dissera antes. A apresentação não foi fiel em outros pontos; assim, os fornos funcionavam alternadamente, não por haver insuficiência do aparelhamento hidráulico, mas porque eram de argila e precisavam de reparos depois de cada vez. O malho funcionava perfeitamente e estava quase novo por ser relativamente recente. A família a que pertencia Girau ganhou quatro sesmarias que abrangiam até a metade do Cauê; tinha, assim, as matas à sua disposição dentro de seu próprio domínio. Além disso, utilizavam mais o itabirito compacto e não a jacutinga. O transporte do minério se fazia por tropas de burros, diariamente, para atender às necessidades cotidianas.

O número de empregados era realmente de 25 e só uma pequena parte habitava na fazenda; havia uma casa grande e um "quarto das moças". A fazenda era muito maior e o que hoje resta não pode dar uma idéia exata.

A fazenda foi contemporânea do ouro e seu material era subsidiário para o animal, único meio de transporte. Funcionou sob a mesma família até 1912 e foi vendida com todas as suas terras à Itabira Iron por 120 contos. Após sua venda, entrou em decadência e a Itabira Iron não mais se interessou por ela; apenas mantinha um fiscal para as matas.

Tendo assumido a presidência, o Prof. Lúcio de Castro Soares declarou que estes complementos não comportavam discussão; deu então a palavra à Srta. Lísia Cavalcante, que apresentou o relatório da excursão ao pico da Conceição e à fazenda de Betânia, comentado e ilustrado com fotografias, carta e *croquis*.

O itinerário que conduz ao pico da Conceição passa pelo Campestre e continua a seguir o pico do Cauê pelo norte. Ao longo da estrada notam-se seixos rolados que confirmam as observações realizadas em torno de Itabira denunciando um regime torrencial na região.

Chegando à região da Cascata do Borrachudo, verificam-se formas topográficas arredondadas que fazem pensar que o afloramento das camadas monoclinais algonquianas é aí substituído por um afloramento do complexo cristalino. De fato, de acordo com as observações feitas na volta, a cascata é cons-

tituída por um afloramento de gnaíse lenticular, de onde se precipitam as águas de um pequeno rio, afluente do córrego da Onça. Esse riacho mostra, a montante da cascata, um vale de perfil longitudinal suave, que contrasta com as grandes ravinas cavadas a jusante da mesma cascata e também com as do córrego da Onça, do qual é tributário. Entre a extremidade desse vale regularizado e o fundo do vale do córrego da Onça o desnivelamento é de cerca de 75 a 80 metros, o que é, evidentemente, índice de um forte rejuvenescimento.

Esse recomêço de erosão feito pelo córrego da Onça, que é por si mesmo afluente do rio Girau e consequentemente de Tanque, foi interrompido momentaneamente pelo afloramento gnáissico, formando essa porção de gnaíse lenticular resistente um verdadeiro nível de base local. O afloramento de gnaíse nesta altitude de cerca de 900 a 930 metros impõe, novamente, o problema da relação estrutural entre as camadas da série de Minas e as que se atribuem comumente, ao arqueano.

Na volta, o exame das camadas foi possível seguindo-se a pé por uma estrada recentemente construída. Gnaísses decompostos, de xistosidade crescente e depois xistos sericitosos e micaxistos formam os afloramentos essenciais, sem apresentar discordâncias. Nenhuma dessas rochas apresentava-se bem caracterizada. Estavam fortemente metamorfoseadas, tratando-se evidentemente de formas de transição. A direção observada em dois locais indica N 14° E, com uma inclinação de 28° SSE e num outro ponto, uma direção N 72° E, com uma inclinação de 28° SE. É de notar que estas inclinações estão de acôrdo com as que se notam ao N do maciço do Esmeril e com uma observação feita ao norte de Cauê. São, no entanto, perpendiculares a outras direções tomadas nesse pico.

À medida que se sobe por esse caminho, a xistosidade das camadas aumenta e depois atinge-se um local onde afloram gnaísses quartzíferos. No ponto chamado alto do Barro Branco, onde o novo caminho se une à estrada velha, encontraram na estrada blocos de itabirito. Tendo retornado a fim de examinar mais detidamente o local observaram num poço camadas esbranquiçadas que pareciam caulim, enquanto que, mais acima, nas encostas, começavam a aflorar, na direção de Cauê, blocos de itabirito. Se há contacto, é evidentemente nessa vizinhança que é preciso procurá-lo, ao menos para determinar o limite inferior dos afloramentos de itabirito. Neste ponto a altitude é de cerca de 980 a 1000 metros, e a partir desse local até Campestre é o itabirito que aflora.

Deste estudo sumário da estrutura, pode-se deduzir que em tôda a zona NW do alinhamento Cauê-Conceição, a passagem entre o substrato gnáissico e as camadas da série de Minas não é nítida. Por outro lado, a topografia permite distinguir duas zonas muito diferentes: o alinhamento Conceição-Esmeril-Cauê, zona de cristas monoclinais, formando relevos bem marcados, alinhados em conjunto na direção NE-SW, e a NW uma zona deprimida, de relêvo bem mais calmo, onde formas mamelonadas são separadas por vales largos, cobertos de aluviões.

O pequeno vale a montante da cascata do Borrachudo é, precisamente, um desses vales. O declive é suave, o vale é muito largo, cercado por pequenas colinas e esta topografia encontra confirmação num corte observado no local denominado Várzea da Conceição, onde a argila, proveniente da decomposição do gnaíse e outras rochas metamórficas é utilizada para a fabricação de tijolos. A duração da erosão nesse local é atestada por um testemunho — uma grande lâmina de filito, rocha metamórfica muito dura, que continua localizada acima das argilas de decomposição, com uma direção N 80° E e uma forte inclinação de 58° para SE. Esse nível de erosão que corta, assim, as camadas tão fortemente inclinadas, não passa de um fragmento da penneplanície de 900 metros aproximadamente, que chega, assim até a base do alinhamento das cristas monoclinais Conceição-Esmeril-Cauê.

Ainda aí, na Várzea da Conceição observou-se entre duas camadas de seixos rolados um afloramento de argila turfosa misturada com seixos quartzíferos mal rolados. Esta estrutura sugere, evidentemente, um longo trabalho fluvial. Mas ela exige para ser explicada mais alguma coisa que um longo trabalho fluvial. A presença de depósitos de húmus entre as duas camadas de seixos

rolados indica uma grande diminuição, provisória, na capacidade de transporte do rio que aí depositara os seixos. Isso poderia ser devido a um longo período de estiagem, havendo em consequência do menor volume das águas e menor velocidade, a deposição imediata do húmus. Neste caso, deveriam ter encontrado a mesma ocorrência em outros vales da região e isso não se deu. A explicação não satisfaz portanto. É mais provável que essa explicação seja dada pela evolução do próprio rio que formou esse depósito, o mesmo rio da cascata do Borrachudo. A faixa de gnaisses lenticular teria agido como uma barragem, retendo as águas do rio até que este vencesse a resistência apresentada. Nesse intervalo se teria formado o depósito de húmus.

Esse local, a Várzea da Conceição, é um sítio privilegiado para os estabelecimentos humanos. Até então a marca humana na paisagem era assinalada por caminhos e estradas, geralmente novas e bem transitadas, mantidas em bom estado de conservação e alguns sítios de propriedade da Companhia onde se divisa algum gado.

Na Varzea da Conceição encontraram uma olaria de instalação recente, datando de pouco mais de um ano, época em que foi construída a estrada pela qual transitaram. A fabricação de tijolos é realizada por oito homens e o sistema de serviço é dos mais simples. Dois fornos servem ao cozimento dos tijolos que são transportados pelos caminhões da Companhia aos domingos a fim de aproveitar o dia em que não são empregados para outro serviço. Subindo o alto vale que sucede, a montante, à Várzea da Conceição, isto é, o vale drenado pelo pequeno rio da cascata do Borrachudo, entra-se numa floresta e chega-se, em breve, a um colo. Este se encontra na altitude de cerca de 1000 metros. Na realidade trata-se de um verdadeiro vale que se estende entre as alturas do Esmeril e uma bossa da peneplanície. É possível que essa disposição do relevo tenha a origem numa captura, mas, naturalmente, isto pede um estudo mais aprofundado.

A ocupação humana em toda esta zona tem um aspecto muito precário e provisório. Aparecem à margem da estrada grupos de casas de sopapo cobertas de palha ou de sapê. Só uma ou outra se acha habitada, cercada de culturas rudimentares e bananeiras. São os acampamentos preparados para os trabalhadores quando da construção da estrada e abandonados pouco tempo depois, nêles ficando alguns operários encarregados da manutenção da estrada.

Depois de ter passado o colo, mas sempre ainda na zona florestal, observam-se vestígios de uma antiga fazenda, rodeados por uma floresta secundária onde se vêem árvores frutíferas como cambucás e jaboticabeiras. Não muito longe daí as águas eram represadas para facilitar a lavagem do ouro e ainda se divisam vestígios dessa represa. Havia também um velho engenho de mineração em ruínas, e escavações profundas subindo pela encosta do vale. Trata-se de uma antiga extração de ouro abandonada, que a verificação local permitiu concluir ter sido de grande importância tal a extensão das marcas na paisagem: muros, canais, regos d'água, tudo perdido no silêncio atual do planalto que domina a estrada e o vale do córrego da Conceição.

Seguindo o córrego da Conceição por uma via de declive suave, chega-se à fazenda do Dr. Israel Pinheiro, construída no vale, sobre enormes terraços onde se vão preparar campos para a pastagem do gado. A criação é feita ao mesmo tempo para a carne e leite e as plantações da fazenda são destinadas a aprovisionar os empregados da Companhia.

Continuaram descendo o vale da Conceição, largo, coberto de aluviões e subiram as vertentes de uma pequena crista situada no interior do cotovêlo aí formado pelo rio da Conceição. Esse cotovêlo, muito acentuado, fez pensar numa provável captura realizada à custa do rio Periquito, também afluente do Peixe. Aí ainda esta captura demanda ser verificada localmente.

Do alinhamento de cristas monoclinaes algonquianas tiveram do ponto em que estavam, uma excelente vista de conjunto. Ao norte, as formas bastante pesadas dos maciços do Esmeril e do Periquito, enquanto que a oeste-noroeste, observa-se a dissimetria do maciço do pico da Conceição. Sobre as vertentes dêste, aparece bem nítida, uma rutura de declive que traduz, provavelmente, um novo ciclo de erosão. Uma vista de conjunto dos maciços situados a N e a NW, isto é, do pico da Conceição ao Periquito, revela poucas variações na altitude geral das cristas e uma certa dissimetria dos cumes mais elevados

que têm abrupto voltado para W. O mesmo se dá com o Cauê situado a NNE e em ambos os casos isso traduz a estrutura. A encosta ESE do Cauê aparece como a mais suave dado o ponto de observação, mas na realidade é para NE que a crista tem sua inclinação mínima. Ao pé dessa encosta mais suave do Cauê dá-se a transição entre esse perfil monoclinai e a peneplanície onde subsistem algumas bossas. O pico da Conceição tinha sido o objetivo da excursão, mas não foi atingido devido ao adiantado da hora. É, como o do Cauê, uma crista monoclinai formada de camadas de itabirito, cuja direção geral é quase E-W, de acôrdo com medições realizadas por um engenheiro inglês e consignadas na carta projetada.

A inclinação das camadas seria geralmente para o norte e excepcionalmente para o sul; mas, fato singular, a crista monoclinai do pico da Conceição tem seu abrupto voltado para WNW e, perto do cume, a inclinação das camadas é para ESE.

Quanto ao maciço do Esmeril, igualmente formado de itabirito, a mesma carta indica uma direção geral WSW-ENE mas a inclinação desenha um pequeno sinclinal e um pequeno anticlinal. A lombada denominada Periquito apresenta no cume uma forma simétrica, se bem que a direção das camadas seja aí quase N-S e a inclinação para E. Estas indicações são suficientes para demonstrar que a estrutura da região de Itabira é bastante complexa e requer muito cuidado, na interpretação do relevo.

A SE e a NW dos alinhamentos monoclinais algonquianos, desenvolve-se a peneplanície arqueana. É aí que se acham disseminadas as antigas fazendas, não muito longe todavia das cristas algonquianas porque ao pé destas se localizava a população mineira, abastecida pelos produtos destas fazendas.

Uma destas fazendas foi visitada no dia seguinte à excursão a Conceição. Foi a fazenda de Betânia, pertencente ao Colégio Nossa Senhora das Dores, no qual as moças tinham sido hospedadas. A fazenda de Betânia está situada a alguns quilômetros a nordeste da cidade e aí se chega pelo Campestre.

A paisagem é dominada pelas grandes cristas monoclinais, das quais a mais notável é a do Cauê e, também, por outras cristas alinhadas freqüentemente na direção de SW-NE e que se ligam ao nível da peneplanície de 900-1000 metros. Também se observam colinas de altitude semelhante, sem orientação nítida e que constituem, sem dúvida, um nível intermediário de erosão.

A fazenda está localizada num pequeno vale no meio dessas colinas. Esse vale foi cavado por um riacho que desce em patamares, formando três andares de perfil em declive suave, onde o fundo do vale é coberto de aluviões e o escoamento insuficiente como o provam numerosos brejos. É no primeiro patamar a montante, que esses brejos se acham mais desenvolvidos.

Essa topografia encontra, evidentemente, uma primeira explicação nos recomeços de erosão que dissecaram a peneplanície e que destruíram, progressivamente, os testemunhos dos antigos ciclos. A presença de um afloramento de uma enorme laje de biotita-gnaïsse a montante da fazenda, ocasionando uma das rupturas de declive impõe, igualmente a explicação estrutural. A erosão remontante ligou-se a porções de rocha mais resistentes, dissimuladas sob a camada de argila laterítica.

O patamar de erosão, imediatamente a montante da fazenda, é o melhor drenado, porque o mais recente; os aluviões do fundo do rio encontram inclinação suficiente para seu deslocamento, no momento das cheias. Os dois patamares superiores, ao contrário, são encharcados durante a época das chuvas e permanecem pantanosos na estação seca; não são por esse motivo utilizados para as culturas. Com um esforço relativamente pequeno seria possível utilizá-los para a cultura de arroz; mas o problema está também ligado à competência e abundância da mão de obra.

As observações feitas durante essa excursão, ligadas às que foram feitas na cachoeira do Borrachudo e alto do Barro Branco, confirmam as inclinações tomadas e mostram mais uma vez a pequena espessura dos afloramentos da série de Minas que não passam de testemunhos deixados pela erosão.

A história de Betânia é relativamente simples. Na época do governador Olegário Maciel 100 hectares da atual Betânia foram doados às freiras. O resto das terras da propriedade foi concedido a título precário. O edifício principal,

de residência, tem sua frente voltada para W, com uma varanda típica e um pórtico que constitui o andar térreo. Um moinho de fubá colocado entre o terreiro e uma pequena represa no riacho é movido a turbina. A posição do edifício da fazenda parece ter sido ligada à facilidade que se tinha de utilizar a pequena queda d'água para fazer mover o moinho e para conduzir a água para os diferentes serviços domésticos.

Perto da queda d'água se encontra um abrigo para o gado, construído à altura dos campos, para facilitar a concentração e a dispersão do gado. A criação dos porcos, de galinhas e de patos é feita a jusante da fazenda, às margens do riacho, a fim de poder se servir da água, sem poluí-la antes de sua passagem pela fazenda. Para o norte encontra-se uma grande horta, precedida por um pomar em formação.

O conjunto de tôdas essas construções deixa uma impressão de ordem e boa utilização do terreno. Tôda esta organização está diretamente em função do abastecimento do colégio. Este pertence às religiosas missionárias da ordem de Nossa Senhora das Dores que mantêm em Itabira, além do colégio, um orfanato e um hospital. Betânia é uma das muitas fazendas que cercam Itabira, disseminadas pelos pequenos vales dos riachos que dissecam a peneplanície arqueana.

Em resumo pode-se dizer que nessa região dois elementos principais se destacam na paisagem, qualquer que seja o ponto de observação, Cauê, Girau, Conceição ou Betânia. Por um lado, o alinhamento das cristas algonquianas Conceição-Esmeril-Cauê, formando relevos bem marcados e dominando o horizonte com suas formas imponentes e por outro lado a peneplanície arqueana de relêvo bem mais calmo, colinas suaves e vales cobertos de aluviões e que chega até as bases do alinhamento Conceição-Cauê.

A cidade de Itabira acha-se situada no contacto dessas duas zonas e em sua história vê-se refletida a influência preponderante ora de uma, ora de outra. A fase inicial da exploração mineira, baseada nos aluviões auríferos dos cursos d'água que descem das encostas do Cauê, sucedeu o ciclo cafeeiro durante o qual multiplicaram-se as fazendas na peneplanície, em tôrno das cristas algonquianas e da cidade de Itabira. Hoje inicia-se o novo ciclo, da exploração do ferro, e novamente para o maciço Conceição-Cauê drenam-se as atividades de tôda a região. A velha Itabira estende-se para o Campestre, bem ao pé do Cauê, estradas contornam as bases das cristas e os colos que as separam. Junto às antigas explorações de ouro abandonadas abrem-se estradas por onde em breve circularão caminhões carregados de minério de ferro. Este impulso trazido à velha Itabira do ouro e do café pela exploração do ferro em grande escala deverá trazer também a prosperidade para a zona agrícola que a circunda e que assim será chamada a abastecer a nova Itabira do ferro.

Iniciados os debates, o engenheiro Marcolino Fragoso pediu a palavra para ressaltar apenas o contraste que sente entre o seu tempo de estudante e o de agora, quando se depara com os aspectos da geografia moderna e utilitária; pediu que se consignasse um voto de louvor à Srta. Lísia Cavalcante.

O Prof. Veríssimo elogiou o trabalho, pelo seu equilíbrio e sobriedade. Tomou parte na excursão e ajudou também a levar uma pedrinha às observações de campo. Ressaltou, então, as grandes possibilidades das moças, cuja resistência nas marchas era qualquer coisa de notável, superando muitas vezes o sexo oposto.

Aproveitou a oportunidade para registrar a presença do Dr. Rodrigues, que construiu a estrada Rio-Petrópolis e é bom conhecedor de todo o Brasil.

Este agradeceu estas palavras e felicitou a Srta. Lísia Cavalcante pela bela aula de geografia prática. As casas dos antigos rodoviários a que se referiu a Srta. são verdadeiramente o embrião de futuros núcleos; escolhem geralmente pontos próximos à água e às comunicações e aos poucos se transformam em cidades. O mesmo já observara em suas viagens e notou então que os abridores de estrada são verdadeiros desbravadores do sertão, fixando o povoamento.

O Prof. Lúcio de Castro Soares declarou então que a Srta. Lísia deveria estar satisfeita pela confirmação de um grande conhecedor do assunto.

O Cel. L. Rodrigues disse que perto de Formosa existe uma pequena fazenda, bastante semelhante ao Girau; o minério era tomado em bruto, aquecido e depois então eram feitos os objetos. Havia aí uma pequena fundição, mas os terrenos foram depois comprados para o gado. Entretanto, a análise do minério prova sua riqueza, podendo aí se erguer uma segunda Itabira.

A seguir, o Prof. Ruellan falou que a tertúlia constara de duas comunicações diferentes: a primeira parte de complementos e a segunda de excursões.

A primeira trouxe realmente informações preciosas e veio confirmar a dificuldade já anteriormente assinalada dos inquéritos locais. Assim, comparando os dois testemunhos, do encarregado do Girau e do antigo proprietário, é humano encontrar-se divergências. Este deu de boa fé informações recentes da fazenda, no seu estado de decadência e o outro os indicou em relação ao histórico, na ocasião da prosperidade. Para a geografia, interessam ambos os testemunhos, pois a evolução é fator importante para o método científico. O homem de sertão, por sua vez, mais ligado à terra, apresentou talvez informações locais mais seguras, por exemplo quanto ao uso das madeiras.

Aliás o próprio Prof. Veríssimo chamara a atenção para as dificuldades do inquérito, mas houve tempo suficiente para informações, pois durou um dia inteiro a visita. Em todo o caso, a questão continua aberta.

Em seguida, o Prof. Ruellan juntou-se aos cumprimentos e elogios feitos à Srta. Lísia Cavalcante, pois a descrição, baseada nos relatórios das três equipes, fôra realmente fiel e a conclusão bastante sólida.

Quanto ao relêvo, declarou que antes de deixar Itabira, o mais importante em tôda esta região de Minas é a petrografia, mais que a estratigrafia. Desde que Moraes Rêgo mostrou as dificuldades de tal estudo, sucedem-se debates sobre o que pertence realmente ao arqueano e ao algonquiano de Minas. Para os geógrafos o interessante para o relêvo são os quartzitos ferruginosos (itabirito) e os quartzitos propriamente ditos, sendo que estas duas formas rochosas dão as grandes cristas monoclinais: Cauê, Conceição, Andrade, Belo Horizonte.

Há uma série intermediária até o gnaiss, através dos xistos sericíticos e micaxistos; mas tôdas estas rochas formam o substrato do relêvo da peneplanície com suas formas mamelonadas, porque a erosão fluvial as trabalha com facilidade.

Pouca coisa resta das rochas duras, só os *hog-backs*, Cauê, Conceição, por exemplo. Em Belo Horizonte há uma crista monoclinal mais importante, a serra do Curral, e próximo, a serra do Espinhaço. Assim, em Itabira parece apenas existir a título de curiosidade. Entretanto, têm grande valor econômico e apesar de representarem relativamente pouca coisa como geomorfologia, representam muito para a Geografia Humana.

Alguns desenhos são realmente bons e mostram nitidamente o contraste entre as cristas monoclinais e a peneplanície. A estrutura se revela no bloco de filito do vale da Conceição, numa região completamente peneplanizada por ser uma rocha muito compacta e metamorfozizada e bem próxima do gnaiss, isto é, em plena catazona. Desenha um verdadeiro arco — o chamado *flat-iron* dos americanos. Foi constatado assim que a influência da estrutura é muito limitada. Por outro lado seguiram as camadas até o itabirito compacto sem discordância. O problema do contacto foi então resolvido no dia da excursão ao pico da Conceição.

Quanto à Betânia, foi um dia essencialmente dedicado à Geografia Humana. Foi uma excursão encantadora; o encanto colonial ainda se conserva e aí se constatou uma organização econômica em bases modernas, mas em pequenas proporções. Seria interessante que, ao lado da escola secundária, a superiora do Colégio de N. S. das Dores mantivesse uma escola profissional agrícola para reeducar a população que se deverá dedicar à manutenção de uma base agrícola, cujo desenvolvimento seguirá o de ferro para abastecer a população industrial.

Os vales de fundo plano poderão servir para o cultivo do arroz, através de uma drenagem bem organizada. Além do gado, poderão ser criados porcos também, como se vê em Betânia.

Tratam-se de atividades para as quais será necessário formar gente competente. Não só homens como mulheres poderão criar uma situação melhor para a estabilidade do povoamento, principalmente através de pequenos sítios.

Em toda a excursão puderam notar o papel frisante da estrada, desde a viagem do Rio a Belo Horizonte, e também nas novas estradas abertas pela Belgo-Mineira e pela Companhia Vale do Rio Doce. Os estabelecimentos operários deverão tornar-se centro de futuras vilas e por isso, o sítio deve ser bem escolhido, o que é, aliás, preocupação do governo. Em todas as estações as casas são cercadas de hortas.

Por fim, o Prof. Ruellan se referiu ao acolhimento das religiosas do Colégio N. S. das Dores, que possuem vários estabelecimentos em Minas e um em Brás de Pina. Ao chegarem a Itabira, não havia alojamento para as moças, que foram recebidas neste convento; pessoalmente, o Prof. Ruellan foi desculpar-se ante a Superiora pelos trajes de suas alunas, que estavam com o habitual uniforme de campo. Mas encontrou uma religiosa compreensiva e inteligente, que também fora estudante de geografia na Faculdade de Lion. Tudo fizeram para o conforto das jovens que se mostraram reconhecidas e satisfeitas. A despedida foi verdadeiramente comovente, tendo sido oferecido um jantar ao Prof. Ruellan. Seguiu-se uma sessão franco-brasileira, com números de música e declamação, que terminou com palavras do Prof. Ruellan.

O Prof. Lúcio de Castro Soares lamentou a ausência do Eng. Leite de Castro pois teria o prazer de ouvir a opinião de uma *persona grata* como o Dr. Marcolino Fragoso, sobre uma exposição de geografia prática no cenáculo do Conselho.

Acrescentou o Dr. Fragoso que era a opinião de um assistente que estudou geografia há mais de 20 anos.

Continuou o Prof. L. C. Soares apoiando a observação do Dr. Rodrigues quanto à função da estrada de rodagem como povoadora do Brasil; e também o elogio merecido aos alunos do Prof. Ruellan, que é merecedor de aplausos pelo seu método científico.

Aparteou o Prof. Veríssimo que os trabalhos estão ainda na fase inicial; tem tomado parte em todas as excursões do Prof. Ruellan e sabe que não há oportunidade de turismo. O trabalho é dividido, há sistematização e depois apresentação. A geografia é verdadeiramente uma ciência de campo sob sua orientação; não apenas por gentileza afirmava este fato.

O Prof. Ruellan declarou, então, que, na verdade sempre teve os melhores companheiros nos professores Veríssimo e Schmidt e no Sr. Miguel A. de Lima, e todos os que conduziram equipes de cujos auxílios dependeram os resultados obtidos.

O Prof. Lúcio de Castro Soares encerrou, a seguir, a sessão.

★

#### SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 5 DE SETEMBRO DE 1944

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE PELO SR. HÉLDIO LENZ CÉSAR. A VIAGEM ITABIRA-GOVERNADOR VALADARES. O VALE DO CORREGO SECO E RIO DO PEIXE — GARGANTAS, ALARGAMENTOS, OCUPAÇÃO HUMANA. O RIO PIRACICABA: PATAMARES SUCESSIVOS — A VEGETAÇÃO, A OCUPAÇÃO — INTENSO REJUVENESCIMENTO ANTES DA CONFLUÊNCIA COM O RIO DOCE. O RIO DOCE ATÉ GOVERNADOR VALADARES: VALE LARGO, TERRAÇOS. DEBATES: O CARÁTER GEOMORFOLÓGICO DA ZONA DE ITABIRA A GOVERNADOR VALADARES E SUAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares anunciou a apresentação do relatório geral de mais uma etapa da excursão ao vale do rio Doce, a viagem de Itabira a Governador Valadares pelo Sr. Hédio Lenz César, funcionário da Secção de Estudos.

Iniciando a exposição, este descreveu o itinerário no mapa e a seguir leu o texto que se segue:

No dia 26 de agosto os excursionistas deixaram Itabira, cidade típica mineira, de ruas tortuosas e pouco movimentadas, com casario velho. A cidade está cons-

truída sôbre morros arredondados, separados pelos pequenos afluentes do córrego Sêco, por cujo vale desce a estrada de rodagem que liga Itabira a Nova Era. Esses pequenos cursos d'água descem das encostas do Cauê e da serra do Esmeril, cujas cristas dominam a paisagem do N a SW da cidade.

Ao relêvo enérgico dessas cristas de itabirito algonquiano, sucede o arqueano de formas arredondadas, mais suaves. Itabira, atual Presidente Vargas — calçada de itabirito, está na franja oriental do contacto da zona algonquiana de mineração com a zona arqueana de economia baseada na exploração da floresta e na agricultura.

Poder-se-ia também ver uma diferença de vegetação mais acentuada, se não fôra a ação destrutiva do homem devastando a floresta que era a cobertura natural dominante no arqueano, como provam os restos de matas nos altos dos morros, e principalmente nos vales mais fundos, contrastando com a vegetação raquítica e nitidamente xerófila do algonquiano.

A estrada corre geralmente pelos terraços mais altos, e estando a floresta em grande parte devastada, tem-se uma visão ampla da paisagem.

As encostas são em geral suaves, e o rio corre entre morros arredondados de mesma altura, em que se distinguem dois níveis de erosão.

Vê-se, ao longe, um horizonte plano.

A cerca de 1 quilômetro de Itabira, foram encontrados dois leitos de seixos rolados, um a 7, e outro a 2 metros acima do nível atual do rio, marcando leitos antigos. O mais baixo é atingido pelas enchentes. O solo era substituído por uma camada de decomposição do gnaisse. Mais adiante o córrego Sêco apresenta-se divagante, mostrando meandros abandonados, com vegetação típica de brejo, o que se distingue facilmente pela cor verde mais escura.

Ora, essa tendência para encurtamento do rio prova um rejuvenescimento. Os leitos de seixos rolados acusariam antigos leitos do rio, em fase de erosão intensa. No leito quase atual, o rio já estava numa fase de erosão muito fraca, como provam os meandros e o relêvo suave. A retificação do curso mostra um rejuvenescimento recente que põe o rio um pouco abaixo do nível dos meandros.

Há duas hipóteses para explicar o rejuvenescimento: o abaixamento do nível de base do rio do Peixe; causas ligadas às variações de estrutura local.

Alguns trechos do rio em que o vale se estreita apresentam gargantas que de qualquer modo provam haver uma adaptação à estrutura. Observou-se a ocorrência de rochas duras, cujas camadas cortam transversalmente o rio.

O vale do rio do Peixe, forma uma enorme garganta, na região de Rancho Novo, onde o rio cava um vale em V agudo, atravessando a serra do Tambor; nesta garganta a umidade é tal, que a vegetação cobre quase inteiramente as vertentes. É um verdadeiro degrau com cerca de 50 metros de desnível. A origem dessa garganta e da sua forma assimétrica estaria ligada a fenômenos de duas naturezas distintas: um de origem estrutural e outro de ordem mecânica. O primeiro explica a disimetria entre as duas margens, como sendo devida à inclinação das rochas numa direção perpendicular ao rio. Na margem direita a água penetrou, facilitada pela xistosidade da rocha, provocando uma decomposição, do que resultou uma forma mais suave coberta de uma camada de areia decomposta, onde as árvores podem aprofundar suas raízes. O lado esquerdo, ao contrário, é abrupto, mostrando a rocha nua.

A ação de ordem mecânica que cavou a garganta, encontraria sua explicação num rejuvenescimento geral provocado pelo abaixamento do nível de base do rio Piracicaba. Mais adiante, foram encontradas outras gargantas e mesmo cachoeiras.

Vários afluentes do rio do Peixe estão suspensos, lançando-se por meio de rápidos e corredeiras. Este fato vem provar o rejuvenescimento do rio principal. Mas, quanto às corredeiras e gargantas, deve-se ver até onde vai a influência da estrutura. De qualquer modo há uma adaptação à estrutura, e o trabalho de erosão naturalmente se teria realizado em função da resistência encontrada pelo rio, à medida do seu progressivo escavamento. Resulta daí uma sucessão de alargamentos e gargantas correspondendo à erosão de trechos de rochas tenras e duras. Parece, portanto, haver uma epigenia.

Por vèzes foram encontrados declives fortes com o aparecimento de níveis de erosão mais recentes e mais baixos.

Os alargamentos do vale são aproveitados pelo homem para instalação de fazendas. A montante das gargantas, estes alargamentos têm depósitos de aluviões sempre utilizados para culturas. Estas aparecem nos testemunhos de antigos níveis de erosão. Os mais baixos, ao nível dos meandros abandonados, são aproveitados para a cana de açúcar e banana, e nos mais altos e mais secos, geralmente planta-se o milho.

As habitações, algumas cobertas de telhas, localizam-se também em terraços altos para evitar as enchentes. Nas encostas dos vales, nos morros mais suaves, já transformados em campos, aparece o gado pastando. Algumas fazendas, pois, dedicam-se à cultura e à criação. Como exemplo, a de Piteiras, se localiza entre a garganta já mencionada e a cachoeira de Capoeirana, cuja garganta apresenta um aspecto semelhante ao da outra.

Estas gargantas dificultaram as comunicações entre Itabira e Nova Era. Na de Capoeirana, a estrada de rodagem e a estrada de ferro estão cortadas na rocha viva. A estrada de ferro acompanha geralmente o fundo do vale; é construção recente, tendo sido inaugurada quando estavam em Itabira, e está destinada a transporte de minério, ligando-se à Vitória-Minas em Desembargador Drumond, alguns quilômetros abaixo de Nova Era.

Pouco depois da cachoeira de Capoeirana, onde se tem uma queda de 50 metros aproximadamente, o rio se alarga e forma um vale calibrado, indicando novo estágio de estabilização do curso.

O potencial hidro-elétrico do rio do Peixe permitirá não só a eletrificação da estrada de ferro, como também da indústria siderúrgica de Itabira, que encontra na qualidade do seu minério os elementos essenciais de uma indústria a forno elétrico, para a fabricação de aços especiais.

O rio do Peixe apresenta cinco degraus em conseqüência da erosão remontante pelo abaixamento do nível de base do rio Doce.

Em Nova Era, passa-se para o vale do Piracicaba.

Nova Era já foi assunto de tertúlias anteriores.

Está a 525 metros de altitude, é cidade pequena, menor do que Itabira, situada num terraço da margem esquerda do Piracicaba. É um centro agrícola que lucra pela junção das estradas de ferro Central do Brasil e Vitória-Minas. A cidade está descendo da parte mais alta do terraço para a margem do rio. Sua origem, como a de outras desta região, está ligada ao ciclo da mineração do ouro, que era abundante nos aluviões da bacia do rio Doce. Na viagem encontraram ainda alguns garimpeiros com suas choças à margem do rio.

As 13,40 horas partiram no trem da Vitória-Minas, de Nova Era para Governador Valadares. A estrada acompanha sempre o rio em quase todo o trajeto, pela margem esquerda.

O vale do Piracicaba é semelhante ao do Peixe, porém em proporções maiores. Freqüentemente o rio atravessa obliquamente, ou mesmo perpendicularmente, afloramentos rochosos onde se vêem corredeiras, o que prova a adaptação difícil à estrutura. O declive é irregular, tornando-se mais suave à proporção que se aproxima de Desembargador Drumond, onde aparecem meandros encaixados e grandes depósitos de aluviões, os quais chegaram a formar uma ilha de 100 metros de comprimento. Observam-se dois terraços, um a 15 e outro a 8 metros acima do nível atual do rio, este último inundável. E no mais alto que continuam as habitações e culturas, sendo sempre mais freqüente o milho.

Sentimos, enquanto vamos descendo, que a vegetação se vai tornando mais pujante. Apesar da grande distância do litoral, o clima já é suficientemente quente e úmido para manter uma vegetação de maior porte. O vale do rio Doce, como nenhuma outra região do leste do Brasil oferece, pela sua topografia, uma fácil penetração aos ventos saturados de umidade que sopram normalmente à costa. Esses ventos, não encontrando nenhum obstáculo, vão penetrando o vale, resfriando-se pela altitude, e condensando os vapores numa forma de cerração que vai ficando pelas encostas. A serra do Espinhaço é, finalmente, o obstáculo sério encontrado. A existência da floresta no vale do rio

Doce está também ligada ao fator solo, que, em tôda a região, provém da decomposição das rochas do arqueano. Em Desembargador Drumond, a 509 metros de altitude, já é grande o adensamento da floresta.

Desembargador Drumond é centro de exportação de madeira. Vê-se grande quantidade de troncos que, segundo informações locais, vêm de Naquê, Rimes, Pedra Corrida, Ipaba, Ipatinga, Bagoari, Coronel Fabriciano, Periquito, e também mais afastados, como Cachoeirinha, Traíras, C. Pena, Cuité, Aimorés, Resplendor e Crenaque, da zona do baixo rio Doce. Entre as madeiras principais, contam-se o jequitibá, a peroba, o ipê preto, o ipê amarelo, o bálsamo, o jacarandá, fazendo-se exportação principalmente para Belo Horizonte, Monlevade e Rio de Janeiro. São madeiras de construção. No entanto, estando a Vitória-Minas impossibilitada de atender às necessidades do transporte, há muitas pilhas de madeira que há 3 anos esperam embarque.

De Desembargador Drumond parte o novo ramal da Vitória-Minas, com destino a Itabira. Há também uma estrada de rodagem ligando Nova Era a Desembargador, seguindo depois para Itabira.

Depois de Desembargador Drumond, na margem direita, aparecem campos lavrados e arados puxados por bois. O rio apresenta agora praias brancas que se alarga à medida que se desce. À beira das praias vêm-se várias choupanas, provavelmente de garimpeiros. Alguns bois e mais alguns casebres surgem na margem esquerda, um cafézal e outras plantações. E assim, os sinais da ocupação humana vão-se sucedendo. É o trabalho do homem nesta região cultivar a terra para a alimentação, cortar madeira e deixar o gado pastar.

Provavelmente, na época da mineração que marca o início do povoamento, a necessidade de alimento fez as primeiras culturas. A mineração passou por um limite máximo, começando a decair, e ao mesmo tempo tomava a agricultura maior impulso. Havia também a exploração da floresta e a criação.

Aparecem adiante meandros abandonados, falsos braços do rio durante as cheias. Sente-se desde Nova Era um recomêço de erosão que se verifica pela diminuição da amplitude dos meandros. O perfil transversal do rio é às vezes tipicamente de vales encaixados. Vários afloramentos de biotita-gnaisses aparecem com as camadas inclinadas de NW para SE. Estes afloramentos estabelecem níveis de erosão, formando corredeiras para jusante.

Em certo ponto, o rio descreve um grande arco e a estrada passa para a margem direita. O leito aí é empedrado. Mais testemunhos da presença do homem: algumas pedreiras em exploração e, ao longe, um sítio cercado de plantações. Passa-se a cachoeira do Funil e chega-se a Engenheiro Gilman, a 481 metros de altitude. Antes desta estação, começa-se a verificar um grande rejuvenescimento que se pode explicar pela proximidade do rio Doce, o qual corre em nível bem mais baixo. O afundamento do rio se fez progressivamente, deixando vários terraços em níveis diferentes. O atual rejuvenescimento deu um aspecto abrupto às paredes laterais do Piracicaba.

Entre Engenheiro Gilman, a 481 metros, e Ipatinga, a 219 metros, na confluência do Piracicaba e do rio Doce, há apenas uma distância de 25 quilômetros, o que dá uma declividade formidável.

O mesmo se verifica para os afluentes do rio do Peixe, para o rio do Peixe e para o rio Piracicaba, novamente isso acontece. O rejuvenescimento e conseqüente abaixamento do rio Doce, foi tão grande que o Piracicaba, perto da sua foz, desce quase 300 metros em 25 quilômetros para atingir o rio Doce. São particularmente distintos dois níveis principais; há secundários que devem estar ligados a fatores estruturais locais. Como no rio do Peixe, a reconstituição dos antigos níveis de erosão do Piracicaba só pode ser feita considerando também os detalhes locais da estrutura a que o rio se foi adaptando.

A estação de Antônio Dias, está a 378 metros de altitude, sobre um terraço, num meandro do Piracicaba. Parece ter-se desenvolvido da parte côncava para a parte convexa. Logo depois, o desnível se acentua, aparecendo a cachoeira do Salto, que é um dos desnivelamentos devidos ao recomêço de erosão.

Naturalmente o nível da peneplanície se mantém, mas começam a aparecer novos níveis de erosão, o que dá ao relevo um aspecto mais movimentado, apresentando o conjunto de morros um aspecto de serras. Os vales têm vertentes mais abruptas. Os pequenos afluentes estão suspensos, precipitando-se no

Piracicaba por meio de rápidos ou cascatas. Alguns formam cones de dejeção, como se observou em Antônio Dias. Grandes blocos no leito do rio atestam a juventude do ciclo de erosão.

Chega-se a Sá Carvalho, distante 10 quilômetros de Antônio Dias, depois de descer 116 metros. Aí há terraços de cerca de 20 metros acima do nível do rio. Seguem-se alguns meandros encaixados e depois novos terraços com correspondência de níveis nas duas encostas. Os níveis até o mais alto já devem ser bem numerosos.

A declividade diminui bastante até Ana de Matos; apenas 20 metros numa distância de 10 quilômetros. Novas praias de areia e dois terraços que agora acompanham o rio de um modo contínuo.

Na vertente direita, vossorocas atestam a força da erosão torrencial. O vale, entretanto, vai-se alargando cada vez mais, e o relêvo suavizando: estava perto o rio Doce. Passadas as estações de Baratinha e Coronel Fabriciano chega-se a Ipatinga, a 215 metros de altitude, onde o Piracicaba se lança no rio Doce.

O rio Doce corre mais lentamente, mostrando no seu leito muitas ilhas de origem aluvial. Do lado do rio a margem inundável é baixa e pantanosa, seguindo-se a floresta. Aparecem os primeiros morros do tipo "pão de açúcar", que anunciam as condições de erosão próprias ao clima da zona litorânea. Será gnaisse lenticular? Os terraços são mais suaves e de origem aluvial, onde a floresta aparece cada vez mais densa.

A ocupação humana parece fraca em tôda a região percorrida. As poucas habitações nas praias do rio, algumas ornamentadas com bambus, lembrando as construções de São Domingos do Prata; alguns bois e culturas espaçadas, são o quadro da ocupação humana fora dos centros urbanos.

A floresta está bastante devastada, o que mostra ser a atividade humana mais ligada ao comércio da madeira. Em Coronel Fabriciano a floresta está sendo explorada pela Cia. Belgo-Mineira para a obtenção do carvão. Essa exploração se faz de um modo racional para evitar o desaparecimento da floresta.

A chegada a Governador Valadares deu-se às 23 horas, porque houve um grande atraso do trem.

Governador Valadares já não tem o aspecto típico de cidade mineira. Está em franco desenvolvimento, tendo a sua população triplicado em 4 anos.

Governador Valadares tem um traçado regular, pois está localizada numa região plana, sendo as suas ruas largas e onde se vêem casas muito boas. O vale do rio Doce deve ser bem largo aí. A cidade tem um aeródromo. Aí, entra-se em contacto com a questão do saneamento da grande área impaludada do vale do rio Doce. A ocupação humana custou aí muitas vidas. E no entanto a floresta, que tem na malária a sua defesa natural, não tem sido poupada, pois a exploração da madeira é uma das grandes atividades econômicas da região.

Descendo da região central de Minas para o vale do rio Doce, pelos seus sub-afluentes e afluentes, puderam os excursionistas verificar a intensidade de erosão desses rios.

O rio Doce aprofundou-se dum nível bastante alto por rejuvenescimento sucessivo, sem dúvida devido a abaixamentos do nível de base, o que foi repercutindo por tôda a bacia. O nível primitivo deve ser o da peneplanície mais alta, e todos os níveis de erosão mais baixos indicam os abaixamentos sucessivos.

Entre os rejuvenescimentos houve fases de estabilização. A última delas, foi vista nos meandros divagantes no córrego Sêco, no rio do Peixe e no Piracicaba; mas também viram o rejuvenescimento mais recente com o esticamento dos rios e pequenos aprofundamentos, deixando o terraço do nível dos meandros.

O rejuvenescimento dos afluentes em relação ao rio principal tem um certo atraso; assim, o rio do Peixe tem um declive forte antes de cair no Piracicaba e este, seu declive forte ao cair no rio Doce.

Esses declives estão um pouco afastados da foz devido à erosão remontante. A proporção que se vai para o rio principal, o número de terraços vai aumen-

tando e os vales vão ficando mais largos e suaves. A estrutura tem o seu papel provocando alargamentos e gargantas, corredeiras mesmo, onde se vê uma adaptação do rio à estrutura: epigenia.

A exploração de rios auríferos, foi a razão do desbravamento dessa bacia. Naturalmente houve as culturas e o uso da madeira para o fogo. Hoje, pelo vale do rio Doce temos a melhor passagem para a região central de Minas. A estrada de ferro, ligando o litoral ao centro mineiro, tem um grande papel no escoamento do minério, e a agricultura e criação, que se desenvolveram mais com a queda da mineração do ouro, poderiam abastecer a região de mineração do ferro.

O clima possibilita a grande floresta e esta fornece o carvão para a siderurgia. Além disso, o rio Doce tem um grande potencial hidro-elétrico que poderá ser futuramente aproveitado.

Ilustraram a palestra diversas fotografias, mapas e cortes. Abertos os debates, falou o Sr. Miguel Alves de Lima que chamou a atenção para alguns fatos interessantes; assim, seria possível pensar na atenuação ou retificação dos meandros no Piracicaba e no Doce, mas só percorreram os afluentes da margem esquerda, embora fôsse razoável comparar os efeitos do abaixamento de nível em ambas as margens.

O Sr. Hédlio L. César declarou que não são bons os mapas daquela região e a carta de Minas na escala de 1:100 000 abrange apenas pequena parte do vale do rio Doce, e se assim não fôsse, poder-se-iam construir cortes transversais, e, com o auxílio da geologia, aquêles efeitos seriam bem estudados.

O Sr. Miguel Alves de Lima ainda falou sobre a posição de Desembargador Drumond, simples oficina que, ligando-se por rodovia a Nova Era, desafogou bastante o transporte ferroviário de madeiramento, etc. O ramal de Desembargador Drumond a Itabira talvez venha a prejudicar Nova-Era, mas contribuirá para o rápido desenvolvimento da pequena oficina. Finalmente, transmitiu a impressão que lhes causara a cidade de Governador Valadares, onde gente da mais variada espécie e atividade, desde o homem de negócios e do engenheiro ao "jeca-tatu", se misturam dando à paisagem um aspecto de filme.

Perguntou o Prof. Lúcio de C. Soares se a floresta se torna menos devastada à medida que se desce o vale do rio Doce e o contrário à medida que se aproxima do ferro.

Respondeu o Sr. Miguel Alves de Lima afirmativamente e disse que a zona devastada é de menor inclinação, servindo para o gado, enquanto as partes abruptas guardam mais a floresta.

O Sr. Hédlio L. César acrescentou também o carvão como fator de desbastamento.

O Prof. Lúcio de C. Soares disse então que o diâmetro dos troncos aumenta para baixo coincidindo com a exploração de madeira e para cima diminui o diâmetro e junta-se ao carvão.

O Sr. Hédlio L. César declarou que em Cel. Fabriciano a Belgo-Mineira faz exploração da floresta para o carvão, num sistema de reflorestamento natural.

O Prof. Lúcio de C. Soares disse que aliás, a floresta reconstituída se pres-tava melhor à obtenção do carvão.

Falou a seguir o Prof. Ruellan que chamou a atenção para o caráter um pouco particular desta tertúlia, resultante apenas de uma viagem quase sem paradas, o que é difícil de relatar, pois as informações não podem ser muito completas. Felicitou então o tertuliano por ter se saído muito bem, em vista dos meios de transporte ingratos: primeiro, um carro fechado e depois um trem.

Embora sem inquéritos aprofundados, as observações permitiram uma idéia geral da estrutura e da ocupação humana; no conjunto, aparecem pequenãs bacias e vales aluvionais que permitem ocupação humana e gargantas impressionantes do rio do Peixe; as mais interessantes no trajeto entre Monlevade e

Governador Valadares. A explicação parece evidenciar-se no aprofundamento rápido do rio nesta zona onde o gnaiss é facilmente atacado, formando-se, então, vales largos aluvionais separados por profundas gargantas, as vertentes possuem perfil convexo. Isto supõe que o rio encontrou também obstáculos rochosos, que foram vencidos não como supunham os antigos geógrafos, mas através de um afundamento progressivo a partir de cima dos depósitos da pen-planície, compreendendo uma série de epigenias; a orientação das barras rochosas é perpendicular ou fracamente oblíqua à direção do rio. Da presença dessas gargantas derivaram dificuldades para a construção da estrada de ferro e de rodagem visando a exploração da zona ferrífera de Cauê, além da constante ameaça de desabamentos.

Entretanto, o córrego Sêco e o rio do Peixe oferecem grandes vantagens para outra industrialização, graças às facilidades de eletrificação que oferecem, pela instalação de barragens; numa das últimas tertúlias assinalou que os interesses da Companhia não se voltam apenas para a exploração do minério de ferro, mas para a produção de aços especiais também, que só pode ser realizada à base de energia hidro-elétrica, aliás, já no programa da Companhia.

Trata-se, portanto, de uma consequência interessante da adaptação difícil do rio à estrutura.

O rio Piracicaba corta obliquamente as camadas, mas o rio Doce entre a confluência com o Piracicaba e Governador Valadares aparece adaptado à estrutura, formando um vale largo e de declive fraco onde campeia a malária. Antes de Governador Valadares, desenha um cotovêlo e depois passa a cortar perpendicularmente os obstáculos rochosos. Entre Engenheiro Gilman e Sá Carvalho existe um declive com cachoeiras, mais de 220 metros de desnível apenas em 25 quilômetros, o que é considerável para o Piracicaba. Qualquer idéia de navegação neste rio deverá ser, pois, afastada, embora a montante e a jusante apresente trechos navegáveis. O rio em rejuvenescimento mostra uma série de rápidos e os afluentes a êle se ligam dificilmente, porque têm o perfil quebrado pelo afundamento demasiado rápido do rio principal.

Indicou, então, no perfil da estrada de ferro o próprio perfil do rio: aparecem patamares e bruscamente uma queda (naturalmente exagerada pela escala), seguida de outro patamar e nova cachoeira, após a qual se sucede uma zona calma.

São provas de que o rio Doce e seus afluentes seguiram ciclos de erosão sublinhados pelas colinas e terraços em ambas as margens. O perfil longitudinal dos rios foi encurtado por êstes recomeços da erosão, donde o abandono dos meandros.

Não souberam em que proporção os níveis rochosos locais no córrego Sêco e no rio do Peixe mascararam os grandes níveis do rio. É preciso comparar o perfil dos afluentes de ambas as margens do rio Doce e é possível que os trabalhos do Ministério da Agricultura indiquem qualquer coisa.

Trata-se, portanto, de um belo estudo fluvial tentando procurar a correspondência entre os níveis de erosão do rio principal e afluentes, como a correspondência entre os terraços.

O Prof. Ruellan ainda se referiu a Governador Valadares, cidade pioneira que lembra o *far-west*, onde afluem pessoas de tôdas as partes. Guarda, entretanto, um aspecto simpático pela força que deixa transparecer; zona antiga-mente perigosa, hoje está perfeitamente habitável.

Encerrando a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares salientou a oportunidade que tiveram os amigos do Sr. Héldio Lenz César de assistir ao seu batismo de fogo na Geografia, na primeira tertúlia que realizou; trabalhando na parte de Estatística, interessou-se pela Geografia, tendo tomado parte nas excursões do Prof. Ruellan. Dera, assim, uma idéia clara e fiel da região percorrida. Estendeu, também, suas congratulações ao Prof. Ruellan pelo entusiasmo contagiante e pela habilidade em despertar vocações.

SEPTUAGÉSIMA OITAVA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A  
19 DE SETEMBRO DE 1944

PALESTRA DO PROF. JOSÉ SETZER SOBRE O CLIMA DO ESTADO DE SÃO PAULO — APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS DE MAPAS DAS ISOIETAS, DAS ISOTERMAS, DAS ISOTALANTOSAS, DE CLASSIFICAÇÕES CLIMÁTICAS. DEBATES. APRESENTAÇÃO DE UM FILME DE TRABALHOS DE LEVANTAMENTO PELO PROF. ALÍRIO DE MATOS

Presidindo a sessão, o Eng. Fábio M. S. Guimarães comunicou que, mais uma vez, se teria o prazer de ouvir o Sr. José Setzer sobre um assunto à primeira vista diferente do primeiro: O clima do Estado de São Paulo.

Tomando a palavra, o Sr. Setzer explicou que os estudos de solos de São Paulo necessitaram de dados climáticos por dois motivos: 1.º — as rochas que formam o solo decompõem-se de acordo com a natureza do clima; 2.º — resultados de ordem prática, pois se os estudos de solos são úteis, não podem, porém, ser aplicados sem indicações do clima; assim, por ex., para a uva o solo paulista conveniente é o de NW, mas o clima é proibitivo.

Começou a trabalhar com dados climáticos em 1939, tomando as temperaturas médias de 109 localidades e as chuvas de 220; alguns dados eram de 70 anos, outros de 35 e até de 5, o que produziu uma média de 20 anos de dados meteorológicos de 220 localidades.

Para a dedução da classificação climática as temperaturas médias e chuvas eram suficientes.

Em 1925 saiu a publicação do Sr. Belfort de Matos com dados normais de 40 cidades paulistas; embora alguns quadros sejam normais, outros contêm apenas dados de poucos anos, sem indicação das interpolações. Em 1932 o Sr. F. E. Magarinos Tórres publicou dados hidrográficos do Paraíba, demonstrando, então, as interpolações anteriores; entretanto, não deu certo seu cálculo de interpolação.

Tomando o período de 10 anos, verifica-se que não há número suficiente de estações; assim a cidade de São Paulo possui muitas estações, mas o maior número de dados abrange apenas o período de 11 anos atualmente, isto porque não há continuidade no serviço, abrem-se novas estações sem levar em conta o material das antigas.

Foi preciso juntar o que havia nas 109 estações meteorológicas e nos 110 postos pluviométricos, para organizar os mapas.

A seguir o Sr. Setzer exibiu a série de mapas que construiu, na seguinte ordem:

1) Isoietas anuais, do verão, inverno, primavera, outono, do mês mais chuvoso e do mais quente — mapas de cada.

A explicação das chuvas no geral resulta de um conjunto de fatores que abrangem extensões de milhões de quilômetros quadrados. Esta influência é grande no verão, mas parece diminuir no inverno a tal ponto que passam a predominar as condições locais de vegetação e natureza do solo. O relevo desempenha importante papel em qualquer época do ano, talvez porque as principais massas de ar causadoras de chuvas caminham a baixas altitudes, principalmente do oriente para a serra do Mar. É por isso que a parte mais chuvosa do Estado se localiza nesta serra; na direção da capital o total de chuvas baixa rapidamente, notando-se a transição de 4 500 milímetros para 1 250. A queda de chuvas é menor na capital e no vale do Paraíba, porque no primeiro caso se trata de zona edificada e no segundo, um vale baixo, largo e quente. As nuvens acima destas regiões dispersam-se por encontrar coluna de ar quente ascendendo; continuando o caminho, condensam-se na serra da Mantiqueira, cuja encosta é bem revestida de matas primárias.

A W do Estado aparecem 3 manchas, cuja média de chuvas anuais é de 1300-1350 milímetros, destacando-se do resto da região em amarelo; tratam-se de reservas florestais, onde existem os melhores perobais.

2) Isotermas anuais do verão, inverno, mês mais frio e mês mais quente — mapas de cada.

A maior influência da vegetação e natureza do solo se nota quanto às temperaturas, pois este fenômeno meteorológico é mais local e varia de maneira mais acentuada com o relevo.

O solo arenoso desnudo aquece-se muito ao sol; já foram medidas temperaturas dos grânulos arenosos da superfície da ordem de 70°. O solo argiloso desnudo aquece-se bem menos porque graças à sua capacidade de retenção de água, o calor solar é gasto para a vaporização da mesma. Os solos cobertos de gramado denso ou mata não se superaquecem, pois os raios solares incidem na folhagem, a qual está aparelhada para se defender contra o calor, evaporando a água absorvida do solo.

Considerando-se que a temperatura do ar resulta do reflexo do calor dos objetos mais próximos, fica explicada a razão por que a natureza e a cobertura do solo tanto influem na temperatura. Daí diversas manchas de precipitações mais baixas que se observam nos vários mapas de chuvas, bem como a direção das isotermas contornando os maciços florestais e extensas manchas de solos arenosos, secos e pobres.

Verificadas a correlação entre o relêvo (e até certo ponto também da vegetação) e as chuvas e a correlação mais estreita ainda entre as temperaturas e o relêvo, a natureza do solo e sua cobertura vegetal; êsse fato não foi esquecido na elaboração de todos os mapas. Por isso, as isotermas aparecem muito mais sinuosas e as isoietas um pouco mais sinuosas do que normalmente se observa em mapas congêneres. O autor está certo de ter conseguido, assim, um grau apreciável de aproximação da realidade.

3) Isotalantosas de curvas de igual amplitude térmica entre o mês mais frio e o mês mais quente — mapas de cada.

Abrangem o sul de Minas, onde o inverno é mais frio por causa da topografia acidentada que impede o aquecimento dos fundos dos vales, porque a inclinação dos raios solares é de 45.º.

4) Isotermas reduzidas ao nível do mar: anuais, do mês mais frio e do mês mais quente — mapas de cada.

As isotermas assim reduzidas resultaram de 9 gradientes térmicos diferentes, que variam com a unidade relativa; assim foram calculados um para a faixa litorânea, outro para a zona do alto da serra, que se alarga na parte sul do Estado até Itapetininga e Ourinhos e finalmente para o interior.

Dêsses, um é do verão, outro do inverno e outro é gradiente médio anual obtido pela comparação de 20 pares de estações meteorológicas, desde Petrópolis e Niterói a Florianópolis e Lajes.

As isotermas sem o fator relêvo, refletem mais, portanto, a vegetação.

5) Isoietas anuais detalhadas do Estado, abrangendo o quadrilátero Cunha, Campinas, Itanhaém e ilha de São Sebastião, com 3 perfis que o atravessam, mostrando o relêvo, o perfil pluviométrico, a natureza da vegetação e do clima, com notas geológicas.

6) Mapas de consulta para classificação climática:

Köppen (Estado de São Paulo e Distrito Federal);

Dr. Salomão Serebrenick (São Paulo);

Mapa da precipitação efetiva de Thornthwaite para o ano, inverno e verão;

Mapa da eficácia da temperatura para o ano.

No mapa de Köppen aparece para São Paulo um clima tropical dividido em dois: com estiagem e sem estiagem. Assim, parece bem adaptado ao clima paulista; o azul representa a zona da uva e dos pinheiros e o verde, a do trigo, em suma o trecho de chuvas de inverno.

Segundo uma classificação climática moderna de um norte-americano que se ocupa de solos, C. Warren Thornthwaite, não se pode afirmar, por ex., que um local com 18º e 100 milímetros mensais de chuva seja mais úmido que um outro de 15º de temperatura média e 50 milímetros de chuva, sem o balanço entre chuvas e temperaturas, verificada a evaporação. As fórmulas seriam

$$P - E \text{ ou } \frac{P}{E}$$

pois esta se relaciona com a quantidade que poderia evaporar se houvesse suficiente abundância de água para evaporar; é um dado hipotético.

Tomou os dados de 17 estações de Ohio, verificando chuva e temperatura de cada; corrigiu os dados de evaporação, baseando-se na função de temperaturas e chuvas expressa em polegadas e graus Fahrenheit e assim se obtém o índice mensal, fazendo-se depois a soma de todos os meses.

$$115 \left( \frac{P}{T - 10} \right)^{\frac{10}{9}} \quad \text{No sistema decimal:} \quad \left( \frac{2,82 \times P}{1,8t + 22} \right)^{\frac{10}{9}}$$

Índice obtido acima de 128 — super-úmido.

” ” entre 128 e 64 — úmido.

” ” ” 64 e 38 — úmido.

” ” ” 38 e 16 — semi-árido.

etc.

Em relação à temperatura:  $\frac{T - 32}{4}$  para cada mês.

Índices: macroterral, mesotermal, microterral.

Trata-se de uma fórmula empírica e regional, porque se baseia num tratamento matemático de dados experimentais de Ohio.

Aplicando estas fórmulas têm-se que os climas acima de 128 (super-úmidos) só se encontram no alto da serra do Mar, da Bocaina, Mantiqueira e Itatiaia; São Paulo apenas se encontra no úmido e semi-úmido. Esta classificação tem a vantagem de ressaltar as manchas secas do Estado, de clima semi-úmido; quanto à temperatura, é mesotermal, o que é um defeito, pois não permite distinguir caracteres térmicos diferentes.

De acôrdo com o sistema de Thornthwaite, a estação úmida é caracterizada pela existência de uma estação do ano cuja precipitação efetiva seja superior à metade da precipitação efetiva anual; nestas condições, a estação do ano oposto terá que ser forçosamente seca. Esse critério evidentemente não é bom para São Paulo, de maneira que preferiu o de 40%, assim como no México foi preferido o de 60%, por haver na zona árida trechos de produção agrícola.

Quanto ao mapa elaborado de acôrdo com a classificação Serebrenick, utilizou a isoterma anual de 22° como separação dos climas tropicais, dos temperados. Para São Paulo este critério é superior ao de Köppen. Outra qualidade desta classificação é a linha divisória entre os climas com estação seca e os sem estação seca; o critério adotado por este especialista de que não há estiagem quando a precipitação em milímetros do mês mais seco é superior ao dôbro da temperatura média centígrada d'este mesmo mês, produziu no Estado de São Paulo uma separação entre a zona de estiagem e a zona sem estiagem mais conveniente que a de Köppen, embora o sistema dêste, no conjunto, apresente uma divisão climática do Estado de São Paulo bastante apreciável.

Aplicando ao Estado de São Paulo, o sistema de Köppen mostrou mais uma vez suas altas qualidades como já se tem verificado em muitas outras regiões do mundo, apesar de ter sido elaborada esta classificação em escala mundial.

O tertuliano propôs a seguinte maneira, aliás inédita, de racionalização da fórmula de Thornthwaite. O sistema dêste é baseado na precipitação efetiva que é o balanço entre a precipitação e a temperatura, baseada numa fórmula empírica deduzida de condições regionais do centro-leste dos EE. UU., de maneira que se torna muitas vêzes necessário introduzir-lhe pequenas modificações para que seja válida para outras regiões.

Lembrou então o Sr. Setzer que é possível deduzir uma fórmula semelhante, baseada na lei química de van t'Hoff a qual diz que a velocidade das rea-

ções químicas dobra com a ascensão da temperatura de 10°. Considera-se ainda que as características físicas e químicas do solo (S) variam com a temperatura segundo uma função exponencial, de maneira que temos

$$S = f(k^t).$$

O crescimento dos vegetais e, no geral, a marcha das funções vitais também varia de acordo com a função exponencial da temperatura, como o tertuliano já teve oportunidade de demonstrar numa publicação de janeiro de 1942 (*Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia*).

Como exemplo foi projetada a curva da produção do trigo em função da temperatura; a temperatura mínima que permite o crescimento da planta é de 3° centígrados, o ótimo a 25° e o máximo é 31,96. A curva é portanto assimétrica, mas isso quando a temperatura é considerada como função linear, o que é um erro. Adotando a escala exponencial em que  $k = 1,105$ , essa curva se torna perfeitamente simétrica.

No geral, se para as reações químicas  $k^{10} = 2$ , para as reações coloidais é igual a 1,5 e para as reações ou conjunto de reações bioquímicas é igual a 2,5. Certas funções fisiológicas apresentam  $k^{10} = 3$ . Mas geralmente pode-se concluir que a repercussão do clima sobre a decomposição das rochas, a gênese e diagênese dos solos e os fenômenos vitais de biologia da superfície da Terra, obedece a um valor de

$$k^{10} = 2.$$

Desta maneira, pode-se deduzir a seguinte fórmula racional da precipitação efetiva, em função das chuvas e temperaturas: têm-se uma velocidade de reação  $v$  a uma temperatura  $t$  e uma velocidade maior  $V$  a uma temperatura mais alta  $T$ . É claro que

$$\frac{V}{v} = \frac{k^T}{k^t} \quad (1)$$

De acordo com a lei de van t'Hoff tem-se:

$$V = 2v \quad \text{e} \quad T = t + 10.$$

A proporção (1) se transformou então em:

$$\frac{2v}{v} = \frac{k^{t+10}}{k^t} = k^{t+10-t} = k^{10}$$

$$k^{10} = 2 \quad \text{e} \quad k = \sqrt[10]{2} = 1,07.$$

A fórmula é:

$$"PE" = \frac{P}{1,07^t}.$$

Temos por ex. num certo mês em 2 localidades diferentes:

50 mm chuvas e 15° temperatura média.  
100 mm " " 20° " "

Para ver qual dos dois climas é mais úmido

$$\frac{50}{1,07^{15}} = A \quad \text{e} \quad \frac{100}{1,07^{20}} = B$$

Se B for maior que A o clima é mais úmido.

Uma observação importante que resulta dos trabalhos climatológicos levados a efeito é a alteração climática que se verifica, comparando médias calculadas com base nos dados antes de 1920 com os dados correspondentes resultantes das médias obtidas com os dados posteriores.

Quanto às chuvas, sem mudar o total anual, a época de estiagem tornou-se mais seca e mais prolongada, ao passo que a estação chuvosa tornou-se mais curta e mais intensa. O primeiro desses fatos dificulta a agricultura e o segundo agrava a erosão.

Quanto à termometria, verifica-se a ascensão pronunciada das temperaturas máximas continuando as mínimas sem alteração; daí o aumento geral das temperaturas médias que é bem maior no inverno e outono e bastante pequeno na primavera e verão, visto que as alterações são quase desprezíveis na faixa litorânea e nas zonas cuja cobertura vegetal ficou estacionária desde 1870 cu 80, aparece a suposição que a alteração climática não é periódica, mas definitiva e tanto mais grave quanto maior a devastação das matas e o empobrecimento do solo verificado nas últimas décadas.

O mal assume gravidade porque se verifica, quase sem exceção, em cerca de 50 localidades que possuem dados climatológicos suficientes. O material climático apresentado está sendo publicado pela revista "D.E.R." do Departamento de Estradas de Rodagem e Secretaria de Viação de São Paulo desde outubro de 1943.

Abertos os debates, o Prof. Veríssimo declarou que o tertuliano tratara das chuvas, mas, embora não sendo especialista na matéria, gostaria de saber do regime dos ventos talvez numa próxima tertúlia, pois o relacionava com as causas daquela distribuição de precipitações, isto é, os fatores dos elementos apresentados.

Respondeu o Sr. Setzer que os ventos parecem ser locais, de acordo com as tabelas com percentagem dos ventos e médias de muitos anos.

O Sr. Schmidt replicou que a circulação geral, entretanto, tem importância.

Disse ainda o Sr. Setzer que não conseguiu um mapa de isoígras de São Paulo; desconfia dos dados pois a distribuição não tem relação com o relevo.

Perguntou o Sr. Schmidt ao Sr. Salomão Serebrenick porque escolhera a isoterma anual de 22° para separar os climas tropicais.

Respondeu o Sr. Serebrenick que indicou a de 18° do mês mais frio, baseando-se em Köppen; colocou na ordem a de 22° em primeiro lugar e talvez isto levava o Sr. Setzer a tomá-la como tal.

O Sr. Schmidt declarou que é a temperatura mais fria e não a média que delimita os tipos de vegetação.

Replicou o Sr. Serebrenick que por isso mesmo dera preferência à de 18°.

Disse o primeiro que na 2.<sup>a</sup> Reunião Pan-Americana de Consulta esteve presente o chefe de Thornthwaite, ao qual indagou a relação da classificação climática deste com a de Köppen; a resposta foi que esta é mais simples e racional para o estudo de aspectos gerais e noções mais amplas, enquanto a outra é mais delimitada. Mesmo assim verificou-se nos E. U. que, quando aplicadas, a diferença entre ambas não é grande; a de Köppen, mais simples, pode ser aplicada com subdivisões.

Declarou o Sr. Setzer que, no mapa da precipitação efetiva do inverno, Thornthwaite demonstra a questão da estiagem.

Disse o Sr. Serebrenick que, entretanto, não distingue as regiões de clima equatorial.

A seguir falou o Prof. Ruellan que reafirmou as qualidades de pesquisador do Sr. José Setzer.

Em relação às conclusões geográficas concordou com o que disse o Prof. Veríssimo, quanto à necessidade de se conhecer as causas das precipitações assim verificadas.

Apontou como elemento perigoso o fato de ter o Sr. Setzer seguido nas cartas climáticas as curvas de nível e depois as relacionadas com a natureza do solo, e da vegetação porque parece confundir o efeito com a causa.

Esclareceu o tertuliano que seguira por causa do relêvo e pelo revestimento vegetal, compreendido dentro d'êste a natureza do solo. Tendo-se a medida em função do revestimento vegetal, uma aproximação em outros pontos.

Aconselhou o Prof. Ruellan que marcasse as duas linhas: a de interpolação e a de sua interpretação, conforme o que reclama o ponto de vista científico.

Disse o Sr. Setzer que mapas assim só serviriam de comparação.

O Prof. Ruellan declarou que todavia seriam úteis a qualquer interpretação. Quanto à relação entre temperatura e chuvas disse que o índice de De Martonne é mais simples.

O Sr. Setzer opinou que a aplicação das fórmulas de De Martonne é menos maleável, pois variam dentro de limites estreitos.

Continuando, o Prof. Ruellan declarou que quanto à classificação de Köppen esta é aceita, mas sempre aplicada com modificações. É interessante para a Terra inteira mas do ponto de vista regional é muito abstrata e necessita adaptação. A classificação de De Martonne é mais geográfica.

Disse o Sr. Setzer que mostrou seus mapas a muitos fazendeiros que nêles encontraram a explicação de muitos fenômenos locais que não sabiam a que atribuir. Declarou que os meteorologistas deveriam não ligar por linhas tão simples os pontos conhecidos.

Replicou o Sr. Schmidt que os meteorologistas não só tomam em consideração a influência do relêvo, como da circulação em geral.

☆

Seguiu-se um filme sôbre os trabalhos de levantamento nos Estados Unidos, que o Prof. Alirio de Matos fêz projetar para seus alunos da Escola de Engenharia.

Em primeiro lugar, apareceu o reconhecimento de pontos mais adequados para a triangulação. Em seguida o emprêgo da bússola, a montagem da estação, o desenho de uma parte do reconhecimento (projeto de triangulação), onde a linha de base estava assinalada por um traço grosso.

\* Projetou-se em seguida a construção da tôrre, cuja altura é determinada em função dos acidentes do terreno. É uma tôrre dupla, para o operador e para os instrumentos, a fim de não haver vibração; geralmente é de aço, sendo às vêzes de madeira, onde há dificuldade de transportar material. 30 metros de altura são erguidos num trabalho organizado de 3 horas apenas. A tôrre é nivelada com o prumo, a fim de corrigir qualquer êrro inicial; a partir de certa altura a tôrre interna não acompanha a externa, porque, sendo inteiriça é colocada depois de uma vez só.

Os observadores vêm da estação e levam o teodolito para ser armado no alto da tôrre, juntamente com os faróis para o trabalho à noite por meio de visadas, através de códigos. Foi mostrado o trabalho dos observadores, o transporte do material para o alto de uma montanha; é armada uma tôrre de madeira de 12 metros, pois nos pontos mais elevados não há necessidade de tôrres muito altas. Noutra ponto apenas um estrado foi armado, a fim de evitar qualquer trepidação.

No mapa dos E. U. apareceram as rêdes gerais de triangulação e levantamentos.

Foram projetados acampamentos das turmas, instalados com todo o conforto e a mudança de sede, operação simples pois os "trailers" são de fácil transporte.

Viram-se medidas de base; leitura de ré e vante; nivelamento ao nível médio do mar. As linhas de nivelamento acompanham as estradas de ferro ou rodagem ou atravessam os campos. Finalmente foram mostrados os marcos de limites importantes, localizados pela triangulação.

A seguir foi encerrada a sessão.

★

SEPTUAGÉSIMA NONA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A  
26 DE SETEMBRO DE 1944

RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO VALE DO IGUAÇU E NO RIO NEGRO PELO PROF. BENEVAL DE OLIVEIRA — GEOLOGIA — SOLOS AGRÍCOLAS — OCUPAÇÃO HUMANA: ASPECTOS DA VIDA RURAL. AS CIDADES. CONCLUSÃO — DEBATES — OBSERVAÇÕES DO PROF. FRANCIS RUELLAN, SOBRE A EVOLUÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO PARANÁ E SUAS POSSIBILIDADES DE COLONIZAÇÃO

Presidindo a sessão, o Eng. Leite de Castro declarou que, depois de uma prolongada ausência, retomava as funções de secretário-geral do Conselho e voltava a presidir as tertúlias. Expressou sua alegria em retornar ao convívio dos tertulianos e pelo fato de encontrar como palestrador o seu amigo Beneval de Oliveira.

Apresentou, então, o Prof. Beneval de Oliveira, freqüentador assíduo das tertúlias, cuja palavra era sempre ouvida com prazer.

Tomando a palavra, o tertuliano agradeceu as palavras generosas e amigas que foram proferidas pelo Eng. Leite de Castro. Declarou ser apenas um entusiasta da geografia e o que aprendera devia em grande parte ao Conselho e à acolhida que aí tivera não só do secretário-geral, como de todos os funcionários. A presente comunicação versaria sobre a outra parte da excursão que realizara aos Estados de Paraná e Santa Catarina, isto é, o alto rio Iguaçú e o rio Negro.

Começou seu trabalho nas cidades de Pôrto União e União da Vitória, e daí em várias direções em constantes vai-vens pelos municípios catarinenses de Canoinhas, Itaiópolis e Mafra e pelos paranaenses de São Mateus do Sul, São João do Triunfo e Rio Negro. Uma área regular calculada em 18 942 metros quadrados com uma população aproximada de 200 mil habitantes.

**GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA.** Do ponto de vista geológico essa área já foi estudada por White, Eusébio, Scorza e outros; constituiu-se de rochas sedimentares permianas e triássicas cortadas em vários lugares por diques de diabásio. As exposições de diabásio tão freqüentes nos encachoeirados dos rios que drenam a bacia do Iguaçú-Negro, aparecem, em forma de diques e de *sills*.

O rio Iguaçú, de São Mateus do Sul a União da Vitória, pouco se presta para a observação estratigráfica, pois suas margens são geralmente baixas, muitas vezes alagadiças.

Nas proximidades de São Mateus do Sul o rio corta sedimentos do grupo Irati onde os folhelhos são expostos nas elevações marginais aí existentes. Seguindo-se rio abaixo depois da embocadura dos rios Negro e Putinga, onde o rio descreve um meandro divagante, um pouco abaixo de Fluiópoliis, começam a surgir exposições de nódulos calcáreos silicificados seguindo-se mais adiante algumas exposições de arenito do Rio do Rasto, de coloração rósea. Em Pôrto União e União da Vitória forma terrenos aluviônicos na margem convexa esbarrando pela margem côncava nos contrafortes da serra da Esperança constituída de arenitos de Botucatu e diques de diabásio.

O rio Negro, afluente do Iguaçú, na zona de Mafra-Rio Negro corta sedimentos da série Itararé, tilitos, loessitos e xistos escuros. Nas imediações de Barracas, perto da embocadura do rio da Várzea os sedimentos são de arenito de coloração amarela e de folhelhos. Nas proximidades do túnel de Canivete aparecem vestígios de fósseis *Glossopteris* nas camadas do grupo Bonito. As margens do rio Negro, a essa altura, são baixas e cobertas de densa vegetação. Próximo da balsa existente na estrada, que vai de Três Barras a São Mateus do Sul aparecem algumas exposições de diabásio. O rio apresenta mui fraca declividade entre Mafra e a estação ferroviária de Taunay, e estando sujeito a estiagens mostra, quando não chove, depósitos de argila fina de mistura com areia e outros sedimentos. Na estrada de Três Barras a São Mateus há ligeiros cortes em que aparecem, apenas, camadas de argila vermelha fina. A estrada é bastante poeirenta e a simples passagem de uma carroça torna o ambiente irrespirável. Ao lado da estrada vê-se densa floresta de araucárias entremeada de ervais. Logo depois do povoado de São Miguel surgem as exposições de folhelhos betuminosos do grupo Irati. Os xistos ora azulados, quando alterados, ora pretos, quando puros, são vistos por quase toda a área do muni-

cípio de São Mateus do Sul. Nas margens do Turvo, à beira da estrada que vai ao Putinga, o xisto aparece bem escuro. De São Mateus para São João do Triunfo, à beira da estrada, continua a argila fina, ora com tonalidade avermelhada, ora amarelada, vendo-se densos pinheirais e árvores de erva-mate. Nas proximidades da colônia polonesa Água Branca e no leito do rio do mesmo nome a camada arenítica da série Tubarão começa a tornar-se preponderante e daí até a sede do município de Triunfo, onde os arenitos são expostos nas encostas das ondulações paralelas, que assinalam o relêvo da região. numa dessas encostas mais fortes onde há uma depressão de cerca de 30 metros vêem-se pequenas grutas que foram talhadas no arenito. Mais adiante numa pequena depressão de cerca de 10 metros numa chácara pertencente ao Sr. Iridio foram vistas camadas de carvão intercaladas horizontalmente no arenito, camadas essas de 30 a 40 centímetros. Trata-se de carvão betuminoso, de combustão fácil, pertencente ao grupo Bonito. O mesmo carvão é visto na chácara do Sr. Teixeira de Freitas a cerca de 15 quilômetros da vila. As camadas seguem direção do município de Teixeira Soares onde novas exposições carboníferas são assinaladas. A análise do carvão, apanhado na chácara do Iridio deu o seguinte resultado:

Umidade a 105° .....	5,10%
Matéria volátil .....	20,45%
Carbono fixo .....	43,48%
Cinzas .....	30,99%
Poder calorífico superior (Mahler) ..	4,655 calorias
Enxôfre .....	11,44%

A amostra analisada é um carvão betuminoso que pode ser empregado como excelente combustível para locomotivas, navios, uso doméstico, etc. Lavado, pode dar magníficos resultados. Pena que até agora não tenha sido feito estudo mais circunstanciado nos municípios de São João do Triunfo e Teixeira Soares para avaliar-se melhor da estratigrafia do carvão do sul do Paraná, desconhecido e abandonado.

Voltando pela mesma estrada, deixando de lado São Mateus, penetrou o tertuliano no município catarinense de Canoinhas. No topo das ondulações próximas da cidade na direção de Pôrto União vêem-se exposições da série Estrada Nova e concreções silicosas com nódulos de pederneiras. No rio Canoinhas há diabásio formando corredeiras. Nas proximidades de Valões aparecem formações do rio do Rasto.

Entretanto, não lhe foi possível observar *in- loco* sua disposição. Em Valões jorra água sulfurosa resultado de uma sondagem de 400 metros de profundidade, feita em 1931, para pesquisa de petróleo, pelo conceituado petrógrafo Dr. Evaristo Pena Scorza.

De Canoinhas para Mafra as formações predominantes são as da série Itararé e Tubarão, vendo-se raramente alguns derrames de diabásio. Tais derrames são vistos no quilômetro 25 da Estrada de Ferro em construção Rio Negro-Bento Gonçalves, nas proximidades de Itaiópolis. No município de Mafra não foram vistas essas efusões básicas apenas sedimentos permianos, tilitos, arenitos, folhelhos, e loessitos, aparecendo por vèzes granitos erráticos, conglomeratos.

Do ponto de vista geomorfológico cabem algumas observações. O relêvo tem aspectos pouco acidentados, mostrando um ondulado suave protegido por um manto florestal de araucárias e erva-mate. As ondulações pelo menos no Paraná, tomam sempre a orientação SE-NW ou E-W. Não ultrapassam de 60-80 metros de altitude as camadas estratificadas. É uma zona de erosão normal não se observando formas curiosas do relêvo.

Em alguns pequenos vales onde os arenitos preponderam o relêvo toma aspectos mais acentuados de juventude: vêem-se pequenos vales em "caixão" não muito aprofundados e que não chegam propriamente a tomar a forma de *canions*, como acontece no relêvo arenítico devoneano da série Paraná; talvez, evolua para isso, caso o permita a espessura do arenito permiano. É o que acontece no rio Água Branca entre os municípios de Triunfo e São Mateus do Sul onde se vêem pequenas corredeiras. No rio Turvo, talvez, por al-

guma intrusão de diabásio, ou por transgressão marinha, uma das encostas do pequeno vale, à margem da estrada que vai ao Putinga é constituída de sedimentos da série Irati apresentando uma inclinação de 50° para W.

Quanto ao rio Iguaçú, apresenta alguns contrastes dignos de nota neste trecho. Para jusante de São Mateus o rio descreve meandros por entre os sedimentos da série Irati, cujos folhelhos em decomposição não oferecem muita resistência à erosão. As margens são baixas, alagadiças, o relevo tem aspectos de senilidade. Quando começam os arenitos triássicos, abaixo de Fluviópolis até União da Vitória, vêem-se margens mais acidentadas. O mesmo contraste, embora muito mais acentuado, pode ser notado a montante de Porto Amazonas, no município de Palmeira, onde o rio erodindo o arenito forma alguns *canions*, conforme se vê nas imediações da estação da Serrinha.

**SOLOS AGRÍCOLAS** — O rio Negro, descendo das encostas ocidentais da serra do Mar de E para W, corta sedimentos permianos das séries Itararé e Tubarão, encontrando os folhelhos da série Irati nas proximidades da sua confluência com o Iguaçú, ao norte do município de Canoinhas. Vêem-se, assim em vários lugares no vale blocos de tilitos; bem como argilitos conglomeratos, arenitos e folhelhos. Nas áreas dos municípios de Mafra, Rio Negro e Lapa predominam aquelas formações vendo-se sempre grandes exposições de tilitos, arenitos e folhelhos interglaciais.

O tilito, de origem glacial, é uma rocha sem estratificação constituída de argila, feldspatos, partículas de areia, pequenos cristais de quartzo e outros minerais acessórios e resultou do escorregamento de morainas que durante a glaciação trituraram as rochas preexistentes, granitos, gnaisses, quartzitos, filitos, calcáreos, etc. Nas encostas da serra do Mar, nessa altura, porém, não se conhecem formações idênticas às da série Assungui que ocorre no vale da Ribeira, no Paraná e daí serem os tilitos do vale do rio Negro pobres em cálcio, e com baixo teor de fósforo, arenosos e ácidos quando de massa grossa, argilosos quando de massa fina. Da mesma forma os arenitos amarelados da série Itararé, de grã grosseira dão geralmente solos pobres.

Os loessitos e os folhelhos da mesma série dão solos muito argilosos e também ácidos e pobres em cálcio. Tanto os tilitos como os deste grupo dão solos rasos, sendo mais profundos os solos devidos ao arenito. Nota-se, porém, que em depósitos de folhelhos desta série de formação marinha tem sido encontrada grande quantidade de fósseis, e daí a presença de algum cálcio nesta formação, mas raro em todo caso.

Sente-se a pobreza desses solos nas áreas dos municípios de Mafra, Lapa, Rio Negro (exceção feita aos distritos de Pangaré e Pien neste último município, onde predominam rochas cristalinas), e São João do Triunfo, áreas em que a agricultura é muito débil. Algumas plantações de milho são vistas notando-se também plantações de feijão, aipim, batatinha, centeio e linho.

A atividade principal gira em torno da extração de madeira e erva-mate. Os pinheirais e os ervaais, os primeiros já muito devastados pelas serrarias, estendem-se por essas áreas vendo-se geralmente nos largos claros abertos pelas derrubadas, samambaias e outras espécies inferiores.

Na parte oriental do município de Lapa à margem de linha férrea vêem-se imensos campos, cujas fronteiras para leste esbarram nos paredões de arenito talhados a pique e que ali recebem o nome de serrinhas.

Nas áreas dos municípios de Itaiópolis, Canoinhas e São Mateus do Sul, principalmente no primeiro, aparecem, ainda, formações Itararé e Tubarão, mas as principais formações são as da série Passa Dois, a que pertencem os grupos Irati e Estrada Nova. Na área de Itaiópolis aparecem algumas camadas permocarboníferas perturbadas por protusões de diabásio, melhorando sensivelmente os solos onde aflora ou se esconde essa rocha. Ao sul e a sueste desse município afloram xistos de Irati, entremeados por camadas calcáreas, tornando dessa maneira melhores os solos.

No município de Canoinhas é também grande a variedade dos solos. A leste do município vêem-se ainda arenitos e folhelhos da série Tubarão, mas os solos predominantes são os devidos à desintegração de xistos Irati, de nódulos calcáreos silicificados e concreções de sílex do grupo Estrada Nova, vendo-se também alguns afloramentos de diabásio.

Os solos devidos aos xistos sem calcáreos são geralmente argilosos e pobres. Tais solos apresentam coloração pardacenta e vermelha quando o teor de ferro é elevado. Conforme o Prof. José Setzer, a população da zona xistosa do Estado de São Paulo deu a êsses solos o nome curioso de "sangue de tatu".

Outros solos excessivamente ácidos são os devidos às concreções de sílex, que aparecem no tôpo das ondulações existentes no município de Canoinhas. Tais concreções constituem um material de grande dureza e muito resistente à erosão. Cobrindo essas formações vêem-se gramíneas e arbustivas a evidenciar a pobreza dêsses terrenos extremamente rasos.

Aonde há diabásio e calcáreos poucos silicificados aparecem matas fechadas, imbuías, cedros, graminhas, guajuviras e outras espécies típicas da região.

Ervais e pinheirais que são espécies menos exigentes e que se dão bem em solos ácidos espalham-se por todos os quadrantes não só dêste município como pelo de São Mateus do Sul, onde os solos são principalmente devidos à decomposição de folhelhos Irati.

Quanto aos solos silicificados pode-se dizer que, de acôrdo com a maior ou menor hidratação da sílica, distingue-se o seu maior ou menor grau de pobreza. Se a porosidade é grande e alto o *Ph* teremos solos fisicamente bons, mas cujo melhoramento químico, como ensina o Prof. José Setzer, exige cuidados especiais. Se a porosidade é baixa, tais solos entram na categoria dos impermeáveis.

A agricultura nesses municípios é mais desenvolvida, mas gira sempre em tôrno do milho, da batata doce, do arroz nas depressões mais úmidas, achando-se em desenvolvimento a cultura do linho e do trigo. Em Canoinhas encontra-se também alguma produção de alho e cebola.

No município de Pôrto União as áreas observadas constam de solos devidos aos arenitos triássicos e a derrames de diabásio, havendo também terras roxas misturadas.

O arenito rio do Rasto, mais ou menos argiloso, de formação flúvio-lacustre é visto ainda em Canoinhas, mas, principalmente, na parte oriental do município de Pôrto União (distritos de Valões e Poço Preto). Geralmente dá solos pobres, contudo, a presença de algum calcáreo nas suas formações fá-los menos ácidos.

Os solos piores, porém, são devidos ao arenito de Botucatu, que aparece em boas exposições por quase tôda a parte ocidental do município de Pôrto União. Trata-se de um arenito eólico, de *fácies* desértico, apresentando-se em formas maciças, variando sua coloração do avermelhado ao creme. Quando metamorfozido devido ao contacto com derrames de lava, adquire um tom marron claro, como na margem direita do Iguaçú.

O arenito de Botucatu muito pobre quimicamente (grânulos de quartzo estéril) facilmente lavado, friável, dá um solo profundo, mas inaproveitável para a agricultura. Cobrindo êsses solos arenosos há uma vegetação rasteira, bem como moitas de bromeliáceas.

No município de Pôrto União, pelo menos, na parte norte, vêem-se constantemente domos e "morros de sino", como acontece nas proximidades da cidade (morros da Cruz, Lança), em que o arenito foi invadido por derrames de lavas. Assim nas zonas em que o diabásio é freqüente vêem-se terras roxas misturadas melhorando bastante os solos.

Há locais em que a maior extensão da lava permitiu, pela decomposição, a formação de terras roxas legítimas, mas essas áreas são bem pequenas. Na parte oriental do município de União da Vitória também são vistos freqüentemente exposições de arenito Botucatu cortadas por diques e lençóis de lavas.

Do ponto de vista agrícola Pôrto União e União da Vitória, graças à presença de terras roxas misturadas e mesmo, em alguns casos, de terras roxas legítimas, oferecem boas áreas para a agricultura. Daí a presença de prósperas colônias: Maratá, Pôrto Vitória, Pinaré, Cruz Machado, estas três últimas no município de União da Vitória. A agricultura nos dois municípios citados é praticada no sentido do milho, feijão, batatas, amendoim, centeio, linho, mandioca, fumo, trigo e uvas, bem como outras frutas de clima temperado.

**OCUPAÇÃO DO VALE IGUAÇU-NEGRO** — Dois fatores essenciais contribuíram para a ocupação do vale médio do Iguaçú e do rio Negro: a araucária e a erva-mate. Vegetação característica da região, estes dois recursos naturais exerceram preponderante influência na fixação das populações que aí habitam. Povoados, vilas e cidades tiveram seu desenvolvimento na base da indústria extrativa da erva-mate e da madeira. Araucárias e erva-mates com clima propício dão-se bem em solos ácidos. Daí a amplitude dos recursos dessa natureza.

Como acontece em zona de economia de pura extração onde os produtos sofrem constante oscilação de preços, na dependência de mercados aleatórios, a baixa da erva-mate provocada pela novel produção argentina, por volta de 1929, desorganizou a economia dessa zona, que outro recurso não teve senão enveredar para a agricultura.

Isso, aliás, não foi difícil pois os colonos poloneses, ucranios e alemães, principalmente os primeiros com tradição ruralícola, abandonaram os ervaes, dedicando-se ao plantio de cereais, atividade mais compensadora. Atualmente, ou são madeireiros ou intensificam a lavoura e só cuidam de fazer erva quando julgam conveniente fazê-la.

Outro fator de povoamento no vale Iguaçú-Negro foi a estrada de ferro. Facilitando o transporte e as comunicações, fez-se desenvolver a indústria madeireira adensando em torno das estações ou nas proximidades destas as serrarias, o pequeno comércio, bem como as instalações de secagem de mate ou os centros agrícolas e pequenas indústrias.

O rio Iguaçú e seus pequenos afluentes, como o Putinga e o rio Negro, pela sua navegabilidade, exerceram relativa influência no povoamento da zona.

A ocupação do rio Iguaçú tem tido lugar nas margens convexas ou mesmo fora dos meandros. Inúmeras serrarias são vistas nas suas margens; pequenas colônias de agriculturas e erva-teiros como Fluiópolis, Chapéu de Sol, Lagoa do Norte, Jararaca. Cidades surgem como São Mateus do Sul, Pôrto União e União da Vitória.

A primeira situada à margem direita do Iguaçú, quase tôda construída de madeira, vive a expensas das suas serrarias e dos seus ervaes. Alguns colonos poloneses situados em Água Branca dedicam-se à agricultura.

A navegação no rio Iguaçú faz-se pensosamente entre São Mateus do Sul e Pôrto Amazonas, no município de Palmeira, por meio de pequenos vapores (estilo gaúcha de fundo raso), que não deslocam mais de 145 toneladas, e ainda por meio de chatas e lanchas. Essa navegação está condicionada ao regime do rio sujeito a fortes estiagens.

O rio Negro só é navegável por meio de chatas e lanchas num trecho muito pequeno que vai do povoado de Pôrto de Pedra (distrito de Antônio Olinto) à cidade do Rio Negro. A estrada de ferro acompanha o curso dêste rio e assim se explica uma razão da sua pouca navegabilidade, também se levando em conta as estiagens que a tornam impraticável. O rio Putinga, afluente da margem direita do Iguaçú, é navegável por lanchas e pequenas chatas que transportam lenha, erva-mate e outros produtos da zona para São Mateus do Sul. Por todo o vale vêem-se serrarias trabalhando ininterruptamente enquanto os pinheiros são sacrificados sem reflorestamento. Para ter-se uma idéia mais exata da atividade madeireira nesta zona basta contar o número de serrarias existentes nos municípios referidos: Mafra, 47; Rio Negro, 24; Itaiópolis, 36; Canoinhas, 63; Pôrto União, 33; União da Vitória, 41; Malé, 8; São João do Triunfo, 17; São Mateus do Sul, 38; e Lapa, 40.

Em Três Barras, sede do distrito pertencente ao município de Canoinhas, está instalada a mais famosa serraria do país, que é a Lumber, a que a população local atribui responsabilidades na devastação das matas de pinhais e outras essências do norte catarinense. A verdade é que a devastação se estende por quase todo o planalto e tal fato se deve atribuir também às demais serrarias que ali se ocupam da mesma indústria, sem o cuidado da reflorestação. Derrubado o pinheiro, surge a bracatinga ou o taquaral.

**ASPECTOS DA VIDA RURAL** — O planalto do vale médio do Iguaçú é caracterizado por um *fácies* de pequeninas ondulações, formando uma paisagem monótona. Nada de montanhas, de escarpamentos, de gargantas ou de fossas tectônicas, que tanto movimentam as paisagens do nosso velho Complexo Fun-

damental, para explicar a ocupação humana. Só as velhas estradas abertas entre as ondulações que aparecem cortadas tantas vezes e os principais rios para explicar a conquista do planalto. As estradas de ferro vieram mais tarde.

Fazendo exceção dos recursos extrativos, aos solos se deve atribuir maior importância no desenvolvimento econômico do vale. Embora nem sempre de boa qualidade em vista do seu elevado grau de acidez, esta muitas vezes é neutralizada pela presença de calcários, margas e resíduos decompostos de derrames de lava básica, permitindo assim condições apreciáveis para a vida agrícola.

Disto se têm aproveitado lavradores poloneses, rutênios, russos e alguns alemães que para cá imigraram desde os fins do século passado, em levadas sucessivas. Animadas colônias se espalham pela imensidade do vale com suas casas de madeira bem típicas tendo ao centro a igreja, que é católica ou ortodoxa e raríssimas vezes protestante. À sombra dos pinheiros ou dos ervais, por vezes no descampado, surgem as plantações de batatinha, feijão, centeio; trigo e linho e principalmente milho, com que se faz a farinha, o fubá ou a polenta. Também não dispensam animais de tração e ainda suínos e aves domésticas. Do centeio faz-se o pão; quando o colono não o cultiva, vale-se do milho. O porco contribui diariamente para a alimentação, à base de carne e gordura. Os colonos mais modestos, geralmente caboclos, usam o virado de feijão como refeição matinal.

Medianamente a alimentação rural é de três refeições e consta de broa de centeio ou pão de milho, virado de feijão, carne de porco, legumes, caldos de verdura, frutas. O uso do mate é freqüente na forma de chimarrão.

O vestuário rural é simples: calça de brim e camisa de riscado, as mulheres usam saias compridas. O chinelo é calçado principal do lavrador. Nos domingos o vestuário dos colonos melhora. Os homens vestem roupas de casimira ou brim; as mulheres polonesas ou ucrainas usam saias de cores berrantes lembrando a tradição campestre dos camponios eslavos.

A habitação é construída de madeira, de estilo rústico e simples, a maioria sem pintura. Não existe aparelhamento sanitário, a água é trazida de cisternas e a iluminação é a querosene ou a velas.

Perto de Putinga, há casas de aspecto bem miserável, sem móveis e com uma só divisão.

O colono polonês ou rutênio não tem muita preocupação pelo conforto, é geralmente muito desconfiado, e se embriaga com muita freqüência sendo grande o consumo da cachaça nessa zona. Em Itaiópolis informaram que era comum entre os poloneses o uso da cachaça com cebola e entre os ucrainos cachaça com alho.

Já a casa do colono alemão é construída com mais esmero, geralmente cercada de cedro, ou de hortas e jardins; as cortinas estão sempre presentes às janelas.

Foi visitada uma próspera colônia polonesa em Paraguaçu, a 930 metros de altitude e 8 quilômetros da sede municipal de Itaiópolis. Paraguaçu apresenta-se bem edificada com casas de madeira e material dominando as ondulações que servem de divisor de águas do rio Negro e Itajaí do Norte. Zona de animada agricultura repousa sobre formações de série Tubarão. Nas suas imediações foi recolhido material calcáreo-argiloso (marga), que pode ser colocado no andar superior da série.

Há outra colônia polonesa em Água Branca entre São Mateus do Sul e São João do Triunfo, no Paraná. No município de Canoinhas há outras tantas: colônia Vieira, Papanđuva, Rio dos Poços; em Maфра vimos Rutes e Colônia Augusta, onde predominam alemães e poloneses. Em União da Vitória a colônia mais importante é a polonesa de Cruz Machado.

Nas colônias predomina a pequena propriedade, média de 20 alqueires, fora delas não são raras as propriedades de mais de 100 alqueires. O transporte principal é a carroça.

AS CIDADES — PÔRTO UNIÃO E UNIÃO DA VITÓRIA — Situadas à margem esquerda do rio Iguaçu, uma é o prolongamento da outra; há apenas a estrada de ferro como linha de separação, como ficou convenção no acôrdo de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, em outubro de 1916.

União da Vitória, do lado paranaense, está sendo construída numa pequena superfície plana, constituída de terrenos aluviônicos silico-argilosos, onde o rio Iguaçú descreve um meandro; pela margem direita esbarra nos contrafortes da serra da Esperança.

A cidade está a 710 metros apresentando bom aspecto, pois muitas edificações de material já lhe emprestam um ar importante ainda que predominem as casas de madeira. A rigor o Iguaçú não tem influência na sua disposição urbana, as casas construídas estão um pouco afastadas da margem e não estão orientadas no sentido do rio. Até há bem pouco o rio isolava a sede do resto do município; apenas uma pequena navegação punha a cidade em contacto com a colônia de Pôrto Vitória. Agora uma grande ponte de cimento fará melhorar essa situação ligando a cidade às importantes colônias de Cruz Machado e Pinaré.

União de Vitória, bem como sua vizinha Pôrto União, é servida pela ferrovia R. V. P. S. C., que a põe em contacto com o resto do país. Sua população urbana já se aproxima da casa dos 2 mil habitantes. Possui animado comércio e na sua população predomina o elemento nacional, notando-se alguns sírios, alemães e polacos.

Pôrto União, cidade mais velha, do lado catarinense está construída sobre terrenos silico-argilosos levemente acidentados, notando-se algumas ruas bem inclinadas. Aqui a rua mais antiga está voltada para o rio, também se orienta para ele, a rua principal da cidade. A estação ferroviária exerceu posterior influência no desenvolvimento da cidade, pois à frente da mesma, numa praça, construíram-se os melhores edifícios da zona urbana (hotéis e casas de diversões).

Nas proximidades da cidade surgem algumas elevações, sendo a mais importante o morro da Cruz de 115 metros de altitude, constituído de arenito Botucatu cortado por um pequeno dique de diabásio. Nas encostas suaves desse morro o arenito se apresenta um pouco caulinizado, notando-se a presença de cavernas devido à infiltração d'água. O alto do morro, dada a presença de diabásio decomposto, é revestido de um opulento tufo de vegetação, enquanto que as encostas suaves do morro são cobertas por moitas de capoeiras atestando a pobreza química do arenito eólico.

Pôrto União apresenta uma população urbana de 2 600 habitantes, possuindo animado comércio. O elemento nacional é predominante, notando-se também alguns sírios poloneses e italianos.

Ambas as cidades são dotadas de iluminação elétrica, a água não é das melhores e é tirada de cisternas. Apresentam algumas ruas calçadas. É de significativa importância a ferrovia na vida dessas duas cidades. De Pôrto União parte um ramal da R. V. P. S. C., que vai ter ao litoral. É ponto estratégico, de vez que a linha do Rio Grande do Sul, a São Paulo passa por ambas as cidades. As lutas do Contestado deixaram rugas no coração de alguns de seus habitantes.

**CANOINHAS** — Encontra-se esta cidade nas imediações do rio Canoinhas, afluente do rio Negro, a 760 metros de altitude, assentando sobre terrenos ácidos silico-argilosos da série Passa Dois. Sua população urbana é calculada em 2 153 habitantes nacionais, alemães e poloneses. As casas, na sua maioria, são de madeira. Canoinhas é grande produtora de erva-mate e madeiras. Possui iluminação elétrica, não tem esgotos nem canalização d'água. Está ligada por um pequeno ramal ferroviário que vai à estação de Marcílio Dias, por onde passa a R. V. P. S. C.

**SÃO MATEUS DO SUL** — Está situada na margem direita do Iguaçú, numa altitude aproximada de 770 metros. A cidade foi construída numa elevação de 20 a 30 metros na prevenção de enchentes, em terrenos de decomposição de xistos Irati onde o folhelho aflora nas ruas e nos quintais das casas residenciais. São Mateus se desenvolveu sob a influência da erva-mate e da madeira; recentemente, colonos poloneses em Água Branca incrementam a agricultura. Sua população urbana é calculada em 2 000 habitantes, predominando o elemento nacional. Não há calçamento nas ruas, muito poeirentas, nem esgotos, nem canalização d'água. Quando há estiagens, a navegação pelo Iguaçú se interrompe ou se faz penosamente, o recurso é uma estrada de rodagem muito precária que liga São Mateus a Palmeira, onde passa a ferrovia para Curitiba. Também há

outra pequena estrada mal construída que põe em contacto a cidade com a vila catarinense de Três Barras, por onde passa a ferrovia que vai de Pôrto União ao pôrto marítimo de São Francisco do Sul.

O que há de interessante em São Mateus do Sul é uma usina de destilação do xisto situada na encosta de uma ondulação de 60 metros, à margem do rio Taquaral, afluente do Iguaçú. O xisto é puxado por vagonetes de cerca de 200 metros da usina para os trituradores e depois levado para os fornos e em seguida para as retortas. A produção dessa usina em 1942 foi de 2 520 litros de gasolina; 3 200 de óleo Diesel, 520 quilos de breu natural; 2 400 litros de sulerina e 4 600 litros de óleo maçarico.

**SÃO JOÃO DO TRIUNFO** — Acha-se a 30 quilômetros ao norte de São Mateus, à margem do pequeno rio Vargem, afluente do Iguaçú. A zona urbana assenta sobre formações do grupo Bonito da série Tubarão constante de arenitos intercalados de camadas de carvão. A pequena cidade de cerca de 800 habitantes é toda construída de madeira e seus habitantes são ervateiros, madeireiros e agricultores. Liga-se a São Mateus e a Palmeira por estrada de rodagem.

**RIO NEGRO - MAFRA** — Estas duas cidades estão às margens do rio Negro, a primeira na margem direita pertence ao Paraná; a segunda, na margem esquerda pertence a Santa Catarina.

Rio Negro apresenta aspecto urbano superior a Mafra, porém, esta domina a sua vizinha quanto ao poder econômico.

É que em Mafra estão localizados os engenhos de beneficiamento de ervamate, bem como a pequena indústria e as oficinas ferroviárias da linha de São Francisco. A topografia de Mafra é mais acidentada que a do Rio Negro; suas ruas são ladeirantas e da estação ferroviária não se tem boa impressão da cidade. A verdade, porém, é que a ocupação se vai processando pelos arredores e não se pode negar a Mafra um grande futuro, pois quando se verificou o acôrdo de limites entre os dois Estados, em 1916, esta não possuía mais do que alguns barracões de madeira e hoje, além de regulares edificações, conta com cerca de 5 mil habitantes.

Ao lado da estação ferroviária de Mafra vê-se afloramento de tilito; na parte mais alta da cidade 818 metros, vêem-se arenitos e folhelhos.

Em Rio Negro, que se comunica com Mafra por uma ponte metálica e também por estrada de ferro, estão situadas as principais casas de diversões e o principal comércio de armazéns e farmácias.

A cidade paranaense está assentada quase na mesma altitude de Mafra sobre terrenos argilosos, em virtude da decomposição de argilitos e folhelhos. Nos barrancos do rio vêem-se loessitos, xistos escuros e alguns conglomeratos.

Ambas as cidades contam na sua população além do elemento nacional predominante, alemães, poloneses e sírios, dispõem de iluminação elétrica, faltam-lhes esgotos e água canalizada. Suas edificações são de madeira e material.

De Mafra ou de Rio Negro parte a estrada ferroviária em construção para Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

**ITAIÓPOLIS** — Fica a 30 quilômetros ao sul de Mafra. Sua população urbana não ultrapassa a 600 habitantes e a maioria é polonesa. Fica a 930 metros de altitude e assenta sobre formações argilo-arenosas da série Tubarão. A Itaiópolis com suas prósperas colônias está reservado grande futuro. O futuro de Itaiópolis está na agricultura e o de Mafra - Rio Negro na indústria e no comércio. É que os solos de Itaiópolis são bem melhores que os de Mafra - Rio Negro, geralmente pobres.

A ferrovia Rio Negro - Bento Gonçalves passa a quatro quilômetros da sede municipal e a mesma distância da colônia Paraguaçu. As casas de Itaiópolis são de madeira.

Em conclusão. Do ponto de vista da geografia física entrando no campo da geologia pode-se dizer que a estratigrafia permo-triássica neste vale acha-se completa. Todas as camadas estão aí bem representadas, desde o glacial até as formações areníticas da série São Bento. O diabásio perturbou os afloramentos arqueando os estratos e por isso mesmo formou em muitos pontos domos e morros de sino.

Não foram encontrados fósseis ou vestígios destes na série Itararé, onde, além da glaciação, houve transgressão e regressão marinha. Também não foram encontrados na série Passa Dois e Rio do Rasto. Na série Tubarão, em São João do Triunfo, o tertuliano encontrou carvão, até agora sem referência na nossa literatura geológica.

Para a geomorfologia este planalto monótono dá uma contribuição muito fraca. Solos argilo-arenosos, por vezes argilosos pouco permeáveis, protegidos por uma vegetação maciça resistente à erosão e o que se vê são os ondulados, quase sempre paralelos e em direções diferentes. O tôpo do grupo Estrada Nova devido à resistência do sílex forma, às vezes, um relêvo achatado, como acontece nas proximidades de Canoinhas, onde se destaca do ondulado devido ao permiano inferior. O rio Iguaçú apresenta alguns pequenos terraços submetidos a recomeços de erosão.

Os solos mostram-se muito variados, necessitando-se de trabalhos de classificação. São geralmente ácidos e requerem tratamento especial principalmente de corretivos insolúveis.

Do ponto de vista da geografia humana pode-se dizer que a erva-mate e a madeira ainda exercem preponderância na economia do vale. As rotas pioneiras bem como o mate e as serrarias explicam a origem do povoamento da zona iguaçuana.

O rio Iguaçú perdeu a sua importância primitiva como via de comunicação diante da estrada de ferro e da rodoviação. O vale, excetuando pequenas cidades, mostra um tipo de povoamento de aglomeração dispersiva. A população ruralícola sobrepuja a urbana em todos os municípios.

A agricultura, excluídas pequenas áreas de campos naturais, tem-se formado à custa da desmatação e da imigração, eslava principalmente.

O vale é atualmente um centro de caldeamento de diferentes raças luso-brasileiras, alguns negróides e tipos ameríndios, polacos, alemães, rutênios, russos, etc. Enquistados em suas colônias, os eslavos têm-se mostrado resistentes ao *melting-pot*, mas a aculturação e a assimilação são fatalmente questão de tempo.

Tem-se por isso motivo de sobra para acreditar no grande futuro que está reservado ao vale do rio Iguaçú e ao vale de seu principal afluente, o rio Negro.

Iniciados os debates, o Prof. Lúcio de Castro Soares pediu um esclarecimento a respeito de um termo empregado para caracterizar certa forma de relêvo: "doma"; "domos" geralmente têm significado especial e no caso talvez deveria ser *monadnock*, pois domo não é testemunho de rocha estratificada erodida.

Explicou o Prof. Ruellan que domo é uma forma estrutural, um grande abaulamento isolado; é este o emprêgo técnico do termo.

Disse o Prof. B. de Oliveira que são estratos perturbados.

A seguir, o Prof. Veríssimo perguntou qual fôra o objetivo principal da excursão e qual o tempo de duração.

Respondeu o Prof. B. de Oliveira que o objetivo fôra estudar primeiramente o mate e depois a geografia; durou mais ou menos um mês e meio.

Disse então o Prof. Veríssimo que o material de que se serve o geógrafo decorre de duas fontes: a natureza e a cultura e, assim, o objetivo de quem vai ao campo deve ser estudar a natureza tal como se apresenta. Opôs-se ao método utilizado pelo tertuliano, pois a parte de estudos de campo geológicos já está bastante desenvolvida, pelos geólogos que estudaram pormenorizadamente a zona, dispensando, portanto, a repetição detalhada.

Tratando-se de geomorfologia, é sempre interessante trazer uma contribuição nova, pois êsses estudos quase não existem ainda.

Do ponto de vista do método, a parte humana ficou prejudicada; não se tendo ainda estudos a respeito, seria mais interessante tratar de como se plasmam a natureza e o homem nessa região. Encontrar o arenito aqui ou acolá é interessante, mas não é suficiente para a interpretação geográfica. Também descrevendo as cidades, os dados apresentados são interessantes, mas deviam ser completados com mais observações pessoais.

Fêz ainda restrições quanto ao caso da agricultura, pois seu desenvolvimento não surgiu com a decadência da exploração da erva-mate.

Ressaltou que a contribuição fôra valiosa, mas aplaudiria mais se cuidasse mais das relações entre o homem e a natureza.

O Prof. Beneval de Oliveira fêz questão de reafirmar que a geomorfologia da região é pobre, havendo pouco a explicar nas suas relações com o homem.

Replicou o primeiro que se a geomorfologia não explicava, outros fatores, entretanto deveriam esclarecer o povoamento.

Sustentou o tertuliano que os responsáveis foram a erva-mate e o pinheiro.

Solicitado pelo Eng.<sup>o</sup> Leite de Castro, falou o Prof. Zarur que chamou a atenção para o fato de ter a comunicação versado sôbre um reconhecimento geográfico e por isso devia-se esperar um trabalho mais completo. Realmente, na apresentação de um trabalho de campo, não foi o Prof. B. de Oliveira de uma felicidade integral. Deixara, por exemplo, de fazer divisões na região; seria também interessante se se tivesse preocupado com o desenvolvimento dos diversos grupos de imigrantes, a distribuição por nacionalidades, etc., através de um mapa.

Pelo que ouvira, declarou que êste trabalho fôra a descrição de um viajante com alguma coisa a mais que um turista; esperava, pois, uma comunicação mais completa.

Sugeriu também que não empregasse o termo "geomorfologia pobre", pois é um modo de fugir às questões: há sempre geomorfologia até numa planície. Não concordou com o Prof. Verissimo de que não se tem feito geomorfologia na região.

Replicou êste último que quis dar a entender que se fêz muito menos geomorfologia que geologia.

O Dr. José Setzer exprimiu sua surpresa com a quantidade de informações sôbre solos.

A seguir, tomou a palavra o Prof. Ruellan; disse que o assunto da tertúlia dava margem a muitas explicações. Trata-se de uma das regiões mais interessantes do sul do Brasil e bastante estudada do ponto de vista da geologia. Por isso, chegara o momento de fazer interpretações geomorfológicas, pois também o que existe de geomorfologia foram observações de detalhe, realizadas sobretudo por geólogos, e conclusões mais completas não foram tentadas ainda.

O Iguaçú é um rio que corta uma série de afloramentos, alguns duros ou enrijecidos pelo basalto e diabase. Não atravessou os afloramentos; num dado momento, começou uma retomada de erosão produzindo um aprofundamento nas camadas de início escondidas por uma cobertura sedimentar ou a camada superficial movimentada do peneplano. Conclui-se sôbre a existência prévia de uma ou várias superfícies de erosão, provavelmente tangente às serras e serrinhas, cuja significação geográfica são "cuestas" e "cuestinhas", desenvolvendo um sistema de rios consequentes e subseqüentes.

No arqueano, os rios, aprofundando-se deixaram salientes rochas mais duras, formando verdadeiras cristas apalachianas; teve ocasião, aliás de observá-las por ocasião da viagem ao sul, notando então que reproduziam os antigos dobramentos dos gnaisses. Tudo isto formou uma série de vales com um gênero de vida quase isolado e com atividades diferentes. Alguns são regiões bem pobres do arqueano, onde aparecem culturas de milho e criação extensiva; mais para o interior, os solos são pobres e arenosos, correspondendo às "cuestas".

Seria interessante mostrar a relação da geomorfologia e da rêde fluvial com a ocupação atual. Existem trechos de arenito, onde é tal a infiltração que se produzem fenômenos cársticos, e que não se prestam para a agricultura, a não ser no fundo dos vales. Nestes solos secos e de erva rasteira vê-se mesmo aparecer a criação de carneiros.

Igualmente mereceria consideração ver como os elementos de diversas provéncias se aproveitaram das terras onde instalaram, organizando cartas de ocupação do solo.

O Sr. Setzer, referindo-se à questão dos meandros, disse que, na série Itararé em São Paulo, os rios desenharam numerosos meandros, talvez porque sendo as rochas muito resistentes, como os tilitos, etc., preferiam os granitos e gnaisses.

O Prof. Ruellan declarou que os meandros são devidos a outras causas ligadas ao perfil longitudinal dos rios; aí provavelmente se tratariam de fatores locais. No caso, tem-se um equilíbrio; o rio divaga em certos trechos e tem um leito muito largo; rejuvenescimento não atingiu ainda esta zona.

O Prof. Zarur chamou a atenção para o fato de ser esta zona sub-tropical uma das poucas que ainda estão para receber colonos e possui grandes possibilidades para a colonização imediata; como o geógrafo deve auxiliar o administrador, haveria grande oportunidade de estudar as possibilidades de colonização desta zona.

A colônia judaica de N. York destacou grandes geógrafos para realizarem estudos sobre as possibilidades de colonização das zonas sub-tropicais do mundo, interessada nos problemas de imigração. Seria, uma grande oportunidade para o Prof. Beneval de Oliveira.

O Prof. Verissimo perguntou ainda ao tertuliano se encontrara faxinais como forma de associação secundária.

O Sr. Peluso informou que em Canoinhas e Pôrto União não há faxinais.

O Prof. Beneval de Oliveira disse que mais para oeste da região que percorreu parece haver, bem como na zona do rio Negro.

Finalmente, o Prof. Ruellan apontou um fenômeno interessante do ponto de vista da Geografia Humana: de ambas as partes das cidades gêmeas de Pôrto União e de União da Vitória um centro urbano se desenvolve, com irradiação nos sentidos N e S, unindo os dois Estados.

A seguir foi encerrada a sessão.

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Secretaria da Presidência da República

CIRCULAR — O *Diário Oficial* de 29 de setembro último, publicou a circular n.º 11-44, da Secretaria da Presidência da República, dirigida aos Ministérios e órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, proibindo a realização de sessões de órgãos de deliberação coletiva durante as horas de expediente normal das repartições públicas.

★

#### Comissão de Planejamento Econômico

DOIS NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO — O Sr. Presidente da República, por decreto de 27 de setembro, tornou insubsistente o decreto de 6 de junho, que nomeou o Sr. João Alberto membro da Comissão de Planejamento Econômico. Por decreto também de 27 de setembro foram nomeados o coronel Anápio Gomes, coordenador da Mobilização Econômica, e o Sr. José Garibaldi Dantas membros da mesma Comissão.

★

#### Departamento Administrativo do Serviço Público

UM DECRETO-LEI REGULANDO O AFASTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS — Pelo Sr. Presidente da República, subscrito por todo o Ministério, foi assinado, no dia 18 de setembro, e publicado no *Diário Oficial* de 26 do mesmo mês um decreto-lei dispondo sobre o afastamento de funcionário público efetivo da União, dos Estados, dos Municípios e da Prefeitura do Distrito Federal, para servir, mediante autorização expressa do Presidente da República, ou dos respectivos governos quando não se trata de funcionário da União, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Companhia Vale do Rio Doce S. A., na Companhia Nacional de Alcalis, no Banco do Brasil S. A., no Banco de Crédito da Borracha, no Instituto de Resseguros do Brasil e em Fundações instituídas em virtude de lei específica, federal.

★

#### Fundação Brasil Central

ENTREVISTA CONJUNTA DO GENERAL RONDON E DO MINISTRO JOÃO ALBERTO. AS MINAS DE OURO ABANDONADAS DE ARRAIAS. OS CHAVANTES. OS TRABALHOS DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS — O ministro João Alberto, concedeu a 15 de setembro transato uma entrevista à imprensa. Tendo regressado, havia dias, da foz do rio das Garças, o presidente da Fundação Brasil Central fez uma exposição detalhada dos trabalhos da instituição que preside.

Convidado especialmente, compareceu o general Cândido Mariano Rondon, diretor do

Serviço Nacional de Proteção aos Índios, que acompanhou com o mais vivo interesse todos os debates da entrevista interferindo, por vezes, para esclarecer pontos interessantes, ora daquela região, ora da vida e das línguas faladas pelos seus habitantes.

Antes, o Sr. João Alberto apresentou dois jovens nativos, já civilizados, e que falam a mesma língua dos Chavantes, os quais seguirão dentro em breve para o rio das Mortes, acompanhados do Sr. Francisco Soares Meireles destacado elemento do Serviço de Proteção aos Índios.

O Sr. João Alberto disse que já esteve próximo de Arraias, pouco abaixo da cachoeira de Fumaça, e que os Chavantes estão espalhados por todo esse divisor dos rios Araguaia e Xingu, divisor que tomou o nome genérico de serra do Roncador.

— “Segundo o que se tem observado de avião — continuou — existem aí duas serras, que formam uma verdadeira garganta.

Os Chavantes não são índios de proximidade de rio, mas de serra. Precisam de grandes áreas para caçar. Mas, quando a caça rareia, sentem necessidade de aumentar a zona de operações.

O Sr. Meireles, que vai auxiliar os trabalhos, é um grande patriota, que tem por esse serviço verdadeiro entusiasmo, consagrando uma dedicação impar pelo trabalho humanitário de trazer o selvagem para a civilização. Estêve no Guaporé e de lá trouxe quatro auxiliares, dois dos quais estão presentes. Deverão eles desempenhar o papel de “mateiros”.

— “Esses índios — esclareceu o general Rondon — são: um, do vale de São Simão e outro do rio Apidiá, cabeceira do rio Pimenta Bueno, que é o formador do rio Giparaná. São, pois, de diferentes bacias”.

— “O branco — esclareceu o Sr. João Alberto — tem pouca acessibilidade para o mato, não dispondo do “sentido” que têm os homens que vivem dentro do mato. O melhor gaúcho não pode identificar o rastro de um índio e, se o faz, é com enorme dificuldade, ao passo que o índio sabe se por ali passou outro índio e se há muito ou pouco tempo e qual a direção que tomou. O olfato do homem civilizado é muito fraco”.

— “O índio — ajuntou o general Rondon — tem faro de cão”.

Prosseguindo, o Sr. João Alberto declarou:

“Muitas vezes tivemos vontade de entrar em contacto com os Chavantes. Chefiados pelo capitão Antônio Basílio, não há muito sentimos que havia índios em redor do acampamento. Os cachorros acuavam e, no dia seguinte, vimos pegadas, em torno da barraca, distante cinqüenta metros. Lá estavam as marcas de pés enormes. No entanto, não conseguimos ver índio nenhum!”

Nessa altura o general Rondon ponderou que nunca vira Chavante, mas, em 1877, Tupi Caldas, foi de surpresa, atacado por eles no seu acampamento, na margem do rio das Mortes.

Dêsse encontro resultou a morte de um Chavante. Tupi Caldas fez a descrição dêsse Chavante nos seguintes termos:

— “Côr muito clara, branda, cabelos finos, olhos gataados, pés pequenos. Já vê, pois que os Chavantes não têm pés grandes”...

— “O fato, reatou o Sr. João Alberto — é que encontramos rastros. Basilio arremeteu com lanterna, noite a dentro, mas nada viu.

O general Cândido Rondon declarou em seguida:

— “O contacto com índios guerreiros, como os Chavantes, será muito lento. Basta que tenhamos a felicidade de evitar a continuação da guerra, porque os índios não acreditam em branco. E’ tradição de que, desde que o branco pisou em seus domínios foi sempre para lhes fazer mal. Sabem que os brancos foram sempre maus, cruéis e que formam uma grande, imensa tribo.

A Comissão de Linhas Telegráficas fêz a pacificação dos Nambiquaras durante 4 anos. Durante êsse período aquêles índios mataram soldados, barqueiros, canoeiros, telegrafistas, guarda-fios, etc. O programa era, porém, aceitar a morte sem a menor revanche. Em resultado: quando os índios estão em guerra, a pacificação custa. Seremos felizes se êles se limitarem a observar-nos. E é justamente nisto que residirá a maior felicidade da missão”.

Tendo-lhe sido feita uma pergunta o general Rondon respondeu que é bororo e que os Bororos chamam os brancos de “braides”, isto é, de estranhos.

Retomando a palavra o Sr. João Alberto mostrou no mapa estendido na parede a linha geral da Fundação, a começar por Uberlândia, passando pelo Rio Verde, Rio Bonito, Barra do Garças, onde se fez o acampamento e também a primeira penetração até o rio das Mortes. Atravessando êsse rio, foi feita uma picada de penetração de 15 quilômetros e aí, vários reconhecimento do terreno para sondar qual a melhor localização a fim de tomar contacto com os Chavantes.

No reconhecimento feito mais para o montante do rio, encontramos vestígios mais antigos das minas dos Arraiais, sobre as quais há uma enorme série de lendas.

Já haviam sido feitas várias penetrações até essa mina e daí para cima, através da cachoeira da Fumaça, que oferece acesso mais fácil.

Essas minas de Arraiais foram famosas pela sua produção de ouro ao tempo dos portugueses, depois abandonadas, devido, como se presume, ao conflito entre os índios. Nas pesquisas a que procedemos — esclareceu o ministro João Alberto — encontramos as catas da antiga mineração, com vastas crateras, enormes regos d’água para grandes volumes de terras, denotadores de que ali se trabalhava muito. Foi aí nesse acampamento de Arraiais, que os índios tinham vigiado o nosso acampamento.

— Fomos forçados a parar no rio das Mortes, isso devido ao fato de que as distâncias eram muito grandes. Estávamos já a 280 quilômetros do ponto inicial, que foi Barra do Garças, zona que é muito pobre, onde existem apenas alguns garimpeiros, que compram mercadorias por preços muito altos. O abastecimento de Barra do Garças é difícil. Tem de ser feito por meio de caminhões, que vencem 860 quilômetros, de Uberlândia. Da barra do rio das Garças para a frente o transporte tem de ser feito, por ora, no lombo de muareos ou descendo e subindo rios por uma extensão de mais de 200 quilômetros.

Resolvemos, então, parar para fazermos roças. Assim poderemos manter turmas de 40 e

50 homens, seguindo dessarte, a técnica dos paulistas. Isso mostra que é certa a prática dos bandeirantes que foram grandes formadores de cidades. Eles paravam para repousar, plantavam, colhiam, e só depois, continuavam a peregrinação. E’ o que estamos fazendo. Paramos para jantar, geralmente legumes, que dêem vitaminas aqúeles homens geralmente rebeldes e que não gostam de remédios.

Transportamos comprimidos mas os homens do interior não acreditam nêles. Para o emprêgo da própria atebriana, precisávamos estendê-los em fila, pôr-lhes o remédio na bôca e obrigá-los a beber água. Do contrário, jogam tudo fora.

Ouve-se, de novo, mais uma pergunta curiosa. Há quem deseje saber se os dois nativos presentes falam português.

A resposta é afirmativa e entram a fazer perguntas que o general Rondon vai esclarecendo. Um dos índios chama-se Acarié e o outro Cubabi, este casado e aquêles solteiro, de 17 anos de idade.

Os índios são vítimas — explicou o general Rondon — dos seringueiros e dos caucheiros. Os caucheiros são estrangeiros — bolivianos ou peruanos alguns brasileiros. Estes, vieram do Posto Ricardo Franco, pôsto que teve êsse nome em homenagem ao engenheiro português, excelente amigo dos índios e que grandes serviços lhes prestou em Mato Grosso.

— E quanto à língua e à raça? — perguntou um dos jornalistas presentes.

— “A mesma dos Chavantes?”

— “Os Chavantes — disse o general Rondon — são Cherentes e os Cherentes são Gês. O mocrupe da tribo é tupi. Os Cherentes falam a mesma língua dos Chavantes. Êste nome é derivado do grupo dos Cherentes, que estiveram em contacto com os dominicanos de frei Gil. O grupo dos Cherentes desentendeu-se e um ramo internou-se. Chavantes e Cherentes falam a mesma língua”.

— E quanto ao tipo racial?

— Os elementos somáticos são mais ou menos os mesmos. Difere, apenas, a língua. As famílias dos índios, hoje em dia são distinguidas pelo idioma: Tupi, Caribe, Gê, Aruaque, etc.

Em resposta a uma pergunta sobre se as correntes missionárias de religiosos têm prestado benefícios aos índios, o general Rondon respondeu só conhecer os Salesianos, embora saiba da existência de outras missões no rio Solimões, no Purus, etc., as quais, entretanto, não sistematizam a missão como os Salesianos, que procuram certas localidades onde há índios, organizam uma “colônia” e então começam a fazer a sua catequese, isto é, transformar as concepções que os índios têm do mundo e do homem, em concepção católica, cristã. O Serviço do Governo nada tem a ver com isso. E’ simples civilização sem importar-se com a cabeça dos índios, que podem pensar como quiserem. Apenas aproveita-se o Serviço do Governo da ciência já adquirida pelo homem para modificar a vida do índio. A transformação da crença do índio está afeta aos padres.

A Comissão serve-se dos serviços das Missões? — indaga um outro jornalista.

— “Não — foi a resposta do general Rondon. Respeitamo-nos mutuamente. Somos duas entidades que marcham paralelamente para o mesmo fim. A divisa do Serviço de Proteção aos Índios é “pode-se morrer, mas nunca matar”.

Em seguida, um jornalista perguntou ao Sr. ministro João Alberto se no terreno de Arraiais foi feita alguma inspeção para saber se há bastante ouro.

O presidente da Fundação Brasil Central respondeu que, pelas terras colhidas e examinadas, se verifica que há ouro de aluvião. O mais interessante é o teor de ouro de cata. Estão sendo feitos novos e detidos exames, por meio de um técnico americano que trabalhou 20 anos na África do Sul. Dentro de pouco tempo os trabalhos científicos devem estar terminados.

Consultados ainda sobre se as minas dos Arraiais teriam sido abandonadas por esgotamento ou dissensões, o ministro João Alberto disse não querer tecer romance em torno de suposições, mas entende que não foi devido a esgotamento.

Finalizando, agradeceu a presença e os esclarecimentos do general Rondon, que por sua vez enalteceu a obra que a Fundação está fazendo sob a direção esclarecida do ministro João Alberto, e, também, a solicitude com que os jornalistas atenderam ao convite, demonstrando o maior interesse em divulgar tudo quanto se relaciona com a Fundação.

★

#### Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

VISITA DO SECRETÁRIO GERAL DO AMAZONAS E DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DAQUELE ESTADO — O Sr. Rui Araújo, secretário geral do Estado do Amazonas acompanhado do Sr. Júlio Uchoa, diretor do Departamento Estadual de Estatística daquele Estado estiveram no dia 14 de setembro último, em visita ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os ilustres visitantes foram recebidos pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto que manteve com os mesmos demorada palestra sobre os serviços estatísticos e geográficos.

★

#### Instituto Nacional de Resseguros

INSTALADA A COMPANHIA DE EXPANSÃO ECONÔMICA FLUMINENSE — Instalou-se, no dia 20 de setembro último, no Instituto Nacional de Resseguros, a Companhia de Expansão Econômica Fluminense, órgão criado pelo Sr. interventor Amaral Peixoto para a defesa da produção do Estado do Rio.

Os trabalhos foram presididos pelo chefe do governo do Estado do Rio, escolhido por aclamação da assembléia e que convidou para fazerem parte da mesa, como secretários, os Srs. Rúbens Farrula, Adalberto Darci, Ladislau de Oliveira Abreu e João Leopoldo Moreira da Rocha. Falou, nessa ocasião o Sr. Adalberto Darci, representante do presidente do Instituto de Resseguros, que justificou a ausência do Sr. João Carlos Vidal e congratulou-se com o interventor Amaral Peixoto pela concretização de tão importante e oportuna iniciativa de amparo rural.

Em seguida, usou da palavra o comandante Amaral Peixoto, que agradeceu o apoio que, desde logo, tivera do Sr. João Carlos Vidal, salientando, também, o apoio dos que emprestaram — e emprestam ainda — sua valiosa colaboração à Companhia de Expansão Econômica Fluminense, numa demonstração de confiança no governo do Estado do Rio. Passou, depois, a explicar um dos mais interessantes fenômenos da vida econômica fluminense desta hora: um grande movimento industrial ameaçando, de certo modo, o desenvolvimento paralelo da tradicional lavoura fluminense, que, como se sabe, tão fortemente marcou uma época econômica nos tempos do Império. Acres-

centou que os problemas da falta de braços e da crescente escassez de transportes tornavam bem difícil a situação do mundo agrícola do Estado do Rio, de vez que grande parte da produção não encontrava escoamento para os principais centros consumidores. Traçou também, um plano de reforma dos serviços da secretaria da Agricultura, dando sentido prático às atividades ligadas àquele setor da administração pública. Frisou, em seguida o interventor Amaral Peixoto que a CEEF é uma etapa importante na defesa dos que, de fato, trabalham e cultivam a terra. Finalizou, declarando que estava certo de que os dirigentes da organização agora instalada, todos profundos conhecedores da economia rural e dos problemas do transporte fluminense, dariam a esse órgão um grande desenvolvimento de forma a corresponder plenamente à confiança do governo e do povo.

Após o discurso do comandante Amaral Peixoto, falaram ainda os Srs. Frederico José de Sousa, Heitor Quartin Pinho e Adalberto Darci. Em seguida, realizou-se a cerimônia da posse da diretoria e eleição dos membros do Conselho Fiscal. A direção da CEEF ficou a cargo dos Srs. Frederico José de Sousa Rangel, presidente; Francisco Saturnino Braga, diretor-técnico; Heitor de Sousa Quartin Pinto, diretor-comercial; e João Leopoldo Moreira Rocha, diretor-secretário. O Conselho Fiscal ficou assim constituído: Romualdo Monteiro de Barros, Eduardo Duvivier, Alvaro Pereira, José Bhering de Matos, José Adonias Araújo e Eduardo Miguelote Viana.

★

#### MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

##### Conferência de Aviação Civil internacional

DELEGADO DO BRASIL — O Sr. Presidente da República, por decreto de 23 do corrente, nomeou o Tte. Cel. aviador Clóvis Monteiro Travassos para exercer a função de delegado do Brasil à Conferência de Aviação Civil Internacional, a realizar-se em Chicago, Estados Unidos da América, a 1 de novembro deste ano; e o capitão-aviador Almir de Sousa Martins para exercer a função de assessor da Delegação do Brasil à mesma Conferência.

★

#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CARTOGRAMA DOS TRABALHOS AGRÍCOLAS DA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — Acaba de ser colocado, no Gabinete do ministro da Agricultura, o mapa pictográfico dos trabalhos da Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios, mandado confeccionar pelo agrônomo Oscar Guedes, presidente da mesma. Esse técnico teve oportunidade de mostrar o referido mapa ao ministro Apolônio Sales, dando ao mesmo todas as informações sobre as atividades representadas naquele interessante trabalho e executadas, da Bahia ao Acre, de acôrdo com o plano traçado pelo titular da Agricultura e aprovado pelo Presidente da República.

O mapa oferece uma visão da grande campanha realizada, em um ano apenas, pela Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios, em íntima cooperação com a rede de esgotos do Ministério da Agricultura.

Para se ter uma idéia do vulto desses trabalhos é bastante citar a organização executora e os benefícios realizados. O mapa assinala, de maneira bem apresentada, os seguintes dados principais: cinco sedes de Regiões, 14 Seções

de Fomento Agrícola Federal executoras de acordo com os governos estaduais, 55 Residências Agrícolas, 5 Estações Experimentais, 37 Campos de Sementes, 27 Campos de Fomento, 21 Campos de Irrigação, 31 Usinas de beneficiamento de arroz, 10 Casas de Farinha.

Com destaque especial, figuram as seguintes realizações: 40 aviários, 24 grandes hortas, 6 criações de porcos em larga escala, 370 silos construídos e distribuídos.

Outras informações atestam o grande trabalho desenvolvido, através da utilização de 19 veículos, 12 tratores, 394 arados, 41 grades, 112 semeadoras, 310 cultivadores, 128 pulverizadores, 1 400 extintores de formigas, 1 156 toneladas de arsênico, além da expressiva soma de 118 000 enxadas distribuídas. Pelo sugestivo mapa sabe-se que a C.B.A. emprestou aos pequenos agricultores 5 680.000 cruzeiros, beneficiando centenas de cooperativados pobres.

Vale a pena ressaltar também os dados que se referem à distribuição de sementes: 2 300 toneladas de milho, 1 260 toneladas de feijão, 3 000 toneladas de arroz e 6 747 quilos de sementes de hortaliças, correspondendo estas a algumas centenas de milhares de pacotinhos.

O treinamento do pessoal foi outro setor que mereceu especial atenção do Ministério da Agricultura, através do programa da C.B.A. O mapa em apêço documenta os resultados obtidos em apenas um ano, de maneira expressiva: habilitados no Brasil — 8 avicultores, 38 nutricionistas, e 178 operários rurais e nos Estados Unidos — 8 professores, 16 agrônomos, 1 veterinário, 8 técnicos agrícolas e 6 filhos de fazendeiros.

Figuram também no mapa pictográfico 10 escolas de treinamento de operários rurais e uma escola de nutrição, além de 18 mil folhetos distribuídos sobre alimentação.

**TRANSFORMADO EM SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA** — O Presidente da República assinou recentemente um decreto transformando o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura em Serviço de Documentação Agrícola, que terá como finalidade a coleta, guarda, coordenação e divulgação de obras, publicações, textos, relatórios, dados estatísticos e descritivos, e outros elementos referentes às atividades do Ministério e à produção animal, vegetal, em geral, bem como a execução de exposições e trabalhos cinematográficos relativos à ação do Ministério e a assuntos agrícolas.

Foi assinado, ainda, um decreto aprovando o regimento do referido Serviço.

★

### Conselho Florestal Federal

**UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS DE RENDIMENTO SUJEITAS A EXPLORAÇÃO INTENSIVA** — O *Diário Oficial* de 23 de setembro publica a seguinte exposição, aprovada, em sessão de 18 de agosto, pelo Conselho Florestal Federal:

Sr. Presidente do Conselho Florestal Federal.

Fomos designados, em comissão, para estudar e positivar o assunto que constituiu objeto da recente conferência havida entre o Conselho e o Exmo. Sr. ministro da Viação e Obras Públicas, a propósito das providências que se tornam necessárias e urgentes para a conveniente conservação das florestas de rendimento sujeitas à exploração intensiva, direta ou indireta, pelas empresas siderúrgicas, ferroviárias, fluviais e outras, em que é grande o consumo de carvão vegetal, lenha ou dormentes.

Passamos a expor o seguinte:

1) Conforme o art. 26 do Código Florestal aquelas aludidas empresas quando “no gozo de concessão ou outro favor oficial” (federal, estadual ou municipal), “são obrigadas a manter em cultivo as florestas indispensáveis ao suprimento regular de lenha ou carvão de madeira de que necessitarem, em áreas estabelecidas de acordo com a autoridade florestal”. Entretanto “será dispensado o cultivo nas regiões de extensas florestas virgens, determinadas pela repartição florestal competente”.

2) Por sua vez, os proprietários de terras próximas de tais empresas, que pretendem abastecer-las de combustível vegetal procedente de suas matas, “não poderão iniciar o corte de madeiras sem licença da autoridade florestal” (Arts. 25 e 27) e, mesmo quando dispensados dessa exigência legal, i.e., “nas regiões ainda cobertas de extensas florestas virgens”, tais florestas têm de ser “determinadas pela repartição florestal da União” (ou seja, pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura), ficando ainda assim o proprietário obrigado a dar conhecimento dos seus propósitos de exploração à autoridade florestal, a quem competirá “verificar, em qualquer tempo, se foram respeitadas as disposições do Código Florestal especialmente as do art. 22, que diz o que “é proibido, mesmo aos proprietários”, na exploração de florestas (Art. 25, § 2.º).

3) Por outro lado (art. 58) deve o Governo Federal “estabelecer delegacias regionais nas várias zonas características do país; pelo menos uma delegacia em cada município”, convindo que os delegados remunerados sejam “agrônomos, ou silvicultores práticos” (§ 3.º).

El'isso, porque (§ 1.º do art. 56) a execução das medidas de polícia e conservação das florestas tem que ser “mantida em todo o território nacional, por delegados, guardas e vigias do Governo da União, nomeados ou designados especialmente para esse fim.

4) Do exposto nos parece que a providência inicial para promover-se a criação, aquisição ou conservação das florestas de rendimento que as empresas de que se trata são obrigadas a possuir, é promovermos a criação de diversas delegacias regionais, cujas sedes sejam criteriosamente escolhidas, de modo que cada uma, ou cada grupo, das nossas principais usinas siderúrgicas, assim como cada rede ferroviária, se encontre sob a jurisdição direta de autoridade local competente, a que toque mui especialmente providenciar sobre tão palpitante assunto.

A tais delegacias do Serviço Florestal Federal, seriam concedidos pelo Ministério da Agricultura os necessários recursos técnicos e financeiros.

Escolhidas as sedes dessas várias delegacias, cada delegado indicaria ao aludido Serviço Florestal, o número e sede dos respectivos guardas ou vigias (§ 1.º, art. 58).

5) Cada delegado regional assim nomeado ou designado, entrará imediatamente em entendimento com as empresas que lhe ficarem sujeitas, para juntamente estudarem cada caso especial em presença das exigências do Código.

6) O Governo, quando necessário auxiliará as aludidas empresas, por intermédio do Serviço Florestal, de modo a facilitar-lhes, dentro do justo e do razoável, a aquisição de terras, a obtenção de mudas, etc., tendo presente também o que dispõe o art. 13, sobre florestamento e desapropriação.

7) Nêsse sentido pensamos que o Conselho — com base no art. 101, letra e, do Código Flo-

restal — deve apelar para o Exmo. Sr. ministro da Agricultura, oferecendo-lhe a presente sugestão.

Assim, sugerimos preliminarmente, objetivando de modo especial as estradas de ferro, a criação de delegacias nos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

Atendendo ainda à importância caracterizada das usinas siderúrgicas seriam também criadas mais três delegacias nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, cujas sedes respectivas seriam oportunamente determinadas.

Uma vez aceito o plano acima, para levá-lo a pleno efeito, pensamos que o Ministério da Agricultura deverá pedir a colaboração do Ministério da Viação e Obras Públicas, que estudaria conjuntamente, entre outras coisas, a designação das sedes de delegacias que mais convenham às estradas de ferro e empresas de navegação fluvial. E nem a isso se limitaria este último Ministério, uma vez que S. Excia. o Sr. general João de Mendonça Lima já teve ocasião de assegurar ao Conselho os seus melhores propósitos de colaboração nesta tarefa.

Não é preciso dizer que este Conselho está sempre pronto a entrar com o seu contingente no estudo do projeto definitivo que viesse desta sorte a ser elaborado.

Sala de Sessões, 18 de agosto de 1944. — A Comissão: José Palhano de Jesus. — A. Caminha Filho. — Luciano Pereira da Silva.

Aprovado por unanimidade em sessão de 18 de agosto de 1944. — A. Araújo Góis, Secretário do Conselho.



#### Serviço Florestal

**SUA REORGANIZAÇÃO** — Pelo Decreto-lei n.º 6 912, de 29 de setembro último, publicado no *Diário Oficial* de 2 do corrente mês, foi organizado o Serviço Florestal, órgão integrante do Ministério da Agricultura, o qual tem por finalidade promover a criação, o fomento, a proteção e a melhor utilização das florestas do país.

#### Dados históricos sobre a reconstituição da floresta da Tijuca, no Distrito Federal:

No relatório da Secção de Protecção das Florestas apresentado ao diretor do Serviço Florestal, referente a 1943, há dados históricos sobre a formação da atual floresta da Tijuca, iniciada em 1862, por ordem do conselheiro Manuel Felizardo de Sousa Melo, que em seguida divulgamos para os estudiosos da terra carioca. Esse trabalho, diz o relatório, foi começado sob a direção desse ilustre homem do Império, com a ajuda de quatro africanos, três dos quais em avançada idade e postos à sua disposição pelo Ministério da Agricultura. Durante esse ano, o número de trabalhadores foi aumentado para onze, tendo sido feito o plantio de 13 617 mudas, das quais morreram 3 398, restando vivas 10 219. O processo empregado era o mais empírico e defeituoso possível. As mudas de conformidade com as instruções, deviam ter o tamanho de 1,10 metro a 1,32 metro. Plantavam-nas, depois de roçado o mato, em covas de profundidades várias e convenientemente preparadas.

Em 1864, foram plantadas 5 039 mudas, escapando 4 436. Em 1865, 12 451 mudas, escapando 7 562. Em 1866, o inspetor das Obras Públicas ordenou a redução do pessoal, por motivo de economia, tendo ficado, no serviço da floresta, somente os quatro trabalhadores primitivos.

Essa medida veio prejudicar seriamente os trabalhos e ocasionou ainda a morte da maior parte das árvores já plantadas, à falta de cuidados. Para se ter uma idéia a respeito, basta dizer o seguinte: nesse ano, 1866, foram plantadas 3 120 mudas de árvores diversas, das quais morreram 2 999, escapando somente 121 mudas! Em 1867 foram plantadas 6 238 mudas — delas deixaram de medrar 5 411 sobrevivendo somente 827!

Em janeiro de 1869 a administração da floresta tomou a deliberação de mandar proceder à colheita das sementes de essências florestais e de formar com elas sementelras e viveiros que vieram dar ótimos resultados acabando de vez com a enorme perda de mudas que até então se vinha verificando. Nesse ano foram plantadas 10 558 mudas sem perda, e ainda existiram nos viveiros, e já em cestos apropriados, cerca de 13 000.

Resumindo, enfim, podemos dizer que, de 1862 a 1869, foram plantadas nas florestas da Tijuca, nada menos de 55 519 árvores de lei, das quais se perderam pelas causas já especificadas atrás, 27 811, conforme relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1870, página 163.

Dessa data em diante, no Império, a floresta da Tijuca, objeto de maior ou menor atenção por parte do governo, tendo sido administrada por pessoas de grande responsabilidade e patriotismo, que nela empregaram o melhor de seus esforços e boa vontade, como os seus dois primeiros administradores maiores Francisco José de Freitas e Manuel Gomes Acher.



#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

##### Arquivo Nacional

**A HISTÓRIA DA LEPRA NO BRASIL** — Sob a presidência do Sr. E. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional, e com a presença do Sr. major Caldeira Bastos, representante do Sr. ministro da Justiça, realizou-se no dia 25 de setembro último, a terceira conferência da "Sala Cairu" do Arquivo Nacional, tendo orador discorrido sobre o tema *A história da lepra no Brasil, à luz de documentos inéditos do Arquivo Nacional*.

Abriendo a sessão, o presidente declarou ser quase desnecessário apresentar ao auditório o orador, nome conhecido no mundo científico brasileiro, como chefe que é do Laboratório de Leprologia do Instituto Oswaldo Cruz, oficina de trabalho que é um verdadeiro padrão de glória para todo o país e fundador da Sociedade Internacional de Leprologia e membro titular da Academia Nacional de Medicina. Salientou em seguida os seus principais trabalhos publicados entre os quais se salientam os seguintes: — *Profilaxia Rural no Paraná*, monografia, 1919. *Profilaxia Rural no Pará*, 2 volumes, 1922. *A lepra nas Guianas e Trinidad*, 1923. *Tratamento Moderno da Lepra*, monografia, 1928. *A Lepra em 40 países*, monografia, 1929.

Era assim motivo de verdadeiro desvanecimento para o Arquivo Nacional que a 3.ª conferência da "Sala Cairu", tribuna destinada a patentear os preciosos e inesgotáveis tesouros documentais do secular instituto, tivesse ficado a cargo de um ilustre cientista, que nesse trabalho histórico, fruto de apuradas pesquisas feitas *in-loco* empregou os mesmos métodos de escrupulosa probidade técnica de que lança mão nas experiências do seu laboratório.

Isso quanto à pessoa do orador. O tema, esse era também dos mais honrosos tanto para a cultura científica como para a cultura histórica do país.

Pode-se dizer que envolve altos problemas a um só tempo da ciência e consciência sobre o influxo amovível do espírito da caridade que tão intimamente vivifica as raízes profundas da nossa civilização cristã.

Entrando no assunto da sua palestra salientou o orador a ação dos pioneiros do combate à lepra no Brasil nos tempos coloniais, que foram os condes de Bobadela, da Cunha e dos Arcos, o bispo D. Antônio do Destêrro, D. Rodrigo José de Meneses e D. Tomás José de Melo, e analisou as Cartas Régias de D. João V., D. José I e D. João VI e o primeiro Regulamento da Profilaxia da Lepra feito na Córte em 1741, expressamente para a cidade do Rio de Janeiro.

Exibiu e comentou, em seguida, as cópias fac-similares de preciosos documentos existentes no Arquivo Nacional, sobre o assunto e após a conferência fez projetar 100 diapositivos sobre as nossas modernas organizações de profilaxia da lepra, comentando-os rapidamente.

Durante a conferência, ouvida com a máxima atenção e agrado, esteve exposta no recinto, adornada de flores, uma reprodução do famoso quadro a óleo de F. R. Driendi, "Ferreira Viana e os leprosos".

Serenados os aplausos com que foi acolhida a conferência do Sr. H. C. de Sousa Araújo, o Dr. E. Vilhena de Moraes, agradeceu ao conferencista o seu magistral trabalho que era um novo título a realçar o seu merecimento.

Enquanto em certos países a ciência materialista chegou ao absurdo de preconizar o extermínio dos incapazes e dos incuráveis a nossa pátria, desde as mais antigas épocas da sua história, amparou-os carinhosamente ainda no seu mais triste e repulso aspecto, restituindo-lhes a esperança como bem salientou o orador na sua conferência recordando a frase de D. Pedro II ..... esperança que só foi dada aos infelizes que nem sequer o direito tinham de viver como homens entre os homens senão no dia em que um deles, como narra o evangelista, ao doce toque da divina mão, sentiu-se repentinamente curado.

Agradecendo também o comparecimento das autoridades e demais pessoas presentes, anunciou o Sr. E. Vilhena de Moraes ao auditório a 4.ª conferência na Sala Cairu, a qual ficará a cargo do Sr. professor Jean Gagé, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, especialmente convidado para falar sobre novos aspectos da História de França à luz de documentos inéditos do Arquivo Nacional.

Compareceram entre outras pessoas a Sra. D. Camila Santos de Abreu, representante da Sra. Darcí Sarmanho Vargas, Srs. F. Riol, médico da Saúde Pública do Paraguai, Sr. Paulo José Pires Brandão, almirante Boiteux, professor Brás do Amaral, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sr. Mac-Dowell da Costa, Delegado da Ordem Militar e do Hospital de Jerusalém, Sras. Eunice Weaver, presidente da Federação dos Lázaros, Sra. América Xavier da Silveira, presidente da Sociedade de Amparo aos Lázaros do Distrito Federal, Sr. Antônio Sattamini, Sr. Roberto de Oliveira, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Sr. Ernane Agrícola, diretor do Serviço Nacional da Lepra, capitão Pimentel Cardoso, Sr. Bento de Barros, Sr. Henrique Aragão, diretor do Instituto Osvaldo Cruz e demais médicos do mesmo Instituto, professor Melo Leitão, presidente da Academia Brasileira de Ciências, Srs. Tomás

Pompeu Rosas e Rui Miranda Noronha, respectivamente diretores dos Leprosários de Curupaí e São Lázaro, professor Fernando Terra e Sr. Figueiredo Baena.

★

Colégio Pedro II

A VERDADEIRA DATA NATALÍCIA DE JOAQUIM CAETANO — O professor Luís Gastão d'Escragnolle Dória encontrou em livro de registro do Imperial Colégio D. Pedro II um lançamento do próprio punho em que Joaquim Caetano firmou, além de interessantes dados de sua carreira de magistério, a sua idade e naturalidade nos termos que se seguem.

"Nasceu no Rio Grande do Sul a 2 de setembro de 1810 na povoação de Serrito depois vila do Jaguarão".

Havia, com efeito, até o presente, controvérsia entre os historiadores acerca da data natalícia de Joaquim Caetano da Silva, dado por uns como nascido a 2 de setembro, por outros a 2 de outubro de 1810.

Fica, assim, com este bom serviço prestado às letras históricas nacionais, definitivamente dirimida a antiga controvérsia para cuja solução havia sido baldada a iniciativa que tomara, não há muito, o atual diretor do Arquivo Nacional, pedindo informes aos registros paroquiais do Rio Grande do Sul.

★

Conselho Nacional de Educação

INSCRITA EM ATA UMA MOÇÃO DIRIGIDA AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — O Conselho Nacional de Educação, na sua 16.ª sessão, da 2.ª reunião deste ano, por proposta do conselheiro Josué d'Afonseca, resolveu que fosse inscrita na ata da sessão a moção dirigida por diversos professores de geografia à Mesa Diretora do X Congresso Brasileiro de Geografia, no sentido de que o ensino dessa disciplina venha a constituir, em nossos dias, um elemento de unidade nacional e internacional.

★

Museu Histórico Nacional

OBJETO HISTÓRICO OFERECIDO PELO EXÉRCITO NACIONAL — O tenente coronel Lima Figueiredo, sub-chefe do Gabinete do ministro da Guerra, fez no dia 8 de setembro último entrega ao Museu Histórico Nacional, de uma espada que pertenceu a D. Pedro I. Essa dádiva histórica foi feita pelo Exército àquela instituição, ainda em comemoração à data da nossa independência.

★

Serviço Nacional de Malária

TRABALHOS DE PEQUENA HIDROGRAFIA E POLÍCIA DE FOCOS — O Sr. Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 6 958, de 13 de outubro em curso, concedeu ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de dois milhões de cruzelros para atender às despesas com os trabalhos de hidrografia, polícia de focos e serviço complementares, a cargo do Serviço Nacional de Malária.

★

**Serviço do Patrimônio da União**

**DADA NOVA DENOMINAÇÃO À DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO** — Pelo Decreto-lei n.º 6 871, de 15 de setembro último, a Diretoria do Domínio da União passou a denominar-se Serviço do Patrimônio da União, órgão integrante do Ministério da Fazenda, subordinado ao diretor geral da Fazenda, e terá por finalidade defender, guardar e conservar o patrimônio imóvel da União e promover a prosperidade do mesmo.

**APROVADO O REGIMENTO** — O Sr. Presidente da República, pelo Decreto n.º 16 602, de 15 de setembro último, aprovou o Regimento do Serviço de Patrimônio da União.

★

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNRRA — CRÉDITO ESPECIAL DE Cr\$ 3 150 000,00** — Pelo Decreto-lei n.º 6 907, de 26 de setembro findo, foi aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de três milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 3 150 000,00), correspondente a Cr\$ 150 000,00 mais o imposto de 5% a que se refere o Decreto-lei n.º 1 394, de 29 de junho de 1939, para atender as despesas (Serviços e Encargos) com a participação do Brasil na Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA).

★

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

**REPRESENTANTE DO ESTADO MAIOR NA COMISSÃO DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL** — Pela Portaria n.º 7 282, publicada no *Diário Oficial* de 29 de setembro, o Sr. ministro da Guerra designou o tenente-coronel da arma de artilharia, Nelson Gonçalves Etchegoien para integrar, como representante do Estado Maior do Exército a comissão incumbida dos estudos do Plano Rodoviário Nacional.

★

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

**A GUARDA DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS** — O Presidente da República assinou recentemente um decreto-lei na pasta da Justiça regulando a admissão do pessoal na guarda dos Territórios Federais. O aludido decreto determina que fica dispensada a exigência constante do art. 23, § 20, n.º II, do Decreto-lei n.º 3 864, de 24 de novembro de 1941 (Estatuto dos Militares).

★

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**MISSÃO CULTURAL AO URUGUAI** — O ministro interino das Relações Exteriores, com a aprovação do chefe do Governo, designou os seguintes intelectuais para constituírem a missão cultural brasileira que visitará a República Oriental do Uruguai: Inácio Azevedo Amaral, diretor da Escola Nacional de Engenharia, Paulo Barreto Carneiro, livre-docente de química geral e inorgânica da mesma Escola, e Elói Pontes, do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Na série de conferências que serão pronunciadas em Montevideu pelos membros da missão, está incluída uma, do Sr. Inácio Azevedo Amaral, subordinada ao tema: — *O fator econômico nos principais movimentos insurreccionais do Brasil-Colônia.*

**REINÍCIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE LIMITES, SETOR NORTE** — Serão reiniciados, dentro de breves dias, os trabalhos da Comissão de Limites, dirigida pelo Cmte. Brás Dias de Aguiar, na fronteira com a Venezuela. A estação de rádio da referida Comissão será instalada na localidade de Pilóto.

★

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO****Conselho de Imigração e Colonização**

**"REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO"** — Na sessão realizada no dia 11 de setembro, o presidente do Conselho, capitão de mar e guerra Atila Aché, designou uma comissão constituída pelos conselheiros Artur Hehl Neiva e major Miguel Laje Saíão para se ocupar da orientação da *Revista de Imigração e Colonização.*

★

**Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial**

**APROVADO O REGIMENTO** — Pelo Decreto n.º 16 578, de 12 de setembro, foi aprovado o Regimento do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial criado pelo Decreto-lei n.º 5 982, de 10 de novembro do ano próximo findo.

★

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS****Departamento Nacional de Obras de Saneamento**

**AUTORIZADA A VIAGEM DO SR. HILDEBRANDO DE GOIS AOS ESTADOS UNIDOS** — Pelo Sr. Presidente da República, por despacho de 25 de setembro, foi autorizada a ida do engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, diretor geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de tratar pessoalmente, de vários assuntos de interesse daquele Departamento e promover, também, a aquisição de equipamento necessário às obras contra as inundações no Rio Grande do Sul.

Tendo o DASP proposto que lhe fôsse concedida a gratificação mensal de representação, de Cr\$ 750,00, o chefe do Governo aumentou-a para Cr\$ 1 000,00.

★

**Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina**

**CONSTRUÇÃO DO RAMAL DE TREVISÓ** — O Sr. Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 6 932, de 5 de outubro, abriu ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6 403 167,20, para atender às despesas com o prosseguimento, do ramal de Trevisó, da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

★

## Instituições particulares

### ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

ISÓPTERO FÓSSIL — GLACIÁRIO PALEO-ZÓICO EM MATO GROSSO — ROCHAS MILONITIZADAS NA SÉRIE DE SÃO ROQUE — ESPONGILITOS — PLATAFORMAS DO LITORAL PAULISTA — Em sessão ordinária, reuniu-se no dia 12 de setembro último, a Academia Brasileira de Ciências.

Presentes os acadêmicos Melo Leitão, presidente, José Frasnó Milanês, vice-presidente, Aníbal Alves Bastos, Eugênio Rangel, Glycon de Paiva Costa Lima, Artur Moses, Oton Leonardos, Djalma Guimarães, Meneses de Oliveira Castro e Costa Ribeiro foi aberta a sessão. Na falta do primeiro secretário, o presidente convidou para secretário o acadêmico Aníbal Alves Bastos. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, teve a palavra o acadêmico Oliveira Roxo que propôs fosse consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do grande geólogo inglês, Sir Arthur Smith Woodward, com importantíssimos trabalhos sobre paleontologia, alguns dos quais sobre o Brasil. Foi unanimemente aprovado.

Na ordem do dia, após ter usado da palavra o Sr. Bernardo Gross, falou o acadêmico Costa Lima que, comunicando haver recebido do Serviço Geológico dois insetos fósseis para determinar, provenientes da bacia terciária de Fonseca, distrito de Alvinópolis, Minas Gerais. Tratava-se de um Coleóptero, da família Curculionidae, não sendo possível ir além pela falta de cabeça; o segundo era bem mais interessante, mas infelizmente eram duas asas superpostas, uma das quais dobrada. Pela incisão nítida da base das asas e pela nervação das mesmas pode concluir, contudo, que se trata de um exemplar da ordem Isoptera, família Mastotermitidae, da qual até agora apenas se conhece uma espécie da Austrália. Só novo material, em melhores condições permitirá atribuir qualquer nome ao novo fóssil.

Em seguida, o acadêmico Alvaro Alberto apresentou uma nota sobre a conservação do fulminato de mercúrio.

Apresentado pelo acadêmico Luciano de Moraes, teve a palavra o professor Fernando Almeida, da Escola de Engenharia de São Paulo, que comunicou a descoberta de depósitos de origem glacial no município de Bela Vista, Território de Ponta Porã, numa faixa que se estende desde o rio Apa, pelo menos até os arredores do rio Nioaque. Tais depósitos são constituídos por arenitos, siltitos, conglomerados fluvioglaciais e típicos tilitos, com abundantes seixos que evidenciam o trabalho dos gelos. A espessura mínima dessas rochas, medida no vale do rio Apa, onde são recobertas pelos sedimentos e eruptivas da série de São Bento, é de cerca de 200 metros. Repousam a oeste sobre dolomitos e calcários da série Bodoquena, e devem ser considerados permo-carboníferos e correlacionados à série Itararé-Tubarão. Propôs ainda que seja emprestada a denominação provisória de série Bela-Vista para esse conjunto de sedimentos.

O Sr. presidente deu a palavra ao acadêmico professor Luciano Jaques de Moraes, que fez as seguintes comunicações:

“Na série de São Roque ocorreram rochas milonitizadas que foram por nós reconhecidas. Trata-se de um granito que sofreu enérgica cataclase e passou a filonito no contacto com o xisto local. As amostras colhidas nesse afloramento foram estudadas pelo petrógrafo Evaristo Pena Scorza da Divisão de Geologia e Mi-

neralogia com cuja classificação também concordou o petrógrafo, engenheiro Djalma Guimarães.

Anteriormente rochas da natureza destas, procedentes do Estado de Minas Gerais, da série Macaúbas por nós estudadas haviam sido objeto de descrição microscópica pelo Sr. Djalma Guimarães. Nestas rochas verifiquei a existência de seixos o que nos levou à convicção de uma origem glacial para as mesmas. Em Minas Gerais elas ocorrem em larga zona. Hartt verificou na mesma região seixos num material superficial e justificou esse fato supondo tratar-se duma formação glacial de idade pleistocênica, semelhante a outra da Nova Escócia na América do Norte.

O estudo do Sr. Djalma Guimarães sobre as ocorrências do norte de Minas mostraram que elas são filonitos conglomerados, por conseguinte de origem diferente das que motivaram a presente comunicação.

Num corte da estrada de ferro próximo à estação de São Roque pode ser vista uma rocha de aspecto xistoso, mas convém notar que se trata de um filonito, — o seu *facies* e exames petrográficos mostram claramente ser um granito laminado. Neste local podem ser observadas falhas tanto no granito como nos filonitos e xistos, atestando a intensidade do fenómeno de milonitização.

Chamamos a atenção para outros pontos da série de São Roque onde ocorrem rochas mistas, listradas, resultantes de injeção de pegmatitos nos xistos daquela série, de modo a se encontrarem aí verdadeiros magmatitos — ou gnaisse de injeção. Dentre estes pontos mencionamos a pedreira de Jacaré nas proximidades da cidade de São Paulo e a zona do alto Juquiá no município de Itapeçerica onde existem algumas jazidas de mica. Naquela pedreira a rocha está muito dobrada, tem falhas e a mesma orientação dos termos da série de São Roque (mergulho 50 — 70 e 70 NW).

Mencionou também a ocorrência de Itacolmito flexível no quilômetro 17 da estrada de Mogi das Cruzes (Capela de Ribeirão). Outro aspecto interessante da zona é a presença de quartzitos muito solidificados devido à circulação de soluções hidrotermais, carregadas de sílica. Conseqüente de ações hidrotermais da fase final da intrusão granítica observamos ainda uma faixa de tremolita-xisto silicificado com o aspecto de quartzito.

Devo ainda trazer ao conhecimento de todos a existência de depósitos de espongilitos, no Triângulo Mineiro, em Conceição das Alagoas e Dourados. Ocorrem tais depósitos em pequenas depressões sobre as formações cretáceas, locais. Tivemos oportunidade de localizá-los, e verificar tal como acontece em depósitos semelhantes no Nordeste, que também em Minas, às vezes, diatomitos se apresentam nos mesmos depósitos. Faz referência aos depósitos de Caçapava, Piraçununga e Rio Claro no Estado de São Paulo.

Focalizo este resultado de minhas observações, não só pelo seu caráter econômico, como principalmente pelo interesse que ele ofereça para um estudo das esponjas de água doce sendo este um assunto fora das nossas especialidades convindo que fosse estudado pelos conhecedores do assunto.”

Estas comunicações foram debatidas e comentadas pelos acadêmicos Fróis de Abreu, Djalma Guimarães e Oton Leonardos.

O Sr. Glycon de Paiva focalizou a importância do trabalho do Sr. Fernando Almeida. Representa o corte geológico entre os cursos dos rios Paraná e Paraguai, para com os elementos da comunicação, formular duas hipóteses:

Ou a formação glacial do sul de Mato Grosso representa o prolongamento da série Itararé do permio-carbonífero do sul do país ou no caso de não ter ligação com esta, ter sua ligação com a formação andina. Afirmando que em qualquer caso a comunicação encerra particular importância. Fazem considerações a respeito os acadêmicos Otton Leonardos e Djalma Guimarães.

Em seguida, o Sr. Luciano Jaques de Moraes apresentou o Sr. João Dias de Silveira, professor de geografia da Faculdade de Filosofia de São Paulo que se ocupou de um seu trabalho sobre o litoral do Estado de São Paulo, tendo referido as variadas secções feitas desde o mar até a serra, procurando definir os fenômenos que intervieram na formação da costa. Apresentou dados, firmou hipóteses e terminou concluindo que não pode ser encarado com simplicidade a causa determinante da fisionomia atual do litoral paulista, uma vez que com o mesmo demonstrou ela decorre da congregação de um conjunto complexo de fenômenos.

★

#### CLUBE NAVAL

**LORD COCKRANE NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL** — Realizou-se no dia 5 de setembro último, no Clube Naval a conferência do Sr. capitão de mar e guerra Anibal Gama, sobre o tema *Lord Cockrane na Independência do Brasil*.

★

#### INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

**ASPECTOS INTERESSANTES DA REVOLUÇÃO DE 1893** — Reuniu-se no Clube Naval, no dia 20 de setembro último, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, sob a presidência do Gal. Emílio Fernandes de Sousa Doça, para ouvir a conferência do capitão de mar e guerra Frederico Vilar sobre o tema *Aspectos interessantes da revolução de 1893 — Atitude do Comte. Augusto de Castilho, chefe da Divisão Naval portuguesa, estacionada na baía de Guanabara e a intervenção estrangeira nessa época*.

★

#### INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

**AS PALESTRAS DOS SRS VÁLTER ÁLVARES E LOBÃO DA SILVEIRA** — A 9 de setembro último, o Instituto Nacional de Ciência Política realizou mais uma de suas importantes reuniões.

Ao primeiro orador, seguiu-se no uso da palavra o jovem advogado e professor balano Sr. Válder Álvares, que abordou o sugestivo tema *Análise histórica do Estado brasileiro*. O orador principiou seu trabalho por definir o que é Estado e se alongou no estudo da formação histórica do Brasil como Estado, através do período colonial até nossos dias. Na análise histórica que fez do Estado brasileiro para o período colonial, salientou todas as manifestações sócio-político-administrativas para aquela época. Nessa ordem de idéias, o conferencista insistiu sobre a necessidade de um levantamento sociológico das raízes do Estado brasileiro.

Entre outros oradores, usou também da palavra o Sr. Lobão da Silveira, que abordando o tema da administração do interventor Magalhães Barata, no Estado do Pará, teve oportunidade de fazer um belo estudo sobre a zona bragantina e a sua importância na economia paraense, bem como se referir ao significado do prolongamento da ferrovia bragantina rumo ao nordeste e ainda fazer especial menção ao Gurupi e suas grandes riquezas.

★

#### LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

##### Instituto de Estudos Portugueses

**DESCOBRIMENTO DO BRASIL** — Realizou-se no dia 18 de setembro último, no Instituto de Estudos Portugueses, do Liceu Literário Português, Fundação José Gomes Lopes, a 19.<sup>a</sup> lição deste ano, pelo Sr. Saladino Gusmão, sob o tema *Descobrimto do Brasil*.

O conferencista discorreu sobre as controvérsias havidas através dos tempos sobre a prioridade dos portugueses, argumentando a razão que cabe a Portugal na mesma prioridade.

★

#### ROTARY CLUBE

**PALESTRA SOBRE "OS QUE PODEM VOAR E OS QUE NÃO DEVEM VOAR"** — Na última reunião do Rotary Clube, presidida pelo Sr. J. G. Pacheco de Aragão, o Sr. Edgar Tostes, diretor do Hospital da Aeronáutica pronunciou uma palestra subordinada ao título *Os que podem voar e os que não devem voar*, da qual transcrevemos abaixo alguns trechos:

"Há uma diferença muito grande entre os princípios da aviação militar e os da aviação comercial. A primeira tem de ser sempre um vasto laboratório experimental e por essa razão a aviação militar tem que fazer coisas que são absolutamente proibidas na aviação comercial. A comercial, pelo contrário, é dirigida para o lado conservador, com a segurança e conforto dos passageiros como seu principal objetivo. As linhas comerciais não sujeitam os passageiros a extremos de altitude e as taxas de subida e descida são reguladas, como são evitadas as manobras bruscas que fazem parte de certas fases da aviação militar.

O lado alarmante por vezes do noticiário e o comentário do leigo atribuindo à aviação comercial detalhes exclusivos à aviação militar, abalam ou mesmo retardam consequentemente a mentalidade aérea do público que viaja. As condições atmosféricas, chuvas torrenciais, nevoeiros, são os grandes obstáculos da aviação mas vão sendo resolvidos inteligentemente pela radiotelegrafia e radiotelefonía. Com um número de passageiros cada vez maior nas viagens aéreas, foram surgindo certos problemas médicos, que devem ser bem esclarecidos. Um deles é o que se refere às doenças do coração. É comum a pergunta: "um doente que sofre do coração pode voar?" "Quais os indivíduos que podem fazê-lo?" Em geral elas são feitas por pessoas que passaram dos 40 anos e as estatísticas mostram que os cardíacos viajam bem na altitude comum, isto é a 3 000 metros e é interessante que a preferência pelo voo é mais freqüente nos hipertensos e nos homens de negócio, sendo, em regra, as reações psicológicas mais importantes que as fisiológicas.

Nos relatórios feitos encontramos outras perturbações entre os passageiros, referentes a enjôo, dor de ouvido, etc., sendo a literatura a esse respeito de considerável valor. O enjôo pode ser definido como uma das condições que ocorrem como o resultado da aceleração do avião em voo, sendo que as sugestões abaixo

podem ser de valor para melhorá-lo: 1) o elemento "mêdo" pode ser reduzido ao mínimo, especialmente se o passageiro viaja pela primeira vez. 2) Como medida profilática, interessar o passageiro em algum mapa, jôgo, ou prender sua atenção em alguma coisa. 3) Os olhos devem estar voltados para o interior do avião. 4) O álcool e excesso de líquido devem ser evitados na véspera do vôo. 5) Mascar *chiclets* produzindo uma deglutição repetida, provoca também um certo relaxamento muscular, retardando o enjôo. A dieta mais aconselhada para o passageiro antes ou durante o vôo deve ser uma alimentação elevada em calorias, de fácil assimilação, não havendo dúvida nenhuma que o bem estar e o conforto dependem muito duma alimentação sóbria e bem orientada".

A seguir, o conferencista expôs problemas de ordem médica relacionados com a aviação, terminando por dizer: "Um dos grandes triunfos da medicina nesta guerra foi a evacuação dos feridos pelo ar. Desde Pearl Harbour, mais de 125 000 homens foram retirados em aviões. O grau de triunfo é tanto mais apreciável pelo fato de que a crítica julgava isso até então impraticável".

### SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA POSITIVISTA

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O PATRIARCA — Realizou-se no dia 6 de setembro último, no Clube de Engenharia, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Cultura Positivista, uma conferência do Sr. Venâncio F. Neiva, sobre *A Independência do Brasil e o Patriarca*, cujo resumo foi o seguinte:

1) Antecedentes imediatos: a tentativa mineira de 1789; a mudança da sede do Governo português para o Brasil, em 1807; a elevação do Brasil a reino, em 1815; a república pernambucana, de 1817; o discurso de José Bonifácio, em 1819; a substituição da monarquia absoluta pela monarquia constitucional, em 1820; a volta do Governo português para Portugal; 2) Reação para que o Príncipe Regente do Brasil não volte para Portugal; o "Fico"; José Bonifácio no Ministério; convocação do Conselho de Procuradores das Províncias; aclamação do Príncipe Regente como Defensor Perpétuo do Brasil; política panamericanista de José Bonifácio; convocação da Assembléia Constituinte Brasileira; Manifestos de 1.º e 6 de agosto de 1822, proclamando a independência do Brasil igual à de Portugal; proclamação da independência do Brasil, com a sua separação de Portugal, a 7 de setembro; 3) Apreciação de José Bonifácio, o organizador e principal fator da independência do Brasil: a) como político; b) como filósofo e cientista; c) como poeta; a "Ode aos Baianos"; 4) Para corresponder aos esforços dos patriotas que fundaram nossa pátria, devemos contribuir, por todos os meios, para a vitória das Nações Unidas, e para que a paz futura repose nas bases indispensáveis: da independência de todos os povos, e da subordinação de quaisquer interesses ao bem supremo da Humanidade.

### SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

CONFERÊNCIA SOBRE OS TRANSPORTES NO BRASIL — Realizou-se no dia 5 de setembro último, no Edifício Hollerith, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Estatística, uma conferência do engenheiro John H. Bernhard, membro do Congresso Internacional de Navegação, intitulada *Observações sobre os transportes no Brasil*.

O conferencista, que é chefe da Divisão Estrangeira da Hyggins Industries Inc. e sócio de importantes instituições americanas de engenharia, foi convidado, em fevereiro deste ano, pelo coordenador da Mobilização Econômica, por intermédio do Itamarati, para observar o sistema de transportes no nosso país, sobretudo no que concerne à navegação interior.

Os resultados de suas investigações constituem o objeto da conferência que foi proferida, simultaneamente, em inglês e em português.

Em número futuro, esse *Boletim* publicará um trabalho do Sr. Bernhard sobre o mesmo assunto.

### SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE NO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. ALEXANDRE EMILIO SOMMIER — A sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor reunida em 1.º de setembro último, deliberou nomear por unanimidade, os seguintes membros para representarem a Sociedade no grande certame científico e cultural promovido pela mesma sob alto patrocínio do Ministério da Educação e Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A Comissão nomeada é a seguinte: ministro Bernardino José de Sousa, Sr. Alberto Couto Fernandes, Sr. Taciano Acioli Monteiro, Sr. Carlos Xavier Pais Barreto, tenente coronel Frederico Augusto Rondon, capitão de fragata César Feliciano Xavier, Sr. Herbert Canabarro Reichardt, Sr. José Matoso Maia Forte, Sr. Vanderlei de Araújo Pinho, Sr. Randalfo Fernandes Chagas, Prof. Arnaldo Clare Santiago, Sr. Epitácio Monteiro Pessoa, major Jônatas de Moraes Correia, padre Francisco Xavier Lana, Sr. Sérgio Correia, Afonso da Costa. Foi proposto um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Emilio Sommier. O Sr. Epitácio Monteiro Pessoa fez o necrológio do extinto. Usaram da palavra os Srs. ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, almirante Raul Tavares, presidente da Sociedade e Sr. Fernando Raja Gabaglia.

61.º ANIVERSÁRIO DA SUA FUNDAÇÃO — Realizou-se no dia 16 de setembro último a sessão solene comemorativa do 61.º aniversário da instalação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Durante a mesma o comandante Luís Alves de Oliveira Belo fez o histórico da vida da Sociedade e o Sr. Carlos Xavier de Pais Barreto saudou os delegados regionais presentes ao X Congresso Brasileiro de Geografia, os quais foram convidados para essa sessão.

### TOURING CLUBE DO BRASIL

PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA MARIANO PROCÓPIO — Reuniu-se no dia 24 de setembro último a diretoria do Touring Clube do Brasil sob a presidência do Sr. Murinho Nobre. De início o presidente falou sobre o apoio dado pelo Governo Federal à idéia da construção de uma rodovia que receberá o nome de Mariano Procópio, em homenagem ao pioneiro das rodovias no nosso país. Após outros assuntos o vice-presidente, Sr. Berilo Neves comunicou terem-se realizado várias excursões, com êxito completo às quedas do Iguazu e a Resende, Volta Redonda e Itatiaia.

## Certames

### CENTENÁRIO DO BARÃO DO RIO BRANCO

**CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. A CASA DE RIO BRANCO, MONUMENTO NACIONAL.** O "MUSEU RIO BRANCO" — O Sr. coronel Jonas Correia, secretário geral de Educação e Cultura do Distrito Federal comunicou ao presidente da Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, no Palácio Itamarati, a contribuição da referida Secretaria às citadas comemorações.

A contribuição da Prefeitura do Distrito Federal constará de:

1 — Ornamentação da avenida Rio Branco, do monumento, do túmulo e da casa em que nasceu o ilustre brasileiro.

2 — Um grande programa cívico educativo a ser executado pela Secretaria Geral de Educação e Cultura: Denominação de Barão do Rio Branco a um grande educandário.

3 — Gravação de discos pela Discoteca Pública do Distrito Federal da discografia sobre o barão do Rio Branco para distribuição pelas emissoras cariocas e instituições culturais e educativas desta capital.

4 — Realizações pela PRD-3 Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal de um programa especial de Educação Cívica, do Departamento de Educação Nacionalista, no período de 1 a 20 de abril de 1945, com a colaboração de alunos e professores.

Concentração escolar junto ao monumento da Esplanada do Castelo, com cânticos e evoluções conforme programa a ser elaborado pelo Departamento Nacionalista, desta Secretaria Geral.

5 — Concurso de alegorias para os alunos do Instituto de Educação e Escolas Técnicas, referentes ao barão do Rio Branco.

6 — Exposição de trabalhos escolares, realizada, de preferência na "Casa de Rio Branco".

7 — Visitas à casa em que nasceu o barão do Rio Branco, ao Itamarati, ao monumento e ao túmulo do egrégio brasileiro.

8 — Confeção de um folheto histórico ilustrado sobre o barão do Rio Branco.

9 — Confeção de cartazes comemorativos

10 — Distribuição pelo Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, de cópias fotostáticas da vasta documentação ali existente sobre o barão do Rio Branco.

11 — Impressão em cartões postais com reprodução do monumento a Rio Branco com pequena biografia do homenageado.

12 — Elaboração pelo Departamento de Educação Nacionalista de um plano de atividades cívicas para o mês de abril de 1945.

13 — Concurso de Educação Cívica destinado aos escolares dos diversos níveis.

14 — Torneio de pesquisas entre os educandos para organização de uma coletânea de recortes.

15 — Elaboração de trabalhos conjuntos com os relatórios feitos pelos escolares durante as visitas relacionadas com o centenário do "Chanceler da Paz".

Uma outra decisão digna de louvor acaba de ser tomada pelo prefeito Henrique Dodsworth:

Após entendimentos com a comissão do Ministério do Exterior, incumbida de promover a cerimônia do centenário do eminente diplo-

mata e com o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, S. Excia. determinou a reconstrução do prédio da rua 20 de Abril, onde nasceu o grande patriota, tombado, como "monumento nacional", pelo Serviço do Patrimônio Histórico e as obras obedecerão aos projetos desse Serviço, de acordo com a feliz resolução do governador da cidade.

**OS ANTECEDENTES DA HOMENAGEM** — Em 20 de abril de 1929, na casa em que nasceu o inconfundível vulto da diplomacia brasileira, sob o patrocínio de uma instituição e pela iniciativa patriótica do nosso companheiro de trabalho, professor Ariosto Berna, como faz prova ampla reportagem divulgada pela imprensa na citada data, foi solenemente inaugurada, no frontispício do histórico prédio, uma artística placa escultural com a efigie do barão do Rio Branco, belamente trabalhado pelo proficiente cinzel do saudoso artista Benevenuto Berna.

Em 1934, o grande prefeito Pedro Ernesto, demonstrando o grande amor que votava à terra natal de Rio Branco, incumbiu o escultor Benevenuto Berna, Jerônimo Serqueira, então secretário geral da Fazenda, o escritor e professor Horácio Alves Mendes e o Sr. Ariosto Berna, para estudarem um destino conveniente a ser dado à casa onde nasceu o barão do Rio Branco. Após três reuniões, a referida comissão, por intermédio do escultor Benevenuto Berna, entregou ao prefeito Pedro Ernesto o seu parecer, fazendo acompanhar da minuta de um decreto, redigido pelo professor Horácio Mendes, sugerindo que o valioso próprio municipal fôsse erigido em "monumento da cidade do Rio de Janeiro".

Considerando que cabe ao Poder Público intensificar o culto à memória de grandes vultos da pátria, por ser uma das formas mais impressionantes do ensino cívico, o prefeito Pedro Ernesto aprovou a sugestão apresentada pelos aludidos patriotas, assinando, em 20 de abril daquele mesmo ano, o decreto que erigiu em "Monumento da Cidade do Rio de Janeiro" a casa onde nasceu o benemérito barão do Rio Branco, à rua 20 de Abril nº 14".

O ato da assinatura de tão oportuna lei, revestiu-se de marcante expressão, sendo o decreto lido pelo Sr. Lourival Fontes e após sancionado pelo inolvidável prefeito Pedro Ernesto, que foi alvo de entusiásticos aplausos da imprensa e da intelectualidade da cidade.

Em 1937, o Presidente Getúlio Vargas, instituiu a benemérita lei de proteção ao patrimônio histórico e artístico, o que motivou que a casa de Rio Branco deixasse de ser "monumento da cidade", por ter sido tombado como "monumento nacional", pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, visto que o prefeito Pedro Ernesto, tendo deixado a Prefeitura, não deu cabal desempenho à lei que decretou.

Na administração do interventor Olímpio de Melo foi tentado localizar no prédio, as sedes da Liga de Defesa Nacional e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, não tendo curso a idéia.

Até então, o histórico prédio servia de garagem de autos da Prefeitura e de depósito de material e atualmente encontra-se em ruínas, do que resultou agora, a elogiosa decisão do prefeito Henrique Dodsworth, que já havia aprovado, o programa elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, da contribuição da Prefeitura, aos festejos do centenário do barão do Rio Branco.

Uma idéia digna de aprovação foi debatida, em uma das reuniões da Associação Brasileira de Educação, pelo ilustre professor Venâncio Filho, ilustre educador e professor do Instituto de Educação, que lamentando o abandono em que se encontra a casa de Rio Branco, sugeriu, então, a interferência da prestimosa instituição junto do Itamarati, a fim de conseguir a sua transformação, em "Museu Rio Branco".

A bela idéia tomou vulto e, certamente, será objeto de estudo por parte da Comissão Oficial dos Festejos do Centenário de Rio Branco, visto já termos a Casa de Rui Barbosa e certamente constituirá um grande orgulho cívico para a nacionalidade, possuímos também, a Casa de Rio Branco, transformada em Museu e nela serem reunidos todos os objetos que pertenceram ao insigne chanceler, que tão alto ergueu o conceito do Brasil.

★

### X CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPERANTO

A Liga Esperantista Brasileira está organizando o X Congresso Brasileiro de Esperanto que se realizará no ano próximo vindouro. O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente da Comissão Organizadora do aludido Congresso, convidou o Exmo. Sr. Gustavo Campanema, ministro da Educação e Saúde, para membro da Comissão de Honra do X Congresso Brasileiro de Esperanto, que enviou um telegrama agradecendo à Comissão Organizadora a escolha de seu nome.

Fazem parte da Comissão Patrocinadora desse certame os Srs. Prof. Raja Gabaglia, diretor do Externato Pedro II e presidente da Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia, Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e presidente do Instituto Pan-Americano de Estatística e o Eng. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia.

Já aderiram ao Congresso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasília Klubo Esperanto e a Associação Esperantista do Méier.

★

### X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e sob o alto patrocínio do Ministério da Educação e Saúde, Prefeitura do Distrito Federal e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi levado a efeito nesta capital, entre os dias 7 a 16 de setembro deste ano, o X Congresso Brasileiro de Geografia cuja realização estava prevista na capital do Estado do Pará.

As dificuldades de transporte e de outra natureza determinadas pelos acontecimentos mundiais, sobretudo pela participação do Brasil na guerra, determinaram que a Comissão Organizadora Central do certame, de acordo com o interventor federal naquele Estado, inicialmente adiasse a realização do X Congresso por um ano e, posteriormente a convocar o mesmo para a Capital Federal, onde logrou obter invulgar brilhantismo. Prestigiado com a visita de dois ministros de Estado os Srs. general Eurico Gaspar Dutra e Gustavo Campanema, respectivamente titulares das pastas da Guerra e da Educação, o X Congresso, contou com a expressiva adesão de especialistas, tendo contato ainda com a assistência de numerosas representações de instituições públi-

cas e particulares e de autoridades dos Estados, dos Territórios e da União Federal. Sendo-lhes presentes teses especializadas, estas foram examinadas por 10 comissões técnicas que, de acordo com a especialização de cada uma delas ofereceram fundados pareceres, submetidos posteriormente à deliberação do plenário do certame.

Esses Congressos tiveram início com o primeiro da série, reunido sob a presidência do marquês de Paranaguá, durante os dias 7 a 16 de setembro de 1909, nesta capital, no qual foram presentes 108 trabalhos. Junto ao I Congresso funcionou uma exposição cartográfica que contou com a exibição de 108 mapas. Os Anais do certame inicial constaram de 12 volumes, com o total de 1 494 páginas. No ano seguinte naqueles mesmos dias, tendo como presidente o Sr. Jaguaribe de Matos, efetuou-se, em São Paulo, o II Congresso, registrando 348 adesões, montando a 79 os trabalhos apresentados. Em 1911, na cidade de Curitiba, capital do Paraná, presidido pelo Sr. Jaime Dumond dos Reis, realizou-se o III Congresso que registrou a apresentação de 79 trabalhos e 366 adesões. O IV Congresso foi levado a efeito na cidade do Recife, havendo presidido o certame o Prof. Pedro Celso Uchoa Cavalcante. Os quatro volumes dos Anais então publicados registraram a adesão de 213 especialistas e a quantidade de 48 teses apresentadas.

Na cidade do Salvador reuniu-se em 1916 o V Congresso que foi presidido pelo, Eng. Teodoro Sampaio, com 1 057 adesões e o comprometimento de 111 teses, havendo os respectivos Anais sido publicados em 2 volumes de 1877 páginas. Anexo a esse certame funcionou uma exposição cartográfica na qual foram exibidos 104 trabalhos. O VI Congresso da série teve lugar, três anos após, em Belo Horizonte, sob a presidência do general Taumaturgo de Azevedo. Atingindo a 464 a quantidade de adesões e a 69 a de trabalhos apresentados.

Sob a presidência do Sr. Diogo de Vasconcelos, na capital da Paraíba, efetuou-se em 1922, entre os dias 13 a 20 de maio o VII Congresso constando os respectivos Anais de 1 volume, atingindo a 94 o número de adesões e as 26 o de trabalhos apresentados.

O VIII Congresso teve lugar em Vitória, entre os dias 24 e 30 de novembro do ano de 1926, sob a presidência do general Cândido Rondon, havendo aderido ao mesmo 225 especialistas, montando a 55 o número de trabalhos presentes ao certame, sendo publicado um volume dos Anais respectivos. Em 1939 a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística depois de um entendimento visando o prosseguimento da realização dos Congressos Brasileiros de Geografia, deliberaram reiniciar a série, então interrompida, mantendo o caráter de realizações trienais, dos mesmos, intercaladamente em várias regiões do país.

As Resoluções ns. 42 e 48, respectivamente de 7 de julho e 30 de outubro de 1939, do Conselho Nacional de Geografia e a deliberação de 14 de agosto do mesmo ano da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro convocaram o IX Congresso que realizou-se, naquele ano, na cidade de Florianópolis sob a presidência do ministro Bernardino de Sousa. Esse certame contou com 2 137 adesões e 215 trabalhos apresentados, montando a 5 volumes os Anais publicados.

O X Congresso Brasileiro de Geografia últimamente realizado sob a Presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, superou todos os outros da mesma série.

O programa observado no decorrer dos trabalhos do X Congresso, foi o que se segue:

**Dia 6 (quarta-feira)**

Reunião na Secretaria da Comissão Organizadora para a apresentação de credenciais e distribuição de exemplares do Regulamento, programa-calendário, cartão de identidade e distintivo de congressista. Sessão plena preparatória.

**Dia 7 (quinta-feira)**

Os congressistas e suas famílias compareceram ao desfile das forças armadas, em comemoração do "Dia da Pátria".

Sessão pública e solene de instalação do Congresso, sob a Presidência de Honra de Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República, representado pelo ministro Alexandre Marcondes Filho.

**Dia 8 (sexta-feira)**

Reunião composta das Comissões Técnicas.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República recebeu os congressistas em audiência especial.

Visita oficial a Sua Excelência o Senhor prefeito do Distrito Federal.

Conferência pronunciada pelo professor Jorge Zarur, do Conselho Nacional de Geografia, sobre *A Geografia, uma ciência moderna a serviço do homem*. O conferencista foi apresentado pelo Sr. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia.

**Dia 9 (sábado)**

Visita oficial ao Conselho Nacional de Geografia, que se reuniu extraordinariamente para receber os congressistas, tendo o Sr. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho, feito uma exposição verbal sobre as atividades geográficas no país, seguindo-se uma visita ao Serviço de Desenho da Carta do Brasil ao milionésimo.

Inauguração da Exposição de Geografia e Cartografia, no Edifício Serrador — Praça Getúlio Vargas n.º 14 (21.º pavimento).

Cock-tail oferecido pelas Comissões organizadoras do Congresso às delegações estrangeiras, aos representantes e delegados oficiais e aos congressistas no recinto da Exposição de Geografia e Cartografia.

Jantar oferecido às delegações e representantes oficiais pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Salão de Festas do Automóvel Clube do Brasil.

**Dia 10 (domingo)**

Missas votivas na Catedral pelo êxito do Congresso, celebrada por S. Excia. Rev. D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo metropolitano.

Reunião no Jockey Clube Brasileiro, onde os congressistas e suas famílias assistiram à disputa do "Prêmio X Congresso Brasileiro de Geografia".

**Dia 11 (segunda-feira)**

Reunião das Comissões Técnicas.

Primeira sessão plenária.

*Tarde brasileira*, palestra do Eng.º Silvío Fróis Abreu sobre o Nordeste.

Conferência pronunciada pelo professor Jaime Cortesão, representante da emérita Sociedade de Geografia de Lisboa, sobre o tema: — *A cartografia antiga e os fundamentos pré-históricos da nação brasileira*.

Fêz a apresentação do conferencista o general Emílio Fernandes de Sousa Doca.

**Dia 12 (terça-feira)**

Visita ao Instituto de Educação do Distrito Federal — Inauguração da Seção Didática, anexa à Exposição de Geografia e Cartografia.

Visita ao Colégio Pedro II (Externato).

Inauguração da Seção de Oceanografia, anexa à Exposição de Geografia e Cartografia.

Visita ao Palácio Itamarati e ao Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores (Arquivo Histórico, Biblioteca e Mapoteca). O 1.º secretário de Embaixada Sr. Jorge Latour, chefe do Serviço de Documentação, exibiu as obras, documentos e mapas das coleções do Itamarati.

**Dia 13 (quarta-feira)**

Reunião das Comissões Técnicas.

Segunda sessão plenária.

*Tarde brasileira*, o historiador Artur César Ferreira Reis fêz uma palestra sobre a Geografia amazônica.

Conferência pronunciada pelo professor Everardo Backheuser sobre o tema: — *Rio de Janeiro, cidade sui-generis*.

Fêz a apresentação do conferencista o professor Maurício Joppert da Silva.

**Dia 14 (quinta-feira)**

Excursão geográfica à Baixada Fluminense. O engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento fêz uma preleção sobre as obras de saneamento da região e o Sr. Alberto Lamego dissertou sobre os aspectos fisiográficos e geo-humanos da região.

Sessão solene em homenagem à delegação do Estado do Pará, presidida pelo coronel Magalhães Barata, interventor federal naquele Estado. Em nome dos congressistas, fêz o discurso de saudação, o ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior.

**Dia 15 (sexta-feira)**

Última reunião das Comissões Técnicas.

Terceira e última sessão plenária.

Conferência pronunciada pelo comandante Brás Dias de Aguiar sobre a Geografia amazônica. Fêz a apresentação do conferencista o ministro Orlando Leite Ribeiro.

**Dia 16 (sábado)**

Passeio pela cidade.

Almoço oferecido aos congressistas pelo prefeito do Distrito Federal.

Sessão pública e solene de encerramento do Congresso.

## Unidades Federadas

### AMAZONAS

#### Levantamento topográfico do rio Jaurá

Em lancha especial da Inspeção de índios seguiu para o rio Jaurá o técnico Williamson, contratado pelo governo brasileiro para fazer o levantamento topográfico desse importante afluente do rio Negro, explorado no século passado pelo naturalista patricio Barbosa Rodrigues e no século corrente pelo austríaco Richard Payer. O referido técnico demorou-se à cerca de um mês naquela região. Logo depois, deverá seguir para outras zonas do interior amazônico, em trabalhos de demarcações.



#### Fundação do Instituto de Sociologia e Etnografia do Amazonas

Acaba de ser instalado em Manaus e reconhecido oficialmente pelo governo do Estado o Instituto de Sociologia e Etnografia, criação de um grupo de estudiosos, à frente dos quais se encontra Nunes Pereira, notável entusiasta da natureza amazônica e uma das autoridades mais acatadas nos assuntos a que o novo instituto se dedica.

Iniciando modestamente, o novo Instituto já possui, embora de fundação muito recente, um patrimônio notável de preciosidades e uma grande quantidade de peças de uso, das tribos mais conhecidas do Brasil, com suas curiosidades, seus hábitos, suas crenças e suas tendências.

Esse novo instituto, dado o entusiasmo dos seus fundadores, a dedicação dos seus diretores e o carinho com que o governo estadual acompanha o seu desenvolvimento, deve-se transformar, dentro de um período muito curto, em um centro de estudos verdadeiramente notável.



#### O Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas

Um dos centros impressionantes de cultura de Manaus é o seu Instituto Histórico e Geográfico. É um verdadeiro museu de raridades, um templo de estudos digno de ser apreciado.

É seu presidente atual o Prof. Agnelo Bittencourt, notável estudioso que exerce a função de secretário do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Amazonas, tendo também representado esse Estado no recente X Congresso Brasileiro de Geografia.

Fundado em 25 de março de 1917, na administração de Alcântara Bacelar, foram seus idealizadores o presidente atual, o Sr. Vivaldo Palma Lima e o coronel Bernardo da Silva Ramos, este já falecido.

Considerado patrimônio do Estado, recebe modesta subvenção do governo e da Prefeitura, insuficiente, entretanto, para o desenvolvimento da preciosa organização, que luta com sérias dificuldades financeiras para editar o seu boletim, valioso repositório de informações científicas e que só circula irregularmente por esse motivo.

O Instituto mantém um museu etnográfico importante, com mais de 2 000 peças, destacando-se a coleção de machados de pedra, alguns fabricados por tribos de índios já desaparecidas há muitos anos, interessantes peças de indumentária indígena, numerosos exemplares de flechas, arcs, zarabatanas, tacapas, objetos de uso doméstico e de ornamento.

Tem numerosas amostras de cascas, raízes, amostras de madeiras, borracha, balata, óleos, sementes oleaginosas e numerosos outros produtos da região.

Notabilíssima, também, é a biblioteca do Instituto, com mais de 1 500 exemplares antigos, mapas e dicionários preciosos.

Encontra-se aí, por exemplo, uma história natural de Caio Plínio Segundo, editada em Madri em 1629, em dois volumes; o *Compendi Historii del Conte Affonso Losht*; Luiz XIV. França e Navarra, Vicenza, Giacomo Amadi, 1668; as *Ordenações e Leys de Reino de Portugal* com D. João VI, confirmadas e estabelecidas, mandadas imprimir por D. João V em Lisboa, em 1747; as *Memórias para a História de Portugal*, reino de D. João I (1383 a 1433), escritas pelo acadêmico Joseph Soares da Silva, dedicadas a D. João V, impresso em Lisboa em 1732, *Príncipe de Direito Mercantil e Leys de Marinha*, a primeira obra do gênero, de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu e muitas outras preciosidades bibliográficas cuidadosamente conservadas e catalogadas.

Pode-se lá compulsar também uma ata de 10 de julho de 1884, estabelecendo a liberdade dos escravos e declarando a igualdade entre todos os habitantes da província do Amazonas, entre numerosos outros manuscritos históricos da maior importância.



### BAHIA

#### Secretaria do Interior e Justiça

O *Diário Oficial* do Estado, de 6 de setembro último, publicou o despacho do Sr. secretário do Interior e Justiça, relativo ao pedido do Sr. Gentil Paraíso Martins e outras pessoas residentes na cidade de Valença, em que solicitam seja a comarca de Valença reintegrada na categoria de 3.<sup>a</sup> entrância. É o seguinte o referido despacho:

“44 — Encaminhe-se ao Gabinete do Senhor Interventor Federal. Convém ser esclarecido que a comarca de Valença foi classificada na categoria de 2.<sup>a</sup> entrância, recentemente, por força da Lei de Organização Judiciária, promulgada em 2 de julho do corrente ano.

Os motivos que determinaram essa classificação no ante-projeto, foram, justamente, a dificuldade de comunicação com a capital do Estado e, sobretudo, o que mais interessa no particular da classificação das comarcas em entrâncias, o seu reduzido movimento forense, que não autorizava fosse ela equiparado a comarcas como Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, e outras, de igual categoria.

Releva observar, ainda, que a vigente Lei de Organização Judiciária, quando na sua fase de elaboração, foi submetida à apreciação do órgão coordenador das atividades judiciárias, o Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, afim de que dele partissem as sugestões mais necessárias e técnicas, não tendo o mesmo se manifestado contrariamente à classificação de 2.<sup>a</sup> entrância, dada à comarca de Valença, então de 3.<sup>a</sup>, isto porque não encontraram os seus integros componentes motivos ponderados para alterar o plano da reforma. Os cidadãos que subscrevem o apelo não deverão, nem de leve, julgar que nessa resolução governamental, teria havido qualquer intuito de depreciar os foros de tradição da velha cidade de Valença. Se o seu movimento forense decresceu, ele poderá de um momento para outro atingir a um tal desen-

volvimento que levará o Governo a restabelecer a sua antiga entrância. Da mesma forma que passou a 2.<sup>a</sup> entrância, poderá lograr uma nova posição que justifique a sua elevação a 3.<sup>a</sup> entrância. Em face dessas considerações, não vemos motivos para o deferimento da pretensão dos postulantes, até porque a Lei de Organização Judiciária sofreu discussão, não só no Conselho Administrativo neste Estado, como também na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais e Municipais e ainda foi objeto de uma excelente e bem-elaborada exposição de motivos do senhor ministro da Justiça, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

★

## ESPÍRITO SANTO

### Museu Capixaba

O interventor federal no Estado assinou recentemente um decreto dispondo sobre a organização do Museu Capixaba e sua instalação definitiva no "Solar Monjardim", promovendo assim, ao mesmo tempo a melhor defesa desta construção de ricas tradições e parte importante do patrimônio monumental do Estado do Espírito Santo.

★

## MARANHÃO

### Associação Comercial

**PREPARO DE UMA HISTÓRIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO**—Com o objetivo de reunir elementos que sirvam de base para a elaboração de uma memória sobre o comércio do Maranhão, a Associação Comercial daquele Estado apela para todos aqueles que dispõem de manuscritos, relatórios, documentos, boletins, etc. dos quais se possam extrair dados para a organização do trabalho projetado.

★

## MATO GROSSO

**CRIADO UM NOVO MUNICÍPIO** — Com a criação do Território do Guaporé, perdeu Mato Grosso os municípios de Guajará Mirim e Alto Madeira. Para atender as necessidades da população da região, que ainda ficou pertencendo a este Estado, criou o governo o novo município de Aripuanã estando já nomeado o respectivo prefeito. Aripuanã está encravado no coração mesmo da selva amazônica, e abrange as vertentes dos rios Marmelos, Madeirinha, Roosevelt, Arupaná, Guariba, Juruena e Teles Pires. Limita com o Território de Guaporé, pelo paralelo 8° 48', a partir do rio Marmelos, na cachoeira do Paricá, no rio Tapajós. Trata-se de uma região riquíssima, totalmente inexplorada, cortada de rios, montanhas e vales férteis, mas cujo grande problema é o das comunicações. A sede do município será localizada em um belo planalto, no lugar denominado Paricá, muito saudável, e de clima agradável. Há na região borracha e castanhas em grande abundância.

★

## MINAS GERAIS

### Empréstimo para o construção de estradas

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS APROVADA PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA** — Por despacho de 15 de setembro último, publicado no *Diário Oficial* de 27 do mesmo mês, o Sr. Presidente da República aprovou a Exposição

de Motivos do Sr. ministro interino da Justiça, opinando pela aprovação do projeto de decreto-lei do Sr. governador de Minas Gerais, lançando um empréstimo interno de Cr\$ 250 000 000,00, para o programa da Secretaria de Viação e Obras Públicas, especialmente para a construção de estradas.

A exposição de motivos assim conclui:

21. Pelo Plano Rodoviário Nacional, aprovado pelo Decreto federal n.º 15 095, de 20 de março de 1944, o Estado de Minas Gerais é atravessado pelas duas grandes rodovias denominadas "Getúlio Vargas" e "Transbrasiliana" as quais partindo de Belém do Pará, se dirigem para o extremo sul.

22. Fazem parte do plano nacional as estradas Vitória - Belo Horizonte - Triângulo Mineiro, Belo Horizonte - Rio e Belo Horizonte São Paulo.

23. Para a devida articulação com os troncos federais projetados, organizou o Estado de Minas o plano estadual de linhas de ligação, irradiando de Belo Horizonte.

24. A rodovia Belo Horizonte - Leste destina-se a ligar, o centro de Minas à estrada de rodagem federal Rio - Bahia, em Caratinga.

25. A extensão a construir é de 270 quilômetros, já existindo alguns trechos construídos entre Belo Horizonte e Santa Bárbara.

26. A linha Belo Horizonte - Norte parte de Belo Horizonte, passa por Sete Lagoas, Curvelo, Corinto, Várzea de Palma, e termina em Montes Claros, fazendo a conexão da rede norte com Belo Horizonte. Em Várzea da Palma está prevista a bifurcação, no rumo do São Francisco, até Pirapora. Já existem construídos 194 quilômetros.

27. A ligação Belo Horizonte - Nordeste servirá uma rica zona do Estado, ainda mal aparelhada de transportes.

28. Falta construir o trecho de N. S. do Parto a Jequitinhonha.

29. A penetração Belo Horizonte - Sudoeste procura Divinópolis, Itapeçerica e Formiga, prolongando um ramo para Passos, Cássia, com destino a França, no Estado de São Paulo, e outro para Alvinópolis, Nova Resende, Monte Belo, Cabo Verde e Botelhos, onde já existe a estrada estadual para Poços de Caldas.

30. A irradiação Belo Horizonte - Sul demanda Oliveira, Perdões, Lavras, Campanha, Pouso Alegre, Bragança, indo entroncar na rede paulista.

31. Diversas outras subligações e complementos e cobertura decorrem do próprio plano, como se vê do mapa apresentado pelo governo de Minas.

32. A "Cidade Industrial" de Belo Horizonte é um empreendimento de grande envergadura e real interesse, em que o erário mineiro já investiu perto de Cr\$ 60 000 000,00. Também os prédios escolares e de centros de saúde representam uma iniciativa merecedora dos recursos extraordinários que foram previstos.

33. Pelo exposto, parece perfeitamente justa e oportuna a aplicação do empréstimo na solução do problema capital dos transportes, de que o Estado e o país precisam para progredir, como do sistema de circulação da sua própria vida.

34. As demais realizações em perspectiva são também de indiscutível proveito e realce.

35. A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, por maioria de votos, opinou pela aprovação do projeto de decreto-lei em causa.

36. Esse também é o meu parecer, salvo melhor juízo de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Alexandre Marcondes Filho”.

#### XVI CONVENÇÃO ROTÁRIA BRASILEIRA

— Uma comissão representativa do Rotary Clube de Belo Horizonte foi no dia 10 de setembro último ao Palácio da Liberdade, a fim de participar ao governador Benedito Valadares, a próxima realização, em Belo Horizonte, da XVI Convenção Rotária Brasileira, acontecimento que anualmente congrega os rotarianos de todo o país, assim como representantes de rotarianos de todo o mundo. Falou, então, em nome dos visitantes, o Prof. Aníbal Matos, que fez a entrega ao chefe do governo mineiro do álbum que lhe oferecia o presidente do Rotary Clube do Brasil, relembrando a XVI Convenção Rotária do Brasil, realizada o ano passado, em Teresópolis.

O governador Benedito Valadares, de improviso, agradeceu a saudação e disse da satisfação de todos os mineiros, pela honra da escolha de Belo Horizonte, por todos os rotarianos do Brasil, para local de sua próxima reunião. Aludiu às nobres finalidades dos Rotary Clubes, que não só realizam obra em benefício da coletividade em que vivem seus associados, mas também obra de aproximação internacional. Formulou votos para que dessa convenção sejam os mais profícuos os resultados, dentro das finalidades do Rotary Clube, que são promover a discussão dos problemas sociais e do progresso técnico e econômico, assim como estimular o intercâmbio entre os homens.

Finalmente o governador disse que o governo de Minas não podia deixar de dar o seu apoio à realização da conferência rotária, para que a mesma se revestisse do maior brilho.

★

#### Instituto Histórico e Geográfico

SESSÃO ORDINÁRIA — A CONSTRUÇÃO DA TERMINAL RODOVIÁRIA DA PRAÇA MAUÁ — BALANCETE DO ÚLTIMO SEMESTRE — REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NAS SOLENIDADES DO BI-CENTENÁRIO DE GONZAGA — MUSEU DA INCONFIDÊNCIA — X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Realizou-se no dia 29 de setembro próximo passado, no Instituto Histórico e Geográfico, mais uma sessão ordinária sob a presidência do Eng.<sup>o</sup> Quintino dos Santos. Foram aprovadas as atas das reuniões anteriores e lido um volumoso expediente onde se encontrava um trabalho do Sr. Borja de Almeida sobre o senador Francisco Ferreira Alves, e um exemplar das atividades do Departamento Geográfico, do Sr. Benedito Quintino dos Santos, apresentado à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

O Sr. presidente comunicou a nomeação do Sr. José Bueno de Oliveira Filho, correspondente em São Paulo, para o cargo de diretor do Arquivo Público daquele Estado. Ainda o presidente referiu-se às providências anteriormente tomadas pela diretoria do Instituto sobre a biblioteca de Napoleão Reis, em Lamim, ficando deliberado que o Instituto daria todo o seu apoio no sentido de se acautelar o precioso acervo daquela biblioteca. Em seguida leva ao conhecimento da casa o recente ato do Sr. Presidente da República, autorizando a construção da Terminal Rodoviária da praça Mauá, no Rio, com a denominação proposta pelo Touring Clube de Mariano Procópio, em home-

nagem ao pioneiro do rodoviário no Brasil. Ficou deliberado que o Instituto se congratule com o Sr. Presidente da República e com o Touring Clube.

Na ordem do dia foi lido pelo tesoureiro, Sr. Copêrnico Pinho Coelho, o balancete do último semestre e respectivo parecer da Comissão de Contas, tendo o mesmo sido aprovado de acordo com o referido parecer. Foi apresentado ainda pelo tesoureiro o expediente concluído sobre a admissão de novos sócios anteriormente propostos. Foi aclamado sócio honorário do Instituto o Revmo. D. Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, ficando a Diretoria incumbida dos entendimentos sobre a fixação da data em que S. Excia. será recebido e empossado.

Com a palavra o Cel. Herculano Teixeira de Assunção, comunicou à casa o desempenho dado, em companhia dos Srs. Roberto de Vasconcelos, Salomão Vasconcelos e Geraldo Dutra de Moraes, na representação do Instituto nas solenidades do bi-centenário de Gonzaga e inauguração do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, em agosto passado, tendo o presidente se congratulado com a comissão pelo brilhantismo com que a mesma desempenhou sua missão.

O Sr. Quintino dos Santos fez longa exposição à casa, a respeito do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, de 7 a 16 de setembro próximo findo, lembrando que o Instituto aderiu ao certame, referindo-se aos diversos e importantes trabalhos realizados, teses apresentadas providências sobre curso para profissionais de Geodésia, Topografia e Cartografia, ensino superior de Geografia. Deu informações sobre conferências, projeções cinematográficas realizadas durante o Congresso, cujo êxito foi completo.

Referiu-se, ainda, ao trabalho que apresentou sobre conexão de rédes geodésicas estaduais e federais.

Finalizando a sessão o presidente sugeriu que o Instituto se manifestasse junto ao governador do Estado, pelo valioso apoio dispensado àquele conclave, o que foi aprovado por unanimidade.

★

#### PARAÍBA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO — POSSE DA NOVA DIRETORIA — Foram empossados no dia 7 de setembro último, os novos órgãos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que vão dirigir os destinos dessa associação cultural até 7 de setembro de 1945.

Ficou assim constituída a nova diretoria:

Diretoria — presidente, Celso Mariz; 1.<sup>o</sup> secretário (eleito por 5 anos, de acordo com o § 4.<sup>o</sup> do citado artigo), J. Veiga Júnior; 2.<sup>o</sup> secretário, A. Rocha Barreto; orador, Miguel Falcão de Alves; tesoureiro, Prof.<sup>a</sup> Analice Caldas (re-eleito).

Comissão de Contas — Cônego Florentino Barbosa, Durval Albuquerque (re-eleito) e Sra. Lila Guedes (re-eleito); de Pesquisas e Estudos Históricos e Geográficos — Horácio de Almeida, Otacilio N. de Queirós e Olivina Carneiro da Cunha; da Revista — Ademair Vidal, J. Batista de Melo e Abelardo de Araújo Jurema (re-eleito). São membros natos dessa comissão os 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> secretários.

★

## PIAUI

## Colônia Agrícola Nacional

SUA CRIAÇÃO — Pelo Decreto federal n.º 16 780, de 10 do corrente mês na pasta da Agricultura, foi criada a Colônia Agrícola Nacional do Piauí, em terras localizadas nas fazendas da União Federal existentes no referido Estado, a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

A área a ser demarcada não será inferior à 300 000 hectares.



## SANTA CATARINA

O ESTADO DE SANTA CATARINA NA EXPOSIÇÃO DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — No certame cultural que foi o X Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em setembro último, na Capital Federal, a exposição geográfica, a que concorreram todos os Estados da União e vários serviços públicos federais, constituiu a nota de maior interesse para os estudiosos de Geografia e para o povo em geral, pela oportunidade que tiveram de conhecer aspectos inéditos da paisagem brasileira.

O Estado de Santa Catarina foi exibido, em seus aspectos antropológicos e geográficos mais notáveis, por meio de 10 painéis, em que se encontravam fotografias e cartogramas, convenientemente comentados.

A entrada do box, viam-se painéis de cartografia antiga, nos quais estavam os mapas de Miguel José de Brito, van Ledeb, Belegard e barão de Tefé, testemunhando a representação gráfica que tem tido o território catarinense através do tempo.

Abria a exposição o painel intitulado — *Clima e vegetação* — no qual figuravam os aspectos mais típicos desse tema. Chamava a atenção do visitante para a influência da altitude na temperatura, o confronto de panoramas de cidades situadas quase na mesma latitude, como Laguna (porto marítimo) e São Joaquim (a 1 360 metros de altitude) visto que no inverno somente a segunda se cobre de neve. Um gráfico mostrou a região de chuva em relêvo, e duas fotografias do salto do Pilaó, no rio Itajaí-açu, obtidas respectivamente no verão e no inverno, evidenciavam, pela redução da massa d'água que a segunda apresentava, ser considerável a maneira como diminui, a precipitação pluvial na estação invernos. O mapa fitogeográfico, ilustrado com fotografias, expunha a distribuição e os aspectos das formações de mata costeira, mata de araucária e campo, que possui o revestimento florístico no Estado. Encerrando esse painel, constatava-se a forma como a indústria madeireira, a agricultura e a mineração destroem a floresta.

A população foi o quadro seguinte, com cartogramas demonstrativos da evolução demográfica e distribuição da densidade, acompanhados dos que particularizavam a origem e expansão da população.

Expostos esses elementos de caráter geral, os demais foram orientados pela conveniência de mostrar os acidentes geográficos e sua relação com o homem, a partir da orla marítima. Natural, assim, a apresentação de — *As ilhas* — em que figuravam mapas com as ilhas do litoral catarinense, e detalhes sobre as duas mais importantes — Santa Catarina, em que está situada Florianópolis, cidade que predomina a função política de sede do governo estadual, e São Francisco do Sul, cidade-porto, na qual se destaca a exportação de madeira.

Seguia-se-lhe — *A costa* — com os tipos mais notáveis de seu aproveitamento, como praia de veraneio e de pesca, e particularização do litoral construído por ação marítima, ressaltando-se os trabalhos do canal Laguna-Araraungá e de fixação de dunas. Encerrava o painel vistas que salientavam as relações entre a casa e a costa.

*Relêvo e hidrografia* era o quadro que revelava as formas do relêvo e os tipos dos rios, em suas relações com a estrutura geológica. Um cartograma no centro do painel continha as principais serras e bacias hidrográficas, com fotografias ao redor, cujos comentários faziam sobressair os *facies* morfológicos destacados. Além de constituir um capítulo de geografia física, preparava o visitante para a compreensão dos quadros de geografia humana que iria encontrar.

O rio e o homem — vinha logo em seguida, com detalhes sobre a navegação fluvial, como a barragem construída no rio Itajaí d'Oeste para permitir o transporte, e outras particularidades notáveis que mostravam a importância que têm os rios para as sociedades humanas. Isto foi evidenciado na apresentação de cidades que foram estabelecidas em portos fluviais, sendo apontadas como exemplos a cidade industrial de Blumenau, que ainda hoje mantém a função de porto, e Brusque, igualmente cidade industrial, que tendo sofrido, em seu início, influência do rio, passou desde logo a depender de comunicações terrestres. Outras cidades se ligaram a portos flúvio-marítimos, onde aproveitaram as relações entre os rios e o mar, obedecendo a dois tipos distintos, exemplificados em Joinville, centro urbano de função comercial e industrial, que se vale, para navegação, das águas do mar que nas chélas invadem o leito do rio Cachoeira, e Itajaí, cidade-porto industrializada, que se localizou na foz do caudaloso rio Itajaí-açu. As correntes fluviais ainda exercem influência sobre a orientação da casa onde falta estrada, como entre os índios botocudos; e como barreira, devem ser vencidas por balsas, individualizadas na travessia do rio Canoas, e por pontes, caracterizadas pela de Tubarão.

Na *Utilização de relêvo* encontravam-se as maneiras como são postas ao serviço do homem a planície arenosa do sul do Estado, e as planícies aluviais nas diferentes regiões, com exemplos de lavouras diversas. Nesse painel merecem particular atenção o caso de transferência de cultura, ora exibido pela existência da nora mediterrânea do vale do rio Santa Maria, e a relação entre a planície aluvial e as cidades, testemunhada pelo panorama de Rio do Sul, situada na confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí d'Oeste. Diversos tipos de aproveitamento de chapadas e encostas se encontravam a seguir, encerrando o quadro uma vista de São Joaquim, cidade de colina.

O outro quadro, intitulado *Planalto pastoril* continha pormenores da vasta região dedicada à pecuária, marcando a zona de contacto entre a economia agrícola e pastoril, e registrando caso de populações cujo gênero de vida associa a criação e a agricultura. Viam-se nesse painel diferentes tipos de casas de fazenda e sua localização, marcando além disso, plantações de agregados de fazenda e aspectos de semi-nomadismo e de transumância.

A barreira que a escarpa do planalto oferece ao povoamento foi apresentada sob o título *Posições da serra Geral*, em que figuravam detalhes técnicos dos estudos efetuados pela Diretoria de Estradas de Rodagem para construção das rodovias Rocinha - Bom Jesus, Grão Pará - Urubici, e Aiurê - Urubici, das quais a primeira está construída e em tráfego. Além da planta geral de toda a região, os detalhes

exibidos procuraram focalizar a importância da serra Geral e as numerosas reversões necessárias ao desenvolvimento das estradas para galgarem o planalto.

Encerrava-se a exposição o painel *Obras públicas e a função geográfica*, com vistas de numerosas realizações do governo e sua influência na função geográfica. O Departamento de Saúde, a Penitenciária do Estado, o Abrigo de Menores e o Hospital Nereu Ramos, em Florianópolis, deram funções administrativas e hospitalares a bairros que até então não as possuíam, além de incluir sobre o tráfego urbano pela concorrência de numerosas pessoas a diferentes serviços de assistência, como sucede com o Departamento de Saúde. Zonas que pertenciam ao *habitat* rural passaram a exercer a função hospitalar, como as regiões em que foram instaladas as colônias Santana, para psicopatas, e Santa Teresa, para leprosos. Outras obras enriqueceram as funções urbanas, como o Educandário Santa Catarina, para filhos de leprosos, em São José; a Maternidade, de Lajes, e o Pósto de Puericultura, de Laguna. Outras obras, pertencentes a serviços que se desdobram em repartições regionais que abrangem diversos municípios, alargam a esses limites as funções urbanas, como sucede com os Centros de Saúde, as Residências de Estradas de Rodagem e as Delegacias Regionais de Polícia. Finalmente se constatava um dos tipos mais disseminados de obras públicas, e de grande projeção na função geográfica das localidades em que foram levantadas — os grupos escolares.

Denotando as preocupações de localização e orientação, fundamentais em geografia, todas as fotografias da exposição eram cuidadosamente localizadas em cartogramas, com flechas que mostravam o rumo em que as mesmas foram tiradas.

O sucesso alcançado pelo *stand* catarinense patenteou-se no pedido que fez o Conselho Nacional de Geografia ao governo do Estado, para que o material exposto fosse doado ao museu geográfico, organizado por aquela autarquia.

O Sr. interventor Nereu Ramos, atendendo a esse pedido, mais uma vez demonstrou seu apoio aos empreendimentos culturais do Conselho Nacional de Geografia, dando oportunidade a que visitantes do museu citado tenham uma visão do que é a terra catarinense.

**RECENSEAMENTO DAS POPULAÇÕES URBANAS E SUBURBANAS** — A fim de facilitar a tarefa do abastecimento deste Estado, foi promovida a realização de um recenseamento das populações urbanas e suburbanas de Santa Catarina, para o efeito de uma distribuição, tão equitativa quanto possível, dos diversos gêneros alimentícios. Esse trabalho vem de ser concluído, e o resultado a que chegou pode ser resumido em poucas palavras: as populações urbanas e suburbanas atingem 298 711 pessoas, o que corresponde a mais de 25% da população total do Estado, estimada em cerca de 1 300 000 habitantes.

A coleta de dados revelou a franca tendência da população catarinense para os centros urbanos, atraída pelas indústrias, maiores ou menores, que nêles se acham instaladas. É que as fábricas necessitam de braços e, para obtê-los acenam com maiores garantias e, sobretudo, melhores salários. Mas além das indústrias houve igualmente apreciável deslocamento do elemento humano para a bacia carbonífera, onde o trabalho se tem intensificado nestes últimos anos.

## SÃO PAULO

### Departamento Estadual de Estatística

**A INAUGURAÇÃO DE SUAS NOVAS INSTALAÇÕES** — Com a presença do interventor Fernando Costa e de outras altas autoridades realizou-se, ontem, a cerimônia da inauguração das novas instalações do Departamento Estadual de Estatística. Depois de usarem da palavra, o Sr. Djalma Ferraz, o professor Fernando de Azevedo e o embaixador Macedo Soares, em cujos discursos elogiaram a atuação do Sr. Fernando Costa, pelo interesse com que S. Excia. sempre olhou o desenvolvimento da estatística em São Paulo, o chefe do executivo bandeirante pronunciou, de improviso, a seguinte oração: "Acabamos de ouvir expressivos discursos, todos êles referentes ao significativo ato desta inauguração. Primeiro, foi a palavra fluente do diretor do Departamento Estadual de Estatística, num retrospecto apreciativo da nossa vida econômica, dos nossos coeficientes escolares e de tudo, enfim, o que pode demonstrar a vitalidade do nosso Estado. Em seguida, ouvimos a oração do Sr. Fernando Azevedo, que, com seu pensamento esclarecido e sua linguagem bem trabalhada em seu gabinete de estudo, fez uma exaltação brilhante à obra do Presidente Getúlio Vargas, criando o Instituto Nacional de Estatística, que se irradiou por todo o país através dos diversos departamentos organizados para completar o trabalho iniciado. Finalmente, ouvimos a palavra sincera e entusiasta do embaixador José Carlos de Macedo Soares referindo a origem daquela grande obra, o seu projeto, bem como a ação direta e imediata do Presidente Vargas, no sentido de sua realização. Seria dispensável falar, depois de tão eloquentes discursos, mesmo para não prejudicar o brilho de palavras tão belas e tão sugestivas. Mas eu precisava agradecer ao Sr. embaixador, tão generoso com o Governo e com minha pessoa, as referências relativas à criação do Departamento Estadual de Estatística, no Estado. Formulando esse agradecimento, não posso deixar de dizer que também sou um velho entusiasta dos tratamentos estatísticos. Na minha mocidade, quando deputado, já eu preconizava a necessidade de um serviço estatístico, bem cuidado e bem orientado em nosso país. Recordo-me bem de que um dia, na Câmara dos Deputados, propus a criação da Estatística Rural. É preciso lembrar que, nesse tempo, somente existiam algumas iniciativas de elaboração estatística, notando-se a êste respeito muitas lacunas, e, entre êlas, a Estatística Agrícola e Zootécnica, isto é, um serviço capaz de fornecer um levantamento exato de propriedades agrícolas de seus proprietários e trabalhadores, de operários rurais sadios ou doentes, da produção e do movimento de crédito nas zonas rurais. Nada disso se podia saber com exatidão. Os fatos da zona rural eram desconhecidos em sua expressão numérica. As autoridades que solicitassem dados estatísticos para orientação de sua administração não receberiam mais do que números vagos e incompletos, insuficientes para um auxílio eficaz e pronto. Reconhecendo a precariedade das informações erradas ou incompletas apresentei, nessa época, à Câmara, um projeto que obrigava o lavrador a prestar todas as informações interessantes sobre a vida rural, como sejam o número de habitantes, as enfermidades próprias da zona, o número de escolas, o estado de conservação das estradas de rodagem, o movimento de crédito agrícola, a variedade, o volume da produção etc. Assim, os secretários da Educação, da Fazenda, da Agricultura e da Viação teriam dados suficientes para se orientar na administração escolar, nas medidas de combates às moléstias do homem e das plantas próprias de cada zona, nas providências relativas

ao aumento do crédito dos agricultores, etc. Esse projeto ficou prejudicado, como aliás muitos outros que apresentei à Câmara, muito embora fossem destituídos de qualquer finalidade política. Tive, depois, quando secretário da Agricultura, a felicidade de poder realizar alguma coisa no sentido da técnica que apreciamos. Criei um serviço novo de estatística. Dividiu-se o Estado em diversas zonas, deu-se a cada uma delas um inspetor e a cada município um recenseador. O primeiro resultado desse trabalho, publicado em 1923 era um documento estatístico, quase perfeito, do Estado. Ficou organizado, na Diretoria de Indústria e Comércio, o Serviço de Estatística e posso afirmar que a Secretaria da Agricultura teve, a esse tempo, o melhor Serviço de Estatística Agrícola e Zootécnica de todo o país. Infelizmente, esses trabalhos não foram levados avante. Assumindo a Interventoria e encontrando o Serviço de Estatística desorganizado, no Estado, aceitei as sugestões vindas do Rio, após a criação do Instituto Nacional de Estatística, e apoiéi o diretor deste Departamento para que ele pudesse realizar alguma coisa em favor desse aspecto administrativo tão palpitante e de tão alto interesse para as coisas públicas".

"Não foram poucas as providências que tivemos de tomar em favor deste Departamento que hoje começa a produzir os frutos esplêndidos de uma apreciação estatística que serve de base e de orientação para as providências que interessam aos negócios públicos. Não me arrependo das providências tomadas para a centralização do trabalho estatístico. Poderia haver, sem dúvida, entre vós, alguns que não estejam, ainda bem entrosados na atual organização e prefiram um trabalho separado em cada repartição. Mas esta centralização facilita a realização da tarefa e apressa os resultados finais. A estatística precisa ser rápida, imediata, atual, afim de que, por ela, os que produzem possam controlar diariamente os seus atos e nortear as suas iniciativas. Com a estatística atualizada, São Paulo terá elementos seguros para orientar a sua atividade econômica, desenvolvendo as suas iniciativas com firmeza, na direção do seu progresso crescente. Já se alonga demais, porém, quem não pretendia falar. Mas as minhas palavras nasceram espontaneamente, porque interpretam bem a satisfação que sinto na inauguração deste Departamento, com amplas e modernas instalações. Faço votos para que o seu diretor continue a exercer suas atividades e suas iniciativas em favor deste estabelecimento. Vós, funcionários do Departamento Estadual de Estatística, deveis ajudar o vosso diretor, unindo-vos num só pensamento, trabalhando para que o Departamento realize uma estatística perfeita e completa, com a qual os governantes possam conduzir este grande Estado de São Paulo aos seus altos destinos para o engrandecimento de nosso querido Brasil".

★

#### Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

NONA SESSÃO ORDINÁRIA ANUAL — A PERSONALIDADE DO CEL. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA — "PANORAMAS E FLAGRANTES DO BRASIL" — PLAQUETA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO INSTITUTO — REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Realizou-se em 5 do corrente a nona sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do Sr. N. Duarte Silva.

Como estivesse na ante-sala, para tomar posse, o Sr. Rafael Rocha Campos, novo sócio efetivo, o Sr. presidente nomeia, para introduzi-

lo no recinto, uma comissão composta dos Srs. Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij e Plínio de Barros Monteiro. O recipiendário é saudado pelo Sr. presidente, que lhe enaltece o merecimento como professor de geografia e história natural, e se congratula com o Instituto pela nova aquisição.

Por proposta do Sr. Amador Florence, aprovada pelos demais sócios, é dispensada a leitura da ata da sessão anterior, por já haver sido a mesma publicada. O Sr. presidente declara que a correspondência está em dia e que foram expedidos ofícios de agradecimentos relativos às novas doações feitas à biblioteca. Propõe, a seguir, que conste da ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Freitas Guimarães, sócio correspondente residente em Santos, inspirado poeta e fundador da Academia Paulista de Letras. Comunica, ainda, que o retrato a óleo do Sr. Afonso de Taunay, de autoria do Sr. Rodrigo Soares, já se encontra em poder do Instituto, para ser oportunamente inaugurado.

Havendo dois oradores inscritos, o Sr. presidente inverte a ordem dos trabalhos e dá a palavra ao Sr. Arrisson de Sousa Ferraz, para discorrer sobre a personalidade do coronel José Pedro de Oliveira. O conferencista traça a carreira militar do biografado, salientando o seu papel decisivo na campanha de Canudos e no comando da Força Policial do Estado.

A seguir, ocupa a tribuna o Sr. Rafael Rocha Campos, que disserta sobre o tema: *Panoramas e Flagrantes do Brasil*, numa seqüência de impressões de viagem pelo litoral do país e parte do interior.

Ambos os oradores foram aplaudidos, tendo-lhes o Sr. Presidente pedido os respectivos trabalhos, para oportuna publicação.

Depois de pequeno intervalo, o Sr. presidente reabre a sessão e declara que está sendo composta a plaqueta comemorativa do cinquentenário do Instituto. Comunica, ainda, que o Sr. presidente perpétuo, Dr. José Tóres de Oliveira, nomeou, para representar o Instituto no X Congresso Brasileiro de Geografia, uma comissão composta dos Srs. Luís Filipe de Castilho Goicocheia, Hélio Viana e Bueno de Azevedo Filho.

Pelo Sr. 1.º secretário, é lida uma carta do Sr. Gastão Ferreira de Almeida, propondo que o Instituto envie ao Sr. secretário da Educação um ofício de congratulações pela nomeação do Sr. Bueno de Azevedo Filho para um cargo no Arquivo do Estado.

Pede a palavra o Sr. Aureliano Leite e discorre sobre o valor dos nomes que encimam três propostas para sócios correspondentes: Geraldo Dutra de Moraes, Salomão de Vasconcelos e Edelweiss Teixeira. Submetidas a discussão e votação, foram essas propostas aprovadas.

Fala em seguida o Sr. Amador Florence, para pedir um voto de congratulações pelo ingresso do Sr. Aureliano Leite, por aclamação, na Academia Paulista de Letras. Pede o orador que nesse sentido se oficie àquela entidade. O Sr. Aureliano Leite agradece, comovido, a manifestação de simpatia de que é alvo. O Sr. Bueno de Azevedo Filho corrobora as palavras do Sr. Amador Florence e propõe, ainda, dois votos de regozijo: um pela nomeação do Sr. Luís da Câmara Lopes dos Anjos para o posto de presidente do Tribunal Superior de Justiça da Força Policial, e outro pela promoção do Sr. Arrisson de Sousa Ferraz ao posto de capitão da mesma Força. Continuando, o orador apresenta ao Instituto as saudações do sócio correspondente Sr. José Loureiro Fernandes, residente em Curitiba, que esteve em São Paulo de passagem. Pede, ainda, sejam transmitidos ao Sr. Presidente perpétuo, Dr. José Torres de Oli-

veira agradecimentos pela inclusão do nome do orador entre os componentes da comissão que representará o Instituto no X Congresso Brasileiro de Geografia.

Ninguém mais desejando usar da palavra, foi encerrada a sessão.

★

### TERRITÓRIO DE PONTA PORÁ

O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DE PONTA PORÁ — O SEU SURTO DE PROGRESSO — Tendo transcorrido, a 14 de setembro último, o primeiro aniversário da criação dos Territórios Federais, pode-se aquilatar dos benefícios que já se fizeram sentir com o acertado ato do presidente da República, na então esquecida e rica região do Brasil, hoje Território Federal de Ponta Porá.

O ensino, em primeiro lugar, dando satisfação a uma das principais razões de existência das novas unidades, tem merecido a assistência patriótica do governador Ramiro Noronha. Várias classes de instrução primária foram criadas, em pontos de densidade infantil a braços com a carência de livros, desperdiçando inteligências robustas. Inúmeros outros núcleos de ensino serão fundados, podendo-se dizer, mesmo, que a instrução tem sido a preocupação máxima da atual administração.

Por outro lado, as estradas vão sendo melhoradas gradativamente a par da construção de grandes trechos, avultando-se alguns como verdadeiras ruas apedregulhadas. A ligação Ponta Porá-Dourados está sendo atacada e reformada, assim como o eixo principal que, par-

tindo desta cidade, demanda a grande zona ervateira do Amambai e União.

A segurança do Território tem merecido especiais cuidados, não porque intranquilidade, outrora imperante nesta faixa fronteiriça, mas, pela firme determinação de ser assegurado e melhorado o ambiente de paz e de trabalho honesto que se desfruta no presente. A parte referente à organização policial promete os mais salutaros resultados, estando à frente desse importante setor o major Respício do Espírito Santo, depositário da confiança e estima do povo pontaporanense.

O Território atravessa uma fase de verdadeiro renascimento. Já foi fundada uma associação comercial. Um sistema especial de comunicação fluvial, servido por uma frota de cinco lanchas, atenderá às populações e aos transportes nos rios Paraná, Paraguai e seus principais afluentes. Inaugurar-se-á, em breve, uma cadeia de aparelhos receptores e transmissores de rádio-telegrafia, em todas as cidades e povoados mais importantes. Estuda-se a instalação de clubes agrícolas. Verificam-se migrações do Paraná e Santa Catarina, Estados que possuem terras semelhantes às de Ponta Porá. Por toda parte sente-se que há vida e ânsia de progresso.

Num rápido exame, em um ano apenas de existência e labor fecundo e constante, vislumbra-se o muito que ainda se pode realizar, e o futuro promissor que está reservado a esta opulenta região do ocidente brasileiro, possuidora de riquezas várias, como erva mate, a melhor do Brasil, adiantada pecuária, indústria do tanino — para o que conta com grandes quebra-chais madeiras de lei, café, mica, calcários, rios diamantíferos, clima privilegiado e, quem sabe, ricos lençóis de petróleo.

★

## Municípios

### BARRA DO SÃO FRANCISCO — (Espírito Santo)

INSTALAÇÃO DO NOVO MUNICÍPIO — Por ocasião da instalação do novo município de Barra do São Francisco o interventor pronunciou oportuno discurso, no qual apreciou o esforço colonizador dos habitantes da nova comuna do norte do Estado. Anunciou o interventor um plano destinado a rasgar novas estradas, construir escolas, instalar centros de saúde e facilitar o desenvolvimento agrário.

★

### BELÉM — (Pará)

PLANO DE REMODELAÇÃO DA CIDADE — O Sr. Alberto Engelhard, prefeito da capital do Estado do Pará, concedeu recentemente uma entrevista à imprensa local, na qual abordou importantes assuntos relacionados ao plano de remodelação da cidade e às medidas de repressão aos latifúndios e mocambos.

Disse o Sr. Alberto Engelhard: "O nosso plano é a realização de um vasto e desenvolvido programa de atividade em torno da reconstrução de nossa cidade, bastante velha e cheia de defeitos para uma capital moderna que serve, com o desenvolvimento da aviação, como cidade intermediária entre portos estrangeiros e nacionais. Temos que fazer com urgência a sua remodelação e colocá-la à frente das melhores capitais do Brasil. No entanto, tudo que estamos construindo não visa, apenas, o seu embe-

lezamento, mas também as condições sociais de sua população que por sua vez tem de progredir com sua capital".

Continuando o Sr. Alberto Engelhard faz uma apreciação sobre os prédios que serão construídos, citando o edifício "General Dutra", que se destina a oficiais do nosso Exército, e que terá nove andares, inclusive em seu andar térreo, um cinema no estilo dos "Metro", da capital da República, tendo para isso entrado em entendimento com a empresa Metro Goldwin Mayer.

Outros edifícios serão levantados na avenida 15 de Agosto, tendo o Banco do Brasil pedido um terreno para construção de sua sede na referida artéria. O Instituto dos Comerciantes e outras empresas solicitaram locais para construir casas destinadas ao operariado paraense, não consentindo o prefeito que nesses lugares sejam construídas casas cujo aluguel não esteja ao alcance dos operários.

Quanto ao latifúndio, o prefeito Alberto Engelhard declarou guerra decisiva aos seus proprietários, que terão de construir casas para a pobreza ou entregarão suas propriedades à Prefeitura, para o mesmo destino. Não será permitida, assim, a continuação de alugueis exorbitantes, cobrados por palhoças anti-higiênicas".

Continuando suas declarações, afirmou ainda o Sr. Alberto Engelhard:

"De acordo com telegramas recebidos do interventor Magalhães Barata, posso afirmar

que as casas que a Prefeitura vai construir para o funcionalismo público estadual serão feitas sob a direção do Sr. Jerônimo Cavalcante, tendo sido já escolhida uma grande área na avenida São Mateus e adjacências, sendo que essa avenida está sofrendo grandes modificações, tais como o levantamento do calçamento e o serviço de esgoto, ficando todas as demais ruas ligadas a essa avenida por um enorme cinturão construído pelo S.E.S.P., que facilitará o escoamento de todas as águas da cidade.

Sobre o pedido de terreno feito pela direção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciairos, para construção de casas proletárias, adiantou o prefeito de Belém que essa pretensão será atendida, porém, depois de ter sido o Instituto cientificado de que só poderá dispor de um terreno em zona suburbana, onde só poderão ser construídas casas cujo aluguel não exceda de duzentos cruzeiros mensais".

★

### CACHOEIRAS — (Rio de Janeiro)

**NOMEAÇÃO DE PREFEITO** — O interventor federal no Estado do Rio de Janeiro nomeou, recentemente, para o cargo de prefeito municipal de Cachoeiras o Prof. Carlos de Almeida Brandão.

★

### CORUMBÁ — (Mato Grosso)

**ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE** — Comemorou-se em setembro último, mais um aniversário da fundação da cidade de Corumbá.

Entre as várias solenidades comemorativas destacou-se a da inauguração do serviço de fornecimento de água para a vila de Ladário, distante 6 quilômetros da cidade.

★

### FEIRA DE SANTANA — (Bahia)

**REUNIAO DE PREFEITOS** — Realizou-se no dia 16 de setembro último, na cidade de Feira de Santana importante reunião de prefeitos dos municípios produtores de cereais convocada pelo superintendente no Estado, na qual foi estudado o problema dos cereais destinados ao consumo da população da capital do Estado.

Idêntica reunião será realizada no próximo dia 25, em Salvador, com o comparecimento dos prefeitos de municípios produtores de farinha de mandioca.

★

### GOIÂNIA — (Goiás)

**EXPOSIÇÃO PERMANENTE DE GOIÂNIA** — Está sendo organizado em Goiânia sob os auspícios do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda a Exposição Permanente de Goiânia, que funcionará, no pavimento térreo do edifício onde deverá ser instalado esse órgão administrativo, à praça Cívica.

Dando início aos trabalhos preliminares de sua instalação já foi constituída pelo Governo a comissão incumbida de providenciar a coleta de dados, valores, objetos de arte, produtos econômicos e documentários histórico-social desta região do oeste brasileiro, apresentando todas as fases de sua evolução desde os primórdios de nossa história até aos dias que correm. Essa comissão é presidida pelo Sr. Joaquim Taveira, chefe do gabinete civil da Interventoria Federal, e na sua vice-presidência

figura o professor Venerando de Freitas Borges, prefeito de Goiânia, tendo a secretariá-la o jornalista J. Carvalho Ferreira e o Sr. Frederico Medeiros, diretor do Departamento Estadual de Estatística.

Ainda agora, um dos membros dessa comissão, o engenheiro-arquiteto José do Amaral Neddermeyer, em colaboração com a Divisão de Turismo e Diversões Públicas do DEIP, está cogitando do planejamento da construção do mobiliário da Exposição Permanente e ainda da confecção de quadros, exibindo aspectos pitorescos desta cidade e fatos históricos da vida goiana. Além disso, esse arquiteto, que é um dos técnicos mais reputados nos assuntos de sua especialidade no Brasil Central, vai doar ao Governo, afim de que possa figurar no recinto da Exposição, uma maqueta desta capital, hoje considerada, com justiça a metrópole do Brasil Ocidental.

De acôrdo com o que ficou estabelecido a Exposição Permanente apresentará uma variada coleção dos produtos econômicos de Goiás objetos de arte e documentos históricos, cuja coleta está entregue a vultos de reconhecida competência nos círculos sociais e intelectuais de Goiânia. Sabe-se também que haverá no certame uma parte especial dedicada aos nossos selvícolas, onde serão exibidas indumentárias próprias, instrumentos de uso diário, fotografias de aspectos sociais e característicos das tribos a que pertencem.

O DEIP já recebeu valiosas adesões para a Exposição Permanente de Goiânia, que será não há dúvida, um grande documento das riquezas desta unidade mediterrânea em todos os reinos da natureza. A sua inauguração dar-se-á proximamente e constituirá um dos acontecimentos de maior relevo tanto cultural quanto econômico do Estado de Goiás nestes últimos tempos.

★

### LIVRAMENTO — (Rio Grande do Sul)

**PLANO DE AÇÃO DO NOVO PREFEITO** — Em entrevista à imprensa, o Sr. Rivalto Padilha, novo prefeito de Livramento, referiu-se da maneira seguinte ao seu plano de ação como edil daquele florescente município gaúcho: "Não tenho, propriamente, um programa mesmo porque no atual momento não se pode fixar uma orientação antecipada de governo. Entretanto, conhecendo de perto o município de Livramento, procurarei resolver determinados problemas, de acôrdo com as possibilidades da prefeitura.

Um deles se refere à organização de um plano de urbanização da cidade. Qualquer desenvolvimento urbanístico deve, como se sabe, obedecer a determinada orientação. Urgente, sem dúvida, é a necessidade da criação da rede de saneamento na zona urbana, aliás muito desenvolvida e situada principalmente do lado onde se encontra a estação da Viação Férrea. Ali, devido à falta dos serviços de água e esgoto, não foi possível ainda executar o trabalho de calçamento, pois daquele depende este melhoramento.

Outro assunto que vai requerer minha atenção é a questão rodoviária, especialmente no que diz respeito às zonas produtoras. A realização do plano a respeito projetado está subordinada à construção de duas importantes estradas: uma, que o Estado construirá a partir de Santa Maria e até Rosário e daí a Livramento; outra, a cargo do governo federal, que terá marco inicial em Uruguaiana, passando por Alegrete e se prolongando até Livramento.

Todas as rodovias municipais terão ligação com aquelas duas estradas-tronco, por intermê-

dio das quais será feito o escoamento da produção agro-pecuária do município para diversos pontos do Estado.

No setor da instrução pública, nos limitaremos a atentar carinhosamente para o trabalho já procedido na gestão do capitão Amaro da Silveira, que construiu vários colégios, programa que manteve o meu antecessor Sr. Crisanto de Paula Dias.

Portanto minha missão será apenas a de continuar iniciativas de outras administrações.

— "Livramento — diz o Sr. Rivarol Padilha — tem também o seu problema de electricidade, pois sua usina termo-elétrica já não atende a tôdas as necessidades do município. Em consequência da falta de combustível, estêve a população, por muito tempo, sem luz, tendo o fornecimento só melhorado recentemente, com a chegada de novo material.

Na Secretaria de Obras Públicas, está sendo estudado o aproveitamento do potencial do rio Ibirapuitá, fazendo-se o levantamento técnico do mesmo.

A usina, que ficará situada a 65 quilômetros de Livramento, destinar-se-á, também, a fornecer corrente elétrica caso haja potencial suficiente, aos municípios de Rosário, Alegrete e Quaraí.

Concluindo suas declarações, o Sr. Rivarol Padilha esclarece que a agricultura merecerá acurada atenção de parte da municipalidade, dada a composição do solo de Livramento, apropriado a várias culturas.

— "Procuraremos incrementar-las, não só para atender às necessidades do município, como ainda para abastecer as localidades da vizinha república do Uruguai, cujas populações vêm se suprir em Livramento de produtos do nosso Estado.

Quanto à pecuária, seu desenvolvimento no município é notório. Está êsse setor da vida econômica de Livramento a cargo da Associação Rural, que já possui uma cooperativa de carnes e organiza atualmente uma idêntica, para lãs.

Tais são, em breves palavras, os problemas que procurarei, dentro das possibilidades da Prefeitura, enfrentar e solucionar em Livramento.

★

### MANAUS — (Amazonas)

NOVA DIRETORIA DO CENTRO DE GEOGRAFIA E LITERATURA PÁTRIA — O Centro de Geografia e Literatura Pátria do Colégio D. Bosco realizou uma reunião a fim de ser empossada a sua diretoria. Aberta a sessão pelo padre Severo Melo usaram da palavra os estudantes Cláudio Rebêlo e Alberto Ibiapina, tendo êste proposto o nome do interventor Alvaro Maia para presidente de honra do Centro.

★

### MIRASSOL — (São Paulo)

34.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DE MIRASSOL — Comemorou-se com expressivas solenidades no dia 8 de setembro último, o 34.º aniversário da fundação de Mirassol.

★

### PETRÓPOLIS — (Rio de Janeiro)

#### Instituto Histórico

O ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE PETRÓPOLIS À CATEGORIA DE CIDADE — Para comemorar o aniversário da elevação de Petrópolis à categoria de cidade, o Instituto Histórico promoveu uma sessão cívica no dia 29 de setembro p.p., no salão de recepção do Museu Imperial, sob a presidência do Sr. Alcindo Sodré.

Nessa reunião o Sr. Artur de Sá Earp Neto, fêz uma conferência sobre os Aspectos biográficos de Hermógenes Pereira da Silva.

★

### PONTA GROSSA — (Paraná)

121.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Foi comemorado em setembro último, com expressivas festividades o 121.º aniversário da fundação da cidade de Ponta Grossa.

★

### PÓRTO ALEGRE — (Rio Grande do Sul)

#### Sociedade de Engenharia

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFIMÉTRICO DE PÓRTO ALEGRE — Realizou-se no dia 6 de setembro último na Sociedade de Engenharia a palestra do Eng. Amílcar de Castro e Silva, do Departamento de Aerofotogrametria dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, intitulada *Levantamento aerofotográfico de Pórtto Alegre* ilustrada com originaes e fotografias do serviço executado.

A referida palestra marcou o início da exposição dos originaes do levantamento e de fotografias utilizadas para a execução do mesmo.

★

### RECIFE — (Pernambuco)

PRIMEIRO SALÃO DE FOTOGRAFIAS DO RECIFE — A Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo promoverá, próximamente, nesta cidade, a realização de um salão de fotografias nacionais e estrangeiras.

O Salão abrangerá duas partes, uma de fotografias de caráter geral, do Recife, ou de qualquer região e outra exclusivamente dedicada à cidade.

Os cenários do Recife, sob vários ângulos, apanhados segundo o temperamento do artista, tanto como os seus tipos populares e as suas personagens típicas, figurarão nessa exposição onde o público vai ter a oportunidade de sentir os traços humanos e paisagísticos que compõem a atmosfera singular do Recife.

A Prefeitura estabelecerá prêmios para os concorrentes que revelarem maiores qualidades técnicas e melhor aproveitamento artístico dos assuntos.

★

### SALVADOR (Bahia)

ORÇAMENTO PARA OBRAS NO PÓRTO — Pelo Decreto n.º 16 650, na pasta da Viação e Obras Públicas, o Sr. Presidente da República aprovou o projeto e orçamento, na importância de Cr\$ 225 119,00, para a construção de uma linha adutora de 150 milímetros, destinada ao abastecimento d'água aos navios, no cais de 10 metros do pórtto de Salvador, Estado da Bahia.

★

## ESTUDO SOBRE O MOBILIÁRIO BRASILEIRO EXISTENTE NA CAPITAL BAIANA —

Estêve em visita à cidade do Salvador, o Sr. José Almeida Santos, a fim de estudar e colligir dados sobre o mobiliário brasileiro existente nessa capital.

O Sr. Almeida Santos, que é bastante conhecido no meio dos estudiosos do assunto, tem publicado alguns trabalhos dos quais se destacam um livro sob o título *Mobiliário Artístico Brasileiro* e um artigo na *Revista do Patrimônio Histórico* sobre "O estilo colonial brasileiro ou D. Maria I". Em entrevista concedida à imprensa, o Sr. Almeida Santos declarou:

— "O mobiliário brasileiro está surpreendentemente representado na Bahia. Encontramos a melhor compreensão, boa vontade e acolhimento por parte das pessoas com as quais entramos em contacto, entre elas o Sr. Godofredo Filho, diretor regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tudo fez para alcançarmos plenamente nosso objetivo".

Externando-se a respeito do ambiente baiano, o Sr. Almeida Santos continuou:

— "O processo de desintegração do patrimônio histórico e artístico baiano encontrou, segundo acreditamos, a solução satisfatória: o interesse coordenado e sistematizado pelas coisas antigas.

Representantes do Governo estadual, liderados pelo seu inventor, tomaram a patriótica iniciativa de reunir os móveis e alfaias antigos, adotando o critério museográfico moderno, isto é agrupando-os por estilos e por épocas, completando sua decoração com objetos coevos.

Cabe, inegavelmente, ao Salvador, o pósto capital no assunto, — pois é aqui que se encontram as maiores reservas — apesar da evasão lenta mas constantes de seus valores para o estrangeiro e para outros Estados da União — do material.

Compreendeu-se em tempo, o valor educativo do museu vazado em moldes modernos. A subordinação do ambiente doméstico ao museu, (tema que abordamos com insistência) em futuro não muito remoto será realizada na Bahia".

Interrogado a respeito das coleções particulares que conhecia na Bahia, o entrevistado respondeu:

— "A residência do prefeito Elísio Lisboa, que alia a formação acadêmica à prática, montada sob critério ornamental do mais refinado bom gosto, (sem desprezar o conforto) é síntese do que acreditamos dever se chamar museu. Vemos ali objetos agrupados com discreção, exemplares eminentes pela qualidade. Compreendemos museus que são colecionadores de coleções. Não o têm sido até hoje, depósitos de insignificantes doações como chapéus velhos, óculos, binóculos e outras, sem nenhum significado, sem nenhum interesse administrativo, de classe ou coletivo, porém, simplesmente feitas com intuítos exclusivos de vaidade.

— Exemplo de verdadeiro museu — continuou o Sr. Almeida Santos — é a coleção Góis Calmon adquirida pelo Governo do Estado.

Sobre as possibilidades da Bahia, no campo da história e da museografia, declarou o Sr. Almeida Santos:

— O Sr. Osvaldo Valente, diretor do Arquivo Geral da Prefeitura Municipal do Salvador, seguindo a orientação científica do SPHAN, do Rio de Janeiro, enfiando-se nos arquivos, conservados em bom estado desde a época posterior à invasão holandesa dentre em breve fará circular o excelente número da *Revista do*

*Arquivo*, que será um modelo, um padrão para outras iniciativas de igual interesse coletivo, nas capitais e cidades que conservam tradição do passado em sua arquitetura e seus bens históricos e artísticos. Tivemos oportunidade de verificar o trabalho paciente, documental, que o Sr. Osvaldo Valente apresentará sobre as funções da fabricação de pratos baianos, que virá esclarecer nossa posição nessa arte, nos séculos XVIII e XIX.

O fato do Sr. Valadares, inspetor do Museu, ter feito um curso brilhante de museografia nos Estados Unidos, representa segura contribuição para o objetivo científico do Museu que muito em breve o Brasil terá pelo trabalho coordenado da Bahia".

O Sr. Almeida Santos ainda terá a oportunidade de colligir dados para um outro livro de sua autoria, que deverá sair dentro em breve com o título de *Manual do Pequeno Colecionador Brasileiro*.

☆

**EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO DA CIDADE** — O saneamento da cidade do Salvador tem sido objeto de cuidadosos estudos da parte do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Há poucos meses esteve naquela capital o Eng. Hildebrando de Araújo Góis, chefe do referido Departamento que verificou *in loco* as obras que se tornavam necessárias.

O Eng. José Mala Filho, funcionário do D.N.O.S., chefe do Distrito de Araruama foi incumbido da execução do plano de saneamento, chegando àquela cidade no dia 11 de setembro último. Nessa ocasião o Eng. Mala Filho, concedeu à imprensa local uma entrevista na qual abordou as questões relacionadas à execução do aludido plano assim expressado:

Temos um grande plano a executar. Aliás desde fins do ano passado que a verba está à nossa disposição. Dentre os trabalhos que executaremos, estão os de dragagem dos rios São Roque, Santo Amaro, Cachoira e Cipó evitando-se as inundações cujas desastrosas conseqüências são amplamente conhecidas.

Vamos iniciar os serviços com o saneamento da capital. Nêle serão gastos perto de 2 milhões de cruzeiros estando dividido em duas tarefas. Uma delas compreende os rios Joanes e Ipitanga e a outra, os rios: das Tripas, Camarogipe, Jaguaripe, etc.

"A concorrência pública será aberta no dia 14 no Rio de Janeiro e o começo das obras, no dia 29.

Estou encarregado, da fundação e instalação aqui do núcleo de estudos e obras do Recôncavo baiano. O Sr. Hildebrando Góis tem vivo interesse de que haja a máxima urgência na realização de serviços. Assim é que contratamos aqui pessoal técnico e de escritório, vindo o pessoal administrativo, do Rio de Janeiro.

Esse núcleo será transformado, futuramente, em Distrito, com a ampliação dos serviços.

Para as demais obras, a concorrência será aberta aqui na Bahia. Gostaria pois, de ser procurado pelas firmas interessadas em executar tal serviço, fornecendo-lhes todas as informações necessárias.

E finalizando: Terminado o saneamento da capital, o que se verificará provavelmente em fevereiro do ano vindouro, cuidar-se-á do Recôncavo. O custo total das obras ascenderá a 30 milhões de cruzeiros.

★

**SÃO TOMÁS DE AQUINO — (Minas Gerais)**

**EMPOSSADO O NOVO PREFEITO** — O Sr. Nabor de Sousa Andrade, recentemente nomeado para o cargo de prefeito municipal de São Tomás de Aquino, enviou um telegrama ao Sr. governador do Estado, comunicando ter entrado em exercício do referido cargo no dia 19 de setembro último, tendo sido o mesmo transmitido pelo Sr. Donisete Santana de Figueredo.

★

**UBERLÂNDIA — (Minas Gerais)**

**ELABORADO O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE** — Já se acha elaborado o plano de urbanização da cidade, organizado pelo engenheiro Lincoln Continentino, conhecido urbanista, tendo sido executado por ordem do prefeito Vasconcelos Costa.

★

**UNA — (São Paulo)**

**OS UNENSES PLEITEIAM A RESTAURAÇÃO DE SUA COMARCA** — O município de Una destaca-se dentre os que concorrem para o abastecimento da capital bandeirante, já pela facilidade que oferece para o escoamento de sua produção, pois encontra-se apenas a 70 quilômetros da praça da Sé, já pela necessidade que se tem de seus produtos, quais sejam madeira lavrada ou em toras, carvão vegetal e derivados, fornecidos por suas extensas matas, diversos cereais, tomates e fibras têxteis como o rami produzidos por seus pequenos lavradores.

Os dados que se seguem falam por si só da importância que tem o vizinho município na economia do Estado, pois no ano anterior, exportou para São Paulo 37 790 volumes de cereais, 9 700 metros cúbicos de madeira bruta, 32 400 volumes de gêneros diversos produzidos por pequenos agricultores, além de 750 000 sacos de carvão vegetal, produzido pelas suas extensas florestas ainda pouco exploradas.

Possui 9 serrarias, dentre as quais 7 são movidas a eletricidade, um grupo escolar, biblioteca pública ótima iluminação e energia fornecida pela São Paulo Electric.

Somente a Cooperativa Agrícola de Una, composta de pouco mais de 70 membros exportou para São Paulo em 1938, produtos no valor de quase 7 milhões de cruzeiros.

É por isso considerada uma dos maiores celeiros da capital. Una produz também rami descortçado por modernos maquinismos cujas fibras por sua excelente qualidade, são consideradas das melhores do Brasil.

Todavia esse município paulista, cuja economia vem tendo nos dois últimos anos um notável desenvolvimento, sofre numerosas dificuldades com a falta de jurisdição própria que de certa maneira entrava a sua marcha progressista.

Visando remover esses obstáculos que tanto prejudicam o município de Una, o Sr. Domingos Falci, comerciante e proprietário de terras naquela localidade, integrando uma comissão de representantes de Una, esteve no Rio, há algum tempo, tendo tido oportunidade de avis-

tar-se com o ministro da Justiça a quem fez entrega de um memorial contendo a pretensão dos habitantes daquele município e fundamentando detalhadamente os motivos que os levavam a solicitar a restauração da comarca que fôra extinta em 1938 passando os negócios judiciais dos seus habitantes a ser resolvidos na comarca vizinha de São Roque.

Indagado, em entrevista à imprensa, a respeito dos principais argumentos utilizados no memorial apresentado pelos unenses ao Sr. ministro da Justiça para pleitear a restauração da comarca de Una, o Sr. Domingos Falci declarou: Em primeiro lugar, a comarca de Una, era tradicional em nosso Estado, pois contava para mais de 50 anos de existência.

O seu movimento era ascendente e isso pode ser facilmente provado pela leitura do *Diário Oficial*, que, ao publicar a relação das comarcas do Estado de São Paulo em 1937, colocou Una em 67.<sup>o</sup> lugar, havendo pois, 36 comarcas com movimento inferior ao dela. E foi sempre crescente o seu movimento, conforme se poderá verificar das cifras também publicadas no *Diário Oficial*. O movimento de 1936 que atingiu o valor de Cr\$ 118 500,00 triplicou em 1937, isto é, um ano depois, alcançando a quantia de Cr\$ 720 cruzeiros quase que dobrando no ano seguinte, quando se registrou o movimento de Cr\$ 507 389,00.

Nesse ano, isto é, em 1938, foi extinta a comarca de Una passando a sua jurisdição para a de São Roque, distante para mais de 40 quilômetros da sede de Una, que deixava de existir. Dificuldades de toda ordem surgiram desde então para a população unense na resolução dos casos em que era necessária a intervenção judicial. A distância de 40 quilômetros era percorrida em ônibus com parada forçada de mais de 2 horas em Vargem Grande, onde se é obrigado a fazer a baldeação e isso na melhor das hipóteses, não considerados os constantes atrasos que se verificam no tráfego dos veículos.

Outra das razões apontadas no memorial enviado ao ministro da Justiça — continuou o entrevistado — é que o município de Una não possui latifúndios, sendo constituído por pequenos proprietários que, segundo os relatórios apresentados pela coletoria estadual, atingem um número superior a três mil. E isso, forçosamente, dará serviço ao fóro judicial, pois que serão frequentes os movimentos de venda e transmissão de bens e heranças".

O Sr. Domingos Falci continuou:

"É preciso notar que o município de Una tomou um grande impulso de poucos anos a esta parte, podendo-se, mesmo dizer, que Una foi renovada. Sua população, atualmente de quase 20 000 habitantes não contava há dois anos, com mais de 12 000 almas. Esse aumento é devido, principalmente, ao fato de possuir o município, ainda em estado virgem a maior reserva florestal dentre as situadas nas redondezas da capital o que atraiu grande número de famílias, que se dedicam, atualmente, à exploração de madeiras, carvão e derivados, produtos esses grandemente valorizados com a escassez de gasolina e sucedâneos.

Essas razões justificam, plenamente, a meu ver, a pretensão dos habitantes de Una de possuir um órgão judicial próprio. E prova de que foi erro a anexação de Una à comarca de São Roque, está no fato de o próprio Conselho Administrativo do Estado, não tendo poderes

para restaurá-la achar de bom alvitre a transferência de sua jurisdição para Piedade. Mas essa modificação viria beneficiar de muito pouco o nosso município, porquanto as dificuldades de locomoção, se bem que diminuídas, continuariam a existir.

Numerosas seriam as vantagens se o governo, ao invés de continuar subordinando o município de Una a outra jurisdição lhe permitisse a restauração da comarca. E um fóro próprio é mais do que nunca necessário ao município de Una, pelo grande incremento que tomou nestes dois últimos anos".

Voltando a falar sobre as conversações que empreendeu no Rio com as autoridades federais, concluiu o Sr. Domingos Falci:

"Estou certo de que a população de Una festejará, dentro em breve, a elevação do mu-

nicipio à categoria de comarca, pois encontrei por parte dos homens que estudam a questão a melhor boa vontade em atender às nossas aspirações".

★

#### URUGUAIANA — (Rio Grande do Sul)

CONTRATO DE TÉCNICO ESTRANGEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANISMO — No *Diário Oficial* de 19 de setembro está publicada a resolução da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, contrária, por haver no Brasil inúmeros urbanistas com grande renome e comprovada capacidade, ao contrato, pela Prefeitura de Uruguaiana, de um urbanista uruguaio para elaboração do plano regulador de urbanismo para sede do mesmo município.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

# Bibliografia

## Apontamentos bio-bibliográficos

### Brás Dias de Aguiar \*

Tratando-se de Brás Dias de Aguiar, deveria ter sido quebrado o ritual da apresentação do conferencista. O conceito que soube criar em torno do seu nome, dentro e fora do Brasil, dispensaria qualquer praxe nesse sentido.

Estou certo, porém, de que a ilustre Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia assim procedeu para, num requinte de gentileza, escolher um funcionário do Itamarati e, propositadamente, o chefe da Divisão de Fronteiras, à qual tão assinalados serviços vem prestando, há mais de 30 anos, o Comte. Brás Dias de Aguiar.

É de lamentar que a escolha não tenha recaído num dos eminentes geógrafos de que se compõe este egrégio Congresso, que com maior brilho e autoridade técnica faria a apresentação do conferencista desta noite. Entretanto, a vossa decepção não será completa, porque numa coisa nenhum de vós me poderia exceder: é na admiração ao Comte. Brás!

Para uma afirmativa tão ousada, um verdadeiro repto a admiradores do Comte. Brás, a tantos amigos aqui presentes, serei obrigado a fazer a menção dessas credenciais.

Em 1910, o 1.º Tte. Brás de Aguiar iniciava as suas atividades de demarcador desempenhando as funções de ajudante da Comissão de Limites com a Bolívia, chefiada pelo almirante José Cândido de Guillobel. Os trabalhos dessa Comissão, bem como os da Comissão Rondon, eram naquela época acompanhados com grande carinho e comentários em seus detalhes pelos professores de Geografia e Cartografia do Brasil, do velho Colégio Militar. Nessa ocasião, aprendi a admirar o comandante Brás

e seus abnegados companheiros de jornada. Mais tarde, em 1921, terminando o curso da Escola Militar do Realengo, escolhi Mato Grosso como primeira guarnição na carreira, influenciado certamente por aquilo que ouvira nos bancos do Colégio. Depois de servir em várias fronteiras por duas vezes no histórico e legendário Forte de Coimbra — pedi ao Governo para fazer parte da Comissão de Limites do Norte, chefiada, então, pelo ilustre almirante Ferreira da Silva, o qual tinha como ajudante o capitão-tenente Brás de Aguiar (estando aqui presente o almirante Ferreira da Silva peço à assistência uma salva de palmas para êsse nobre e ilustre servidor do Brasil).

A roda da História, em nosso país, girou mais depressa que os maus desejos: assumira o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, o Cel. Joaquim Inácio, trazendo em suas mãos a flâmula da rebelião. Outros compromissos me arrastaram para o primeiro e glorioso 5 de julho, em 1922. Continuei a ser homem de fronteiras, porém do outro lado, no exílio...

Hoje, passados mais de vinte anos e por capricho dêste mesmo destino, sou chamado a dirigir a Divisão de Fronteiras do Itamarati, tendo a aventura de encontrar o capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar na chefia da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão, com jurisdição sobre as fronteiras com o Peru, Colômbia, Venezuela e as três Guianas.

Na direção dêsse serviço, delimitou as fronteiras com a Guiana Inglesa, de 1930 a 1938; a Holandesa, de 1935 a 1938; e a Venezuela, de 1930 a 1934, quando as operações de campo foram

\* N.R. — Precedendo a conferência pronunciada pelo Comte. Brás Dias de Aguiar, no auditório do Ministério da Educação e Saúde, quando da realização nesta capital, em setembro último, do X Congresso Brasileiro de Geografia, o ministro Orlando Leite Ribeiro proferiu a alocação que ora publicamos, na qual ao apresentar o conferencista, o chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores indica os pontos salientes da vida profícua e laboriosa do Comte. Brás Dias, rica de relevantes serviços à causa pública.

interrompidas para recomeçar em 1939. Da forma pela qual vem realizando tais trabalhos, repetirei apenas uma frase do ministro Osvaldo Aranha, numa das últimas reuniões dos técnicos de fronteiras: "Sem oxigênio, o Brás de Aguiar é, na minha opinião, um dos maiores brasileiros vivos".

Aí estão, meus senhores, os motivos do repto de admiração e de afeto que atirei aos vossos corações. Por tais coordenadas, vou norrear a sua apresentação, procurando focalizar apenas dois aspectos da vida desse abnegado cidadão: o sentido profundamente brasileiro de sua obra e seus elevados propósitos de confraternização americana.

Antes porém, quero deixar dito que na carreira naval a sua atuação foi igualmente brilhante, revelando grande amor a sua classe, que nunca abandonou; aproveitando os intervalos dos trabalhos das Comissões fêz todos os cursos técnicos, atingindo assim, por merecimento, o elevado posto de capitão de mar e guerra, em que pediu reforma para dedicar-se tão somente aos serviços de demarcação.

Senhores. Euclides da Cunha no primeiro contacto com as selvas da Amazônia, sente-se como que estarecido ao narrar em páginas admiráveis aquela monstruosa gestação da Terra. Entretanto, a inponência dos problemas não consegue paralisar aquêle cérebro prodigioso e, no mesmo capítulo em que descreve o lado puramente paisagístico circunstante, põe em destaque o tipo do labutador excepcional que é o seringueiro. Clama, então, pela "urgência de medidas que salvem aquela sociedade obscura e abandonada", por "uma justiça austera que lhe cerceie desmandos", e por uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra".

Recentemente, Gilberto Freire, num estudo sobre o autor de *Os Sertões*, disse que "seria um erro ver na paisagem do grande livro de Euclides, um simples capítulo de Geografia Física e Humana do Brasil".

Dos trabalhos do Comte. Brás, poderíamos dizer a mesma coisa. Ele vê, igualmente, a Amazônia com um olhar mais profundo que qualquer geógrafo puro, ou um geólogo pesquisador, ou erudito botânico ou qualquer estudioso antropologista. Com admirável visão científica, social e humana, pôde sentir os problemas da Geografia e da Sociologia, conjuntamente, naqueles derra-

deiros rincões da nossa terra. Nêle, também, se nota, de forma dominadora, a preocupação brasileira, o sentido brasileiro dos postulados da Geografia Humana.

Meu caro colega de arma Cel. Jaguaribe de Matos em brilhante parecer sobre notável trabalho do Comte. Brás a respeito da Amazônia, apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, manifestou o seguinte: "O capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar, astrônomo, topógrafo, historiador e por vêzes naturalista, é um excelente explorador, no bom sentido geográfico e é também um legitimo descobridor. Ele é um dos príncipes da corte de nobres beneméritos da Pátria que têm enriquecido a Geografia".

Os seus magníficos relatórios, guardados zelosamente nos arquivos do Itamarati — infelizmente pouco divulgados e apenas conhecidos por técnicos na matéria — constituem, sem dúvida, um reservatório imenso para os que estudam os antecedentes históricos de nossa formação territorial, e especialmente para aquêles que se interessam pelos problemas da Amazônia, quer sob o aspecto geográfico, político ou social.

Nas duras e ingentes caminhadas para a determinação de uma linha de fronteiras, o Comte. Brás não se limita apenas à tarefa penosa de fixar marcos geodésicos. Persegue-o outra preocupação constante: a de que os territórios por êle limitados passem a constituir realmente uma unidade brasileira. E estuda, preliminarmente o solo, a fixação do homem à terra: compreende que para melhorar a sorte do sertão precisamos aproximá-lo da civilização, dos grandes centros industriais e das vias de comunicações e não o contrário, pretender dispersá-lo mais ainda, levando-o a prosseguir na devastação improdutiva e bárbara de nossas riquezas naturais. Sugere, então, ao Governo, medidas de caráter econômico, planeja estradas, presta assistência desvelada às populações indígenas, na sua maioria dizimadas pela febre ou pelo beribéri.

Quanto ao sentido pan-americanista de sua obra, procurou sempre resolver os problemas de demarcação dos limites do Brasil, tendo em vista a unidade geográfica e a erosão espiritual das Américas. O Comte. Brás de Aguiar pertence à plêiade ilustre que o barão do Rio Branco formou ao seu lado. Serviu dois anos sob as suas or-

dens diretas, tendo sido, portanto, executor de "atos do Itamarati que deram ao Brasil grandes fronteiras e uma posição de relêvo na comunhão internacional".

Quando se escrever a história diplomática da caracterização de nossa extensa fronteira, o nome de Brás Dias de Aguiar há de figurar ao lado dos grandes que souberam dar ao Brasil, sem conflitos armados, fronteiras dilatadas e justas. "Nem mesmo na guerra sangrenta a que fomos levados — diz o mestre Acioli na qual tantos e tão dolorosos sacrifícios fizemos, não nos aproveitamos da nossa situação de vencedores e, por acôrdo mútuo e amistoso, traçamos a nossa fronteira com o país vencido, aceitamos menos do que, com legítimos títulos, poderíamos exigir e do que, antes da guerra, reclamávamos".

O Comte. Brás de Aguiar, pela sua irradiação moral e probidade de con-

duta como demarcador e pela sua reconhecida competência técnica, foi designado, pelo ex-chanceler Osvaldo Aranha, árbitro para a solução de velha pendência entre dois países vizinhos. Toda a alma da América, todos os veículos de solidariedade que nos unem, todo o amor profundamente arraigado e difundido sob o império da liberdade, da justiça e do direito, exultaram de alegria, no continente. Nessa missão de alta relevância internacional, o Comte. Brás vai de terto acrescer, ao título nobiliárquico de "príncipe da côrte de nobres beneméritos da Geografia", outro título, e êsse democrático: o de *cidadão da América*, filho de uma terra livre, onde não existem nacionalidades comprimidas ou fragmentadas, nem preconceitos de raças ou de religião, nem ódios de classes.

Comte. Brás — Cidadão da América — eu vos saúdo!

 Concorra para que o Brasil seja geógraficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

## Registos e

### comentários bibliográficos

# Livros

VICENTE MAJÓ DA MAIA — *Breves notas sobre as condições gerais do município de Itaquí* — Serviço de informação Agrícola. — Ministério da Agricultura. — Rio — 1944.

São utilíssimas as monografias deste tipo. Meramente descritivas, alinham uma série de dados muito valiosos para o interessado na situação geográfica dos municípios brasileiros. Neste momento de plena expansão da força criadora, das energias vitais da Pátria, momento em que todos os recursos são explorados, tôdas as possibilidades são aproveitadas, existe ainda uma razão de ser, mais forte, para trabalhos deste gênero.

Itaquí é um município situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, limitado ao norte com São Borja, a leste com Santiago do Boqueirão e ao sul, com Alegrete, São Francisco de Assis e Uruguaiana. Confina a oeste com a República Argentina, pelo rio Uruguai.

Contando 68 páginas, o presente trabalho subdivide-se da seguinte maneira. Condições geofísicas; Condições sociais, Condições econômicas; Condições agrícolas; Sumário histórico do município de Itaquí.

Bem ilustrado, bem organizado, é um trabalho que, à primeira vista, recomenda o seu autor e evidencia o que poderíamos chamar de *clima de verdade*, para onde descambam — promissora — os trabalhos editados pelos diversos departamentos do moderno Estado Brasileiro.

★

OLIVEIRA VIANA — *Problemas de Direito Sindical*. — Editora Max Limonad Ltda.

Para entender a substancialidade desta obra do professor Oliveira Viana, devemos conhecer os seus li-

vros anteriores a este. Pela razão muito simples de que há uma organicidade na sua obra. Ele não é autor de páginas soltas. Ensaios, artigos, conferências, preleções de cátedra — todo o esforço criador do seu dinamismo intelectual — converge para o estuário comum de uma construção única.

Pensador coerente e vigoroso, jamais deixaria de identificar-se com o minuto que passa, no seu duplo aspecto: nacional e universal.

Buscou, sempre, no cascalho obscuro das experiências históricas, o minério rico dos ensinamentos úteis. Escritor, sua pena vem sendo uma espada — e a sua palavra, um verbo. Não admite os diletantismos inconseqüentes dos intelectualistas. É um estudioso a serviço das grandes causas da Pátria e da Civilização. Compreensível, pois, que concentrasse nos temas oportuniíssimos do *Direito Social*, os inesgotáveis recursos da sua inteligência e da sua cultura.

*Problemas de Direito Sindical* foge às normas clássicas, estabelecidas para livros do seu gênero. Nessas páginas, não foi a fria dissecação das doutrinas nem o *exame químico* das idéias, que preocupou o Sr. Oliveira Viana.

Rompendo com o feito abstrato das teorizações, adotado tradicionalmente pelos nossos juristas, ele segue um critério sociológico ao abordar os problemas do Direito. Sobram-lhe razões para isso. Precisamos de leis que se ajustem com perfeição às necessidades, às tradições e ao temperamento do nosso povo. Devemos assim, antes de tudo, compreender a sua psicologia e não desconhecer o processo histórico da sua formação.

Estabelecendo pontos de partida, o prefácio é a primeira das páginas magníficas, pela clareza e pelo bom senso revelados. Fala, entre outras coisas, no insolidarismo evidenciado

pelas populações nacionais, desde tempos velhos. "Estude-se com espírito crítico a sua história — e ver-se-á que êle (o brasileiro) nunca precisou agir, ou melhor, nunca se viu impellido a agir — seja sob o império de contingências históricas, seja por força de pressões mesológicas — como agente de interesses que transcendessem o âmbito do seu interesse individual ou de clã". Acha, dêste modo que... "o sindicalismo representa o papel de um agente corretivo ou retificador... processo mais eficaz, rápido e seguro para a intensificação e o desenvolvimento entre nós dessas formas de solidariedade social e de *consciência de grupo*".

Pautando suas observações por uma bibliografia especializada, sem dúvida a maior jamais compulsada por um brasileiro, o Sr. Oliveira Viana realizou neste livro de 288 páginas, a obra mais séria escrita, até agora, em nosso país — fixando o ponto de vista brasileiro, em face do problema da organização social. Drama em perspectiva para todos os povos, depois do último tiro, na derradeira batalha militar desta guerra.

A. M.

★

OFÉLIA BOISSON CARDOSO — *Ensinar e aprender*. — Editora A Noite. — Rio de Janeiro.

Há uma constante entre o sacerdote, o médico e o professor. É que êsses três elementos da sociedade — mais do que os outros — vivem para os demais. A própria missão de que se investiram, determina-lhes um sentido para a existência. Pensar mais no próximo do que em si mesmo, viver

com o pensamento e o olhar voltados para o bem da humanidade.

Tudo aquilo que se fizer, pois, para elevar o nível intelectual do professor, abrindo-lhe novos horizontes, é um esforço visando o bem da coletividade e, portanto, da própria Pátria, de qual ela é riqueza viva no tempo.

Digno, pois, dos melhores encômios a iniciativa de *A Noite*, lançando a coleção *Cultural Pedagógica*, destinada ao debate das questões do ensino.

*Ensinar e aprender* título do segundo volume desta série, caracteriza bem o espírito das suas páginas. É uma contribuição valiosa trazida por uma técnica, aos complexos problemas da educação, iniciando-a com uma consideração sobre a maturidade. "A criança que ingressa na escola, a fim de ser iniciada nas técnicas primeiras de ler e escrever, propõe, desde logo, ao educador consciencioso de sua missão, um problema capital, problema êsse que se resume na verificação da existência ou ausência, no todo ou em parte, de uma *capacidade para a aprendizagem da leitura e escrita*".

Sem pretender doutrinar, a Sra. Ofélia Boisson Cardoso realiza, neste livro de 150 páginas, um elegante debate sobre os mais momentosos aspectos do problema pedagógico, harmonizando o que foi visto — "o que nos pareceu mais freqüente, mais comum em nossas escolas" — com os ensinamentos hauridos numa substanciosa bibliografia.

É um livro útil, debatendo problemas de grande atualidade para o Brasil. Nisto, cremos, vai seu melhor elogio.

## Achegas para uma bibliografia sobre Fernando de Noronha

- AMÉRICO ALVES GUIMARÃES — *Descrição da ilha e presídio de Fernando de Noronha*. Diário de Pernambuco de 24-X-1864.
- AMARAL (Melchior Estácio do) — *Tratado das Batalhas e Sucessos do...* O. A. Termina a 1.<sup>a</sup> parte c/ uma curta descrição de Fernando de Noronha Lisboa, 1604.
- ALVES FERREIRA (José Mamede) — *Descrição da ilha de Fernando de Noronha*. 1862.
- ABREU LIMA (General) — *Apontamentos sobre a ilha de Fernando de Noronha*. Rev. n.º 38 do Instituto Arq. e Geog. de Pernambuco. 1857.
- AMORIM NETO — *Ilha Maldita*. Fernando de Noronha. Rio de Janeiro, 1932. (18x14, 206 ps.).
- AVELINO I. de Oliveira. Othon Henry Leonardos. *Geologia do Brasil*. pág. 489. — Arquipélago de Fernando de Noronha. 2.<sup>a</sup> edição. 1933.
- BEAUREPAIRE ROHAN (Henrique). — *A ilha de Fernando de Noronha, considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia agrícola penitenciária*. Rio de Janeiro. 1865.
- BOVET (A. de) — *Análises feitas nos laboratórios de química da Escola de Minas de Ouro Preto*. Análises do fosfato de cal da ilha Rata, Fernando de Noronha. Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. 1883. Revista de Engenharia. 14 de outubro de 1883.
- BRANNER (J. Casper) — *Apontamentos sobre a fauna de Fernando de Noronha*. Tradução do Dr. J. B. Regueira da Costa. Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano n.º 56 — 1901.
- Is the peak of Fernando de Noronha a volcanic plug like that of Mont Pelé?* Am. Jour. Sc. — Dec. 1903. CLXVI. New Haven. 1903.
- Geologia de Fernando de Noronha*. Rev. Inst. Arqui. e Geog. Pernambuco, n.ºs 20 e 22 Trad. de J. B. Regueira Costa. Ab. 1890.
- O grês eólio de Fernando de Noronha*. Rev. do Inst. Arqueol. Pernamb. n.º 44 — 1893.
- The aeolian sandstone of Fernando de Noronha*. Am. Jr. Sc. XXXIX, 247 a 257. New Haven, april, 1890. (Trad.) Rev. Inst. Arq. e Geog. de Pernambuco. N.º 44, ps. 161-171. 1893. Por J. B. Regueira Costa.
- The geology of Fernando de Noronha*. Amer. Jour. of. Sc. vol. XXXVII — 1889.
- Notes on the fauna of the Island of Fernando de Noronha*. American Naturalist. XXII ps. 861 a 871. Filadélfia. Oct. 1888.
- BUCHANNAN (J. Y. ). — *Narrative of the cruise of H. M. S. Challenger* 1883.

- CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE (Lourenço) *Ofício dirigido a S. Ex. o Sr. conselheiro barão de Penedo a respeito do guano na ilha Rata, Fernando de Noronha*. Auxiliário da Indústria Nacional. N.º 2 — fevereiro de 1883.
- DAVIES (Thomas). — *The natural history of the island of Fernando de Noronha, based on the collections made by the British Museum Expedition in 1877*. Extrated from the Linnean Societies Journal Botany, vol. XXVI, ps. 86-94. London. 1890.
- DERBY (Orville A.). — *Relatório da comissão encarregada do exame dos depósitos de fosfato existente na ilha Rata (Fernando de Noronha)* 1881.
- GALVEIAS (Conde das). — André de Melo e Castro. — *Carta sobre os franceses que se acham na ilha de Fernando de Noronha*. Escrita da Bahia aos 18 de agosto de 1736 e dirigida a Diogo de Mendonça Côrte Real.
- GILL (A. C.). — *Petrographical notes on a rock collection from Fernando de Noronha*. (A preliminary notice) Johns Hopkins University Circulars, tomo VII, n.º 65, ps. 71-72. Baltimore. 1888 — April.
- HANN (Julius) *Meteorologie von Fernando de Noronha, einer kleinen ozeanischen equatorialen Insel*. Akademie der Wissenschaften. Viena.
- IHERING (Herman von). — *As ilhas oceánicas do Brasil*. A ilha de Fernando de Noronha. Rev. Brasileira, outubro 1895 — tomo IV ps. 101-108, nov. 1895 tomo IV ps. 164-173, Rio de Janeiro. 1895.
- Die Insel Fernando de Noronha*. Globus — tomo LXII, n.º 15, ps. 225-230. Brannschweig. 1892.
- JOSÉ FERNANDES PORTUGAL. — *Discurso sobre o estado atual da ilha de Fernando de Noronha e pa-recer a respeito do seu melhora-mento*. Rio de Janeiro. 1808.
- JOSÉ FERNANDES PORTUGAL — *Plano da ilha de Fernando de Noronha levantado por... no ano de 1798 e copiado no ano de 1805*. — Gravado no Arquivo Militar, 1845.
- KOBELT (W.) — *Weber Bulimus riddlei* Globus, vol. 73, 1898 — n.º 16.
- LASNE (Henri) — *Analyse complète du Phosphate des Iles de Fernando de Noronha*. (Brésil). L'engrais, t. XIV, n.º 50, ps. 1-189. Paris. 1899.
- LEA (Rev. T. S.) — *The island of Fernando de Noronha in 1887*. *Proceedings of the Royal Geographic Society*, July 1888. Vol. X, ps. 424-435. London, 1888.
- LÍSIAS RODRIGUES — *Fernando de Noronha*. — Rev. do Inst. de Geog. e Hist. Militar do Brasil. Ano III, n.º 3, ps. 63 a 101. Rio de Janeiro. 1943.
- MÁRIO MELO — *Arquipélago de Fernando de Noronha*. Geografia Física e Política. Separata da Rev. do Inst. Arq. e Geog. de Pernambuco. Recife. 1916.
- MORAIS RÊGO (Cel. José Augusto de) — *Defesa do... ex-comandante do presidio de Fernando de Noronha, ao público e aos poderes do Estado*. Rio de Janeiro, 1871. in 80.
- MOREIRA PINTO (Alfredo) — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico Brasileiro*. Fernando de Noronha. vol. II, ps. 16-17.
- OLAVO DANTAS — *Sob o Céu dos Trópicos*. Fernando de Noronha, ps. 5 a 77. *Penedos de São Pedro e São Paulo*, ps. 78 a 93. Ilha de Roças. ps. 94 a 120. Rio de Janeiro. 1938.
- ORLANDO MACHADO — *Arquipélago de Fernando de Noronha*. — Com carta da ilha, levantada pelo autor, na escala de 1: 30.000. 1920.
- PEREIRA DA COSTA — *A ilha de Fernando de Noronha*, Recife. 1887. B. N. V — 257 2. 7 n.º 17.

- PRIOR (G. T.) — *Note on the occurrence of rocks allied to Monchiquito in the Island of Fernando de Noronha.* Min. Mag. and Jour. Soc. London. XL, 52, ps. 171-175. London. 1895.
- RÊGO MELO (Mário Correia). Fernando de Noronha. I.H.G.B.
- RENARD (A) — *Notice sur les rochers de l'île de Fernando de Noronha, recueillis pendant l'expédition du Challenger.* Bull. Acad. Royale de Belgique. 3ème., série III, ps. 352-361. — 1882, n.º 4.
- RIDDLEY (H. N.) — *Notes on the geology of Fernando de Noronha.* — Quoted in the Thomas Davies Geology. Soc. Jour. XXVII — X. 1890.
- RUCH STURZENEKER (Gastão) — *Breves noções de fisiografia brasileira.* — Rev. I. H. G. Brasileiro. — T. LXXXVI. 1.ª parte. *A ilha de Fernando de Noronha*, p. 125. Rio de Janeiro. 1913.
- SOUSA BANDEIRA FILHO (Ant. Herculano de). — *Informações sobre o presidio de Fernando de Noronha.* Rio de Janeiro. 1880.
- VASCONCELOS GALVÃO (Sebastião). — *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.* Fernando de Noronha. Vol. I, ps. 237-251. — Rio. Imprensa Nacional. 1908.
- WILLIAMS (George H.) — *Petrographical of Fernando de Noronha.* — Am. Jour. Sc. CXXXVII, ps. 178-189. — 1889.

# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário dos decretos-leis publicados no mês de setembro de 1944

- Decreto-lei n.º 6 837, de 30 de agosto de 1944** — Modifica o art. 84 do Decreto-lei n.º 2 035, de 27 de fevereiro de 1940, que dispõe sobre a organização da Justiça do Distrito Federal.  
"Diário Oficial" de 1-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 838, de 30 de agosto de 1944** — Autoriza a aquisição de imóveis em Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da sede do Círculo dos Militares.  
"Diário Oficial" de 1-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 839, de 31 de agosto de 1944** — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 5 036, de 4 de dezembro de 1942.  
"Diário Oficial" 2-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 840, de 31 de agosto de 1944** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ ..... 500 000,00 à verba que especifica.  
"Diário Oficial" 2-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 841, de 31 de agosto de 1944** — Dispõe sobre os balanços do exercício de 1943.  
"Diário Oficial" 2-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 842, de 31 de agosto de 1944** — Aprova a Convenção entre o Brasil e o Paraguai, para a construção e exploração da Estrada de Ferro Concepción-Pedro Juan Caballero, firmada no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1944, substitutiva da Convenção firmada por ambos os países, na cidade do Rio de Janeiro, a 14 de junho de 1944.  
"Diário Oficial" 2-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 843, de 31 de agosto de 1944** — Altera o Decreto-lei n.º 5 530, de 28 de maio de 1943.  
"Diário Oficial" de 4-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 844, de 1 de setembro de 1944** — Cria Unidades Divisionárias de manutenção das grandes Unidades de Cavalaria.  
"Diário Oficial" de 4-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 845, de 4 de setembro de 1944** — Assegura ao apreensor da borracha e seus artefatos 50 % do produto da apreensão.  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 846, de 4 de setembro de 1944** — Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda.  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 847, de 4 de setembro de 1944** — Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15 000 000,00 para aquisição de material destinado à cunhagem de moedas.  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 848, de 4 de setembro de 1944** — Autoriza o ministro da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de Cr\$ 50 000 000,00, em moeda divisionária e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 849, de 4 de setembro de 1944** — Altera a redação do art. 172 do Decreto-lei n.º 1 713, de 28-10-1939.  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 850, de 4 de setembro de 1944** — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 59 104,90 para atender às despesas decorrentes da concentração nesta capital, dos alemães embarcados no "Cabo de Buena Esperanza".  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.
- Decreto-lei n.º 6 851, de 4 de setembro de 1944** — Cria a carreira de Almoxarife no Quadro da Justiça — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 6-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 852, de 5 de setembro de 1944** — Altera o parágrafo único do art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 748, de 29 de julho de 1944.  
"Diário Oficial" de 6-9-1944.

**Decreto-lei n.º 6 853, de 5 de setembro de 1944** — Dispensa exigências para promoção de oficiais de Infantaria, da Guarda do Corpo de Oficiais da Aeronáutica e regula o recrutamento.

“Diário Oficial” de 8-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 854, de 6 de setembro de 1944** — Altera as carreiras de Bibliotecário e de Bibliotecário Auxiliar, do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 9-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 855, de 6 de setembro de 1944** — Cria a Carreira de Arquivologista na Parte Permanente do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 9-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 856, de 6 de setembro de 1944** — Torna sem aplicação a importância de Cr\$ 2 965 000,00 de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre o crédito especial de idêntica importância.

“Diário Oficial” de 9-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 857, de 6 de setembro de 1944** — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 10 000,00 à verba de específica.

“Diário Oficial” de 9-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 858, de 8 de setembro de 1944** — Autoriza o Ministério da Fazenda a alienar à Prefeitura Municipal do Recife, do Estado de Pernambuco, o domínio pleno da área de terreno nacional interior, que menciona, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 8-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 859, de 8 de setembro de 1944** — Dá nova redação ao art. 114 e § 2.º do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

“Diário Oficial” de 11-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 860, de 8 de setembro de 1944** — Dispõe sobre a cobrança da “taxa” sobre kW criada pelo Decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1944, e sobre a fixação dos valores das quotas respectivas no exercício de 1945.

“Diário Oficial” de 11-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 861, de 8 de setembro de 1944** — Abre crédito suplementar do Ministério da Fazenda.

“Diário Oficial” de 11-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 862, de 8 de setembro de 1944** — Cria uma coletoria federal no município de Bocaiúva, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 11-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 863, de 8 de setembro de 1944** — Altera a carreira de Bibliotecário do quadro permanente, funde as de Bibliotecário Auxiliar dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 11-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 867, de 12 de setembro de 1944** — Revoga o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 759, de 19 de agosto de 1943 e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 13-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 868, de 12 de setembro de 1944** — Abre crédito especial de Cr\$ 286 800,00, ao Ministério da Agricultura.

“Diário Oficial” de 14-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 869, de 14 de setembro de 1944** — Modifica a redação do § 2.º, art. 1.º do Decreto-lei n.º 2 604, de 19 de setembro de 1940.

“Diário Oficial” de 16-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 870, de 14 de setembro de 1944** — Desapropria os terrenos de pouso explorados como aeroportos em virtude da concessão outorgada pelo Decreto-lei n.º 272, de 12 de fevereiro de 1938, as benfeitorias e instalações nêles existentes e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 16-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 871, de 15 de setembro de 1944** — Transforma a Diretoria do Domínio da União em Serviço do Patrimônio da União e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 18-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 872, de 15 de setembro de 1944** — Cria a Divisão de Obras do Ministério da Fazenda, extingue a Divisão de Engenharia e Obras da Diretoria do Domínio da União e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 18-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 873, de 15 de setembro de 1944** — Altera a redação do art. 118 do Decreto-lei n.º 1 713, de 29 de outubro de 1939.

“Diário Oficial” de 18-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 874, de 15 de setembro de 1944** — Dispõe sobre o aluguel de próprios nacionais ocupados por servidores civis da União.

“Diário Oficial” de 18-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 875, de 15 de setembro de 1944** — Desapropria, por utilidade pública, terrenos situados no Estado do Rio de Janeiro.

“Diário Oficial” de 18-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 876, de 15 de setembro de 1944** — Abre o crédito especial de Cr\$ 1 200 000,00, para as despesas iniciais da Comissão da Indústria de Material Elétrico.

“Diário Oficial” de 27-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 877, de 18 de setembro de 1944** — Dispõe sobre o afastamento de funcionário público para servir nas entidades que indica.

“Diário Oficial” de 26-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 879, de 19 de setembro de 1944** — Altera sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República.

“Diário Oficial” de 21-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 880, de 19 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18 000,00 para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica.

“Diário Oficial” de 21-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 881, de 19 de setembro de 1944**  
— Dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Mate.

“Diário Oficial” de 21-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 882, de 20 de setembro de 1944**  
— Dispõe sobre empréstimo contraído no exterior, por sociedades ou firmas brasileiras.

“Diário Oficial” de 22-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 883, de 20 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 708 000,00, à verba que especifica.

“Diário Oficial” de 22-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 884, de 21 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 29 400 000,00 para aquisição de uma draga de alto mar.

“Diário Oficial” de 22-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 885, de 21 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 197 417,60 para pagamento de contribuição devidos pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 886, de 21 de setembro de 1944**  
— Regula a admissão de pessoal na guarda dos Territórios Federais.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 888, de 21 de setembro de 1944**  
— Isenta de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de 18 meses, o gado vacum importado para consumo interno.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 889, de 21 de setembro de 1944**  
— Dá nova redação aos arts. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto-lei n.º 5 698, de 22 de julho de 1943.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 890, de 21 de setembro de 1944**  
— Estabelece medidas para facilitar a reconstituição de documentos inutilizados em consequência do incêndio ocorrido no Serviço de Comunicações do Ministério da Educação e Saúde.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 891, de 21 de setembro de 1944**  
— Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 892, de 21 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 30 000,00 à verba que especifica.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 893, de 21 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 80 000,00 à verba que especifica.

“Diário Oficial” de 23-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 894, de 22 de setembro de 1944**  
— Autoriza a aquisição de um imóvel para o serviço do Comando Naval do Nordeste.

“Diário Oficial” de 25-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 895, de 23 de setembro de 1944**  
— Dispõe sobre o pagamento por cheque à Fazenda Nacional.

“Diário Oficial” de 26-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 896, de 23 de setembro de 1944**  
— Dispõe sobre a matéria de que tratam os Decretos-leis ns. 5 545, de 4 de junho de 1943 e 6 273, de 14 de fevereiro de 1944.

“Diário Oficial” de 25-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 897, de 23 de setembro de 1944**  
— Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior ainda não reconhecidos.

“Diário Oficial” de 25-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 903, de 26 de setembro de 1944**  
— Fixa contribuição do Brasil destinada à Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (United Nations Relief and Rehabilitation Administration — UNRRA) e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 28-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 904, de 26 de setembro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3 150 000,00 para despesas com a participação do Brasil na UNRRA.

“Diário Oficial” de 28-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 905, de 26 de setembro de 1944**  
— Dispõe sobre a concessão de auxílio pecuniário por motivo de enfermidade no emprego.

“Diário Oficial” de 28-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 906, de 27 de setembro de 1944**  
— Aprova projeto e orçamento para obras no porto do Rio de Janeiro e abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15 000 000,00.

“Diário Oficial” de 29-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 907, de 27 de setembro de 1944**  
— Altera a redação do enunciado do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 473, de 5 de maio de 1944.

“Diário Oficial” de 29-9-944.

**Decreto-lei n.º 6 908, de 27 de setembro de 1944**

— Abre ao Departamento Administrativo do Serviço Público o crédito especial de Cr\$ 5 000 000,00 para despesas com a organização da entidade a que se refere o Decreto-lei n.º 6 693, de 14 de julho de 1944, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 29-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 909, de 27 de setembro de 1944**

— Dispõe sobre a matéria do Decreto-lei n.º 5 893, de 19 de outubro de 1943, alterado pelo de n.º 6 274, de 14 de fevereiro de 1944.

“Diário Oficial” de 29-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 910, de 27 de setembro de 1944**

— Autoriza a assinatura de um “acôrdo”, entre o Ministério da Agricultura e o Banco de Crédito da Borracha para desenvolvimento e ampliação dos trabalhos do Instituto Agrônômico do Norte e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 29-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 911, de 28 de setembro de 1944**

— Cria função gratificada no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 30-10-944.

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

Decreto-lei n.º 6 912, de 29 de setembro de 1944

*Reorganiza o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — O Serviço Florestal (S. F.), órgão integrante do Ministério da Agricultura, diretamente subordinado ao ministro de Estado, tem por finalidade promover a criação, o fomento, a proteção e a melhor utilização das florestas do país.

Art. 2.º — Fica criado, no Quadro Permanente da Agricultura, um cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor (J. B.) — S. F. — M. A.) — Padrão N.

Art. 3.º — Ficam criadas, no mesmo Quadro e Ministério, as seguintes funções gratificadas, para o Serviço Florestal:

1 Chefe de Seção (S. S. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. Pt. T. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. T. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. P. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. F.) Cr. 4 200,00 anuais; 1 Chefe de Biblioteca (B. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. B. G. — J. B. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. B. S. — J. B. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Chefe de Seção (S. B. A. — J. B. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais; 1 Superintendente (J. B. — S. F.) Cr\$ 5 400,00 anuais.

Art. 4.º — Ficam suprimidas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura (Serviço Florestal), 6 funções gratificadas de Chefe de Seção, com Cr\$ 5 400,00 anuais, cada uma.

Art. 5.º — Fica aberto, no Ministério da Agricultura anexo n.º 14, do Orçamento Geral da República para 1944, o crédito suplementar de Cr\$ 62 400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação I — PESSOAL  
Permanente*

Subconsignação 01 — PESSOAL Permanente  
Cr\$ 42 000,00.

*Consignação III — Vantagens*

Subconsignação 09 — Funções gratificadas.  
Cr\$ 20 400,00.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 2.º e seu parágrafo do Decreto-lei n.º

3 889, de 5 de dezembro de 1941, o art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 182, de 16 de março de 1942, e todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Apolônio Sales.  
A. de Sousa Costa.*

“Diário Oficial” de 2-10-944.

★

Decreto-lei n.º 6 919, de 3 de outubro de 1944

*Dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Sal e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Os serviços do Instituto Nacional do Sal (I. N. S.) serão executados por empregados admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República.

Art. 2.º — Para o desempenho de funções reconhecidamente especializadas e de natureza técnica, quando não houver servidor devidamente habilitado, poderá o I. N. S. utilizar os profissionais, mediante contrato bilateral, autorizado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. — A proposta de contrato indicará, como condições da locação:

- o trabalho a ser executado;
- o período de execução, com as datas de início e terminação;
- o regime de trabalho a que ficará sujeito o contrato; e
- o salário e outras vantagens.

Art. 3.º — Na admissão de empregados é indispensável a comprovação de habilitação por meio de provas, ou de provas de títulos.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento, devendo a escolha recair, de preferência, entre os empregados do I. N. S.

Art. 4.º — As promoções obedecerão, no que couber, ao sistema em vigor no Serviço Público Federal.

Art. 5.º — Além do salário da função, o pessoal do I. N. S. só poderá perceber:

- salário - família;

b) gratificação de função, prevista na Tabela Numérica a que se refere o art. 1.º;

c) gratificação semestral;

d) gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de acordo com o disposto no Capítulo III do Título II do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939, e respectiva regulamentação;

e) ajuda de custo, de acordo com o disposto no Capítulo V do Título II do mesmo Decreto-lei; e

f) diárias para indenização das despesas de alimentação e pousada, de acordo com o disposto no Capítulo IV do Título II do mesmo Decreto-lei, e respectiva regulamentação.

§ 1.º — A gratificação semestral não poderá exceder, por ano, a uma importância equivalente a dois meses de salário.

§ 2.º — O atual ocupante da função de secretário da Comissão Executiva, enquanto a exercer, poderá continuar a perceber a gratificação mensal de Cr\$ 500,00, além do salário a que tiver direito pelo exercício de qualquer outra função.

Art. 6.º — Fica elevado para Cr\$ 5 500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) o vencimento mensal do presidente do I. N. S., fixado pelo art. 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto-lei n.º 2 398, de 11 de julho de 1940.

Art. 7.º — O total das despesas do I. N. S. com os seus empregados não poderá exceder de 30 % da receita orçada.

Art. 8.º — Ficam revogadas a alínea *m* do art. 5.º, o parágrafo único do art. 7.º, o art. 45 e seus parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto-lei n.º 2 398, de 11 de julho de 1940, o art. 6.º e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 5 077, de 11 de dezembro de 1942, e demais disposições em contrário.

Art. 9.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao disposto no art. 6.º, que vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1944.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Apolônio Sales.*

"Diário Oficial" de 5-10-944.

★

**Decreto-lei n.º 6 920, de 3 de outubro de 1944**

*Dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Os serviços do Instituto Nacional do Pinho (I. N. P.) serão executados por empregados mensalistas, admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República, podendo também ser admitidos empregados contratados e diaristas.

§ 1.º — A admissão de contratado só poderá ser feita mediante autorização expressa do Presidente da República e para o desempenho de

funções reconhecidamente especializadas, para as quais haja, no Instituto, servidor devidamente habilitado.

§ 2.º — Só poderá ser admitido diarista para o desempenho de funções de natureza braçal ou subalterna.

§ 3.º — Fica fixado em Cr\$ 40,00 o salário diário máximo do diarista.

§ 4.º — Aos contratados e diaristas do I. N. P. aplicar-se-á, no que couber a legislação referente aos extranumerários contratados e diaristas do Serviço Público Federal.

Art. 2.º — Na admissão de empregados mensalistas é indispensável a comprovação de habilitação, por meio de provas, ou de títulos, organizadas com a colaboração do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento, devendo a escolha recair, de preferência, entre os empregados do I. N. P.

Art. 3.º — As promoções obedecerão, no que couber, ao sistema em vigor no Serviço Público Federal.

Art. 4.º — Além do salário da função, os empregados do I. N. P. só poderão perceber:

a) salário - família;

b) gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de acordo com o disposto no Capítulo III do Título II do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939, e respectiva regulamentação;

c) ajuda de custo, de acordo com o disposto no Capítulo V do Título II do citado Decreto-lei n.º 1 713; e

d) diárias, para indenização de despesas de alimentação e pousada, de acordo com o disposto no Capítulo IV do Título II do mesmo decreto-lei e respectiva regulamentação.

Art. 5.º — Fica elevado para Cr\$ 66 000,00 o vencimento anual do presidente do I. N. P., fixado no art. 12 de Decreto-lei n.º 4 813, de 8 de outubro de 1942.

Art. 6.º — Ficam revogadas a alínea e do art. 10 e o art. 37 do Decreto-lei n.º 3 813, de 8 de outubro de 1942, e demais disposições em contrário.

Art. 7.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao disposto no art. 5.º, que vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1944.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Alexandre Marcondes Filho.*

"Diário Oficial" de 7-10-944.

★

**Decreto-lei n.º 6 926, de 5 de outubro de 1944**

*Cria Unidades de Aviação e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — São criadas as seguintes Unidades de Aviação:

a) Na 2.<sup>a</sup> Zona Aérea:

1) — O 4.<sup>o</sup> Grupo de Bombardeio Médio, com sede normal na Base Aérea de Fortaleza.

2 — O Grupo Misto, com sede normal em Natal e constituído de esquadrilhas de Caça e de Bombardeio Médio.

b) Na 3.<sup>a</sup> Zona Aérea:

1 — O 1.<sup>o</sup> Grupo de Transporte, com sede normal no Aeroporto Santos Dumont, subordinado ao ministro da Aeronáutica.

2 — O 2.<sup>o</sup> Grupo de Transporte, com sede normal no Campo dos Afonsos, subordinado à Diretoria de Rotas Aéreas.

c) Na 4.<sup>a</sup> Zona Aérea:

1 — 1.<sup>o</sup> Grupo Misto de Instrução, com sede normal na Base Aérea de São Paulo e destinado à instrução dos alunos da Escola Técnica de Aviação de São Paulo, da qual é parte integrante.

2 — O 2.<sup>o</sup> Grupo de Bombardeio Leve, com sede normal na Base Aérea de São Paulo.

d) Na 5.<sup>a</sup> Zona Aérea:

1 — 5.<sup>o</sup> Regimento de Aviação, com sede normal na Base Aérea de Curitiba.

2 — O 3.<sup>o</sup> Grupo de Bombardeio Picado, com sede normal na Base Aérea de Curitiba.

Parágrafo único — O 5.<sup>o</sup> Regimento de Aviação ficará constituído do 1.<sup>o</sup> Grupo de Caça, já existente, e do 3.<sup>o</sup> Grupo de Bombardeio Picado, ora criado.

Art. 2.<sup>o</sup> — O 2.<sup>o</sup> Grupo de Caça tem sua sede transferida da Base Aérea de Natal para a Base Aérea de Santa Cruz a fim de integrar o 1.<sup>o</sup> Regimento de Aviação (art. 2.<sup>o</sup> do Decreto-lei n.<sup>o</sup> 6 796, de 17 de agosto do corrente ano).

Art. 3.<sup>o</sup> — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1944, 123.<sup>o</sup> da Independência e 56.<sup>o</sup> da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Joaquim Pedro Salgado Filho.

"Diário Oficial" 7-10-944.

★

Decreto-lei n.<sup>o</sup> 6 929, de 5 de outubro de 1944

Modifica a redação do item VII do art. 97 do Decreto-lei n.<sup>o</sup> 1 713, de 28 de outubro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> — O item VII do art. 97 do Decreto-lei n.<sup>o</sup> 1 713, de 28 de outubro de 1939, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Exercício das funções de Interventor Federal ou outras de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, ou em virtude de mandato eletivo".

Art. 2.<sup>o</sup> — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1944, 123.<sup>o</sup> da Independência e 56.<sup>o</sup> da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Alexandre Marcondes Filho.  
A. de Sousa Costa.  
Canrobert Pereira da Costa.  
Henrique A. Guilhem.  
João de Mendonça Lima.  
P. Leão Veloso.  
Apolônio Sales.  
Gustavo Capanema.  
Joaquim Pedro Salgado Filho

"Diário Oficial" 7-10-944.

★

Decreto-lei n.<sup>o</sup> 6 932, de 5 de outubro de 1944

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6 403 167,20, para prosseguimento da construção do ramal de Treviso, da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no Decreto-lei n.<sup>o</sup> 2 667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de seis milhões, quatrocentos e três mil e cento e sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 6 403 167,20), para atender às despesas (Obras, Desapropriações, Aquisições de Imóveis e Equipamentos) com o prosseguimento da construção do primeiro trecho do ramal de Treviso, da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Art. 2.<sup>o</sup> — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.<sup>o</sup> — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1944, 123.<sup>o</sup> da Independência e 56.<sup>o</sup> da República.

GETÚLIO VARGAS.  
João de Mendonça Lima.  
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" 7-10-944.

★

Decreto-lei n.<sup>o</sup> 6 934, de 6 de outubro de 1944

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 50 000,00, para despesas decorrentes de doação proposta à Embaixada do Brasil em Lisboa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de cinqüenta mil cruzeiros (Cr\$ 50 000,00) para aten-

der às despesas (Serviços e Encargos) de qualquer natureza, inclusive as de frete marítimo e restauração, decorrentes da doação de onze (11) coches dos séculos XVIII e XIX, proposta à Embaixada do Brasil em Lisboa.

Art. 2.º — O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Gustavo Capanema.  
A. de Sousa Costa.

“Diário Oficial” 9-10-944.

★

#### Decreto-lei n.º 6 937, de 6 de outubro de 1944

*Reorganiza o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — O Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política (S. E. D. M. P.), subordinado administrativamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I. B. G. E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades demográficas, morais, administrativas e políticas do país, bem como promover, em publicações próprias ou por intermédio do Serviço de Documentação e do I. B. G. E., a divulgação dessas estatísticas.

Art. 2.º — O S. E. D. M. P. compreende:

Secção Demográfica (S. D.);  
Secção Moral e Política (S. M. P.);  
Secção Policial e Judiciária (S. P. J.);  
Secção de Estudos e Análises (S. E. A.);  
Secção de Administração (S. A.);  
Secção de Mecanização (S. M.).

Art. 3.º — O S. E. D. M. P. terá os pormenores de sua organização e as normas para o seu funcionamento estabelecidos em regimento.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Alexandre Marcondes Filho.

“Diário Oficial” de 9-9-944.

★

#### Decreto-lei n.º 6 958, de 13 de outubro de 1944

*Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00, para trabalhos de pequena hidrografia, policia de focos e serviços complementares*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2 000 000,00), para atender às despesas (Obras e Equipamentos) com os trabalhos de pequena hidrografia, policia de focos e serviços complementares, a cargo do Serviço Nacional de Malária.

Art. 2.º — O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Gustavo Capanema.  
A. de Sousa Costa.

“Diário Oficial” de 14-10-944.

★

## Decretos

#### Decreto n.º 16 650, de 25 de setembro de 1944

*Approva projeto e orçamento para obras no porto de Salvador, Estado da Bahia*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Artigo único — Ficam aprovados o projeto e orçamento, na importância de Cr\$ 225 119,00 (duzentos e vinte e cinco mil cento e dezanove cruzeiros), que com este baixa, devidamente rubricados, para a construção de uma linha

adutora, de 150 milímetros, destinada ao abastecimento d'água aos navios, no cais de 10 metros do porto de Salvador, Estado da Bahia, correndo à conta de capital a importância que for apurada como efetivamente despendida até aquêle limite.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
João de Mendonça Lima.

“Diário Oficial” de 6-10-944.

★

Decreto n.º 16 780, de 10 de outubro de 1944

*Cria a Colônia Agrícola Nacional no Piauí*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Colônia Agrícola Nacional do Piauí (C. A. N. P.), em terras localizadas nas fazendas da União Federal, existentes no referido Estado, a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único — A área a ser demarcada não será inferior a 300 000 (trezentos mil) hectares.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Apolônio Sales.*

"Diário Oficial" de 12-10-944.

★

Decreto n.º 16 838, de 16 de outubro de 1944

*Aprova projeto e orçamento para obras no porto de Santos*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição,

Decreta:

Artigo único — Ficam aprovados o projeto e orçamento na importância de Cr\$ 13 455,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros), que com este baixa, devidamente rubricados, para a construção de um gradil de fechamento no extremo sul do edifício dos Silos, no porto de Santos, cedido à Companhia Docas de Santos, correndo à conta de capital, nos termos previstos no item 3.º, art. 2.º do Decreto n.º 658 - A, de 21 de fevereiro de 1936, a importância que for apurada efetivamente despendida até aquele limite.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*João de Mendonça Lima.*

"Diário Oficial" de 25-10-944.

★

## ATOS DIVERSOS

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Conselho Nacional do Petróleo

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

14 044, de 22 de setembro de 1944

A Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Senhor Presidente

Tenho a honra e submeter à alta consideração de Vossa Excelência os dois inclusos quadros sob números I e II, relativos ao consumo de derivados de petróleo no Brasil, durante o primeiro semestre de 1944, bem como as quotas partes que cabem aos Estados e Territórios, provenientes da arrecadação do imposto único, no mesmo semestre, de conformidade com o estipulado no § 2.º, do art. 7.º do Decreto-lei n.º 2 615, de 21 de setembro de 1940.

Consoante prescrição do art. 4.º do citado decreto-lei, e de acordo com os balancetes fornecidos a este Conselho pelo Banco do Brasil, o importe total a ser distribuído no semestre em apreço, constante do quadro número II, deduzido que foi da comissão de 0,25% cobrada pelo Banco do Brasil e acrescido do juro de 2,5% creditado pelo mesmo Banco ao Governo Federal, é de quarenta e um milhões duzentos e dezenove mil quinhentos e sessenta e seis cruzeiros (Cr\$ 41 219 566,00).

A distribuição das quotas partes obedeceu ao mesmo critério exposto no ofício deste Con-

selho número 1 164, de 14 de março de 1941, aprovado por Vossa Excelência em despacho de 19 seguinte.

Caso Vossa Excelência se digne aprovar a distribuição em apreço, aprez-me solicitar autorização para que os Estados do Amazonas, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais, que já comprovaram devidamente a aplicação das importâncias recebidas durante o ano de 1943, possam sacar diretamente do Banco do Brasil as quotas que lhe foram atribuídas, de acordo com o que dispõe o § 2.º, do art. 7.º, do citado decreto-lei.

Quanto às demais Unidades da Federação, o Conselho pede permissão para sugerir a Vossa Excelência que os mesmos só recebam as suas quota à medida que fizerem a comprovação referente ao exercício anterior. Todavia, dignar-se-á V. Excia. de resolver como julgar mais acertado.

Sirvo-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de profundo respeito. — Coronel *João Carlos Barreto*, presidente.

Aprovado. Em 27-9-944. — G. VARGAS.

(D. O. 6-10-944).

(Nota: os quadros a que se refere a exposição supra foram publicados na mesma edição do D. O.).

★

**Departamento Administrativo do Serviço  
Público**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

N.º 2 856 — Em 30-9-1944 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República.

O Ministério da Viação e Obras Públicas encaminhou ao D.A.S.P. o anexo projeto de Regimento do Serviço de Documentação daquele Ministério (S.D.V.), o qual havia sido elaborado com a colaboração deste Departamento.

2. Pelo referido projeto, os trabalhos do S.D.V. seriam distribuídos por três setores: Secção de Documentação, Biblioteca e Secção de Publicações.

3. Dêsse modo, as atividades do Serviço, no que diz respeito à coleta, ordenação, classificação, guarda e conservação de documentos, planos, relatórios textos dados estatísticos e descritivos que possam interessar ou se referirem à ação do Ministério, ficariam a cargo da Secção de Documentação. Como decorrência de possuir essa Secção toda a documentação relativa às atividades do Ministério, seria, ainda, incumbida de elaborar o relatório do ministro de Estado, sob a orientação deste.

4. Os assuntos referentes à aquisição, preparação e guarda de livros, folhetos e periódicos, seriam da competência da Biblioteca. Este setor de trabalho se encarregaria, também, da documentação constante de discos, filmes, mapas e cartas visto que o reduzido número de documentário dessa natureza não justifica a criação de uma outra Secção.

5. Finalmente, as atividades de divulgação caberiam à Secção de Publicações, a qual faria a difusão de notícias sobre as atividades do Ministério, em colaboração com o D.I.P., e editaria obras, folhetos e periódicos elaborados ou traduzidos por ela própria, ou por outros órgãos do Ministério.

6. Como se vê, procurou-se dividir o trabalho do S.D.V., de forma não muito detalhada. Dificilmente se poderia proceder de outro modo, pois que, no caso em foco, somente a experiência decorrente do funcionamento dêsse novo órgão poderá indicar as expansões que se façam necessárias. Isto porque, atualmente, os vários órgãos do Ministério da Viação e Obras Públicas pouco ou nenhum desenvolvimento têm dado às atividades de documentação, de modo que o S.D.V. terá que partir praticamente do nada. E, como documentação não se improvisa, resultando, isso sim, de trabalho metódico e continuado, para cuja realização é necessário tempo, parece melhor que o S.D.V. nasça com uma estrutura simples, que, futuramente, com o desenvolvimento dos serviços, poderá ser ampliada.

7. Manifesta-se, pois este Departamento favoravelmente à expedição do projeto em apêço. Nessas condições, tem a honra de submetê-lo à apreciação de V. Excia., acompanhado do decreto que o aprovaria e do decreto-lei, aqui elaborado, que estabelece as funções gratificadas decorrentes do Regimento e abre o crédito especial correspondente.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — Luis Simões Lopes, presidente.

Sim. — G. VARGAS.

(Assinados Decreto-lei n.º 6 921 e Decreto n.º 16 719 — em 4-10-1944).

(D. O. 6-10-944).

★

**PORTARIA N.º 992**

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, no uso da atribuição que lhe confere o art. 69, n.º XVIII do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 11 101, de 11 de dezembro de 1942.

Considerando que ao Serviço de Documentação do D.A.S.P. compete a elaboração e a publicação de "Livros e periódicos de interesse para a administração pública" (art. 48 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 11 101, de 11-12-42)

Considerando que a edição de uma revista especializada em questões de Direito Administrativo se impõe como fator indispensável à "sistematização dos fundamentos jurídicos da reforma administrativa brasileira", tarefa que incumbe aos órgãos do D.A.S.P., e especialmente ao seu consultor jurídico (art. 79 do Regimento citado);

Considerando as razões e o plano de edição expostos pelo consultor jurídico em ofício datado de 29-9-44, já aprovado resolve:

1.º — Fica o Serviço de Documentação do D.A.S.P. autorizado a editar a Secção II da Revista do Serviço Público, intitulada *Revista de Direito Administrativo*;

2.º — A *Revista de Direito Administrativo* publicará, em fascículos trimestrais, trabalhos de natureza jurídica, relacionados com o serviço público, especialmente de direito administrativo;

3.º — A *Revista de Direito Administrativo* terá direção técnica autônoma; as despesas de material e de pessoal; de colaboração, permanente ou eventual, necessários à sua edição, correrão por conta das verbas do Serviço de Documentação;

4.º — O pessoal da *Revista do Serviço Público* prestará o auxílio que for solicitado para a feitura da *Revista de Direito Administrativo*;

5.º — A direção da *Revista de Direito Administrativo* caberá ao consultor jurídico do D.A.S.P.;

6.º — O controle econômico e financeiro da edição da *Revista de Direito Administrativo* competirá ao diretor do Serviço de Documentação.

Em 3 de outubro de 1944. — Luis Simões Lopes.

(D. O. 5-10-944).

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 747, de 4 de outubro de 1944

O Ministro de Estado, considerando que já foram aprovados os projetos de que trata o n.º II do art. 2.º do Decreto n.º 13 496, de 24 de setembro de 1943 que outorgou concessão à firma Amaral & Companhia para aproveitamento de energia hidráulica na cachoeira do ribeirão da Pinguela, distrito de Taquara Verde, município de Cachoeira, Estado de Minas Gerais.

Resolve fixar o prazo de dois (2) anos, contados a partir da data da publicação desta portaria, para completa execução das obras desse aproveitamento. — *Apolônio Sales*.

(D. O. 6-10-944).

★

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Decretos de 23 de outubro de 1944

O Presidente da República resolve

Nomear:

O capitão aviador Almir de Sousa Martins para exercer a função de assessor da delegação do Brasil à Conferência de Aviação Civil Internacional a realizar-se em Chicago, Estados Unidos da América, a 1 de novembro de 1944.

O tenente-coronel aviador Clóvis Monteiro Travassos para exercer a função de delegado do Brasil à Conferência de Aviação Civil Internacional, a realizar-se em Chicago, Estados Unidos da América a 1 de novembro de 1944.

(D. O. 25-10-944).

 AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## ALAGOAS

Decreto-lei n.º 2 954, de 14 de agosto de 1944

*Organiza o Diretório Regional de Geografia e dá outras providências*

O Interventor Federal no Estado de Alagoas usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Alagoas, instituído pelo Decreto n.º 2 362, de 25 de abril de 1938, e, no Estado, o órgão deliberativo incumbido de coordenar e orientar os serviços geográficos regionais, de acordo com as normas traçadas pelos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º — Compete ao Diretório Regional:

a) cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas pelos órgãos competentes do Conselho Nacional de Geografia;

b) promover as medidas necessárias à coordenação e ao desenvolvimento dos serviços geográficos estaduais e municipais;

c) sugerir ao Departamento Estadual de Estatística as medidas julgadas convenientes ao aperfeiçoamento e ampliação das atividades da Seção de Estatística Fisiográfica;

d) deliberar ou solicitar a execução de inquéritos ou pesquisas de natureza geográfica;

e) propor às autoridades competentes as sugestões consideradas aconselháveis ou a adoção das medidas indispensáveis à realização de sua finalidade;

f) supervisionar tecnicamente os trabalhos da Seção de Estatística Fisiográfica;

g) resolver automaticamente as matérias que digam respeito à sua economia interna e à do sistema geográfico regional.

Art. 3.º — Compõem o Diretório Regional como seus membros:

a) como presidente nato, o diretor geral do Departamento Estadual de Estatística;

b) como secretário nato e suplente do presidente, o chefe da Seção de Estatística Fisiográfica do Departamento Estadual de Estatística;

c) o diretor geral do Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo, ou quem o represente;

d) o diretor da Diretoria de Viação e Obras Públicas, ou quem o represente;

e) um professor de Geografia do Colégio Estadual de Alagoas, designado livremente pelo chefe do Governo do Estado;

f) o diretor de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Maceió;

g) um delegado do Instituto Histórico de Alagoas;

h) três pessoas de notórios conhecimentos em matéria geográfica, designados pelo chefe do Governo do Estado mediante indicação do presidente do Diretório Regional e escolhido dentre os consultores técnicos do D.R.

Art. 4.º — Os Diretório Regional será assistido por um corpo de seis consultores técnicos, escolhidos na forma estabelecida pela Resolução n.º 12, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, atendendo cada um às seguintes seções:

a) Fisiografia e Regiões Naturais;

b) Documentação Geográfica, Levantamento e Cartografia;

c) Geografia Histórica e Geografia Política;

d) Biogeografia e Geografia da Produção;

e) Geografia dos Transportes e Comunicações;

f) Geografia Social, Turismo e Excursionismo.

Art. 5.º — As funções de membro do Diretório e de consultor técnico não são remuneradas, sendo considerados títulos de relevante benemerência pública os serviços pelos mesmos prestados.

Art. 6.º — O Diretório Regional providenciará para que, em cada município do Estado, seja constituído o respectivo Diretório Municipal, observados os princípios estatuídos no regulamento do Conselho Nacional de Geografia, quanto à sua constituição e finalidade.

Art. 7.º — O Diretório Regional reger-se-á pelo regimento aprovado pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, reunindo-se sempre que convocado pelo presidente ou a pedido de, pelo menos, três dos seus membros.

Art. 8.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maceió, 14 de agosto de 1944, 56.º da República. — *Ismar de Góis Monteiro* — *Ari Pitombo* — *Espériidão L. de Farias Júnior*.

★

## GOIÁS

Decreto-lei n.º 114, de 28 de agosto de 1944

*Abre um crédito suplementar de Cr\$ 50 000,00, do Departamento de Geografia e Cadastro.*

O Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — É aberto um crédito suplementar da importância de cinqüenta mil cruzeiros (Cr\$ 50 000,00) ao Departamento de Geografia e Cadastro, a fim de reforçar a verba 2.4.4 — 8.07.4, consignação I, do orçamento em curso.

Art. 2.º — Para a cobertura da despesa prevista no artigo anterior, anula-se a quantia de cinqüenta mil cruzeiros (Cr\$ 50 000,00), resultante de real economia, da verba 2.4.4 — 8.59.4, do vigente orçamento.

Art. 3.º — Este decreto-lei entra em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 28 de agosto de 1944, 56.º da República. — *Dr. Pedro Ludovico Teixeira* — *João Teixeira Alves Júnior*.

★

### RIO DE JANEIRO

Decreto-lei n.º 1 242, de 9 de outubro de 1944

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criados nos municípios abaixo mencionados as seguintes circunscrições:

No município de Campos:  
no 1.º distrito: o 1.º e 2.º sub-distritos.

No município de Niterói:  
no 1.º distrito: o 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º sub-distritos.

No município de Nova Iguaçu:  
no 1.º distrito: o 1.º, 2.º e 3.º sub-distritos.  
no 2.º distrito: o 1.º e 2.º sub-distritos.

No município de Rio das Flores:  
no 2.º distrito: o 1.º, 2.º e 3.º sub-distritos.  
no 3.º distrito: o 1.º e 2.º sub-distritos.

No município de Três Rios:  
no 4.º distrito: o 1.º, 2.º e 3.º sub-distritos.

No município de Vassouras:  
no 1.º distrito: o 1.º, 2.º e 3.º sub-distritos.  
no 5.º distrito: o 1.º e 2.º sub-distritos.

Parágrafo único — As delimitações são\* as constantes do anexo n.º 1, que fica fazendo parte integrante dêste decreto-lei.

Art. 2.º — As zonas urbanas e suburbanas dos distritos e sub-distritos dos municípios são as constantes do anexo n.º 2, que é parte integrante dêste decreto-lei.

Art. 3.º — Ficam os prefeitos municipais obrigados a encaminhar dentro de 90 dias, a contar da publicação dêste decreto-lei, à Secretaria das Finanças, a relação nominal dos proprietários cujos imóveis vieram a ser incluídos nas zonas urbanas e suburbanas criadas ou ampliadas, afim de que sejam os mesmos excluídos do rol dos lançamentos feito pelo Estado para cobrança do imposto territorial.

Parágrafo único — Na relação a ser encaminhada, o prefeito anotará as propriedades que não estiverem totalmente circunscritas nas zonas mencionadas, especificando qual a área sujeita à incidência do tributo municipal.

Art. 4.º — As Prefeituras Municipais deverão publicar edital para conhecimento dos interessados, relacionando os imóveis coletados nas novas zonas urbanas e suburbanas ou na ampliação dos já existentes, com a antecedência de 30 dias, no mínimo, da época da cobrança de tributos.

Art. 5.º — No corrente exercício, os proprietários dos imóveis que estiverem incluídos nas zonas a que se refere o art. 2.º mas que já foram lançados pela Secretaria das Finanças pagarão os seus tributos ao Estado.

Art. 6.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os secretários de Estado do Interior e Justiça e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 9 de outubro de 1944. — *Ernane do Amaral* — *Rui Buarque de Nazaré* — *Valfredo Martins*.

(D. O. Est. do Rio de Janeiro — 13-10-944).

Resoluções do Instituto Brasileiro  
de Geografia e Estatística

## Conselho Nacional de Estatística Junta Executiva Central

### Íntegra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1940

Resolução n.º 86, de 16 de fevereiro de 1940

*Delibera sobre o adiamento da sessão ordinária das Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística e sobre o "Curso de Aperfeiçoamento" a cargo do Instituto.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a realização do Recenseamento Geral da República, a 1.º de setembro deste ano, exige a colaboração constante de todos os órgãos filiados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que a convergência de esforços, visando o êxito integral dessa grande realização da estatística nacional, deve manifestar-se com maior intensidade nas fases preparatórias e de lançamento da campanha censitária;

Considerando, entretanto, que os diretores dos Departamentos Regionais de Estatística, para comparecerem à reunião da Assembléia Geral, teriam de afastar-se dos respectivos cargos justamente no momento em que os trabalhos censitários mais necessitam do auxílio e da cooperação de cada um deles, o que, evidentemente, é sobremaneira desaconselhável;

Considerando, ainda, que para frequentar o Curso de Aperfeiçoamento instituído pela Resolução n.º 67, de 23 de abril de 1939, designam as Juntas Executivas Regionais os funcionários que apresentam os melhores requisitos de capacidade e dedicação ao trabalho;

Considerando que, se o curso se realizasse este ano, o deslocamento daqueles elementos desfalcaria o quadro das repartições regionais, por bem mais de 60 dias, dos seus melhores funcionários, o que é, também, inconveniente;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto, ouvido o Diretório Central de Geografia, e ponderando a grande soma de responsabilidades que caberá aos diretores das repartições centrais, federais e regionais do Instituto, na preparação e execução do Recenseamento Geral do país, representará ao chefe do Governo no sentido de ser adiada, para o dia 4 de novembro do corrente ano, a instalação conjunta das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, em sua IV sessão ordinária.

Parágrafo único — No projeto de decreto-lei que for encaminhado ao Presidente da República deverá ficar prevista a competência desta Junta para deliberar, desde que assim o exija a marcha dos serviços censitários, sobre a não realização das sessões dos Conselhos no corrente

ano, cabendo-lhe outrossim, e ao Diretório Central de Geografia, exercer as atribuições das respectivas Assembléias.

Art. 2.º — O Curso de Aperfeiçoamento para os funcionários das repartições regionais de estatística, instituído pela Resolução n.º 67, desta Junta, não será realizado no corrente ano.

Parágrafo único — O quantitativo orçamentário consignado para a realização do aludido Curso reforçará as verbas destinadas à assistência técnica aos Estados.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1940, no 5.º do Instituto — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 87, de 1 de março de 1940

*Dispõe sobre a distribuição de auxílio aos órgãos do sistema do Instituto, no exercício de 1940.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que na verba consignada no Orçamento Geral da República ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acha-se incluída a importância de 3 800 contos que, na conformidade da Resolução n.º 8, da Assembléia Geral, deverá ser distribuída, no exercício de 1940, como auxílio aos principais órgãos executivos da instituição;

Considerando, também, a necessidade de se instituir um fundo especial destinado ao equipamento das Agências Municipais de Estatística e ao custeio da assistência técnica e extraordinária que a Secretaria Geral deve prestar aos serviços locais e regionais de estatística, em virtude dos trabalhos censitários;

Considerando, ainda, o disposto nas Resoluções n.º 8 da Assembléia Geral do Conselho, bem assim nas de ns. 37 e 63 desta Junta;

Resolve:

Art. 1.º — A verba orçamentária de 3 800 contos destinada a auxiliar, no exercício de 1940, os órgãos permanentes do Instituto, pelo concurso que deverão prestar aos trabalhos do Recenseamento Geral da República, terá a distribuição prevista na Resolução n.º 8, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 2.º — Do quantitativo a ser distribuído como prêmio aos Agentes Municipais de Es-

tatística será deduzida a quota de 10%, que reforçará o fundo de assistência técnica aos órgãos locais e regionais de estatística.

Parágrafo único — Da importância restante, metade será empregada na instituição de um fundo especial destinado à aquisição de material padronizado, previsto nas Resoluções ns. 43 e 98 da Assembléa Geral do Conselho, devendo a outra metade ser distribuída em prêmios aos Agentes Municipais de Estatística, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3.º — Dos auxílios concedidos às repartições centrais, federais e regionais, serão deduzidas, na conformidade do disposto na Resolução n.º 63 desta Junta, quotas correspondentes a 20%, que formarão um fundo cooperativo destinado:

a) a reforçar com 120 contos os recursos reservados ao equipamento das Agências Municipais de Estatística;

b) a custear com 300 contos a campanha do levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais.

Parágrafo único — Do auxílio total concedido às repartições centrais regionais será ainda deduzida a quota de 10% para reforçar os recursos previstos no orçamento do Conselho, neste ano, para assistência técnica aos órgãos filiados ao Instituto.

Art. 4.º — A verba de 3 800 contos ficará, por conseguinte, assim distribuída:

1. Prêmio aos Agentes Municipais de Estatística (segundo a tabela do anexo n.º 1) ..... 675.000\$000

2. Auxílio às repartições centrais regionais (segundo a tabela do anexo n.º 2) ....	770.000\$000
3. Auxílio às repartições centrais federais (em cinco quotas iguais) .....	800.000\$000
4. Fundo destinado à aquisição de equipamento padronizado para as Agências Municipais de Estatística ..	795.000\$000
5. Reforço à verba de assistência técnica aos órgãos do Instituto .....	260.000\$000
6. Contribuição para o fundo destinado ao custeio do serviço de coordenadas geográficas .....	300.000\$000
7. Custeio dos serviços técnicos a cargo de Secretaria Geral	200.000\$000
<b>Total .....</b>	<b>3 800.000\$000</b>

Art. 5.º — O emprêgo das verbas enumeradas no artigo precedente, bem como a prestação de contas da sua aplicação, obedecerão aos dispositivos das Resoluções ns. 37 e 63, desta Junta, e 136, da Assembléa Geral do Conselho.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — *Publique-se. José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

## ANEXO N.º 1

## PRÊMIO AOS AGENTES

**Critério de distribuição: metade proporcionalmente ao número de municípios e outra metade, à população**

UNIDADES FEDERADAS	Número de municípios 31-XII-939	População 31-XII-939	IMPORTÂNCIA RATEADA		Líquido a receber
			Por municípios	Quota demográfica	
Acre.....	7	122 099	1:501\$000	916\$000	2:417\$000
Amazonas.....	28	459 747	6:004\$000	3:445\$000	9:452\$000
Pará.....	53	1 676 592	11:364\$000	12:574\$000	23:938\$000
Maranhão.....	65	1 258 241	13:937\$000	9:436\$000	23:373\$000
Piauí.....	47	901 385	10:078\$000	6:760\$000	16:838\$000
Ceará.....	79	1 746 691	16:939\$000	13:099\$000	30:038\$000
Rio Grande do Norte.....	42	837 638	9:006\$000	6:282\$000	15:288\$000
P Paraíba.....	41	1 498 833	8:791\$000	11:241\$000	20:032\$000
Pernambuco.....	85	3 198 671	18:226\$000	23:989\$000	42:215\$000
Alagoas.....	33	1 269 521	7:076\$000	9:521\$000	16:597\$000
Sergipe.....	42	571 869	9:006\$000	4:289\$000	13:295\$000
Bahia.....	150	4 455 288	32:163\$000	33:413\$000	65:576\$000
Espírito Santo.....	32	771 016	6:861\$000	5:782\$000	12:643\$000
Rio de Janeiro.....	50	2 183 078	10:721\$000	16:372\$000	27:093\$000
Distrito Federal.....	1	1 896 998	214\$000	14:227\$000	14:441\$000
São Paulo.....	270	7 305 407	57:894\$000	54:785\$000	112:682\$000
Paraná.....	49	1 124 300	10:507\$000	8:432\$000	18:939\$000
Santa Catarina.....	44	1 093 305	9:435\$000	8:199\$000	17:634\$000
Rio Grande do Sul.....	88	3 329 588	18:869\$000	24:971\$000	43:840\$000
Mato Grosso.....	28	403 390	6:004\$000	3:025\$000	9:029\$000
Goiás.....	52	812 354	11:150\$000	6:092\$000	17:242\$000
Minas Gerais.....	288	8 086 165	61:754\$000	60:644\$000	122:398\$000
<b>Total.....</b>	<b>1 574</b>	<b>45 002 176</b>	<b>337:500\$000</b>	<b>337:500\$000</b>	<b>675:000\$000</b>

## ANEXO N.º 2

## DISTRIBUIÇÃO DO AUXÍLIO DE 1940 ÀS RÉPARTIÇÕES CENTRAIS REGIONAIS

UNIDADES FEDERADAS	População 31-XII-939	IMPORTÂNCIA RATEADA			DESCONTOS		Líquido a distribuir
		Pelo 1.º grupo de 100 000 habitantes	Quota pro- porcional à popu- lação re- stante	Total	20 % (Res. 63)	10 % (Res. 87)	
Acre.....	122 099	30:000\$000	227\$200	30:227\$200	6:045\$400	3:022\$700	21:159\$100
Amazonas....	459 747	30:000\$000	3:698\$100	33:698\$100	6:739\$600	3:369\$800	23:588\$700
Pará.....	1 676 592	30:000\$000	16:207\$100	46:207\$100	9:241\$400	4:620\$700	32:345\$000
Maranhão....	1 258 241	30:000\$000	11:906\$500	41:906\$500	8:381\$300	4:190\$700	29:334\$500
Piauí.....	901 385	30:000\$000	8:238\$100	38:238\$100	7:647\$600	3:823\$800	26:766\$700
Ceará.....	1 746 691	30:000\$000	16:927\$700	46:927\$700	9:385\$500	4:692\$800	32:849\$400
R. G. do Norte	837 638	30:000\$000	7:582\$800	37:582\$800	7:516\$600	3:758\$300	26:307\$900
Paraíba....	1 498 833	30:000\$000	14:379\$700	44:379\$700	8:875\$900	4:438\$000	31:065\$800
Pernambuco..	3 198 671	30:000\$000	31:853\$700	61:853\$700	12:370\$700	6:185\$400	43:297\$600
Alagoas.....	1 269 521	30:000\$000	12:022\$400	42:022\$400	8:404\$500	4:202\$200	29:415\$700
Sergipe.....	571 869	30:000\$000	4:850\$700	34:850\$700	6:970\$100	3:485\$100	24:395\$500
Bahia.....	4 455 288	30:000\$000	44:771\$500	74:771\$500	14:954\$300	7:477\$100	52:340\$100
Espírito Santo	771 016	30:000\$000	6:897\$900	36:897\$900	7:379\$600	3:689\$800	25:828\$500
Rio de Janeiro	2 183 078	30:000\$000	21:413\$600	51:413\$600	10:282\$700	5:141\$400	35:989\$500
D. Federal...	1 896 998	30:000\$000	18:472\$800	48:472\$800	9:694\$600	4:847\$300	33:930\$900
São Paulo....	7 305 407	30:000\$000	74:071\$100	104:071\$100	20:814\$200	10:407\$000	72:849\$900
Paraná.....	1 124 300	30:000\$000	10:529\$600	40:529\$600	8:105\$900	4:053\$000	28:370\$700
Santa Catarina	1 093 305	30:000\$000	10:211\$000	40:211\$000	8:042\$200	4:021\$100	28:147\$700
R. G. do Sul..	3 329 588	30:000\$000	33:199\$500	63:199\$500	12:639\$900	6:320\$000	44:239\$600
Mato Grosso	403 390	30:000\$000	3:118\$800	33:118\$800	6:623\$800	3:311\$900	23:183\$100
Goiás.....	812 354	30:000\$000	7:322\$900	37:322\$900	7:464\$600	3:732\$300	26:126\$000
Minas Gerais	8 086 165	30:000\$000	82:097\$300	112:097\$300	22:419\$500	11:204\$600	78:468\$100
<b>Total....</b>	<b>45 002 176</b>	<b>660:000\$000</b>	<b>440:000\$000</b>	<b>1.100:000\$000</b>	<b>22:000\$000</b>	<b>110:000\$000</b>	<b>770:000\$000</b>

★

Resolução n.º 90, de 16 de abril de 1940

Resolve:

Reconhece a Sociedade Brasileira de Estatística como organização oficial dos estatísticos brasileiros.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que esta Junta, para dar cumprimento à determinação constante da Resolução n.º 150, da Assembléa Geral do Conselho nomeou uma comissão com o fim especial de promover a reorganização da Sociedade Brasileira de Estatística;

Considerando que, em virtude dos trabalhos dessa comissão, ficou aquela Sociedade definitivamente organizada, em memorável assembléa geral levada a efeito no dia 5 do corrente, com a aprovação dos novos Estatutos e eleição da Diretoria que dirigirá os seus destinos no biênio 1940-1941;

Considerando, finalmente, o disposto no artigo 19, do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que autoriza ao Instituto a patrocinar e favorecer o desenvolvimento dos trabalhos da referida associação técnico-cultural;

Art. 1.º — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística reconhece, para todos os efeitos, como organização oficial dos estatísticos brasileiros, destinada a promover o desenvolvimento das pesquisas e estudos estatísticos no país, bem assim a estabelecer entre os profissionais e cultores da especialidade relações de solidariedade e cooperação científica e social, a Sociedade Brasileira de Estatística, constituída no dia 5 do corrente mês, em sucessão à entidade da mesma denominação, fundada nesta capital a 16 de dezembro de 1931.

Art. 2.º — Fica a Presidência do Instituto autorizada a proporcionar à Sociedade Brasileira de Estatística, na conformidade do disposto no Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, todo o auxílio de que essa instituição necessitar para a consecução de seus objetivos.

Parágrafo único — A Revista Brasileira de Estatística será o órgão oficial da Sociedade.

Art. 3.º — A Junta Executiva Central dirige um caloroso apêlo a quantos se dedicam, no país, às pesquisas de caráter estatístico, a fim de, reconhecendo o relevante papel que está re-

servado à Sociedade Brasileira de Estatística, no campo técnico, cultural e social, se inscreverem nos seus quadros sociais e prestarem todo o apoio à grande obra que lhe cumpre executar, em favor do desenvolvimento e prestígio da estatística brasileira.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

#### Resolução n.º 92, de 17 de maio de 1940

*Em homenagem à memória veneranda do "Fundador da Estatística Geral Brasileira", fórmula encarecido apêlo ao Senhor Presidente da República.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o nome do Dr. José Luís Saião de Bulhões Carvalho ocupa, na admiração, estima e reconhecimento dos profissionais da estatística, no Brasil, um lugar a que nenhum outro se avantaça;

Considerando que à atuação daquele eminente pátrio deve a estatística brasileira iniciativas, empreendimentos e realizações de mais alta relevância, muitas das quais sem precedentes na história administrativa do país;

Considerando que, se foi extensa e profunda a sua atuação no campo da estatística, onde lhe coube prestar ao Brasil serviços de inestimável importância, também noutros setores da administração nacional se exerceu a sua incansável atividade, a que sempre caracterizou o mais vivo patriotismo, integral devotamento e inexcédvel capacidade realizadora;

Considerando que, além das suas atividades na especialização profissional a que se consagrou e em cujo campo se destaca, sobretudo, a notável orientação que imprimiu ao Recenseamento de 1920 e, durante anos, à tradicional Diretoria Geral de Estatística, — a obra científica e literária do insigne mestre ainda constitui vigorosa demonstração de u'a mentalidade superior, cuja nobre vida pública, votada, permanentemente, ao serviço da Pátria, se afirmou sempre um modelo de probidade e retidão;

Considerando que um alto pensamento de justiça inspirou a Assembléa Geral deste Conselho, ao conferir solenemente ao Dr. José Luís Saião de Bulhões Carvalho o título de — "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — reconhecendo-lhe, por essa forma, a extraordinária benemerência técnica e traduzindo, nessa expressiva deliberação, os sentimentos de veneração e culto da família estatística brasileira pela preclara figura do seu grande patrono, — tanto mais quanto, em várias oportunidades e com impressionante intuição, o eminente e saudoso pátrio definiu e pregou, como solução ideal para os problemas estatísticos do país, normas e diretrizes que, inspiradas no mesmo largo espírito de cooperação inter-administrativa, quase se confundem inteiramente com as que prevalecem, a título efetivo, nesse importante setor de nossa estrutura política, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que a vida particular do Dr. José Luís Saião de Bulhões Carvalho, consagrada, de cedo, ao trabalho e à virtude, foi outro exemplo admirável de nobreza e elevação moral, do que é prova edificante do devotamento e solicitude com que, sem poupar esforços nem sacrifícios, mesmo os de bem-estar e de saúde,

se atribuiu a responsabilidade da educação de quatro sobrinhos órfãos, — filhos do Dr. João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, brasileiro igualmente ilustre, benemérito e erudito, a quem deve o país assinalados serviços, tanto na magistratura como na política e ainda no magistério e na administração e de quem se disse que "monge do direito faria honra a qualquer das universidades estrangeiras como fêz à nossa";

Considerando que a essa nobre tarefa devotou o Dr. José Luís Saião de Bulhões Carvalho toda a magnanimidade de seu espírito privilegiado fazendo dos descendentes do irmão desaparecido e também órfãos de mãe os filhos que não teve — pela firmeza com que se entregou à formação de sua personalidade e pelo desvelo com que lhes deu permanente assistência material e moral a ponto de cessada embora a tutela que exercia, permanecerem em, gratos e felizes, na companhia daquele que lhes assegurara um segundo lar;

Considerando que, através de existência morigerada e austera, constituiu uma das preocupações permanentes de seu espírito a formação do pequeno patrimônio que, com a sua morte, viria a caber áqueles por cujo destino sempre demonstrou um interesse de pai;

Considerando que há testemunhos públicos e irrecusáveis do que acima se afirma, inclusive expressivo artigo, publicado no *Jornal do Comércio* desta capital, edição de 21 de fevereiro de 1937, no qual o próprio Dr. José Luís Saião de Bulhões Carvalho, referendo a solene promessa que fizera ao irmão moribundo de que, se "perdessem os sobrinhos o amparo de seu bondoso progenitor, seria para eles um segundo pai", — deixa plenamente evidenciados os sentimentos que sempre o moveram, em relação áqueles parentes, aos quais considerava, por todos os títulos, seus herdeiros necessários;

Considerando, porém, que o Decreto-lei n.º 1 907, de 26 de dezembro de 1939, dispôs que, além dos casos previstos do Código Civil, é considerada jacente a herança se o falecido tiver sido solteiro ou viúvo e não houver deixado testamento nem ascendente, descendente ou irmãos herdeiros e sobreviventes, notoriamente conhecidos, — deferindo-se os bens à União, uma vez declarada a vacância;

Considerando que, colhido inesperadamente pela morte "em pleno vigor de sadia e prestante velhice", três meses, apenas, após a promulgação do citado decreto-lei, não chegou o Dr. José Luís Saião de Bulhões Carvalho a instituir os sobrinhos, em instrumento testamentário hábil e bastante (para o qual, entretanto, chegou a coordenar notas destinadas ao competente rascunho), herdeiros dos seus bens, direitos e obrigações, — o que seria corolário lógico de uma atitude invariavelmente mantida e de atos públicos e notórios, — dado que já não eram eles seus sucessores legítimos, *ex-vi* das novas disposições legais;

Considerando que, sem perder a noção das suas funções técnicas e culturais, no quadro das nossas entidades administrativas, pode o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considerar também pertinente um seu pronunciamento em assunto da natureza do que é objeto da presente Resolução, até porque com ela se visa promover no terreno da superior solidariedade humana, não só um merecido prêmio cívico, — ainda que póstumo, — mas também justa homenagem à memória ilustre de dois beneméritos brasileiros, — a um dos quais deve a estatística inexcédvel soma de serviços;

Resolve:

Artigo único — O Conselho Nacional de Estatística formula respeitoso e encarecido apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, como penhor de reconhecimento da Pátria

a um dos seus mais dignos servidores — o Dr. José Luis Saião de Bulhões Carvalho — seja baixado um decreto-lei em virtude do qual se outorgue aos sobrinhos daquele saudoso e eminente patrio, filhos do grande jurista brasileiro, Dr. João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, — de memória não menos veneranda, — o direito à herança pelo mesmo deixada e que seria deferida à União se não concedesse o Governo esse prêmio cívico ao egrégio "Fundador da Estatística Geral Brasileira".

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

#### Resolução n.º 95, de 31 de maio de 1940

*Dispõe sobre a elaboração e distribuição do Anuário Estatístico do Brasil.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a publicação regular do *Anuário Estatístico do Brasil*, cuja organização, por força de lei, está agora a cargo da Secretaria Geral do Instituto, constitui um dos principais objetivos do sistema estatístico nacional;

Considerando, também, que a falta de atualização de alguns dados constantes da publicação em apêço, devida, em grande parte, à extensão territorial do país, foi aumentada em virtude de haver a impressão do material destinado ao Recenseamento Geral da República retardado, de alguma sorte, o aparecimento do IV número do *Anuário*;

Considerando, ainda, que o preço fixado pela Junta, em sua Resolução n.º 3, para a venda avulsa do *Anuário*, é hoje inferior ao custo da referida publicação;

Considerando, finalmente, o disposto nas Resoluções ns. 12 e 35, da Assembléa Geral, e n.º 3, desta Junta;

#### Resolve:

Art. 1.º — O número V do *Anuário Estatístico do Brasil* deverá referir-se aos anos de 1939 e 1940, conjuntamente.

Parágrafo único — Se não fôr aconselhável incluir nesse número do *Anuário* ambos os suplementos, o retrospectivo e o de comparação internacional, previstos no art. 2.º da Resolução n.º 35 da Assembléa Geral, deverá néle figurar, pelo menos, a série retrospectiva, ficando invertida, nessa hipótese a alternância estabelecida no aludido texto.

Art. 2.º — As repartições centrais — federais e regionais, — deverão envidar todos os esforços no sentido dos originais do *Anuário* serem remetidos à Secretaria Geral do Instituto até o dia 1.º do mês de agosto do corrente ano.

Art. 3.º — Ficam mantidas, para efeito de distribuição do *Anuário Estatístico do Brasil* — Ano IV — 1938" — todas as disposições da Resolução n.º 12, da Assembléa Geral.

Parágrafo único — Os exemplares do *Anuário Estatístico do Brasil*, bem assim das demais publicações editadas sob a responsabilidade exclusiva do Instituto, serão vendidos, depois de feita a distribuição prevista, ao preço que a Secretaria Geral fixar, tendo em vista, quando possível, o respectivo custo.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

#### Resolução n.º 97, de 4 de junho de 1940

*Estima o quantitativo orçamentário necessário ao custeio dos serviços e trabalhos do Instituto, no exercício de 1941.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Exmo. Sr. ministro da Fazenda, ao solicitar da Presidência do Instituto a proposta orçamentária para 1941, recomendou a mais estrita economia, em virtude, principalmente, da repercussão que na situação econômica e financeira do país não pode deixar de produzir o estado de guerra;

Considerando, entretanto, que o próprio Sr. ministro ressalva que essa orientação não deve prejudicar a eficiência dos serviços públicos;

Considerando que os serviços executados pelas três alas do Instituto — a estatística, a geográfica e a censitária, — sobre serem da maior importância para o exato conhecimento da vida nacional, exigem uma continuidade de ação que não pode sofrer qualquer solução, sem prejuízo de todos os trabalhos já executados;

Considerando, finalmente, que as resoluções dos órgãos deliberativos dos referidos sistemas esclarecem e fundamentam as flutuações verificadas nas várias rubricas;

#### Resolve:

Art. 1.º — O quantitativo orçamentário exigido pelas atividades do Instituto no exercício de 1941, para cumprimento e nos termos da legislação que lhe diz respeito, é fixado globalmente em 37 857.080\$000 (trinta e sete mil e oitocentos e cinquenta e sete contos e oitenta mil réis), com a seguinte distribuição:

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| I — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Estatística", abrangendo o custeio da Secretaria Geral, com os serviços técnicos criados em consequência das disposições do Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de junho de 1939, manutenção das oficinas gráficas, anexadas em virtude do estatuído no Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, e apuração do comércio inter-estadual por vias terrestres ..... | 1 383.080\$000 |
| II — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Geografia", para custeio da respectiva Secretaria, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, dos serviços de revisão da Carta do Brasil ao milionésimo e levantamento das altitudes dos pontos mais característicos do território nacional .....                                                                                                      | 1 860.000\$000 |

III — Sob a rubrica "Recenseamento Geral da República", compreendendo os serviços complementares de coleta, crítica e apuração dos questionários, bem como a divulgação dos resultados e auxílio aos órgãos permanentes do Instituto pelos trabalhos conexos com a operação censitária ..... 34 700:000\$000

Art. 2.º — A Presidência do Instituto, na conformidade do disposto no art. 24, n.º I, do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, solicitará ao Governo Federal que a consignação a ser-lhe atribuída na lei orçamentária para 1941 se faça com o título e o explicativo já constantes do orçamento do corrente exercício e contenha as três seguintes sub-consignações, que são especificadas, em todas as suas indicações, obediência à legislação em vigor:

☆

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(A ser entregue como "auxílio", na forma do art. 24, n.º I, do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934)

I — Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico .....	1 383:080\$000
II — Conselho Nacional de Geografia e Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica .....	1 860:000\$000
III — Recenseamento Geral da República .....	34 700:000\$000
Total .....	37 943:080\$000

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

#### Resolução n.º 100, de 16 de agosto de 1940

*Formula um agradecimento e dispõe sobre uma homenagem ao "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — Dr. Luís Saldade de Bulhões Carvalho.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando a elevada significação de que reveste, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a doação a ele feita, pelos herdeiros do Dr. José Luís Saldade de Bulhões Carvalho, da Biblioteca que pertenceu àquele ilustre brasileiro, cujo nome está ligado, pelos mais altos títulos de benemerência, a importantes fases da evolução da estatística, no Brasil;

Considerando que a encorporação à Biblioteca Central do Instituto de tão valioso acervo

de obras especializadas, sobre enriquecer o patrimônio bibliográfico da instituição, dá ensejo a que mais uma vez se exalte, perante os atuais servidores da estatística brasileira a memória veneranda do ilustre mestre, a quem tantos serviços ficou a dever o país, no importante setor de sua especialização técnica;

Resolve:

Art. 1.º — São expressos aos herdeiros do "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — José Luís Saldade de Bulhões Carvalho — os agradecimentos do Conselho Nacional de Estatística pela generosa doação, ao Instituto, da biblioteca que pertenceu àquele renomado técnico brasileiro.

Art. 2.º — Os livros doados passarão a constituir a "Secção Bulhões Carvalho" da Biblioteca Central do Instituto, completando-se a homenagem que esta deliberação tem em vista com a aposição solene, na sala de leitura da mesma Biblioteca, quando da próxima sessão da Assembléa Geral do Conselho, do retrato do "Fundador da Estatística Geral Brasileira".

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Assistente-chefe, respondendo pelo expediente da secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

#### Resolução n.º 102, de 4 de outubro de 1940

*Consigna o voto de homenagem e regozijo do Instituto, pela passagem do 4.º centenário da fundação da Companhia de Jesus.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a 27 de setembro último ocorreu o 4.º centenário da Companhia de Jesus, cuja fundação foi solenemente aprovada pelo Papa Paulo III a 27 de setembro de 1540;

Considerando que, desde os primeiros tempos da formação da nossa nacionalidade, os missionários da Companhia de Jesus, pelas viagens de penetração no interior do país; pelos escritos sobre a fauna e a flora das diferentes regiões; pelos estudos sobre a língua e costumes dos primeiros habitantes; pela participação inteligente e patriótica na luta contra as invasões estrangeiras — trouxeram uma inestimável contribuição à nossa geografia, linguística e etnografia e conquistaram indiscutíveis títulos de benemerência no descobrimento e conhecimento do nosso território e na defesa de sua unidade e integridade;

Considerando que, pela dedicação incansável na difusão da cultura intelectual, em todos os graus, e pela catequese do índio e esforço em prol de suas liberdades, os filhos espirituais de Santo Inácio exerceram uma influência benfazeja na gênese e, no desenvolvimento da nossa unidade social e cultural;

Considerando que, pela preparação constante do Evangelho a todas as classes; pelo seu zelo em defender os altos interesses da

moralidade pública; pelos seus esforços em prol da educação nacional em todos os seus aspectos, os jesuítas trabalharam sem esmorecimentos para constituir e enriquecer o patrimônio cristão que representa o fundamento da vida espiritual da Nação Brasileira;

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera de seu dever participar de tôdas as manifestações da vida nacional, relacionadas com os altos objetivos patrióticos que lhe inspiram as atividades;

Resolve:

Art. 1.º — Fica, pela presente Resolução, consignado nos anais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística um voto de profundo

regozijo pela passagem do 4.º Centenário da fundação da Companhia de Jesus, exprimindo-se, com êsse voto, a solidariedade do órgão coordenador da estatística brasileira às comemorações festivas promovidas pelas mais notáveis associações culturais do país em homenagem aos filhos espirituais de Santo Inácio, — beneméritos da civilização brasileira.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Valdemar Lopes*, Assistente-chefe, respondendo pelo expediente da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

# Conselho Nacional de Geografia

## Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 131 a 135

Resolução n.º 131, de 18 de maio de 1943

*Atualiza a estrutura do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que a repartição central do Conselho, instalada em 15 de março de 1939, se vem ampliando e gradativamente se adaptando às iniciativas do Conselho;

Considerando que destarte cumpre ser atualizada a sua estrutura, baixada com a Resolução n.º 31, de 8 de fevereiro de 1939, deste Diretório,

Resolve:

Art. 1.º — A estrutura do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica passa a ser fixada nesta Resolução, figurada no organograma anexo.

Art. 2.º — A não ser a estrutura do Serviço, que esta Resolução vem modificar, ficam em vigor as demais disposições constantes do seu Regimento Interno baixado com a Resolução n.º 31 citada.

Art. 3.º — Pela nova estrutura o Serviço compreende uma Diretoria, a que se subordinam:

- 1 Secretaria,
- 4 Secções Técnicas,
- 2 Carteiras de Serviço,
- 2 Cursos de Especialização,
- 5 Órgãos Especiais.

Art. 4.º — São atribuições do diretor, além daquelas fixadas no Regimento Interno:

- 1) presidir as reuniões da Comissão da "Biblioteca Geográfica Brasileira";
- 2) presidir as reuniões da Comissão da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo;
- 3) presidir as reuniões do Conselho Diretor, previsto no art. 138 do Regulamento;
- 4) presidir as tertúlias geográficas semanais e bem assim as reuniões culturais, na ausência do presidente do Conselho.

Art. 5.º — A Secretaria, a que cabe executar os serviços administrativos da repartição, fica dirigida pelo secretário-assistente e compreenderá vários setores de serviço, de acôrdo com as necessidades, sendo previstos desde já os seguintes:

a) de Expediente e Arquivo; b) de Mecanografia; c) Gabinete de Cópias; d) de Pessoal e Contabilidade; e) Almoarifado; f) Portaria.

Art. 6.º — A 1.ª Secção — "Documentação Geográfica" compreende os necessários setores

de serviço, cujo quadro atual é o seguinte: a) Biblioteca; b) Filmo-fototeca; c) Arquivo Corográfico; d) Dicionário Geográfico Brasileiro.

Parágrafo único — O assistente-técnico encarregado do *Dicionário* fica investido na chefia da 1.ª Secção.

Art. 7.º — A 2.ª Secção — "Carta do Brasil", compreende os setores: a) Coleta de Elementos; b) Mapoteca; c) Cartografia.

Art. 8.º — A 3.ª Secção — "Cartas Regionais", compreende os setores: a) Estereografia; b) Cartografia.

Art. 9.º — A 4.ª Secção — "Estudos e Estatísticas", compreende os setores a) Ilustrações; b) Estatística Territorial; c) Estudos.

Art. 10 — De futuro, na ocasião oportuna, as Secções Técnicas, poderão compreender outro conjunto de setores de serviço, de acôrdo com as necessidades da repartição, a critério do diretor.

Art. 11 — A Carteira de Intercâmbio e Publicidade tem por finalidade, na forma prevista, a elaboração do *Boletim Geográfico* bem assim os encargos de intercâmbio cultural e de publicidade do Conselho.

Art. 12 — A Carteira da Divisão Territorial tem por objetivo realizar os trabalhos relativos à execução da Lei Nacional n.º 311, no que compete à atuação dos órgãos centrais do Conselho.

Art. 13 — Os dois Cursos de Especialização, subordinados ao diretor articulam-se diretamente com as Secções nêles interessadas: o Curso de Cartografia com as 2.ª e 3.ª Secções, o Curso de Geografia com a 4.ª Secção.

Art. 14 — O Museu de Geografia do Brasil será assistido pela Secção de Estudos, no que toca à orientação metodológica.

Art. 15 — Os órgãos avulsos, subordinados ao diretor, — que presentemente compreendem a "Campanha das Expedições Científicas", a "Campanha de Coordenadas", o "Corpo de Assistentes Técnicos" e o "Setor de Publicações" — reger-se-ão por instruções especiais que o diretor fixará.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 132, de 18 de maio de 1943****Altera o preço da Revista Brasileira de Geografia e dá outras providências**

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando que o custo das publicações se elevou avultadamente; Considerando a conveniência dos serviços;

Resolve:

Art. 1.º — O preço do exemplar da *Revista Brasileira de Geografia*, na sua venda avulsa, passa a ser de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00).

Art. 2.º — Fica a Comissão de Redação da mesma Revista com poderes para fixar o respectivo preço, alterando-o quando julgar conveniente.

Art. 3.º — A mesma Comissão fixará os preços das demais publicações do Conselho.

Art. 4.º — A Secretaria organizará convenientemente o serviço de verbas das publicações do Conselho, bem como a contabilidade respectiva, cabendo-lhe a arrecadação das importâncias resultantes.

Art. 5.º — O produto das vendas das publicações, já efetuadas e por se efetuarem, constituirão na Secretaria do Conselho um fundo especial, com o qual se reforçará a verba de publicações do Conselho e se atenderão as despesas especiais com o preparo, impressão e distribuição dessas mesmas publicações.

§ 1.º — O reforço da verba "Publicações" será feito mediante o encaminhamento ao Instituto de quantias, retiradas daquele fundo, a critério do secretário do Conselho, segundo guias que autenticará.

§ 2.º — As despesas especiais citadas serão devidamente documentadas e só se efetuarão com a autorização prévia do secretário do Conselho.

§ 3.º — Os lançamentos da contabilidade serão mantidos rigorosamente em dia, cabendo ao secretário-assistente a sua fiscalização e superintendência.

§ 4.º — Incluir-se-ão nesses lançamentos as arrecadações anteriormente feitas e não encaminhadas ao Instituto.

Art. 6.º — Incluem-se também nas arrecadações previstas nesta Resolução o produto da venda de papéis velhos e demais rendas eventuais.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1943, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 133, de 7 de junho de 1943****Approva a proposta do orçamento do Conselho para 1944**

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando a orientação firmada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, no sentido dos funcionários ministeriais colocados à disposição das autarquias serem nelas comissionados, cabendo às instituições beneficiadas custear integralmente os respectivos proventos;

Considerando que é do espírito do Decreto-lei n.º 5 527, de 28 de maio último, a equiparação dos vencimentos dos funcionários das autarquias aos dos funcionários ministeriais de cargos equivalentes;

Considerando que cumpre ser instalado sem tardança, em programa inicial, o serviço de levantamentos aerofotogramétricos, nos termos da Resolução n.º 127, de 9 de julho de 1942, da Assembléa Geral.

Considerando a necessidade da impressão das fôlhas da Carta Geral do Brasil, cuja verba proposta pelo Conselho não foi computada nos orçamentos da União de 1942 e 1943;

Considerando a elevação do custo da vida e do preço das mercadorias;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto, na proposta orçamentária que encaminhar ao Ministério da Fazenda, incluirá para este Conselho a dotação em 1944 de sete milhões e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 7 700 000,00).

Art. 2.º — Destina-se a referida dotação a atender às despesas previstas para o Conselho no ano vindouro, obedientes à seguinte discriminação:

**VERBA I — PESSOAL**

1 — Vencimentos do pessoal extranumerário do Conselho: Secretaria Geral e Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica. (Decreto-lei n.º 732, de 13 de outubro de 1938)	Cr\$ 1 580 000,00
2 — Gratificação ao secretário do Conselho (Decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938). . . . .	Cr\$ 12 000,00
3 — Gratificações de diversas naturezas, previstas em lei. . . . .	Cr\$ 110 000,00
4 — Ajudas de custo e diárias aos funcionários ..	Cr\$ 25 000,00
5 — Ajudas de custo aos delegados regionais à Assembléa Geral do Conselho (Decreto-lei n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936) . . . . .	Cr\$ 20 000,00
<b>Total da Verba I . . . . .</b>	<b>Cr\$ 1 747 000,00</b>

**VERBA II — MATERIAL**

1 — Aquisição de livros, mapas, documentos, revistas e encadernações ..	Cr\$ 25 000,00
2 — Material permanente, móveis, máquinas e utensílios . . . . .	Cr\$ 100 000,00

3 — Material de consumo, artigos de expediente e congêneres .....	Cr\$ 120 000,00	condução, serviço de taquigrafia, Curso de Informações e outras despesas especiais) ...	Cr\$ 18 000,00
4 — Aluguel de sede .....	Cr\$ 288 000,00	3 — Impressão das fôlhas da Carta Geral do Brasil (plano bienal) .....	Cr\$ 1 000 000,00
5 — Assinaturas de recortes de jornais e revistas ..	Cr\$ 5 000,00	4 — Campanha das Coordenadas Geográficas .....	Cr\$ 300 000,00
6 — Despesas miúdas de pronto pagamento .....	Cr\$ 12 000,00	5 — Campanha Altimétrica e excursões científicas ...	Cr\$ 300 000,00
7 — Luz, telefone, telegramas, portes de correio, limpeza e conservação da sede .....	Cr\$ 15 000,00	6 — Assistência aos serviços regionais e Curso de Cartografia .....	Cr\$ 95 000,00
8 — Publicações do Conselho (Revista, Boletim, Biblioteca Geográfica Brasileira, Dicionário Geográfico), impressão de mapas, formulários e impressos diversos .....	Cr\$ 490 000,00	7 — Participação do Conselho em certames e exposições, cursos anuais de monografias de aspectos municipais, campanhas geográficas especiais .....	Cr\$ 90 000,00
9 — Aquisição de passagens para os delegados à Assembléa Geral .....	Cr\$ 25 000,00	Total da Verba III ..	Cr\$ 1 815 600,00
10 — Fardamento para o pessoal subalterno .....	Cr\$ 4 800,00		
11 — Aparelhagem aerofotogramétrica, de vôo e de restituição .....	Cr\$ 2 500 000,00		
12 — Auxílio para a impressão dos Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia .....	Cr\$ 200 000,00		
Total da Verba II ..	Cr\$ 3 784 800,00		

## VERBA III — SERVIÇOS E ENCARGOS

1 — Estada dos delegados regionais à Assembléa ..	Cr\$ 12 600,00
2 — Despesas com a realização da Assembléa Geral (excursões científicas,	

## VERBA IV — EVENTUAIS

Suplementação de verbas, eventuais extraordinárias autorizadas pelo Diretório Central .....	Cr\$ 352 600,00
TOTAL GERAL .....	Cr\$ 7 700 000,00

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho organizará estudos e quadros que elucidem e fundamentem a aplicação dos recursos orçamentários ora solicitados.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 134, de 7 de junho de 1943

*Dispõe sobre o boletim mensal do Conselho*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando as conveniências da edição do boletim mensal, cujo número inaugural saiu em abril último;

Resolve:

Art. 1.º — O boletim mensal do Conselho passa a receber o título de *Boletim Geográfico*.

Art. 2.º — As questões relativas à organização do *Boletim* serão resolvidas pelo secretário do Conselho, ouvida a Comissão da Biblioteca Geográfica Brasileira.

Art. 3.º — O chefe da Carteira de Intercâmbio e Publicidade servirá de secretário da Comissão, na parte relativa ao *Boletim*, cabendo-lhe a vantagem prevista na Resolução n.º 123, d'este Diretório.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, ano 8.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 135, de 18 de junho de 1943

*Dispõe sobre a adesão do Conselho à Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando as vantagens do intercâmbio cultural com os países estrangeiros, sobretudo no caso das nações amigas;

Considerando que nos Estados Unidos da América acaba de se organizar a "Interamerican Society of Anthropology and Geography", sob os auspícios da prestigiosa e conceituada "Smithsonian Institution".

Considerando o honroso convite formulado pelos organizadores da novel Sociedade a este Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia adere à "Interamerican Society of Anthropology and Geography", de Washington.

Art. 2.º — Fica arbitrado em cem dólares o valor da quota anual do Conselho àquela Sociedade.

Art. 3.º — A despesa correrá por conta da verba do orçamento do Conselho, referente à participação do mesmo nos certames culturais.

Art. 4.º — A Secretaria providenciará no sentido da remessa de publicações geográficas brasileiras para a Biblioteca da Sociedade, bem como se empenhará no envio de dados e informações que permitam a divulgação adequada da movimentação atual da geografia brasileira, diligenciando-se, ao mesmo tempo, para que o Conselho, através da Sociedade, se beneficie do recebimento de publicações geográficas dos países americanos, e também do intercâmbio com suas repartições.

Art. 5.º — Para proporcionar aos membros do Diretório e às entidades que representam elementos de estudos da geografia das Américas, a Secretaria providenciará para a conveniente obtenção das publicações da Sociedade Interamericana em apêço.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, ano 8.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

# Diretórios Regionais

## SANTA CATARINA

### Íntegra das Resoluções n.ºs 19 e 20

#### Resolução n.º 19

*Dispõe sobre a organização da planta geral do Estado.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando que a atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, constitui empreendimento fundamental do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando que nos termos da Resolução n.º 14, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do C. N. G., foi feito um apêlo aos Diretórios Regionais para colaborarem nesta campanha;

Considerando que colaborando com o C. N. G. na feitura da carta geral do país, o D. R. G. de Santa Catarina preparará a carta do Estado na escala de 1:500 000 como determinou a respectiva Comissão Técnica;

Considerando que nos planos dos trabalhos desta atualização da carta geográfica do Estado há propósito de aproveitar-se o copioso material resultante dos numerosos trabalhos geográficos da Diretoria de Geografia e Terras, Diretoria de Estradas de Rodagem e demais serviços públicos e particulares do Estado;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Presidência dêste D. R. G. autorizada a tomar as providências necessárias para a confecção do mapa do Estado na escala de 1:500 000.

Art. 2.º — O mapa do Estado será organizado dentro das instruções já apresentadas pela Comissão Especial da Carta Geral do país, instituída pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Para organização da Carta do Estado, aproveitar-se-á:

a) as coordenadas geográficas levantadas pelo C.N.G. e por outros, técnicos do país, como tal reconhecidos pelo I.B.G.E.;

b) o canevas feito pelo C.N.G., em folhas, conforme prescreve a dita Comissão Especial;

c) os mapas municipais de que trata o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938;

d) levantamentos topográficos existentes nos arquivos da Diretoria de Geografia e Terras, Diretoria de Estradas de Rodagem e as demais que possam, nesse sentido, prestar o seu concurso;

e) levantamentos de serviços federais com a respectiva autorização; e

f) finalmente, levantamentos feitos por particulares, com a devida aquiescência e depois de julgados merecedores de valor técnico.

Florianópolis, 18 de setembro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Válter Barros da Silva*, Auxiliar. — Visto e rubricado. *José Nicolau Born*, Secretário. — Publicado-se. *Artur Costa Filho*, Presidente.

#### Resolução n.º 20

*Divide o Estado em zonas fisiográficas.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia e a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução n.º 77, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, e

Considerando os estudos empreendidos pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, do Ministério da Viação, acêrca da divisão do Estado em zonas fisiográficas, e o parecer, a respeito, da comissão de consultores técnicos do D. R. G., Srs. engenheiro-geógrafo José Nicolau Born, capitão Davi Trompowsky Taulois e padre Bertoldo Alvinio Braun,

Resolve:

Art. 1.º — Dividir o Estado de Santa Catarina em cinco (5) zonas fisiográficas, assim denominadas e delimitadas:

ZONAS FISIográfICAS	MUNICÍPIOS COMPONENTES	
	Número	Nome
Litoral da Serra do Mar.....	21	Biguacu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Florianópolis, Gaspar, Hamônia, Indaial, Itajaí, Jaraguá, Joinville, Nova Trento, Palhoça, Parati, Pôrto Belo, Rio do Sul, Rodéio, São Francisco, São José, Tijucas, Timbó.
Litoral de Santa Marta.....	8	Araranguá, Crescília, Imaruí, Jaguaruna, Laguna, Orleães, Tubarão, Uruganga.
Planalto de Canoinhas.....	6	Campo Alegre, Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Pôrto União, São Bento.
Planalto de Lajes..	4	Bom Retiro, Curitibaanos, Lajes, São Joaquim.
Planalto de Xapacó	5	Caçador, Campos Novos, Concórdia, Cruzeiro, Xapacó.

Art. 2.º — Solicitar ao governo do Estado a generalização para fins administrativos, da divisão ora fixada.

Florianópolis, 22 de setembro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Visto e rubricado. *José Nicolau Born*, Secretário do DRG. — Conferido e numerado. *Louizal Câmara*, Secretário da J.E.R. — Publique-se. *Artur Costa Filho*, Presidente do DRG. — *Virgílio Gualberto*, Presidente da J.E.R.

 Dirija-se à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, solicitando assinatura dêste "Boletim" para receber os seus números em casa.